

Eduardo Tadeu Roque Amaral
Márcia Sipavicius Seide

NOMES PRÓPRIOS DE PESSOA:
introdução à antroponímia brasileira



EDUARDO TADEU ROQUE AMARAL
MÁRCIA SIPAVICIUS SEIDE

NOMES PRÓPRIOS DE PESSOA:
introdução à antroponímia brasileira

2020

Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira

© 2020 Eduardo Tadeu Roque Amaral, Márcia Sipavicius Seide
Editora Edgard Blücher Ltda.

Diagramação:

Laércio Flenic Fernandes

Revisão:

Diogo Rufatto

Samira Panini

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Nomes próprios de pessoa: introdução à
antroponímia brasileira / Eduardo Tadeu Roque Amaral;
Márcia Sipavicius Seide -- São Paulo: Blucher, 2020.
278p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5550-000-4 (impresso)

ISBN 978-65-5550-001-1 (eletrônico)

Open Access

1. Língua I. Título.

20-0315

CDD 410(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Língua 410(81)

LISTA DE SIGLAS

DAD – Dicionário Aurélio Digital

DEHLP – Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa

GDH – Grande Dicionário Houaiss

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SN – sintagma nominal

SPrep – sintagma preposicionado

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	27
1. PANORAMA DOS ESTUDOS ONOMÁSTICOS	31
1.1 BREVE HISTÓRIA DOS ESTUDOS ONOMÁSTICOS.....	32
1.2 ESTUDOS ANTROPONOMÁSTICOS EM ÂMBITO INTERNACIONAL.....	40
1.2.1 ANTROPONOMÁSTICA FICCIONAL.....	40
1.2.2 ANTROPONOMÁSTICA COMPARADA	41
1.2.3 ANTROPONOMÁSTICA APLICADA AOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO	41
1.2.4 POLÍTICA LINGUÍSTICA ANTROPONÍMICA E JURISDIÇÃO ANTROPONÍMICA	42
1.2.5 ANTROPONOMÁSTICA HISTÓRICA	44
1.3 ESTUDOS ANTROPONOMÁSTICOS EM ÂMBITO NACIONAL.....	46
1.3.1 PUBLICAÇÕES SOBRE ANTROPÔNIMOS NO BRASIL	48
1.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO	53
2. A CATEGORIA DOS NOMES PRÓPRIOS	55
2.1 NOMES PRÓPRIOS E A GRAMÁTICA TRADICIONAL	55
2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS NOMES PRÓPRIOS.....	57
2.3 TIPOLOGIA DOS NOMES PRÓPRIOS	59
2.4 NOMES PRÓPRIOS E LEGISLAÇÃO	64
2.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	68
3. TIPOLOGIA DOS ANTROPÔNIMOS	71
3.1 DIVERSIDADE INTERNA DO CONJUNTO DOS ANTROPÔNIMOS.....	71

3.2 ANTROPÔNIMOS DO REGISTRO CIVIL (OU NOME CIVIL)	74
3.2.1 PRENOME	74
3.2.2 SOBRENOME.....	78
3.2.3 AGNOME	80
3.3 ANTROPÔNIMOS NÃO PERTENCENTES AO REGISTRO CIVIL	81
3.3.1 APELIDO (OU ALCUNHA OU COGNOME).....	82
3.3.2 HIPOCORÍSTICO	84
3.3.3 PSEUDÔNIMO.....	85
3.3.4 CODINOME	86
3.3.5 HETERÔNIMO.....	87
3.3.6 NOME ARTÍSTICO (E NOME DE PALCO).....	88
3.3.7 NOME DE GUERRA.....	90
3.3.8 NOME RELIGIOSO.....	92
3.3.9 NOME SOCIAL.....	93
3.3.10 NOME DE URNA.....	96
3.3.11 NOME PARLAMENTAR.....	97
3.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO	99
4. MORFOSSINTAXE DOS ANTROPÔNIMOS	101
4.1 ASPECTOS MORFOLÓGICOS	101
4.1.1 A GRAFIA.....	102
4.1.2 O GÊNERO GRAMATICAL.....	104
4.1.3 O NÚMERO GRAMATICAL.....	106
4.1.4 A DERIVAÇÃO MORFOLÓGICA.....	110
4.1.4.1 DE UM TIPO DE ANTROPÔNIMO A OUTRO.....	110
4.1.4.2 DE ANTROPÔNIMO A NOME COMUM.....	112
4.2 ASPECTOS SINTÁTICOS	113
4.2.1 ANTROPÔNIMOS SEM DETERMINANTE.....	114
4.2.2 AS CONSTRUÇÕES DO TIPO <i>O PRESIDENTE LULA E A DONA MARIA</i>	116

4.2.3 ANTROPÔNIMOS COM ADJETIVO.....	119
4.2.4 ANTROPÔNIMOS COM ARTIGO DEFINIDO	119
4.2.5 ANTROPÔNIMOS COM ARTIGO INDEFINIDO	122
4.2.6 OUTRAS CONFIGURAÇÕES DO SINTAGMA ANTROPONÍMICO	124
4.3 O FENÔMENO DA AUSÊNCIA/PRESENÇA DE ARTIGO DIANTE DE ANTROPÔNIMOS	126
4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	133
5. SEMÂNTICA DOS ANTROPÔNIMOS – PARTE 1	135
5.1 A TEORIA DESCRITIVISTA OU TEORIA DO SENTIDO	137
5.2 A TEORIA REFERENCIAL DIRETA OU TEORIA CAUSAL	146
5.3 O NOME PRÓPRIO COMO PREDICADO E A TEORIA DO PREDICADO DE DENOMINAÇÃO.....	154
5.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	159
6. SEMÂNTICA DOS NOMES PRÓPRIOS – PARTE 2.....	161
6.1 O NOME PRÓPRIO DE PESSOA SEGUNDO BRÉAL.....	161
6.2 O SIGNO ANTROPONÍMICO PARA SAUSSURE E SUA RELAÇÃO COM OS NOMES PRÓPRIOS.....	163
6.3 QUESTÕES SEMÂNTICAS RECENTES	167
6.4 OUTRAS PERSPECTIVAS.....	172
6.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	174
7. ANTROPÔNIMOS E LÉXICO	175
7.1 ESTUDOS SOBRE OS ITENS LEXICAIS DERIVADOS DE NOMES PRÓPRIOS	178
7.2 A PRESENÇA DE DERIVADOS DE ANTROPÔNIMOS EM DADOS DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	180
7.2.1 NOMES DE INVENÇÕES OU DESCOBERTAS.....	181
7.2.2 NOMES DE MARCA.....	184
7.2.3 NOMES COMUNS DERIVADOS DE ANTROPÔNIMOS FICCIONAIS	186
7.2.4 NOMES DE TEORIAS, DOCTRINAS E CRENÇAS.....	189

7.3. SÍNTESE DO CAPÍTULO	194
8. ANTROPÔNIMOS E OUTRAS ÁREAS.....	195
8.1 ANTROPÔNIMOS E LITERATURA.....	196
8.1.1 USOS BASEADOS NA ETIMOLOGIA.....	197
8.1.2 USOS BASEADOS NA NORMA LINGUÍSTICA.....	199
8.1.3 USOS TRANSGRESSORES DA CONVENÇÃO LINGUÍSTICA	201
8.1.4 O JOGO ESTÉTICO DE LEMINSKI.....	205
8.2 ANTROPÔNIMOS E MIGRAÇÃO	209
8.2.1 A NOMEAÇÃO DE DESCENDENTES DE MIGRANTES JAPONESES	210
8.2.2 PRÁTICAS DE NOMEAÇÃO NO CONTEXTO DE IMIGRAÇÃO LITUANA NO BRASIL	217
8.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	224
CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS.....	227
BIBLIOGRAFIA	231
SOBRE OS AUTORES.....	277

PREFÁCIO

Nomear é uma atividade inerente à espécie humana, portanto, um privilégio dos humanos! Desde os primórdios da humanidade, o ser humano nomeou pessoas, sensações, coisas, espaços como forma de identificá-los, de garantir o pertencimento, de marcar territórios, de imprimir a sua marca a tudo que o rodeia. Assim, os nomes próprios surgem de motivações distintas e obedecem a lógicas históricas e culturais que estimulam, desde a escolha do nome para o filho que nasce, para o novo território conquistado, para a nova propriedade adquirida, para os caminhos terrestres recém-descobertos e percorridos até referentes do espaço físico como elementos da hidronímia, da zoonímia, da oronímia, da hodonímia...

Nesse processo de nomeação, as práticas e as regras variam ao longo do tempo – num processo histórico e segundo lógicas distintas de denominação – e são motivadas por diferentes correntes do pensamento. Da filosofia de épocas pretéritas às contemporâneas, a temática da natureza do nome, particularmente a do nome próprio, tem sido objeto de reflexões, instigado discussões e, consequentemente, gerado interpretações distintas de acordo com as diversas correntes do pensamento e o momento histórico. Da Mitologia, da Filosofia, da Antropologia, da História das Religiões e da Linguística têm emergido concepções distintas acerca da natureza e do conceito de nome próprio.

Nesse sentido, os nomes próprios de pessoas podem ser examinados na perspectiva do sagrado, como ocorre entre muitos povos para quem o nome confunde-se com o próprio ser, por isso é sagrado: macular o nome significa macular o ser nomeado. Assim, o repertório lexical da língua, além de armazenar o léxico comum que resulta da nomeação de elementos físicos, humanos e intelectuais cotidianos de uma sociedade que, por sua vez, traduz a forma de percepção e representação da realidade, reúne os nomes próprios de pessoas e de lugares, com toda a carga cultural, ideológica, mitológica e referencial neles impregnada. Nesse contexto, não pode ser desconsiderada a função referencial, denotativa dos nomes próprios, a par do seu valor simbólico e representativo de uma realidade motivacional.

A Onomástica é a área de conhecimento que estuda os nomes próprios em geral, nas suas dimensões mais profundas (aspectos linguístico-etimológicos, antropológicos, sócio-históricos, geográficos...), examinando o processo de denominação em diferentes épocas e localidades por meio de suas duas grandes áreas de investigação: a Antroponímia, que estuda a origem de nomes próprios de pessoas, nomes individuais, parentais, sobrenomes, apelidos e alcunhas; e a Toponímia, que tem como objeto de estudo os nomes de lugares, os enunciados linguísticos que nomeiam e identificam espaços de áreas rurais (rios, córregos, sangas, corixos, igarapés, cachoeiras, montanhas, serras, cordilheiras...) e urbanas (cidades, vilas, povoados, bairros, ruas, alamedas, praças...). O *International Congress of Onomastic Sciences* (ICOS 2011) listou entre os termos onomásticos a *Toponomástica* e a *Antroponomástica* para nomear as duas áreas da Onomástica, tradicionalmente identificadas pelos termos Toponímia e Antroponímia. Os autores desta obra, seguindo essa tendência, optaram pelo termo *Antroponomástica*.

Em síntese, o nome próprio, de pessoa ou de lugar, registra e perpetua crenças, valores, procedências de grupos sociais e, por extensão, da sociedade em diferentes momentos de sua história com suas ideologias, devoções, motivações e também seus modismos e valores. Logo, o estudo dos nomes próprios, para além da dimensão linguística dos signos antroponímico e toponímico, implica considerações sobre particularidades que os envolvem, como questões históricas e ideológicas, incluindo processos de renomeações (substituições, acréscimos, reduções de palavras), muito recorrentes sobretudo em nomes de lugares, além de transferências entre nomes de pessoas e de lugares, fenômeno frequente na nomeação especialmente de lugares, em que antropônimos se deslocam para o universo dos nomes de lugares adquirindo o *status* de topônimos. Trata-se, pois, de uma área de investigação com forte caráter interdisciplinar, na medida em

que a Onomástica, enquanto campo autônomo e solidificado de conhecimento, dialoga com a Linguística, área mais ampla a que se vincula, com a História, a Geografia, a Antropologia, a Sociologia...

Nesse cenário, entende-se que a obra *Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira*, de autoria de Eduardo Tadeu Roque Amaral e de Márcia Sipavicius Seide, pesquisadores brasileiros especialistas na área dos estudos lexicais, voltada especificamente para a discussão do nome próprio de pessoa, vem suprir uma lacuna existente no âmbito da Linguística no Brasil, mais especificamente no que se refere aos estudos onomásticos, uma vez que condensa diferentes abordagens epistemológicas acerca do tema sem desconsiderar a dimensão histórico-ideológica. Enfim, dissemina bases teóricas e diretrizes metodológicas que sedimentam pesquisas no âmbito da Antroponímia/Antroponomástica.

Merece destaque também em relação à obra o fato de ela ser fruto de reflexões teóricas dos autores com base em resultados de projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito dos Programas de Pós-Graduação a que estão vinculados, reflexões essas em sua grande maioria partilhadas e discutidas nos encontros anuais do Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia (GTLEX), vinculado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPLL), que congrega pesquisadores associados a programas de pós-graduação em Linguística com linhas de pesquisa que contemplam os estudos lexicais nas suas diferentes perspectivas, incluindo a dos estudos onomásticos.

Um olhar mais abrangente para o plano da obra demonstra que, a par da discussão teórica, é latente a atenção para a sua dimensão didática, o que fica evidente na estrutura do livro como um todo, mas de forma especial no fechamento de cada capítulo por meio do tópico “síntese do capítulo”.

O percurso da obra persegue essa linha de raciocínio, e cada capítulo discute uma dimensão do estudo dos nomes próprios. Os dois primeiros fornecem ao leitor informações mais genéricas acerca da temática da obra. O primeiro capítulo traz um “panorama sobre os estudos onomásticos”, preparando assim o leitor para a sua imersão no conteúdo específico do livro que começa a se desenhar a partir do segundo capítulo – “A categoria do nome próprio”. Os seis capítulos subsequentes voltam-se diretamente para os *antroponimos*, o tema central da obra: “Tipologia dos antropônimos” (Cap. 3); “Morfossintaxe dos antropônimos” (Cap. 4); “Semântica dos antropônimos – parte 1” (Cap. 5); “Semântica dos antropônimos – parte 2” (Cap. 6); “Antropônimos e léxico” (Cap. 7) e “Antropô-

nimos e outras áreas” (Cap. 8). Os capítulos são precedidos pela “Introdução” e sucedidos pelas “Considerações finais e perspectivas”, a “Bibliografia” e os “Dados sobre os autores”.

Apresentadas essas considerações preliminares sobre o conteúdo da obra, na sequência são realizadas ponderações acerca de cada capítulo em particular, destacando-se aspectos julgados mais relevantes para o teor deste texto introdutório da obra em foco – *Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira* –, que tem como proposta mais ampla “apresentar ao leitor uma descrição e uma análise dos nomes próprios de pessoa na língua portuguesa do Brasil” (p. 28).

O primeiro capítulo do livro, “Panorama dos estudos onomásticos”, propicia ao leitor um “voou panorâmico” sobre as investigações relacionadas à área da Onomástica, com foco em dois grandes eixos: o internacional e o nacional. Para tanto, os autores buscam destacar contribuições de “entidades científicas, grupos de pesquisa e eventos importantes para a área” (p. 31). Trata-se de um capítulo de suma importância para estudiosos de temas relacionados à Onomástica, em especial para os que estão galgando os primeiros degraus no universo dessa área, ao mesmo tempo ampla e instigadora.

No tópico *Breve história dos estudos onomásticos*, os autores recuperam informações relacionadas a estudos pioneiros acerca do estudo dos nomes próprios, destacando inicialmente a contribuição dos egípcios, que já “diferenciavam os nomes comuns dos nomes próprios nas inscrições”, o que se confirma com o hieróglifo que “representa o nome de Cleópatra”, reproduzida na Figura 1.1 (p. 32). À esteira dessa linha de raciocínio, os autores sistematizam dados que permitem a construção de uma linha do tempo dos estudos onomásticos. Para concretizar esse intento, recuperam casos da presença de nomes próprios em mitos, lendas e textos literários produzidos há milhares de anos, dentre outros, a *Bíblia Sagrada* dos cristãos e a *Teogonia: a origem dos deuses* (Hesíodo), passam pela contribuição dos filósofos gregos (Platão), pelos dicionários do século XVI que registraram listas trilingües de nomes próprios (grego, latim e alemão), sem desconsiderar o papel dos calendários cristãos e dos martirologios na atribuição e difusão de nomes próprios. Destacam também a preocupação com o estudo etimológico dos nomes que marcou as pesquisas onomásticas iniciais em alguns países europeus no século XVIII. O estudo da história dos nomes também ganha força no século XIX com o desenvolvimento dos métodos de pesquisa filológica. Segundo os autores, “a virada do século XIX para o século XX presenciou um aumento geral na investigação de nomes próprios em todo o mundo” (p. 35).

Nesse contexto destacam-se as contribuições de Albert Dauzat (1877-1955), na França, e de José Leite de Vasconcelos (1858-1951), em Portugal, que se tornam referência para os estudos onomásticos. No século XX, é destaque a importância de associações ou sociedades civis para o desenvolvimento de pesquisas onomásticas, com destaque para a importância do *International Congress of Onomastic Sciences* (ICOS), promovido pelo *Conselho Internacional de Ciências Onomásticas*. As informações relacionadas a esse último enfoque estão sintetizadas no Quadro 1.1 – Instituições estrangeiras de pesquisa onomástica (p. 38). O caráter interdisciplinar marca as pesquisas onomásticas nos séculos XX e XXI, que evidenciam a interface entre “os estudos linguísticos e a antropologia, a sociologia, a literatura, etc.” (p. 39).

Na sequência do capítulo, Amaral e Seide abordam com muita pertinência os *Estudos antroponomásticos em nível internacional* ao qual se vinculam os seguintes tópicos: *Antroponomástica ficcional*; *Antroponomástica comparada*; *Antroponomástica aplicada aos estudos da tradução*; *Política linguística antroponímica e jurisdição antroponímica* e *Antroponomástica histórica*.

Já no que concerne ao eixo nacional, aqui estabelecido, o primeiro capítulo, no tópico *Estudos antroponomásticos em âmbito nacional*, destaca o caráter recente das pesquisas antroponímicas no Brasil em comparação com as anteriormente mencionadas, fenômeno também observado em relação às descrições linguísticas em geral.

Pontuam ainda os autores, com base em Pinto (1978), o surgimento do “pressuposto da existência de uma realidade linguística brasileira em oposição à portuguesa” (p. 46). Além disso, destacam: i) o início dos estudos dialetais da língua portuguesa do Brasil no início do século XX, voltado apenas para nomes comuns¹; ii) a criação das primeiras faculdades de filosofia no Rio de Janeiro e em São Paulo, que provocam o início de “um processo de ‘cientificação’ dos estudos linguísticos no Brasil”; iii) o estudo sobre nomes próprios de base indígena levado a cabo por pesquisadores de áreas diversas, dentre outros, os realizados por Carlos Drummond a partir de nomes bororos (DRUMOND, 1954; 1965). Nesse contexto é defendida, sob a orientação desse mesmo pesquisador, em 1980, na Universidade de São Paulo, a tese de doutorado *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos*, de autoria de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, obra que se transformou em um divisor de águas nas pesquisas onomásticas no Brasil, em especial para

¹ Entende-se que os autores referem-se aqui à publicação do *Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, em 1920.

as pesquisas linguísticas na área da Toponímia; iv) a publicação das obras *Digressões Antroponímicas* em 1951, de autoria de Henrique Fontes (1885-1966), que aborda aspectos etimológicos de nomes próprios de pessoas brasileiras, e *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes* (1949), de Rosário Farâni Mansur Guérios (1907-1987), já na terceira edição (1981) – conforme Amaral e Seide a respeito dessa última obra, a sua “contribuição aos estudos onomásticos no Brasil é de extrema relevância para muitos trabalhos contemporâneos” (p. 47); v) o registro de uma maior aproximação entre estudos onomásticos e linguísticos passa a ocorrer a partir da segunda metade do século XX, estes “geralmente [...] desenvolvidos por docentes e alunos de instituições brasileiras de ensino superior” (p. 47) e por alunos de pós-graduação a partir do final dos anos 1960 e do início da década de 1970, quando começam a ser criados cursos de pós-graduação no Brasil; vi) a criação do Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia (GTLEX) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOL), em 1986, e a criação da revista eletrônica GTLEX (2015), por esse grupo, iniciativas que representaram um avanço para as pesquisas sobre nomes próprios no Brasil, tendo em vista que o GTLEX congrega “pesquisadores de diferentes instituições que se ocupam dos nomes próprios, especialmente dos topônimos e antropônimos” (p. 48).

Já no item *Publicações sobre antropônimos no Brasil*, Amaral e Seide apresentam um panorama geral do estado de arte das “publicações sobre os estudos antroponímicos realizados no Brasil”, discutindo dados oriundos de 45 trabalhos, 43 pesquisas² e “dois capítulos da série *Ciências do Léxico* que tratam da antroponímia brasileira” (p. 48). Os autores consideram que “as pesquisas apresentadas em conjunto [...] adotam um mesmo viés ou seguem o mesmo paradigma de pesquisa ou focam objetos de estudo semelhantes” (p. 48). Na sequência do capítulo, são descritas e comentadas essas publicações.

É importante registrar que, em vários momentos ao longo do capítulo dois, os autores fazem remissões a diferentes capítulos da obra que tratam da temática em questão de forma mais pontual, o que soma positivamente no conjunto do livro, pois garante o diálogo entre os seus diferentes capítulos. Esse recurso é recorrente nos demais capítulos. Positiva também é a estratégia de apresentar no final do capítulo uma síntese da temática abordada, o que ocorreu por meio do Quadro 1.2 – Síntese do capítulo 1.

² Dados obtidos pelos autores por meio de pesquisa realizada em dezembro de 2018, referentes ao período de 2011 a 2018, por meio da ferramenta de busca Google Acadêmico.

Por sua vez, o segundo capítulo da obra – “A categoria dos nomes próprios” – centra a discussão nessa classe de nomes e fornece informações básicas sobre a categoria dos nomes próprios. Para tanto, os autores partem de contribuições fornecidas por gramáticas tradicionais e por gramáticas descritivas. O capítulo tem como meta tentar responder à pergunta “o que são os nomes próprios”. Para o alcance desse propósito, Amaral e Seide discutem a temática a partir de quatro parâmetros: *Nomes próprios e a gramática tradicional*, recuperando, para a tarefa, tanto a posição de gramáticos tradicionais como Dionísio da Trácia (séc. II-I a.C.) e João de Barros (1496-1570), quanto de gramáticos contemporâneos como de Cunha e Cintra (2008) e Bechara (2015). Os autores consideram que “as gramáticas descritivas da língua portuguesa ampliam um pouco a visão tradicional, mas não chegam a se debruçar sobre as propriedades específicas dos nomes próprios” (p. 57) e retomam as posições de linguistas brasileiros contemporâneos como Castilho (2010) e Neves (2000).

Nesse mesmo tópico, Amaral e Seide destacam o interesse de diferentes áreas do conhecimento pela natureza do nome próprio, como a Psicologia, a Psicopedagogia, a História, a Antropologia, a Lógica e a Filosofia, indicando fontes específicas de cada um desses ramos do saber em termos de abordagem do nome próprio. Na sequência, agora focando estudos voltados para elementos linguísticos, os autores listam áreas de estudo que se ocupam da temática em pauta, como a Sociolinguística, a Semântica, a Dialectologia, a Linguística Histórica, a Lexicologia e a Lexicografia, a Tradução e a Linguística de *Corpus*, indicando também referências bibliográficas relacionadas a cada uma delas que focalizam o nome próprio.

No tópico subsequente, *Caracterização dos nomes próprios*, os autores assumem que “os nomes próprios são unidades linguísticas desprovidas de traços semânticos identificadores de classe, que fazem parte do repertório linguístico do falante, possibilitando-lhe fazer referência a uma entidade única em um universo de conhecimento” (p. 57). De forma bastante didática, por meio do Quadro 2.1 – Características gerais dos nomes próprios, sistematizam os traços básicos que identificam nomes dessa natureza: “a) possibilitam a identificação direta de um referente único em um universo de conhecimento compartilhado por emissor e receptor; b) possuem capacidade de referir, independentemente da presença de determinante; c) não apresentam traços semânticos identificadores de classe; d) são grafados com maiúscula inicial” (p. 58).

Merece destaque ainda no capítulo dois a temática tratada no tópico *Tipologia dos nomes próprios*, por fornecer uma significativa contribuição para

a área dos estudos onomásticos. Por tratar-se de uma classe de nomes bastante heterogênea, toda tentativa de estabelecer tipologias requer estudos comparativos acerca das diferenças entre as diversas categorias de nomes próprios a partir de parâmetros distintos. Os autores examinam diferentes taxionomias para, no final, apresentarem a proposta adotada na obra. Dentre outras, descrevem, por exemplo, a proposta de classificação semântica de Allerton (1987), que contém seis subcategorias; a de Wilmet (1995a), que distingue nomes comuns essenciais, nomes próprios essenciais, nomes comuns acidentais e nomes próprios acidentais; a de Bajo Pérez (2008), que apresenta uma classificação com oito categorias; a de Van Langendonck (2007), que distingue os nomes próprios prototípicos dos nomes próprios não prototípicos. Nesse conjunto de propostas, segundo os autores, um dado é indiscutível: “a presença de antropônimos e de topônimos. Todos reconhecem que os nomes próprios de pessoa e os nomes próprios de lugares constituem categorias importantes, isto é, classes de elementos dentro do conjunto de nomes próprios” (p. 62).

Concluídas as ponderações acerca das propostas de tipologias apresentadas, por meio do Quadro 2.2 – Proposta tipológica dos nomes próprios, Amaral e Seide compartilham a proposta defendida por eles no âmbito da obra, elaborada com base em critérios linguísticos e sociais, além de considerarem o princípio de que “os nomes próprios, por serem objetos transdisciplinares, não podem ser identificados apenas por um critério específico” (p. 62).

Pautando-se, pois, nesses pressupostos, a proposta de tipologia de Amaral e Seide é organizada segundo seis grandes categorias de nomes próprios: 1. **Antropônimos** (nomes de pessoas), com cinco subcategorias; 2. **Topônimos** (nomes de lugares), com quatro subcategorias; 3. **Organizações sociais públicas ou privadas**, com seis subcategorias; 4. **Produtos da atividade humana**, com quatro categorias; 5. **Animais individualizados**, com duas subcategorias; 6. **Eventos individualizados**, com quatro subcategorias (p. 63).

Por fim, o item *Nomes próprios e legislação* focaliza a relação entre nomes próprios e a legislação que regulamenta a atribuição de nomes a pessoas, a lugares e a sociedades empresariais, em âmbito nacional e internacional. O último tópico – *Síntese do capítulo* – traz a síntese do conteúdo do capítulo que está organizada no Quadro 2.4 – *Caracterização da categoria dos nomes próprios*.

Como já assinalado anteriormente neste texto, a partir do terceiro capítulo os autores centram-se mais especificamente na temática da obra, discutindo a categoria dos antropônimos sob diferentes perspectivas. O capítulo três, por exemplo, discute a *Tipologia dos antropônimos*, que está organizada segundo

dois pontos de vista: apresentação e discussão de propostas de classificação de antropônimos defendidas por diferentes autores e apresentação da proposta de classificação de antropônimos voltada para a “realidade antroponímica brasileira” (p. 71).

A temática central desse capítulo é desenvolvida por Amaral e Seide também de uma forma didática, fornecendo um detalhamento que busca abarcar as mais variadas manifestações de nomes próprios de pessoas. O terceiro capítulo traz, por exemplo, um olhar para a *Diversidade interna do conjunto dos antropônimos*. Por serem uma classe bastante heterogênea, os antropônimos evidenciam grande diversidade estrutural. Na tentativa de elucidar essa questão, os autores discutem diferentes propostas de tipologias, como a de Leite de Vasconcelos (1928), voltada para a realidade da antroponomástica portuguesa, pautando-se em dados de uma sincronia que abarca dados desde a Idade Média até a primeira década do século XX, o que, segundo os autores deste livro, “dificulta a aplicação a dados do português brasileiro” (p. 72). Outros trabalhos de destaque que tratam de classificação tipológica de antropônimos são apontados pelos autores, como Van Langendonck (2007) e Bajo Pérez (2002; 2008) (p. 73).

Os autores seguem, para a questão dos antropônimos, a mesma conduta adotada no capítulo anterior para os nomes próprios em geral, qual seja, a de apresentar uma proposta de tipologia para essa categoria de nomes próprios também voltada para a realidade brasileira. Para tanto, propõem duas grandes categorias de antropônimos, os *antropônimos do registro civil (ou nome civil)* e os *antropônimos não pertencentes ao registro civil*. As subcategorias a elas associadas buscam contemplar a diversidade de antropônimos identificada pelos autores da obra por meio de suas pesquisas sobre essa temática. À categoria dos *nomes civis* vinculam três subcategorias: *prenome*; *sobrenome*; e *agnome*. Já aos *antropônimos não pertencentes ao registro civil* os autores associam onze subcategorias: *apelido (ou alcunha ou cognome)*; *hipocorístico*; *pseudônimo*; *codinome*; *heterônimo*; *nome artístico (e nome de palco)*; *nome de guerra*; *nome religioso*; *nome social*; *nome de urna*; e *nome parlamentar*. A proposta é discutida amplamente pelos autores, e cada subcategoria é atestada com significativa diversidade de exemplos, o que confere a ela solidez e possibilidades de aplicação a outros *corpora* possíveis de serem organizados no âmbito do português brasileiro. O último tópico – *Síntese do capítulo*, a exemplo do ocorrido nos capítulos anteriores, cumpre a sua função de oferecer ao leitor um resumo dos pontos de vista discutidos ao longo do terceiro capítulo.

Obedecendo ao plano estabelecido para a obra, os capítulos quatro, cinco e seis discutem as características morfossintáticas e semânticas dos antropônimos no português brasileiro. O capítulo quatro – "Morfossintaxe dos antropônimos" – está estruturado em três tópicos aos quais estão associados os diversos aspectos da temática abordada: *aspectos morfológicos*, examinando os antropônimos, conforme aspectos relacionados ao “uso de maiúsculas, ao gênero, ao número e aos processos de derivação morfológica dos nomes próprios”; (p. 102) a *grafia*; o *gênero gramatical*; o *número gramatical*; a *derivação morfológica*, este subdividido em dois outros: *De um tipo de antropônimo a outro* e *De antropônimo a nome comum*. A abundância de exemplos, a organização dos dados em quadros e a discussão da temática com base em teorias linguísticas apropriadas aos fenômenos examinados dão sustentabilidade ao tema tratado no tópico em questão.

Ainda no âmbito do quarto capítulo, os autores discutem os nomes de pessoas também na perspectiva da sua sintaxe no subitem 4.2 – *Aspectos sintáticos*, focalizando os seguintes aspectos do tema: *Antropônimos sem determinante*; *A construção do tipo o presidente Lula*; *Antropônimos com adjetivo*; *Antropônimos com artigo definido*; *Antropônimos com artigo indefinido*; e *Outras configurações do sintagma antroponímico*. Completam o capítulo os tópicos *O fenômeno da ausência/presença de artigo diante de antropônimos* e a *Síntese do capítulo*.

O conteúdo desse capítulo evidencia de forma especial como o sintagma antroponímico, um signo de língua, está sujeito a muitas regras que orientam a formação de unidades lexicais do léxico comum, dentre outros, os processos de formação de palavras (formado por justaposição ou por aglutinação) e, do ponto de vista sintático, o substantivo comum e o antropônimo podem figurar como núcleo do sintagma nominal (núcleo do sujeito ou núcleo do objeto) como confirmam os exemplos apresentados e discutidos pelos autores a partir das sentenças 19a, 19b, 20a e 20b (p. 113-114), apenas para citar dois casos que são amplamente discutidos no capítulo à luz de referenciais teóricos distintos e atestados com exemplos esclarecedores. Ainda no mesmo capítulo, o tópico 4.3 traz à baila uma questão de influência de um fenômeno de variação linguística no português brasileiro na configuração de antropônimos: *a ausência/presença de artigo diante de antropônimos*.

Nesse tópico, a exemplo dos demais, os autores realizam uma discussão consistente do fenômeno com base em resultados de uma gama significativa e variada de resultados de pesquisas orientadas por distintas correntes teóricas, com maior ênfase nas de cunho sociolinguístico. A inclusão de dados estatísticos por meio de tabelas e o mapa apresentado nas páginas 130-132 (Mapa 4.1 –

Realização da presença de artigo definido diante de antropônimos em diferentes localidades de Minas Gerais) enriquecem a discussão. Segundo os autores, os fatores discutidos nesse tópico “demonstram que o fenômeno da variação da ausência/presença de artigo antes de antropônimos no português brasileiro sofre influência de diferentes fatores, sejam eles linguísticos, sejam extralinguísticos. Por isso, acredita-se que futuras pesquisas poderão contribuir para a elaboração de um mapa mais amplo do tema ao longo do território brasileiro” (p. 133)³. O tópico 4.4, *Síntese do capítulo*, traz a síntese do conteúdo que foi objeto de discussão detalhada no Quadro 4.3 – Síntese do capítulo 4.

A par do enfoque da morfossintaxe dos antropônimos, a obra contempla, na sequência, a não menos complexa questão da semântica dos nomes próprios, que é discutida pelos autores em dois densos capítulos. No quinto capítulo, focaliza-se a questão a partir dos estudos iniciais da Lógica e da Filosofia da Linguagem sem desconsiderar as contribuições da Semântica Lexical e da Semântica Enunciativa, propostas, respectivamente, por Michel Bréal e Émile Benveniste.

Conforme Amaral e Seide, “uma das questões mais discutidas nos estudos sobre o nome próprio refere-se ao problema de saber se ele tem ou não um sentido ou um significado (no alemão, *Sinn* ou *Bedeutung*; no inglês, *meaning* ou *sense*)” (p. 136). Os autores reconhecem que, “apesar de linguistas contemporâneos aceitarem o fato de que o tema não pode ser posto simplesmente como presença ou ausência de sentido [...] é possível distinguir pelo menos três grupos de autores” (p. 136), considerando-se também contribuições dos clássicos: i) “os autores que argumentam que o nome próprio possui um sentido [...] Frege (1892 [2009]), Strawson (1985) e Searle (1958) e (1969)”; ii) “os trabalhos que defendem que os nomes próprios não possuem sentido [...] John Stuart Mill [...] nomes próprios somente **denotam** e não conotam [...] nome próprio como **designador rígido**, segundo ideias de Kripke (1980)”; e iii) “os trabalhos que pertencem mais ao campo da Linguística, especialmente dos estudos desenvolvidos a partir da segunda metade do século XX” (p. 137).

No tópico *A teoria descritivista ou teoria do sentido* os autores retomam a tese de que “o nome próprio possui sentido e referência – ele está associado

³ Registre-se, nesse particular, que o Questionário Morfossintático (QMS) do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), por meio das perguntas 1 e 2, documentou a questão da presença/ausência de artigo diante de nome próprio por meio de entrevistas com 1.100 informantes, naturais de 250 localidades distribuídas pelas cinco regiões geográficas do Brasil (https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/documentos_4.pdf). As cartas linguísticas em processo de produção pelos pesquisadores do Projeto ALiB a partir dos dados documentados fornecerão um panorama do fenômeno em nível nacional.

à(s) descrição(ões) definida(s) que permite(m) identificar o referente [...] (FREGE, 1892 [2009])” (p. 137). Frege estabelece a diferença entre “referente (o próprio objeto), sentido (o modo de apresentação do objeto) e representação (ou imagem) – esta de caráter subjetivo” (p. 139). Na sequência do capítulo, os autores discutem com muita propriedade a polêmica relação entre sentido e referência com base em autores clássicos que se ocuparam dessa questão. Para tanto, passam por Russell, Strawson e Searle na discussão da controversa relação entre sentido e referência. Concluem os autores, a partir de exaustiva discussão do tema, que “da teoria de Frege aos postulados de Searle, houve um deslocamento tanto nas definições terminológicas quanto nas caracterizações dos nomes próprios. Mas todos os autores defendem, à sua maneira, certo sentido atribuível a esses itens” (p. 146).

Ainda no âmbito do quinto capítulo, o foco da discussão se desloca para outro eixo: *A teoria referencial direta ou teoria causal*, que tem em Stuart Mill (1806-1873), filósofo e economista de grande influência no século XIX, um forte representante. É de Mill (1984 [1843], p. 97) a proposta de “distinção entre nomes conotativos e não conotativos” (p. 146). Também nesse tópico Amaral e Seide discutem os princípios e desdobramentos da teoria referencial direta ou teoria causal e apontam Saul Kripke como “o principal representante da teoria causal” (p. 147), chamando ainda a atenção para o fato de ser ela “considerada a mais influente atualmente entre lógicos, filósofos da linguagem e linguistas no que concerne ao significado e à referência dos nomes próprios” (p. 151). O tópico é concluído com a apresentação da Figura 5.1, adaptada de Amaral (2008), que reúne dados sobre “a cronologia de obras representativas sobre os nomes próprios, de 1843 a 1981, todas com o título original e o ano da publicação de cada uma” (p. 153).

Ainda relacionado à *Semântica dos antropônimos*, Amaral e Seide discutem, dentro do quadro teórico da semântica formal, a questão do *nome próprio como predicado e a teoria do predicado de denominação*, que têm Tyler Burge como seu defensor na medida em que esse teórico considera os nomes próprios como predicados. Segundo a visão de Burge, “os nomes próprios cumprem o papel semântico de **predicado** em todas as ocorrências” (p. 155). Embora passível de questionamento em alguns aspectos, como o demonstrado na discussão desse viés teórico, os autores desta obra argumentam que o trabalho de Burge “cumpre fundamental importância no desenvolvimento de teorias posteriores” e que “as ideias do autor abrem caminho para os estudos de Kleiber (1981) e de uma série de autores posteriores que viriam a pesquisar o estatuto linguístico dos usos dos nomes próprios chamados de *modificados*” (p. 155). Diferentes teóricos são

visitados por Amaral e Seide, alguns defensores e outros opositores dessa perspectiva de interpretação semântica dos nomes próprios, tema discutido também no sexto capítulo deste livro. O último tópico cumpre a sua função de síntese, como o previsto no plano da obra. O Quadro 5.1 – Características semânticas do antropônimo – lista cinco tópicos que condensam o conteúdo do capítulo.

A discussão da dimensão semântica dos nomes próprios de pessoas tem continuidade no sexto capítulo desta obra com base não mais em correntes teóricas decorrentes dos estudos lógicos e filosóficos, mas sim segundo contribuições de linguistas que se dedicaram a pesquisas sobre a questão do significado (semântica). Assim, à esteira do capítulo cinco, o sexto – *Semântica dos nomes próprios – parte 2* – tem como objetivo “mostrar a diversidade de pontos de vista adotados ao longo dos estudos linguísticos sobre a definição e a conceituação dos nomes próprios de modo a que o leitor possa ter uma visão global do assunto” (p. 161). Para alcançar esse intento, Amaral e Seide abordam questões teóricas relacionadas à definição dos nomes próprios pautados em Bréal e em Saussure, além de perspectivas teóricas recentes que “incorporam e transcendem o estudo do significado descritivo dos antropônimos” (Marie-Noëlle Gary-Prieur). Também estabelecem uma “ponte entre aspectos linguísticos e sociais” a partir de Lyons e de Ullmann (p. 161).

A organização estrutural do capítulo contempla cinco tópicos. O primeiro – *O nome próprio de pessoa segundo Bréal* – resgata o pensamento do semanticista francês. Segundo Amaral e Seide, para Bréal (1832-1915), “à diferença dos nomes comuns, nos nomes próprios, há uma relação unívoca entre nome e coisa e uma designação específica a seres individuais” (p. 162). O segundo tópico do capítulo – *O signo antroponímico para Saussure e sua relação com os nomes próprios* – destaca a visão de Saussure (1857-1913), que também se diferencia da tradição filosófica. Ainda segundo os autores desta obra, “há apenas uma menção aos nomes próprios, no capítulo relativo à analogia, estudada a partir da Linguística diacrônica” (p. 163) no *Curso de Linguística Geral*, mas os estudos de Henriques (2011), a partir de manuscritos de Saussure, trouxeram novas informações sobre a questão dos nomes próprios. Concluem, pois, Amaral e Seide, que “o estudo dos nomes próprios faz parte do escopo pensado por Saussure para a Linguística e [...] a questão da referência não foi desprezada por ele, foi vista como um terceiro elemento, formando uma tríade com o significante e o significado” (p. 166).

Questões semânticas recentes é o tema do tópico subsequente em que os autores retomam o pensamento de Kleiber (1981), considerado por eles “um

marco importante na história dos estudos linguísticos sobre os nomes próprios” (p. 167). Outros olhares sobre a questão são apresentados pelos autores ao longo desse tópico, como o de Molino (1982), para quem o nome próprio situa-se “em um campo intermediário entre o campo dêitico e o campo da representação” (p. 167); o de Jonasson (1994), para quem “o nome próprio tem como função cognitiva fundamental nomear, afirmar e manter uma individualidade” (p. 168); o de Gary-Prieur (1994), para quem o nome próprio carece de “competência específica” para ser interpretado e também entende que para a compreensão semântica do nome próprio duas noções precisam ser consideradas: “a de *referente inicial* e a de *conteúdo* do nome próprio” (p. 168).

Já no tópico *Outras perspectivas*, ainda no mesmo capítulo, os autores resgatam e discutem as posições de Lyons (1979; 1987), para quem “enquanto os substantivos comuns são termos universais, os nomes próprios são termos particulares ou singulares” (p. 172), posição revista posteriormente pelo semanticista, que passa a considerar como necessário “o estudo do significado expressivo e do significado social da linguagem” (p. 173). Esses tipos de significado foram retomados no último capítulo desta obra. Amaral e Seide citam também neste capítulo a posição de Ullmann (1914-1976), que se pautava no significado descritivo dos antropônimos, tendo defendido a posição de Mill, precursor da teoria causal, o que não o impede de “reconhecer a existência de sentidos conotativos nos nomes próprios” (p. 173). O Quadro 6.1 – Definições sobre a semântica do antropônimo sintetiza os pontos de vista defendidos no capítulo seis. Considera-se aqui que o conteúdo dos capítulos cinco e seis é de caráter complexo e instigante e, como os demais, foi tratado de forma criteriosa pelos autores.

Enquanto nos capítulos de três a seis o foco foi a natureza dos antropônimos, temática discutida a partir de diferentes dimensões e enfoques teóricos, o penúltimo – “Antropônimos e léxico” – centra-se na relação entre nome próprio e nome comum, incluindo a questão da dicionarização dos nomes próprios de pessoas e de nomes comuns derivados de nomes próprios. A Figura 7.1 – Posição dos nomes próprios no sistema nominal –, adaptada pelos autores de Nübling, Fahlbusch e Heuser (2015, p. 28), visualiza num primeiro plano a relação entre nomes concretos e abstratos para, em seguida, demonstrar as diferentes categorias de nomes concretos. No lado esquerdo do organograma, situam-se os nomes próprios e, do lado direito, as três categorias de nomes de outra natureza (nomes comuns, nomes coletivos e nomes de massa). Os nomes próprios vinculam-se à Onomástica, e os nomes comuns ao léxico da língua. O bloco da Onomástica tem como traços a singularidade, a individualidade, a definitude, enquanto os

dos nomes comuns agrupam os traços contável/não contável; pluralizável/não pluralizável e abstrato.

O capítulo discute também casos em que os antropônimos dão origem a unidades do léxico comum, o que ocorre em *Estudos sobre os itens lexicais derivados de nomes próprios*, focando casos de nomes comuns derivados de nomes próprios, como os *epônimos* e os *deonomásticos*, embora os autores não se aprofundem nessa questão terminológica, tendo optado por chamarem “indistintamente de *formas derivadas* todas aquelas unidades que se originam de um nome próprio” (p. 180).

Ainda na esteira dessa temática, em *A presença de derivados de antropônimos em dados da língua portuguesa*, os autores destacam a questão da dicionarização de nomes comuns derivados de nomes próprios e discutem resultados de análise de uma amostra de dados extraída de dois dicionários monolíngues online – *Dicionário Aulete Digital (DAD)* e *Grande Dicionário Houaiss (GDH)* –, com o propósito de verificar “se os nomes fazem parte dos verbetes das obras, como são grafados e classificados e se há convergência de informação entre eles” (p. 180). No tópico *Nomes de invenções ou descobertas* os autores fornecem um rol de antropônimos que deram origem a nomes comuns por meio do Quadro 7.2 – Exemplos de antropônimos que deram origem a nomes de unidades de medida e do Quadro 7.3 – Exemplos de antropônimos que deram origem a nomes de partes da anatomia humana. Integra esse mesmo capítulo o tópico *Nomes de marca*, que discute casos de nomes derivados de marcas de produtos, como acontece com o item lexical *gilete*, que denomina genericamente qualquer lâmina de barbear e que tem origem no sobrenome do inventor da lâmina King Camp Gillete (1855-1932) (p. 184). O capítulo discute também outros dois temas: *Nomes comuns derivados de antropônimos ficcionais* e *Nomes de teorias, doutrinas e crenças*. As Tabelas 7.1, 7.2 e 7.3 reúnem a produtividade dos adjetivos *hercúleo*, *homérico* e *quixotesco*, derivados, respectivamente, dos antropônimos ficcionais *Hércules*, *Homero* e *Quixote*.

Já em relação a nomes de teorias, doutrinas e crenças, a Tabela 7.4 reúne exemplos significativos de antropônimos e respectivas formas derivadas com “ismo”, como ocorre, dentre muitos outros casos, com Buda → *budismo*; Darwin → *darwinismo*. Merece destaque neste capítulo o fato de os autores terem sustentado seus argumentos com informações fornecidas por dois dicionários monolíngues gerais da língua portuguesa online – *Dicionário Aulete Digital (DAD)* e *Grande Dicionário Houaiss (GDH)* –, além de dados extraídos do *Corpus do Português Web/Dialects* para subsidiar o fornecimento de dados estatísticos

sobre o uso contemporâneo dos fenômenos examinados que foram apresentados por meio das tabelas supramencionadas. Por fim, o Quadro 7.5 – Síntese do capítulo 7, a exemplo dos demais capítulos, de forma didática, fornece uma síntese do conteúdo discutido no sétimo capítulo.

Finalmente, o oitavo e último capítulo do livro distancia-se do estudo linguístico do antropônimo para debruçar-se sobre o “uso ficcional dos nomes próprios de pessoa e na escolha antroponímica em contextos migratórios” (p. 195). Para tanto, a temática foi discutida a partir de dois grandes tópicos: *Antropônimos e literatura* e *Antropônimos e migração*. O estudo de antropônimos fictícios é o objeto de investigação da antroponomástica literária. Os autores descrevem, nesse tópico, usos de nomes ficcionais cotejando-os com nomes reais “com base na noção linguística de norma”, trazendo também uma reflexão acerca das “especificidades do estudo da antroponímia ficcional” (p. 196), tomando em conta as particularidades da obra literária. Com o intuito de concretizar esse intento, Amaral e Seide examinam “usos baseados na etimologia dos nomes; usos baseados na norma linguística; e usos transgressores da convenção linguística” (p. 197), além da análise de exemplos que atestam o jogo estético de Paulo Leminski. Os casos examinados pelos autores mostram “casos nos quais a escolha é etimologicamente motivada, haja convergência, haja ironia entre as características da personagem e o significado etimológico do nome escolhido” (p. 199). O capítulo trata também da questão do uso de antropônimos fictícios na literatura com base na norma linguística, cujo estudo requer um paralelo entre o uso real e o fictício, o que, segundo os autores, no Brasil, ainda careceria de um maior contingente de pesquisas antroponímicas sistemáticas.

O tópico 8.1 é finalizado com dois tópicos que se entrelaçam, à medida que discutem a questão de *transgressores da convenção linguística* na literatura em termos de antropônimos fictícios com base na obra de ninguém melhor do que Paulo Leminski. Trata-se de uma abordagem enriquecedora para a compreensão da relação entre antroponímia e literatura, no caso, pautada em literatura específica sobre a obra do autor curitibano.

A segunda abordagem apresentada pelos autores no capítulo oito levanta e discute a questão da relação entre antroponímia e migração, discutindo dados acerca da antroponímia relacionada às imigrações japonesa e lituana no Brasil. Para tanto, valem-se de resultados de pesquisas recentes sobre o assunto: Nabão (2007): *O estudo de nomes próprios de nipo-brasileiros de Terra Roxa* e Seide (2017): *Antroponímia e migração: os nomes de brasileiros descendentes de lituanos*.

Em um país marcado por processos migratórios como o Brasil, esse enfoque dos estudos antroponímicos representa um campo fértil de pesquisa. Os reflexos dos contatos linguísticos na configuração dos antropônimos brasileiros carecem de maior documentação, e a formação de bancos de dados representa um imperativo para subsidiar a identificação das tendências da antroponímia brasileira nas diferentes regiões do país, particularmente a representativa de áreas de migração. O Quadro 8.10 – Síntese do capítulo reúne os principais tópicos abordados no capítulo.

Ao longo deste texto, teve-se como propósito pontuar, em cada capítulo, aspectos julgados relevantes para um texto introdutório, de modo que ao concluí-lo reitera-se o já registrado acerca da importância desta obra para os estudos onomásticos no Brasil.

As perspectivas apontadas pelos autores na conclusão do trabalho sinalizam para a necessidade de intensificação de pesquisas na área da Antroponímia/Antroponomástica no Brasil, um fértil campo de pesquisa. Espera-se que o conteúdo deste livro, ao mesmo tempo que desperte o interesse de novos pesquisadores, estimule os seus autores para novos desafios, novas publicações na área. Registrem-se, por fim, os cumprimentos aos autores pela qualidade do produto apresentado e os agradecimentos pela oportunidade de prefaciá-lo, tarefa realizada com muito prazer!

*Campo Grande, novembro de 2019.
Aparecida Negri Isquierdo*

INTRODUÇÃO

Os nomes próprios de pessoa fazem parte do nosso cotidiano e estão presentes em quase todos os atos que realizamos. Em uma apresentação pessoal, seja em um contexto formal, seja informal, empregamos nossos nomes. Para fazer referência a um amigo, um parente, um vizinho, uma personalidade, etc., citamos o nome de cada pessoa. Para chamar alguém, também é muito comum que usemos algum nome próprio se conhecemos uma ou mais denominações do indivíduo. Essas funções de nomeação, referência ou interpelação são comuns no dia a dia de qualquer cidadão.

Com frequência, encontramos notícias nos meios de comunicação sobre a escolha de nomes de pessoas célebres. A cantora Sandy, por exemplo, teve de explicar publicamente o motivo pelo qual escolheu o nome do filho, *Theo*, e afirmou que queria um nome simples, curto, que combinasse com o sobrenome (Lima), mas que não soasse muito estranho em outra língua (GONZÁLEZ, 2015).

Como o nome próprio é algo muito pessoal, sua alteração também é fato que desperta interesse. Um ano após a regulamentação da averbação do prenome e gênero de pessoas transgênero, a *Folha de S. Paulo* divulgou levantamento feito pela Arpen-Brasil (Associação Nacional de Registradores de Pessoas Naturais)

segundo o qual 2.033 pessoas mudaram de nome nesse período. Os dez prenomes mais escolhidos foram *Bernardo, Bruna, Maria, Pedro, Fernanda, Victor, Rafael, Gabriela, Rafaela e Julia* (MAIA, 2019).

Em período eleitoral, também sempre se dá repercussão midiática aos nomes de urna escolhidos pelos candidatos, como é o caso da análise apresentada por Martins J. (2018), para quem a diversidade e o exotismo de muitos nomes de urna indicam uma sociedade fragmentada e uma pobreza política.

Os fatos acima demonstram o interesse que todos temos em conhecer o nome do outro e falar sobre o assunto. Não se trata apenas de exemplos de fatos curiosos, mas de um objeto de estudo que pode ser de interesse de linguistas, psicólogos, sociólogos, cientistas políticos, juristas, etc. Nos estudos da linguagem, os nomes próprios de pessoa, denominados *antropônimos*, são tema de pesquisa há vários séculos.

A Onomástica é a área do conhecimento que tem como objeto de estudo os nomes próprios. Como os antropônimos constituem um subconjunto desses nomes, damos o nome de *Antroponomástica* à subárea da Onomástica que investiga os nomes próprios de pessoa. Esta obra, portanto, se insere no conjunto de trabalhos da Antroponomástica e tem como objetivo apresentar ao leitor uma descrição e uma análise dos nomes próprios de pessoa na língua portuguesa do Brasil.

Além desta introdução, o livro está organizado em 8 capítulos. No capítulo 1, apresentamos um panorama dos estudos onomásticos. Após a exposição de um breve histórico das pesquisas na área, são comentadas especificidades da história dos estudos antroponomásticos tanto no exterior quanto no Brasil. O objetivo é apresentar ao leitor um recorte do que se tem pesquisado sobre os nomes de pessoa.

No capítulo 2, tratamos dos nomes próprios como uma categoria de palavras da língua que inclui diferentes entidades que recebem um nome individualizado. São apresentadas e discutidas as características principais dos nomes próprios, o que nos leva a uma proposta tipológica de nomes próprios. Nesse mesmo capítulo, discutimos a presença dos nomes próprios na legislação brasileira.

A proposta tipológica dos nomes próprios apresentada no capítulo 2 serve como ponto de partida para o capítulo 3, em que tratamos especificamente da diversidade interna do conjunto de nomes de pessoa. Considerando a divisão entre nomes do registro civil e nomes não pertencentes ao registro civil, é apresentada uma classificação de antropônimos que inclui, no primeiro caso, prenome, sobrenome e agnome e, no segundo caso, apelido, hipocorístico,

pseudônimo, codinome, heterônimo, nome artístico, nome de guerra, nome religioso, nome social, nome de urna e nome parlamentar. Embora os critérios empregados para a distinção dos tipos de antropônimos sejam diferentes, o que se justifica pelo caráter linguístico e extralinguístico do nome próprio, acreditamos que a proposta tenha capturado grande parte das características relevantes da antroponímia brasileira.

Aspectos morfológicos e sintáticos dos antropônimos são abordados no capítulo 4, que se inicia com o tema da grafia, sempre lembrado na hora de se falar em nomes próprios. Em seguida, tratamos de questões como gênero, número e derivação morfológica. Na seção relativa à sintaxe, são analisadas as diferentes composições sintagmáticas em que o antropônimo pode ocorrer. O capítulo apresenta uma seção final com o tema da ausência/presença de artigo diante de antropônimos, que tem sido objeto de pesquisa de pós-graduação no Brasil desde os anos 1990.

Devido à proficuidade do tema, os aspectos semânticos dos antropônimos são tratados em dois capítulos. No capítulo 5, partimos das teorias da lógica e da filosofia da linguagem que se ocuparam do nome próprio. São discutidas as teorias que, desde o século XIX, têm inquietado os pesquisadores, incluindo a chamada descritivista ou teoria do sentido, a teoria referencial direta ou teoria causal e a teoria do predicado de denominação.

O capítulo 6 continua a discussão sobre a semântica do nome próprio, explorando as contribuições de um dos precursores da área, Michel Bréal, e também as de Saussure. Em seguida, são tratadas questões semânticas mais recentes e apontadas outras perspectivas de análise que extrapolam o quadro teórico de uma semântica mais formal.

A relação entre os nomes próprios e o léxico comum é tratada no capítulo 7. Em um primeiro momento, discutimos o processo de derivação dos nomes próprios. Em seguida, são analisados casos de itens derivados de antropônimos em língua portuguesa, tomando como exemplos as ocorrências de nomes de invenções ou descobertas, nomes de marca, nomes de antropônimos ficcionais e nomes de teorias, doutrinas e crenças.

O capítulo 8 está dedicado à interface entre o estudo linguístico e outras áreas de pesquisa. O estudo dos antropônimos dos textos literários é o foco da primeira seção, em que analisamos usos baseados na etimologia, usos baseados na norma, usos transgressores e ainda apresentamos uma análise da obra do poeta curitibano Paulo Leminski. Em seguida, analisamos casos de antropônimos em processos de migração, tratando de migrantes japoneses e lituanos.

Ao longo da obra, analisamos dados de diferentes fontes. Sempre que possível, procuramos discutir aqueles apresentados em diversos trabalhos de Onomástica e de áreas afins, publicados, no Brasil e no exterior, em artigos científicos, livros, dissertações e teses. Além disso, coletamos e analisamos dados de origens diversas, seja de sites institucionais, como o portal *Nomes no Brasil*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o *Portal da Transparência do Registro Civil*, seja de textos da imprensa nacional, como o jornal *Folha de S.Paulo*, seja de textos literários. Em outras situações, usamos também dados de introspecção, os quais sempre foram checados com falantes do português brasileiro. Acreditamos que a diversidade de dados contribui para uma melhor compreensão da nossa antroponímia.

Além da diversidade de dados, tivemos também uma preocupação didática: os oito capítulos são finalizados com uma seção em que procuramos sintetizar, de modo didático, o conteúdo tratado. Ao final do livro, apresentamos as considerações finais e perspectivas, com as quais pretende-se estimular o leitor a seguir as leituras sobre o tema. Em vários pontos do livro, há indicação de temas que merecem novas pesquisas. Isso se deve ao fato de que as pesquisas em Onomástica no Brasil, sobretudo as de Antroponomástica, precisam de maior investimento e de divulgação. Por esse motivo, procuramos também estimular o leitor interessado a explorar esse campo de estudo.

Para finalizar esta introdução, gostaríamos de registrar que esta obra é o resultado de uma parceria interinstitucional desenvolvida pelos autores. De um lado, o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, de outro, o Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Como intermediário, encontra-se o Grupo de Trabalho (GT) de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), do qual os autores fazem parte e que propiciou vários encontros presenciais e não presenciais para que este livro fosse, aos poucos, sendo idealizado e elaborado. Gostaríamos de agradecer aos colegas do GT, que sempre colaboraram com críticas e sugestões ao que apresentamos para o grupo. Um agradecimento especial deixamos à professora Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), que gentilmente aceitou prefaciá-la esta obra. Agradecemos também aos alunos dos cursos sobre Onomástica que sempre levantaram questões e apresentaram sugestões durante as aulas, tanto na UFMG quanto na UNIOESTE.

PANORAMA DOS ESTUDOS ONOMÁSTICOS

O nome de um homem não é algo como um manto, que pende simplesmente de seus ombros e que pode ser esticado e puxado a esmo; antes, é um traje que o veste perfeitamente, é como a própria pele, que cresce com ele e recobre seu corpo inteiro e que não se pode arranhar nem arreganhar, sem deixar alguém machucado.

Goethe (*De minha vida: poesia e verdade*)

Quando começa o interesse científico pelos nomes próprios? Onde se iniciam os primeiros estudos? O que têm feito os pesquisadores brasileiros para o desenvolvimento das pesquisas na área? Neste capítulo, apresentamos um panorama da história dos estudos onomásticos. Começamos pelas pesquisas no âmbito internacional e depois voltamos o foco para os trabalhos desenvolvidos no Brasil. Procuramos destacar, sempre que possível, a contribuição de entidades científicas, grupos de pesquisa e eventos importantes para a área.

Por *onomástica*, além do significado de ‘relação de nomes próprios’, compreendemos o estudo dos nomes próprios, analisados em seus diferentes aspectos gramaticais, etimológicos, sócio-históricos, geográficos, etc. Nesse sentido, constitui um campo autônomo do conhecimento, mas que possui interface com diferentes áreas, como linguística, história, antropologia, etc. Embora alguns autores já tenham procurado diferenciar os termos *onomástica* e *onomatologia*¹,

¹ Letelier (1906, p. 3) distinguia *onomástica* da *onomatologia*, considerando o primeiro como um “sistema jurídico de denominações utilizado em cada país para designar as pessoas” e o segundo como “ciência que estuda as origens etimológicas e as causas sociais da formação e desenvolvimento do nome próprio”.

e existam também aqueles que os consideram sinônimos, nesta obra usaremos o primeiro, que tem se consagrado ao longo do tempo.

1.1 BREVE HISTÓRIA DOS ESTUDOS ONOMÁSTICOS

O interesse pelos nomes próprios é antigo, embora seu estudo sistemático seja recente na história do conhecimento. De acordo com Hajdú (2002), o nascimento da Onomástica deveria ser buscado no Egito antigo de cinco a seis mil anos atrás, pelo menos no que se refere à identificação do seu objeto de estudo. Ao identificar os deuses e faraós em suas inscrições, os egípcios diferenciavam os nomes comuns dos nomes próprios, tal como se observa no hieróglifo da Figura 1.1, que representa o nome de Cleópatra²:

Figura 1.1 – Reprodução de hieróglifo egípcio que representa o nome de Cleópatra



Fonte: Hajdú (2002, p. 7).

O interesse pelos nomes próprios pode ser encontrado em mitos, lendas e textos literários criados há milhares de anos. São várias as passagens bíblicas em que os autores se preocupam em explicar a origem de determinados nomes. No livro do Gênesis, explica-se o nome da cidade de Enoque: “E conheceu Caim a sua mulher, e ela concebeu, e deu à luz a Enoque; e ele edificou uma cidade, e chamou o nome da cidade conforme o nome de seu filho Enoque” (Gênesis, 4, 17). De forma semelhante, vincula-se o nome Pedro ao significado de ‘pedra’ em Mateus (16, 18): “Pois também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela” (em grego, Πέτρος, *Petros*, de πετρα ‘pedra, rocha’; em hebraico, כפיס).

Hesíodo também demonstrou interesse em explicar a origem de um nome próprio. Na seguinte passagem de *Teogonia: a origem dos deuses*, é possível observar que o nome do cavalo alado Pégaso se explica pelo fato de ter nascido próximo às águas de Oceano (em grego πηγή significa ‘fonte’) e o de Aurigládio

² Cf. também Gardiner (1957, p. 14-15).

(também chamado Crisaor) por portar uma espada de ouro (em grego, χρυσό significa ‘ouro’):

Dela [Medusa], quando Perseu lhe decapitou o pescoço,
surgiram o grande Aurigládio e o cavalo Pégaso;
tem este o nome porque ao pé das águas do Oceano
nasceu, o outro com o gládio de ouro nas mãos,
voando ele abandonou a terra mãe de rebanhos
e foi aos imortais e habita o palácio de Zeus,
portador de trovão e relâmpago de Zeus sábio
(HESÍODO, 1995, p. 121, versos 280-286).

Os filósofos gregos se interessavam pela relação entre os nomes e os referentes, como se observa, por exemplo, em *Crátilo*, de Platão. No início da obra, Sócrates e Hermógenes discutem quais seriam as propriedades do nome. Essa relação foi objeto de estudo de muitos lógicos e filósofos ao longo dos estudos científicos ocidentais. O interesse pelo estudo específico dos nomes próprios, no que esses teriam de peculiar, isto é, em suas características exclusivas, é mais recente. O fato de a preocupação com os nomes próprios ser antiga mas as pesquisas específicas sobre este objeto de estudo serem recentes leva Hough (2016, p. 1) a afirmar que os estudos onomásticos são, ao mesmo tempo, antigos e novos.

No século XVI, conforme aponta Hajdú (2002, p. 14), as nomenclaturas, como um gênero especial de dicionários que continham rico material de nomes próprios, começam a se tornar comuns. Como exemplo, Nicodemus Frischlin, filólogo, poeta e professor da Universidade de Tubinga (Alemanha), publica, em Frankfurt am Main, no ano de 1586, um *dicionário* de nomes trilingue (grego, latim e alemão), intitulado: *Nomenclator trilinguis, graeco-latinogermanicus, continens omnium rerum, quae in probatis omnium doctrinarum auctoribus inveniuntur, appellationes*. É necessário destacar também a importância que calendários cristãos e martirologios tiveram na atribuição dos nomes ao longo da história. O primeiro martirologio, atribuído erroneamente a São Jerônimo, foi elaborado no século IV d.C. No exemplo abaixo, retirado de um exemplar do século XVIII, pode-se ler o conteúdo referente ao dia 2 de janeiro.

Figura 1.2 – Fragmento do *Martirologio Romano* publicado em Lisboa no ano de 1748



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.³

Os nomes de santos e mártires da Igreja sempre tiveram importância na atribuição de nomes e, conforme será visto no capítulo 3, nomes cuja origem se relaciona com o cristianismo estão até hoje entre os mais escolhidos.

Em muitos países europeus, grande parte dos estudos onomásticos iniciais se concentra na pesquisa da origem dos nomes, isto é, em aspectos etimológicos, observando-se a evolução dos nomes ao longo do tempo e das línguas. Esse interesse está presente em obras do século XVIII, como é o caso de *Onomástico etimológico de la lengua gallega*, publicado em 1758 pelo Padre Martín Sarmiento (1695-1772), e continua em voga no século seguinte. Em 1824, o poeta e político

³ Disponível em: <http://purl.pt/17321>. Acesso em: 25 jan. 2020.

francês Eusèbe Salverte (1771-1839) publica *Essai historique et philosophique sur les noms d'hommes, de peuples et de lieux, considérés principalement dans leur rapports avec la civilisation*. Na obra, o autor trata não só de questões sócio-históricas, mas também inclui comentários gramaticais e pragmáticos sobre os antropônimos em diferentes idiomas.

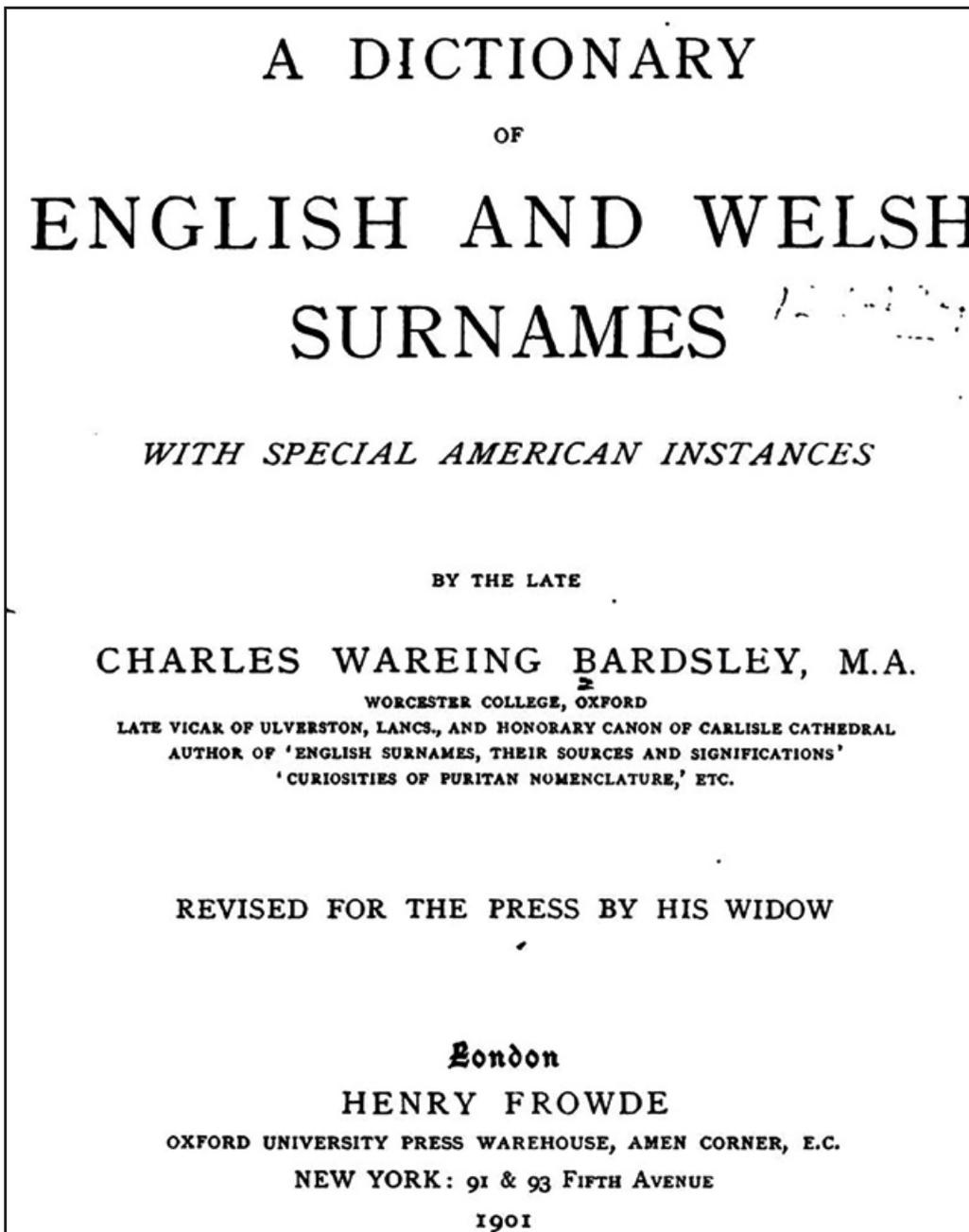
Com o desenvolvimento dos métodos de pesquisa filológica no século XIX, acentuam-se os estudos comparativistas, que também se ocupam da história dos nomes. De acordo com Hajdú (2002, p. 22), em vários países os estudos onomásticos tiveram início nos primeiros anos do século XIX (Inglaterra, Irlanda, Noruega, Suécia, Dinamarca, Países Baixos, Itália, Hungria, África do Sul, Japão, Austrália, etc.). Em outros, tais estudos começaram na metade do século (Suíça, Eslovênia, Croácia, Estados Unidos, Estônia, Rússia, etc.) e, no final do mesmo século, começaram os estudos onomásticos em outros países (Escócia, Islândia, Romênia, Finlândia, Lituânia, Polônia, Bulgária, Espanha, Portugal, México, etc.). Com relação aos estudos onomásticos na Lituânia, ressalte-se o estudo pioneiro de Būga, cuja maior contribuição para a área consistiu na recuperação dos nomes dos duques da Lituânia mencionados em crônicas históricas narradas em outros idiomas (a saber: russo, alemão e polonês) (ZINKEVIČIUS, 1979, p. 93).

Esse aumento gradativo do interesse pelo estudo dos nomes próprios a partir do século XVIII fez com que o termo *onomástico*, do grego ὀνομαστικός, *onomastikós*, usado com a acepção de ‘lista de nomes próprios’, passasse a ser usado, posteriormente, com a acepção de ‘estudo dos nomes próprios’⁴. Com efeito, o dicionário etimológico de Cunha (1986) data do século XIX o substantivo feminino *onomástica*.

A virada do século XIX para o século XX presenciou um aumento geral na investigação de nomes próprios em todo o mundo. Até então, eram os nomes da Antiguidade que estavam no foco dos estudiosos. Charles Bardsley (1843-1898) é um dos autores dessa época. A figura abaixo mostra a capa de uma obra do autor, que constitui um dicionário de sobrenomes ingleses e galeses publicado na Inglaterra no ano de 1901.

⁴ Vejam-se as informações etimológicas para o vocábulo francês *onomastique* no *Centre national de ressources textuelles et lexicales*, disponíveis em: <http://www.cnrtl.fr/etymologie/onomastique>.

Figura 1.3 – Capa de dicionário de Bardsley (1901)



Fonte: Internet Archive.⁵

⁵ Disponível em: <https://archive.org/details/adictionaryengl00goog/page/n2>. Acesso em: 25 jan. 2020.

No século XX, a partir da influência dos diversos campos linguísticos, os pesquisadores começam a estudar os nomes próprios considerando aspectos gramaticais, sociais, discursivos, etc. Diferentemente do século anterior, volta-se a atenção para os nomes nacionais. Em geral, a preferência é pela pesquisa de nomes de lugares e de pessoas. Na França, Albert Dauzat (1877-1955), que foi influenciado pelas obras sobre toponímia do historiador Auguste Longnon (1844-1911), torna-se referência para os estudos onomásticos. Dauzat estudou Direito e Letras na Sorbonne e defendeu sua tese em 1906. Continuou suas pesquisas na Escola Prática de Altos Estudos, onde atuou como professor e também diretor. É considerado referência nos estudos onomásticos. Entre as diversas obras do autor, podem-se citar: *Les noms de personnes: origine et évolution* (1925); *Les noms de lieux: origine et évolution; Villes et villages, pays, cours d'eau, montagnes, lieuxdits* (1926); *La toponymie française* (1939); *Les noms de famille de France. Traité d'anthroponymie française* (1945); *Dictionnaire étymologique des noms de famille et prénoms de France* (1951). Na Europa Ocidental, a Onomástica passou a ser mais divulgada a partir da publicação da primeira obra.

A mais antiga publicação sobre Onomástica disponível no *Portal de periódicos da Capes* é a de Holmes (1930). Este pesquisador investigou os nomes próprios de alunos de uma escola pública nos Estados Unidos que atendia uma comunidade de afrodescendentes estadunidenses. Em seu trabalho, Holmes faz menção a uma tese de doutorado defendida em 1927, na Suécia (MICHAELSON, 1927).

Em Portugal, José Leite de Vasconcelos (1858-1951) se destaca na história da Onomástica. O autor doutorou-se em Filologia em 1901 na Universidade de Paris, com a tese *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. É considerado um pioneiro nos estudos onomásticos de língua portuguesa, especialmente pela publicação, em 1928, de *Antroponímia Portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje*. A obra apresenta um estudo sistemático e pormenorizado dos antropônimos da língua portuguesa, incluindo aspectos etimológicos e gramaticais, entre outros, com farta exemplificação (VASCONCELLOS, 1928).

Foi Leite de Vasconcelos que, segundo o próprio autor, usou, pela primeira vez, em 1887, o termo *Antroponímia* para se referir ao estudo dos antropônimos. Em sua obra, o autor reconhece a existência de muitas espécies de nomes próprios, cujo estudo caberia ao que denomina de *Onomatologia*. Esta se subdividiria em *Toponímia* (“estudo de nomes locais”), *Antroponímia* (“estudo dos nomes

de pessoas”) e *Panteonímia* (“estudo de vários outros nomes próprios”), incluindo nesta a *Teonímia* (estudo “dos nomes dos deuses”) (VASCONCELLOS, 1928, p. 2)⁶. Alguns aspectos sobre a proposta tipológica do autor para os nomes de pessoa serão retomados no capítulo 3.

No século XX, importantes associações ou sociedades civis surgem em diferentes países com o objetivo de desenvolver pesquisas onomásticas. A título de exemplo, citam-se algumas dessas instituições no Quadro 1.1.

Quadro 1.1 – Instituições estrangeiras de pesquisa onomástica

Ano de fundação	País	Nome da instituição
1923	Inglaterra	<i>English Place-Name Society</i>
1926	Bélgica	<i>Commission royale de Toponymie et de Dialectologie</i>
1951	Estados Unidos	<i>American Name Society</i>
1961	França	<i>Société française d’Onomastique</i>
1967	Canadá	<i>Canadian Society for the Study of Names</i>
1981	África do Sul	<i>Names Society of Southern Africa</i>
1990	Alemanha	<i>Deutsche Gesellschaft für Namenforschung</i>

A produção científica da área levou à criação e à manutenção de várias revistas especializadas em Onomástica. Abaixo, citamos algumas:

- 1) *Acta Onomastica* (República Tcheca)
- 2) *Beiträge zur Namenforschung* (Alemanha)
- 3) *Journal of the English Place-Name Society* (Inglaterra)
- 4) *Journal of Scottish Name Studies* (Escócia)
- 5) *Namenkundliche Informationen* (Alemanha)
- 6) *Names: A Journal of Onomastics* (Estados Unidos)
- 7) *Nomina Africana: The Journal of African Onomastics* (África do Sul)

⁶ Nesta obra, conforme apontamos na Introdução, estamos adotando outra nomenclatura: a partir da proposta terminológica do ICOS, publicada em 2011, denominamos *Antroponomástica* ao estudo dos antropônimos e antroponímia ao conjunto desses nomes. Segundo essa mesma proposta, o campo de estudos de topônimos chama-se *Toponomástica* e o conjunto dos topônimos, toponímia.

- 8) *Noms: Revista de la Societat d'Onomàstica* (Espanha)
- 9) *Nouvelle revue d'onomastique* (França)
- 10) *Onoma: Journal of the International Council of Onomastic Sciences* (Suécia)
- 11) *Onomastica* (Polônia)
- 12) *Onomastica Uralica* (Hungria)
- 13) *Problems of Onomastics* (Rússia)
- 14) *Rivista Italiana di Onomastica* (Itália)

Nos séculos XX e XXI, também surgem pesquisas interdisciplinares, que criam uma interface entre os estudos linguísticos e a Antropologia, a Sociologia, a Literatura, etc. Com efeito, são muitos os estudiosos de outras áreas que têm se preocupado com a categoria dos nomes próprios. Pode-se, inclusive, dizer que, historicamente, os nomes próprios têm maior peso nos estudos de áreas diferentes da Linguística. A título de exemplificação, observamos que são pesquisados na Psicologia (MARTINS, 1991; LEITE, 2004), na Psicopedagogia (RUSSO, 2000), na História e na Antropologia (CHRISTIN, 2001), na Lógica e na Filosofia (BRITO, 2003; FERNÁNDEZ MORENO, 2006; KRIPKE, 1980; PÉREZ OTERO, 2006) e em várias outras áreas.

Essa interdisciplinaridade também pode ser observada na recente obra *The Oxford handbook of names and naming*, editada por Hough (2016). Além dos capítulos teóricos e das partes dedicadas à Toponomástica, à Antroponomástica, à Onomástica literária e à Sócio-onomástica, a obra apresenta diferentes estudos que relacionam a Onomástica com outras áreas do conhecimento, como Arqueologia, Psicologia, Dialectologia, Geografia, História, Linguística Histórica, Contato Linguístico, Direito, Lexicografia e Religião. Exemplos de pesquisas deste tipo são discutidos no capítulo 8 deste livro. Mais recentes ainda são as diferentes pesquisas que incluem novos tipos de nomes, além dos tradicionais antropônimos e topônimos. A obra citada inclui capítulos dedicados aos nomes de aeronaves, animais, objetos astronômicos, residências, locomotivas e embarcações. Nübling (2015) se dedica também a uma variedade grande de outros tipos de nomes, como eventos e acontecimentos sociais, fenômenos atmosféricos, etc. (cf. capítulo 2). Análises de grandes conjuntos de dados, comparativas ou não, têm sido facilitadas pelos avanços tecnológicos. Recentemente, a Linguística de Corpus e a disponibilização *online* de dados estatísticos sobre o registro de nomes têm contribuído para os estudos onomásticos.

Eventos de caráter internacional têm sido importantes para os estudos onomásticos. Pode-se citar aqui o *International Congress of Onomastic Sciences*, realizado pelos membros do *Conselho Internacional de Ciências Onomásticas* (<https://icosweb.net/drupal/>). A primeira edição ocorreu em Paris, no ano de 1938, e atualmente tem sido realizado de três em três anos, especialmente, mas não exclusivamente, em cidades europeias.

O antepenúltimo congresso do ICOS ocorreu em 2011, em Barcelona, e os respectivos anais foram publicados em 2014. O evento seguinte foi em 2014, em Glasgow e os anais referentes ao evento foram publicados em 2016. Em 2017, o congresso ocorreu em Debrecen, na Hungria, e os trabalhos lá apresentados foram publicados na revista Onomástica *Uralica*, no ano seguinte. A análise dos três últimos anais citados permite que se tenha uma ideia do que se estuda atualmente na área no âmbito internacional.

Uma revisão de literatura realizada em uma amostra de artigos publicados nos anais de 2014 evidenciou, por exemplo, a existência de pesquisas antroponomásticas recentes nas seguintes subáreas da disciplina: Antroponomástica ficcional; Antroponomástica comparada; Antroponomástica aplicada aos estudos da tradução, Antroponomástica histórica, Socioantroponomástica e investigações que estudam as mudanças jurídicas na antroponímia e sua relação com a sociedade (SEIDE, 2016b). Um estudo minucioso dos anais da ICOS publicados em 2016 revela a existência de mais uma subárea, a Antroponomástica aplicada, e ainda pesquisas voltadas a determinadas categorias de nomes próprios. A seção seguinte descreve e exemplifica cada uma delas.

1.2 ESTUDOS ANTROPONOMÁSTICOS EM ÂMBITO INTERNACIONAL

Conforme apontado na seção anterior, os congressos realizados pelo ICOS têm cumprido um papel importante na história dos estudos antroponomásticos. A diversidade dos temas abordados nas diferentes edições permite agrupar os trabalhos em diferentes áreas, como fazemos a seguir, a partir de ampliação da pesquisa de Seide (2016b).

1.2.1 Antroponomástica ficcional

Esta área de estudo reúne pesquisas cujo foco são os nomes de personagens fictícias, sejam elas oriundas da literatura, do cinema, do teatro ou de séries televisivas. Como exemplo de nomes fictícios de personagens de séries televisivas podemos citar a pesquisa de Benati (2014) sobre os nomes das personagens do seriado estadunidense *Lost*. Há também análise de nomes fictícios oriundos

de obras poéticas, como é o caso do estudo de Duda (2014) sobre os usos de nomes próprios de pessoa nas obras do romeno Mihai Eminescu. Focando os nomes ficcionais em prosa, Gonzales Cruz (2014) analisa os prenomes e apelidos nas obras de Manuel Scorza estabelecendo um paralelo entre a antroponímia peruana e a antroponímia ficcional do autor. Outra pesquisa digna de nota é a de La Torre (2014), que mostra como as práticas de nomeação de personagens na obra *New York Trilogy*, de Paul Auster, subvertem o pressuposto de univocidade e referencialidade dos nomes próprios de pessoa. Neste livro, esta área de estudo está contemplada no capítulo 8.

1.2.2 Antroponomástica comparada

Estudos deste tipo comparam dois ou mais sistemas antroponímicos entre si. Estela Ruiz (2014) pesquisa os nomes próprios de pessoas relacionados aos campos semânticos da alegria, da sorte e da abundância em várias línguas: no latim, no grego, no hebraico e nas línguas indígenas náuatle, maia e purépecha. Embora haja pesquisas como a de Ruiz em que prevalece a comparação como fim, muitas vezes as pesquisas se revestem, também, de um caráter aplicado, como é o caso de Mutusukawa (2014), em que a expressão de gênero nos nomes próprios de pessoa na língua japonesa é comparada com a da língua inglesa, tendo em vista o ensino de ambas as línguas como línguas estrangeiras. Como exemplo de comparação entre dois sistemas antroponímicos, cita-se o estudo de López Franco (2014) sobre os nomes mais frequentes em Montpellier, na França, e em Tlalnepantla de Baz, no México em 1970 e em 1975. Frequentemente, a comparação entre sistemas antroponímicos se faz necessária como um meio para se chegar a outros fins, como é o caso dos estudos de tradução, foco da próxima subseção deste capítulo, e dos estudos sobre a nomeação em contextos migratórios, tema abordado na segunda seção do capítulo 8 desta obra.

1.2.3 Antroponomástica aplicada aos estudos da tradução

A tradução pode ser vista como fruto de um processo de transposição de um enunciado expresso num idioma A para um idioma B, de tal modo que o leitor do texto B possa chegar a informações e conclusões não exatamente idênticas, mas aproximadamente equivalentes. Para tanto, o tradutor utiliza várias competências, entre as quais se destaca o domínio de ambos os idiomas. Considerando que os nomes próprios fazem parte da língua e que, em cada idioma, esses elementos apresentam características próprias (embora algumas possam ser compartilhadas quando se pensa em idiomas próximos), é preciso conhecê-las para que textos com nomes próprios sejam traduzidos de modo adequado. Percebe-se, assim, a

relação existente entre Antroponomástica e Tradução, também em se tratando de textos literários, entre a Antroponomástica literária e as já citadas disciplinas⁷.

A pesquisa realizada por Kvašytė (2014), por exemplo, mostra como nomes ficticiais derivados de nomes comuns de plantas foram traduzidos da língua oficial da Letônia para a língua lituana em um conto de fadas. Não relacionada aos gêneros literários, mas consequente de políticas linguísticas – sobre as quais discutiremos na próxima subseção deste capítulo – é a investigação realizada por Azhniuk e Azhniuk (2014) sobre como a transposição compulsória do nome civil dos cidadãos dos países do Leste Europeu sob domínio soviético para o idioma russo e a consequente transliteração para o alfabeto cirílico resultaram na proliferação de formas variantes de nomes e sobrenomes. Uma vez que a russificação dos sistemas antroponímicos fazia parte da política linguística soviética, o estudo desses pesquisadores também se insere numa outra área de estudo, como explicamos melhor a seguir.

Há também o estudo de Ojārs (2016), em que são descritas várias estratégias tradutórias com inclusão da adaptação ortográfica e morfossintática, recurso que não costumava ser visto como sendo de tradução. Nas proposições e discussões, chama a atenção a argumentação segundo a qual se os nomes próprios são passíveis de tradução, o são por eles apresentarem algum tipo de significado e se caracterizarem por seguirem uma ortografia e uma estrutura morfológica e sintática peculiares. Embora este livro não foque a tradução, questões linguísticas envolvendo a caracterização dos nomes próprios de pessoas são por nós tratadas nos capítulos 4, 5 e 6, nos quais recuperamos a polêmica a respeito do significado dos nomes próprios.

1.2.4 Política linguística antroponímica e jurisdição antroponímica

Regras referentes a como os nomes e sobrenomes podem ser atribuídos aos seus portadores, e a como ambos devem ser grafados e pronunciados, inclusive no caso daqueles que não estão no idioma oficial do país, podem gerar polêmicas, as quais, na Europa, costumam ser dirimidas por políticas linguísticas antroponímicas. Se, de um lado, diacronicamente, mudanças de política linguística foram motivadas por amplas mudanças envolvendo a soberania de estados-nações e suas línguas oficiais, de outro, hoje em dia, tais mudanças costumam ser motivadas pelos intensos e crescentes fluxos migratórios que caracterizam o continente desde 1960, aproximadamente.

⁷ Sobre o tema específico da tradução dos nomes próprios, veja-se Moya (2000).

Um exemplo de pesquisa histórica sobre políticas antroponímicas pretéritas é o da investigação de Tomescu (2014), que abrangeu o período do século XVIII aos dias de hoje na Romênia. Em seu trabalho, a pesquisadora mostra que houve uma relativização do sistema de nomes de pessoas na região em decorrência de uma política anterior estabelecida para obrigar os romenos a adotarem nomes húngaros. Estando em desacordo com tal política, houve uma reação de resistência: “a escolha de nomes cuja tradução a este idioma era impossível e o uso de nomes latinos” (SEIDE, 2016b, p. 1163). Reação semelhante foi motivada por uma política linguística adotada ao final do século XIX na província de Posen, numa região cujo território foi disputado por alemães e poloneses (WALKOWIAK, 2014). Essa região fez parte do Império Alemão de 1871 a 1910 e, hoje em dia, faz parte da Polônia. Dada a política antroponímica imperialista alemã de não registro de nomes poloneses e incentivo à adoção de nomes alemães, a população reagiu escolhendo “nomes que fossem poloneses e/ou eslavos e que não tivessem equivalentes na língua alemã” (SEIDE, 2016b, p. 1163).

No Brasil, não existem políticas linguísticas antroponímicas, apenas um conjunto de normas civis sobre atribuição de nomes, conforme mostramos no capítulo 2 deste livro, especificamente na seção 2.4. Assim como no Brasil, registram-se, em alguns países europeus, algumas possibilidades jurídicas de alterações do nome. Quando isso ocorre, surge o interesse de se verificarem ou as circunstâncias sociais que motivaram as mudanças ou se elas alteraram, de alguma forma, o modo tradicional de atribuição de nomes. Tratando de recentes mudanças jurídicas da Finlândia, Leino (2014) investigou o impacto de uma lei permitindo a mudança de prenomes por transexuais, e Paikkala (2014) o de uma lei que desobriga a esposa a adotar o sobrenome do marido por ocasião do matrimônio (SEIDE, 2016b, p. 1163).

Exemplos de pesquisas que congregam política linguística e jurisdição são as de Havlik (2016) e Jilková (2016), ambas relacionadas a questões normativas sobre como nomes próprios estrangeiros devem ser incorporados ao idioma tcheco. Segundo a política antroponímica adotada na República Tcheca, os nomes estrangeiros devem ser pronunciados tal qual o são no idioma original, e existem regras específicas visando à adaptação ortográfica. Não obstante este princípio fonológico, o princípio ortográfico (leitura dos nomes a partir da escrita, segundo interpretação da língua tcheca sobre relações entre grafemas e fonemas) também é seguido, ao menos no que concerne à pronúncia de nomes poloneses (HAVLIK, 2016) e húngaros (JILKOVÁ, 2016).

1.2.5 Antroponomástica histórica

As pesquisas de Tomescu (2014) e Walkowiak (2014) também poderiam fazer parte desta subseção, uma vez que tratam de hábitos atributivos pretéritos. Na sequência, apresentamos algumas pesquisas de viés histórico segundo o objeto de estudo investigado.

Conforme explicamos melhor no capítulo 3 deste livro, o prenome é o primeiro nome de uma pessoa, aquele pelo qual os pais querem que ela seja chamada e identificada no grupo social do qual faz parte. Um exemplo de pesquisa histórica sobre o prenome pode ser encontrado em Kallio (2016), que investiga o surgimento e o uso de prenomes femininos da Finlândia formados pelo sufixo *-iina* do século XIX ao século XX, com base em pesquisa documental dos nomes registrados em cartórios.

Outras pesquisas históricas focam os sobrenomes, os quais, em muitas línguas, são justapostos ao prenome e indicam a ascendência das pessoas. Abramowicz e Dacewicz (2014), por exemplo, investigam o surgimento e a evolução de sobrenomes na comunidade judaica da região nordeste da Polônia do século XVI ao século XVIII. Conforme mostra a pesquisa realizada, nessa comunidade, “os sobrenomes só ganharam estatuto hereditário e estável na segunda metade do século XIX, sob pressão do czarismo” (SEIDE, 2016b, p. 1162). Também adotando um ponto de vista histórico a respeito dos sobrenomes, Balodis (2016) investiga os sobrenomes letões que, etimologicamente, estão relacionados a nomes de profissão (como é o caso, por exemplo, do sobrenome português *Ferreiro*) e compara seu uso com o de sobrenomes de mesma origem etimológica em países próximos da Letônia: Alemanha, Polônia, Estônia e Lituânia.

Há também pesquisas que abrangem o estudo histórico da evolução do nome completo das pessoas. Este é o caso da pesquisa realizada por Tonda e Rossebastiano (2014), que investigam os nomes de italianos e descendentes de italianos que emigraram de Piemonte, na Itália, para o pampa argentino em três períodos, abrangendo os nomes dos migrantes, em 1886, e das primeira, segunda e terceira gerações de nascidos na Argentina, de 1886 a 1889, de 1966 a 1990 e 1991 a 2006, respectivamente. Outro exemplo de pesquisa com este viés é o estudo de Jordà (2016), relacionando a evolução e diversificação dos sobrenomes a movimentos migratórios em Barcelona de 1451 a 1900.

No capítulo 3 deste livro, descrevemos as diversas categorias de nomes próprios de pessoas, entre as quais estão os nomes que não são oficiais, isto é, que não fazem parte do nome civil que se registra em cartório, como é o caso dos

apelidos. Têm surgido cada vez mais pesquisas sobre estes nomes não oficiais, bem como sobre oficialização de hipocorísticos quando estes passam a ser registrados como prenomes.

Este tema é abordado por Nair e Scherr (2016), que investigam as ocorrências de hipocorísticos de nomes ingleses registrados em paróquias no período de 1540 a 1800. Especificamente sobre os apelidos, Felecan (2016) investiga como os professores de ensino médio são apelidados por seus alunos. Os processos de nomeação em contextos *online* e *offline* também têm sido alvo de investigações. Há também uma interessante pesquisa desenvolvida por Kaluzynska (2016) sobre como são os nomes artísticos de cantoras e prostitutas chinesas ao longo do século passado.

Boa parte das pesquisas divulgadas nos congressos promovidos pelo ICOS procuram relacionar linguagem e sociedade. No capítulo 8, em que tratamos da nomeação em contextos migratórios no Brasil, seguimos este viés. Uma pesquisa deste tipo é a de Frändén (2016), sobre como os sobrenomes de imigrantes são adaptados ao sistema antroponímico sueco, o qual considera a hipótese de que – tal como ocorreu com os nomes suecos nos Estados Unidos – os prenomes indicadores de identidade étnica podem não mais ser usados ao longo do tempo, porém os sobrenomes permanecem.

Uma pesquisa diferente por abordar um sistema onomástico não ocidental foi desenvolvida por Mabuza (2014), na África do Sul. Em muitas culturas africanas, a atribuição de nomes é feita com muito cuidado e após observação minuciosa do comportamento do recém-nascido, pois se acredita que o nome em si deve estar de acordo com a personalidade do nomeado, considerando a crença de que o nome tem o poder de modelar o comportamento do nomeado. Nesse contexto, Mabuza investiga a influência desta crença no comportamento das pessoas. Ele aplicou 500 questionários a estudantes universitários de uma universidade sul-africana e também analisou listagens de nomes de alunos da mesma instituição. Sua pesquisa contém evidências de que, na África do Sul, tendo em vista as expectativas sociais sobre como os portadores de um determinado nome deveriam se comportar, eles tendem a agir conforme essas expectativas. É esta conformidade que deixa, nos estudantes, a impressão de que o nome tem o poder de determinar a personalidade das pessoas.

Finalizando esta apresentação de pesquisas recentes no âmbito internacional, há ainda uma investigação sobre os nomes completos dos autores de artigo e nomes dos autores de artigos citados na plataforma de revistas médicas PubliMed. O objetivo dos pesquisadores foi o de verificar se havia viés ideológico

na política de citação de autores chineses em comparação com autores ocidentais em geral e, especialmente, autores cujos nomes indicam serem pesquisadores falantes nativos de língua inglesa. Os resultados da pesquisa mostram que, em sua maioria, autores chineses são citados por autores chineses e que um artigo publicado por autores chineses é três vezes menos citado pelos demais (CARSENAT; SHOKENMAYER, 2016). Percebe-se, nesse artigo, que o estudo dos nomes próprios é feito como um meio para elucidar as relações de poder implícitas no fazer científico da área da Medicina. Trata-se de uma pesquisa que mostra que o estudo dos antropônimos pode ser aplicado como um meio para se descobrir e investigar fenômenos políticos e ideológicos indicados pelos nomes com base em pesquisas baseadas em indexadores bibliométricos.

1.3 ESTUDOS ANTROPONOMÁSTICOS EM ÂMBITO NACIONAL

O interesse pelos estudos onomásticos no Brasil é muito recente, se comparado às pesquisas citadas neste capítulo. Isso se deve também à história dos estudos linguísticos no país, que são tributários da criação dos cursos de Letras e se intensificam com o início dos programas de pós-graduação.

De modo geral, a preocupação com a descrição linguística no Brasil é, historicamente, recente. Ao comentar o pensamento brasileiro sobre a língua portuguesa durante o período de 1820 a 1920, Pinto (1978) comenta a falta de formação e de informação linguística dos autores da época, o que se explica pelo pouco interesse institucional pelo tema. Segundo a autora, os trabalhos eram influenciados pelas polêmicas e geralmente continham argumentos de ordem subjetiva “postos a serviço das conveniências pessoais do interessado, ou de seus ideais nacionalistas” (PINTO, 1978, p. XLV). Deve-se ressaltar, entretanto, que essa experiência levou ao início do pressuposto da existência de uma realidade linguística brasileira em oposição à portuguesa, cujo incentivo teria vindo de Leite de Vasconcelos. Conforme a mesma autora, foi “sob a égide de um português que se abriu, a partir dos anos 20 [do séc. XX], novo ciclo de pesquisas da fala regional e, conseqüentemente, novos debates sobre a natureza da língua no Brasil” (PINTO, 1978, p. LVIII). A partir dos anos 20 do século XX, começam a ganhar força os estudos dialetais da língua portuguesa no Brasil. Entretanto, os autores da época não se debruçaram sobre características dos nomes próprios brasileiros.

Nos anos 30 do século XX, com a criação das primeiras faculdades de filosofia no Rio de Janeiro e em São Paulo, inicia-se um processo de “cientificação” dos estudos linguísticos no Brasil (ALTMAN, 1998). Mas, embora tenha havido

interesse pela inclusão da disciplina linguística nos currículos acadêmicos, tal como comenta Cavaliere (2014, p. 103) a propósito da posição de Antenor Nascentes, a universidade brasileira só teve a disciplina de Linguística institucionalizada em 1962, por resolução federal, conforme expõe Altman (2012, p. 17).

Estudos sobre nomes próprios eram realizados por pesquisadores de diferentes áreas (CARDOSO, 1961; DRUMOND, 1954; 1965). Carlos Drumond, por exemplo, etnógrafo da Universidade de São Paulo, realiza estudos etnolinguísticos dos nomes de lugares provenientes do bororo. Será este pesquisador o orientador de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, que, em 1980, defende a tese *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos* e dá início a um grande conjunto de pesquisas linguísticas que seguirão o caminho aberto pela pesquisadora.

Com relação aos antropônimos, Henrique Fontes (1885-1966) publica *Digressões Antroponímicas* em 1951, obra que apresenta aspectos etimológicos de um grande conjunto de antropônimos brasileiros. Mas é fundamental destacar aqui o trabalho de Rosário Farâni Mansur Guérios (1907-1987). Inspirado em pesquisadores europeus, como A. Dauzat e Leite de Vasconcelos, o autor publica, em 1949, o *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*, obra que teve sua segunda edição em 1968 e a terceira em 1981 (GUÉRIOS, 1981). Mansur Guérios foi docente na Universidade Federal do Paraná e membro da Academia Paranaense de Letras. Sua contribuição aos estudos onomásticos no Brasil é de extrema relevância para muitos trabalhos contemporâneos.

Os estudos sobre nomes próprios no Brasil na segunda metade do século XX passam a ter uma aproximação maior com a linguística e geralmente são desenvolvidos por docentes e alunos de instituições brasileiras de ensino superior. Desse modo, mais recentes ainda são as pesquisas de pós-graduação, já que os programas de pós na área de estudos linguísticos só começaram a ser criados no final dos anos 1960 e início da década de 1970. Em 1968, a Universidade Federal do Rio de Janeiro criou o primeiro programa de pós-graduação em Linguística e, nos anos seguintes, importantes instituições, como Universidade de São Paulo e Universidade Federal de Minas Gerais, criaram seus programas de pós-graduação na área de Letras. A partir de então, começam a ser desenvolvidas pesquisas de mestrado e de doutorado voltadas para os estudos lexicais, contemplando, ainda que de forma tímida, os estudos onomásticos.

Atualmente, também são desenvolvidas pesquisas em Onomástica em programas de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia, da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade Federal de Tocantins, da Universidade

Federal do Mato Grosso do Sul, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, entre outras.

Em 1986, é criado o Grupo de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), que se mantém ativo até os dias atuais. As atividades do grupo incluem pesquisadores de diferentes instituições que se ocupam dos nomes próprios, especialmente dos topônimos e antropônimos. Em 2015, o mesmo grupo criou a revista eletrônica GTLEX, sediada na Universidade Federal de Uberlândia e dedicada aos temas da lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia e onomástica.

1.3.1 Publicações sobre antropônimos no Brasil

Nesta seção, apresentamos um panorama das publicações sobre os estudos antroponímicos realizados no Brasil. Para tanto, nos valem da ferramenta de busca do Google Acadêmico para reunir pesquisas recentes na área. A busca foi feita no dia 10 de dezembro de 2018, abrangeu o período que vai de 2011 a 2018 e usou, como palavra-chave, o termo *antropônimo*. Após exclusão dos trabalhos que não foram realizados por brasileiros, não eram sobre antroponímia no Brasil, eram resumos ou projetos de pesquisa ou sobre o qual não se podia saber o ano de publicação, chegamos a uma listagem de 43 pesquisas. Complementando a revisão de literatura ora apresentada, reunimos dois capítulos da série *Ciências do Léxico* que tratam da antroponímia brasileira⁸.

Chegamos assim a um conjunto de 45 pesquisas recentemente publicadas sobre a antroponímia brasileira. A seguir, elas são apresentadas da seguinte maneira: primeiro descrevemos os capítulos de livro, seguindo-se a ordem cronológica de publicação e, na sequência, as publicações disponíveis *online*, as quais foram reunidas conforme o objeto de estudo e a metodologia adotadas. As pesquisas apresentadas em conjunto, portanto, adotam um mesmo viés ou seguem o mesmo paradigma de pesquisa ou focam objetos de estudo semelhantes.

Na coleção *Ciências do Léxico*, são publicados resultados de pesquisas antroponímicas no volume VII, publicado em 2014, e no VIII, publicado em 2018. No volume VII, sobre antroponímia brasileira, há um capítulo no qual Seide e

⁸ Cumpre informar que o primeiro volume foi publicado em 1998 e o oitavo e último em 2018. A série, publicada pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, reúne pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho em Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da Associação Nacional de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (ANPOLL), comentado na seção anterior.

Schultz apresentam uma proposta teórica e aplicada da utilização de um viés cognitivo e psicológico baseado na Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 2001 [1995]) para dar conta dos sentidos atribuídos aos nomes segundo as características presumidas de seus portadores (SEIDE; SCHULTZ, 2014). No último, VIII, Seide analisa e descreve duas tendências antroponímicas – a moda e a tradução na escolha de nomes numa comunidade de fala – com base em uma amostra de nomes registrados no cartório do município de Marechal Cândido Rondon na segunda metade do século passado (SEIDE, 2018).

Em 2011, é publicado um artigo que propõe uma classificação abrangente da antroponímia do Brasil (AMARAL, 2011a). Também representando uma contribuição para o aperfeiçoamento teórico e/ou metodológico da Antroponomástica, encontra-se a pesquisa de Henriques (2011), que discute as concepções de Ferdinand de Saussure sobre os nomes próprios, a discussão sobre a existência de sentido dos nomes próprios, para linguistas e para gramáticos, realizada por Mendes (2012) e a apresentação da área da Sócio-Onomástica feita por Frai (2016).

Encontramos também pesquisas do tipo revisão de literatura, como o trabalho de Seide (2016b) já citado e o realizado por Simões Neto e Rodrigues (2017). Seide procura divulgar ao público brasileiro as pesquisas realizadas no âmbito internacional e classificá-las tendo por base as metodologias empregadas pelos pesquisadores e seus objetos de estudo. Simões Neto e Rodrigues reúnem e analisam pesquisas realizadas no Brasil sobre os processos morfológicos envolvidos na criação de nomes não oficiais, tendo por base uma pesquisa que compara os nomes e sobrenomes mais frequentes em Portugal e no Brasil feita por um pesquisador português (CASTRO, 2004), um livro de Mexias-Simon e Oliveira (2004) sobre a antroponímia fluminense do século XX e publicações relacionadas ao projeto de pesquisa “Todos os nomes: análise histórica, etimológica e mórfica da antroponímia baiana”, coordenado por professores da Universidade Federal da Bahia e que inclui o estudo da antroponímia baiana do século XX.

Algumas pesquisas, entre as elencadas nesta revisão de literatura, almejam a descrição linguística dos nomes próprios das pessoas. Massini-Cagliari (2011) analisa como nomes de origem estrangeira são grafados e provavelmente pronunciados em cantigas medievais ibéricas e atualmente no português brasileiro de modo a elucidar processos de adaptação fonológica. Gonçalves (2004), por sua vez, propõe uma análise dos processos morfológicos de abreviação de nomes (hipocorização) a partir da interface entre a Fonologia e a Morfologia. Lima (2017) estuda as especificidades da formação de hipocorísticos de nomes compostos como *Malu*, forma abreviada de *Maria Luíza*. Apenas uma pesquisa adota

viés prescritivo: Simões (2013) descreve e analisa o uso linguístico em desacordo com as regras de uso de maiúscula em textos de alunos universitários brasileiros.

Há também oito artigos oriundos da Sociolinguística que procuram esclarecer o uso de artigo definido antes do nome próprio de pessoa no português do Brasil e tentam relacionar o seu uso a variáveis geográficas e sociais. Há uma investigação deste fenômeno linguístico na capital do estado do Espírito Santo, tendo por base uma amostra de vinte entrevistas orais realizada em 2002 (CAMPOS JÚNIOR, 2012) e outra baseada em dados orais coletados em Serra Talhada, município situado no sertão pernambucano (SIQUEIRA, 2014).

Também tendo por base dados da linguagem oral, Menon (2016) compara os usos registrados em dois bancos de dados, um gerado em Curitiba e outro em João Pessoa em 1990. Também de natureza comparativa e baseada em dados orais, a pesquisa de Sedrins, Pereira e Silva (2017) contrasta o uso do artigo em duas cidades pernambucanas e a de Dias e Faria (2017) o faz comparando dados orais de duas cidades mineiras.

Um pouco distinta é a pesquisa de Carvalho (2017). De natureza sociointeracional, sua investigação evidencia a influência do contexto e do interlocutor no uso de artigo definido com antropônimo na fala de jovens provenientes de Barra Longa (MG) e residentes na capital mineira. Também focando duas cidades mineiras, mas com viés histórico, Mendes (2017) analisa dados de linguagem escrita do período de 1875 a 1950 para procurar compreender como os usos de artigo antes do nome próprio de pessoa nas duas cidades vizinhas foi se tornando divergente. O último artigo sobre este tema foca os julgamentos e as crenças de moradores do município pernambucano de Serra Talhada sobre o uso do artigo antes dos nomes (PEREIRA; SILVA, 2018). Esse tema será aprofundado na seção 4.3 do capítulo 4 deste livro.

Uma quantidade maior de pesquisas tem por foco analisar um recorte da antroponímia contemporânea brasileira. Uma delas se destaca por focar no sistema antroponímico de uma nação indígena, população autóctone do Brasil. Lopes e Ferreira (2018) analisam, de um ponto de vista semântico e cultural, os nomes próprios de pessoas usados pelos habitantes das aldeias da Reserva Indígena Mãe Maria (cerca de 627 pessoas, segundo coleta de dados do posto de saúde da comunidade), localizada nas proximidades do município de Marabá, no estado do Pará. Trata-se de indígenas falantes da língua parkatêjê, um idioma filiado ao complexo dialetal timbira, o qual faz parte do tronco macro-jê. Os demais artigos analisam amostras de nomes não indígenas que nomeiam cidadãos que habitam diferentes partes do Brasil.

A pesquisa de Rodrigues e Coelho (2016) analisa os nomes de étimo germânico de uma lista de nomes de aprovados no vestibular de 2005 da Universidade Federal da Bahia. Outras pesquisas focam os nomes próprios de pessoas nascidas na região sul do país: há três que analisam amostras de nomes coletados na região oeste do estado do Paraná (SEIDE; GRESPLAN, 2013; VESCOVI, 2014; VESCOVI, 2016) e quatro baseadas em nomes coletados em municípios das regiões nordeste e centro-oriental do estado do Rio Grande do Sul (ECKERT, 2013; ECKERT; RÖHRIG, 2016a; ECKERT, 2017).

Além de todas se filiarem à Onomástica, são baseadas em amostras de nomes coletados em registros escritos. As pesquisas paranaenses baseiam-se em amostras de nomes registrados em cartório nos municípios de Toledo (SEIDE; GRESPLAN, 2013), Palotina (VESCOVI, 2014) e Maripá (VESCOVI, 2016), que são municípios vizinhos, todos pertencentes à região oeste do estado. Com base em amostra de nomes de alunos universitários, Eckert (2016; 2017) descreve e analisa os sobrenomes e os nomes mais frequentes dos estudantes do campus de Bento Gonçalves do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Focando outra região do estado, a região nordeste, Eckert investiga os nomes dos munícipes de Lajeado a partir de um elenco de nomes constantes numa lista telefônica do município de 2012 (ECKERT, 2013). Anos depois, também tendo por fonte nomes registrados em lista telefônica, analisou com Röhrig os nomes dos habitantes do município de Estrela, vizinho de Lajeado (ECKERT; RÖHRIG, 2016a).

Também com o intento de descrever uma parcela da antroponímia brasileira, encontra-se a pesquisa realizada por Amaral e Machado (2015), na qual são descritos e analisados os nomes de urna e os nomes parlamentares de vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto, situada no estado de Minas Gerais. Também focando nomes não oficiais no estado, Camilo (2011) investiga o uso de apelidos em anúncios fúnebres impressos nas cidades de Ouro Preto e Mariana e compara os modos como homens e mulheres são referenciados nesses textos.

Focando o processo que resulta na atribuição de um nome a um indivíduo, há duas pesquisas que analisam as motivações pelas quais os pais escolhem um nome para seu filho, em detrimento de outros. Seide descreve motivações contemporâneas para a escolha dos nomes com base em relatos e questionários escritos por universitários nascidos na década de 1990 do curso de Letras de uma universidade pública do oeste do Paraná (SEIDE, 2013a) e analisa em profundidade um recorte dos dados coletados com o fito de correlacionar o

significado originalmente religioso de nomes como *Cristina* (cujo significado etimológico é “cristã”) e *José* (como nome do progenitor de Jesus Cristo), à motivação informada para a escolha desses nomes e às mudanças no campo religioso havidas na região conforme dados do IBGE e pesquisas antropológicas (SEIDE, 2016a).

Encontramos também outras pesquisas descritivo-analíticas, mas que adotam um viés histórico e diacrônico. Sacerdote (2012) analisou, em um corpus de textos notariais medievais portugueses do século XIII ao século XVI, como se deu a formação, adoção e difusão de sobrenomes. Mesmo não sendo uma pesquisa que descreve os nomes próprios de pessoas no Brasil, consideramos sua pesquisa pertinente à antroponímia brasileira, tendo em vista que a antroponímia portuguesa foi para cá transplantada a partir do século XVI. Mariano (2013), por sua vez, analisou dados oriundos de uma irmandade baiana da segunda década do século XX, que mostram como os seus membros – homens afrodescendentes, livres e com profissão definida, portanto uma elite da população negra da época – revelam a constituição da antroponímia adotada por esta população. Também procurando descrever, historicamente, a antroponímia brasileira, Almeida (2015) se baseou nas informações disponíveis em um dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa do filólogo português José Pedro Machado para estudar as motivações para a adoção e manutenção, na antroponímia brasileira, de nomes cujo étimo remonta à língua grega ou à língua latina. Há também um estudo mais recente, no qual é analisada uma amostra de cartas das décadas de 1960 e 1970 endereçadas ao então senador acreano Guiomard Santos, pesquisa que apresenta algumas características da antroponímia do Acre daquela época (NOLASCO; HOSOKAWA, 2012).

Outra vertente de estudo foca os nomes de personagens literárias, isto é, a antroponímia ficcional. Camara (2013) investiga a caracterização social de personagens realizada por meio da nomeação via atribuição de hipocorístico às personagens nas obras *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba* e *Dom Casmurro*. Queirós (2015) analisa a etimologia dos nomes e dos sobrenomes das personagens da obra *Terras do Sem Fim*, de Jorge Amado, publicada em 1987. David e Siqueira (2014), por sua vez, investigam os nomes ficcionais do conto “João Boi”, do escritor goiano Bernardo Élis, o qual foi publicado no livro *Apenas um violão*, em 1984. Eckert e Röhrig (2016b), por sua vez, analisam os nomes de personagens no romance *Ubirajara*, de José de Alencar, publicado em 1874, e Eckert e Röhrig (2018) nas obras *São Bernardo* e *Vidas Secas*, publicadas por Graciliano Ramos em 1934 e em 1938, respectivamente.

Também focando textos fictícios, Silva (2016) compara e analisa como três tradutores brasileiros traduziram os nomes próprios de um conjunto de tiras da personagem Mafalda, criada por Quino, e verifica as diferentes estratégias adotadas, bem como as divergências entre as traduções. Nos limites entre realidade e ficção, estão as reflexões de Camargo (2018) sobre o uso de heterônimos e pseudônimos por parte de um jornalista brasileiro e um cronista português contemporâneos. Outra pesquisa sobre os usos de funções dos nomes próprios em textos escritos não literários é a de Bassetto (2013), que aborda recursos coesivos lexicais e recursos de construção discursiva dos referentes que contêm nomes próprios.

Nesta seção, fizemos referência a 45 pesquisas sobre nomes próprios de pessoa que foram publicadas de 2011 a 2018, as quais evidenciam a diversidade e a riqueza desta área de estudo. Ao longo deste livro, serão contempladas muitas das áreas de estudo ora mencionadas.

1.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

O Quadro 1.2 expõe alguns tópicos importantes discutidos neste capítulo sobre a história dos estudos onomásticos.

Quadro 1.2 – Síntese do capítulo 1

1. O interesse pelos nomes próprios é antigo, mas seu estudo sistemático e científico é recente, já que teve início no século XIX e se acentuou no século XX.
2. José Leite de Vasconcelos (1858-1951) foi pioneiro nos estudos onomásticos em língua portuguesa e suas publicações são referência para muitas pesquisas posteriores.
3. No Brasil, os estudos onomásticos se desenvolveram com a institucionalização da Linguística e o desenvolvimento de programas de pós-graduação em Letras e em Linguística na segunda metade do século XX.
4. Entre os primeiros pesquisadores brasileiros de onomástica, destacam-se Rosário Farani Mansur Guérios (1907-1987) e Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.
5. Há diversas revistas especializadas, organizações e congressos internacionais que promovem os estudos onomásticos. No Brasil, esta promoção é feita por alguns programas de pós-graduação em Letras e/ou Linguística e pelo Grupo de Trabalho Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da Associação Nacional de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (ANPOLL).
6. Uma revisão de literatura nacional e internacional para o período de 2011 a 2018 evidenciou, além da Sócio-Onomástica como campo de pesquisa do estudo dos nomes próprios de pessoas (Socioantroponomástica), outras diferentes áreas, como:
 - a) Antroponomástica ficcional;
 - b) Antroponomástica comparada;
 - c) Antroponomástica aplicada aos estudos da tradução;
 - d) Política linguística e jurisdição antroponímica;
 - e) Antroponomástica histórica.

A CATEGORIA DOS NOMES PRÓPRIOS

Neste capítulo, apresentamos informações básicas sobre a categoria dos nomes próprios. Como as gramáticas sempre contêm alguma explicação, ainda que mínima, sobre essas unidades linguísticas, retomamos a discussão presente em obras gramaticais de cunho tradicional e em outras de cunho descritivo.

Em um segundo momento, respondemos à seguinte questão: o que são os nomes próprios? Partimos das características levantadas por vários autores para, então, propor uma definição que servirá para as discussões ao longo desta obra. Na última seção, são apresentadas algumas das diferentes tipologias de nomes próprios encontradas na literatura sobre o tema. Ao final, propomos uma classificação tipológica que abrange uma gama bastante diversificada de nomes próprios.

2.1 NOMES PRÓPRIOS E A GRAMÁTICA TRADICIONAL

Atribui-se a Dionísio da Trácia (séc. II-I a.C.) a distinção encontrada até hoje nas gramáticas tradicionais entre nome apelativo (ou nome comum) e nome próprio¹. Em uma das primeiras gramáticas da língua portuguesa, já se nota a

¹ Chapanski (2003), por outro lado, destaca que a diferença entre nome próprio e nome comum e muitos dos exemplos de Dionísio da Trácia são, na realidade, dos filósofos estoicos.

distinção clássica entre nome comum e nome próprio. João de Barros (1496-1570), retomando os latinos, afirma que o nome próprio é aquele que se atribui a uma só coisa, como *Lisboa*, e nome comum aquele pelo qual entendemos muitas coisas do gênero, como *cidade*. Nas palavras do autor:

Nome próprio é aquelle que se nam póde atribuir a mais que a hũa só cousa, como este nome Lisboa, por ser próprio desta cidade, e nam convem a Roma: nẽ ô de Çesar, a Cipiam, però se dissẽmos cidade, que ç geral nome a todas, entam será comũ. E por este nome hómẽ, assy entendo Çesar e Cipiam, como todolos outros hómẽes. Assy que com razam diremos nome próprio ser aquelle per que entẽdemos hũa só cousa, e comũ pelo qual entẽdemos muitas da quelle gẽnero (BARROS, 1540, p. 5).

Os gramáticos de Port-Royal mantiveram a distinção clássica, apesar de terem associado a distinção a ideias que os seres humanos têm, como mostra o fragmento abaixo. Note-se, ainda, que os autores já anunciam uma relação de entidades que recebem nome próprio ou que, nas suas palavras, representam uma coisa singular: ser humano, cidade, etc.

Temos dois tipos de ideias: o primeiro representa para nós apenas uma coisa singular, como a ideia que cada um tem de seu pai, de sua mãe, de um tal amigo, de seu cavalo, de seu cão, de si mesmo etc.

O segundo nos representa muitos semelhantes, aos quais essa mesma ideia pode convir, como a ideia que tenho de um homem em geral, de um cavalo em geral etc.

Os homens sentiram a necessidade de nomes diferentes para esses dois tipos de ideias. Chamaram *nomes próprios* aqueles que convêm às ideias singulares, como o nome *Sócrates*; o nome *Paris*, que convém a uma cidade chamada *Paris*.

E chamaram *nomes gerais* ou *apelativos* os que significam as ideias comuns, como a palavra *homem*, que convém a todos os homens em geral, como também palavras como *leão*, *cão*, *cavalo* etc. (ARNAULD; LANCELOT, 2001, p. 36).

As gramáticas normativas de língua portuguesa costumam incluir os nomes próprios na categoria dos nomes ou substantivos, dividindo-a em nomes (ou substantivos) próprios e nomes (ou substantivos) comuns ou apelativos². Como

² Diferentemente das obras citadas, em uma obra gramatical da língua espanhola, Di Tullio (2005) distingue os substantivos próprios dos nomes próprios, embora reconheça que normalmente coincidem, como em *Gabriel García Márquez*. O argumento que sustenta a distinção da autora é que há nomes próprios formados por substantivos comuns, como em *Cem anos de solidão* ou por uma combinação de substantivos comuns e substantivo próprio, como em *Universidad Nacional do Comahue*. Por outro lado, ainda conforme a autora, os substantivos próprios podem aparecer em SN que não é um nome próprio, uma vez que não designa uma entidade única: *a Buenos Aires da minha infância* (*el Buenos Aires de mi infancia*); *todos os García da lista telefônica* (*todos los García de la guía telefónica*); *um tal Pérez* (*un tal Pérez*). Construções como estas últimas serão abordadas no capítulo 4.

se observa, essa é uma classificação que tem longa tradição nos estudos gramaticais.

Entre as gramáticas publicadas nas últimas décadas, a de Cunha e Cintra (2008, p. 192), por exemplo, afirma que os nomes próprios são aqueles que designam determinado indivíduo da espécie (designação específica), como *Pedro*, *Brasil* e *Lisboa*, que se aplicam a um determinado homem, a um país e a uma cidade, e os nomes comuns, os que designam a totalidade de seres de uma espécie (designação genérica) ou uma abstração, como *homem*, *país*, *cidade*, que se empregam para nomear todos os seres e todas as coisas das respectivas classes. Bechara (2015, p. 119) aponta ainda que os substantivos próprios podem se aplicar a um objeto ou a um conjunto de objetos, mas sempre individualmente. Sendo assim, para o autor, cada *João*, cada *Isabel*, e cada *Açores* é uma pessoa ou ilha considerada como inconfundível pelas demais pessoas.

As gramáticas descritivas da língua portuguesa ampliam um pouco a visão tradicional, mas não chegam a se debruçar sobre as propriedades específicas dos nomes próprios. Recorre-se à diferença entre denotação e conotação, apontando para o fato de que o substantivo comum denotaria e conotaria, ao passo que o substantivo próprio apenas denotaria (CASTILHO, 2010, p. 468). Também são identificadas como possíveis características: a) identificação de referente único; b) ausência de traços identificadores de uma classe; c) não descrição dos seus referentes; d) restrições referentes à propriedade de o nome ser quantificado ou contado, isto é, ser usado no plural; e) possibilidade de transcategorização (de substantivo próprio a substantivo comum); f) variação na forma (simples ou composta); g) variação quanto ao uso do artigo; h) possibilidade de comportamento sintático como um nome comum ao receber possessivos, demonstrativos, modificadores, etc. (NEVES, 2000).

Na próxima seção, apresentamos uma proposta de caracterização dos nomes próprios, que servirá como base também para as análises dos antropônimos nos próximos capítulos.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS NOMES PRÓPRIOS

Nesta obra, consideramos que os nomes próprios são unidades linguísticas desprovidas de traços semânticos identificadores de classe, que fazem parte do repertório linguístico do falante, possibilitando-lhe fazer referência a uma entidade única em um universo de conhecimento. Em textos escritos, possuem como marca gráfica a maiúscula inicial. As características dos nomes próprios se encontram descritas no Quadro 2.1.

Quadro 2.1 – Características gerais dos nomes próprios

NOMES PRÓPRIOS

- a) Possibilitam a identificação direta de um referente único em um universo de conhecimento compartilhado por emissor e receptor.
- b) Possuem capacidade de referir, independentemente da presença de determinante.
- c) Não apresentam traços semânticos identificadores de classe.
- d) São grafados com maiúscula inicial.

Quando dois falantes, por exemplo, falam sobre Elis Regina, identificam um referente único, que é a cantora brasileira Elis Regina Carvalho Costa (1945-1982). Nessa situação, ambos compartilham alguma informação, presente em seu universo de conhecimento, sobre a artista³. Pode ser que usem um artigo definido antes (*a Elis Regina*), mas esse artigo é dispensável. O antropônimo, por sua vez, não possui nenhum traço semântico que identifique uma classe de indivíduos, ou seja, não há nenhum traço em *Elis Regina* que identifique todos os possíveis indivíduos que tenham recebido ou que venham a receber esse nome⁴. Para as pessoas que já tiveram alguma informação sobre a cantora (incluindo o seu nome), o antropônimo *Elis Regina* faz parte do seu repertório lexical. Ao escrever o nome dela, esses falantes deverão – no sentido normativo – grafá-lo com inicial maiúscula. A maiúscula é, como afirma Gary-Prieur (2016, p. 51), condição necessária, mas não suficiente para categorizar o nome próprio: se aplica somente à linguagem escrita e as regras sobre seu uso podem variar de uma língua para outra (cf. capítulo 4).

Questões referentes à contabilidade, transcategorização e variação sintática são importantes para o estudo dos nomes próprios, mas não são definitórias. Nesse sentido, embora não se costume quantificar os nomes como em *duas, três, quatro... Elis Reginas*, seria possível ter uma construção como essa em situações em que houvesse mais de uma pessoa com o mesmo nome. Do mesmo modo,

³ Caso não haja nenhuma informação compartilhada sobre o referente, haverá uma associação inicial do antropônimo ao indivíduo. Nesta situação, a introdução do referente no discurso é feita por construções como *chama-se, é conhecido por*, etc., que configuram o que Amaral (2009a) chama de *função primária* do antropônimo, a saber, o uso do antropônimo para apresentar o nome de alguém.

⁴ Sobre a possibilidade de o antropônimo conter o traço [masculino] ou [feminino], veja-se o capítulo 5.

o fato de se poder mudar de categoria (de nome próprio para nome comum) não é uma característica definitiva do nome próprio, já que outros membros de outras categorias também o permitem. Por fim, o fato de o nome próprio poder integrar construções sintáticas com outros determinantes ou com modificadores, como em *Esta Elis Regina* e *A Elis Regina dos anos 1970*, não contribui para caracterizá-lo como categoria, já que outras unidades da língua também possuem possibilidade semelhante⁵.

2.3 TIPOLOGIA DOS NOMES PRÓPRIOS

Existe um grande número de entidades na nossa sociedade que recebem nomes próprios. A possibilidade de um ser receber um nome próprio está relacionada a questões históricas, jurídicas, administrativas, sociais e até mesmo pessoais. Por isso, quando muitos autores tratam dos nomes próprios, analisam, geralmente, uma classe bastante heterogênea. Várias tentativas de classificá-los têm sido apresentadas. A seguir, destacamos algumas e, posteriormente, apresentamos a proposta adotada nesta obra.

Allerton (1987, p. 73) apresenta uma classificação semântica, na qual inclui as seguintes subvariedades:

- a) Seres humanos (junto também com certos animais): *Sócrates; Jeremy Blenkinsop; Fido; Pégaso*.
- b) Navios, veículos e máquinas: *o Mayflower; (o) Discovery; o Expresso do Oriente*; etc.
- c) Lugares geográficos: *Marte; África; o (mar) Adriático; o (monte) Everest*; etc.
- d) Organizações sociais: *IBM; Rolls Royce*; etc.
- e) Publicações e obras de arte: *Times; O Barbeiro de Sevilha*; etc.
- f) Línguas e dialetos: *inglês; hindi*; etc.

Embora apresente essas seis categorias, o próprio autor reconhece que os limites entre elas são difíceis de estabelecer. Além do mais, não esgotam a classe de todos os nomes próprios. Nesta obra, não consideramos que nomes de línguas e dialetos possam ser considerados nomes próprios. Além de não serem escritos com maiúsculas, tal como acontece no inglês e em outros idiomas, são nomes

⁵ Essas questões serão tratadas com maior detalhe nos capítulos 4 e 5.

que possuem conteúdo lexical e, por isso, podem constituir entradas em obras lexicográficas.

Wilmet (1995a), por sua vez, distingue: nomes comuns essenciais, nomes próprios essenciais, nomes comuns acidentais e nomes próprios acidentais. São alguns dos exemplos apresentados pelo autor:

- a) *Nomes comuns essenciais*: nomes das letras do alfabeto e dos símbolos matemáticos; das entidades consideradas únicas (*céu, firmamento, paraíso*, etc.); dos pontos cardeais; das festas (*Natal*); dos períodos históricos; dos meses, dias, etc.; dos nomes *rua, boulevard*, etc. em, por exemplo, *morar na rua Lepic*; de organismos constituídos (*Senado*); dos períodos históricos (*Antiguidade*); dos períodos geológicos (*Mioceno*); das classes zoológicas e botânicas (*felino, lírio*); dos derivados de nomes próprios toponímicos (*um inglês*) ou patronímicos (*um jesuíta*)⁶; das alegorias poéticas (*as Suspeitas*).
- b) *Nomes próprios essenciais*: nomes de pessoas e animais; de cidades; de continentes, países, regiões, rios, etc.; de astros, planetas ou estrelas, etc.
- c) *Nomes comuns acidentais*: resultado de metonímia (*escutar Mozart*); de metáfora (*um Judas*); e também casos como *um (carro) Peugeot*.
- d) *Nomes próprios acidentais*: nomes de filmes, romances, peças, etc. (*Graziella, Si Versailles m'était conté*⁷..., etc.); placas de restaurantes, cafés, hotéis (*Georges Blanc* – nome próprio essencial do proprietário –, etc.).

Jonasson (1994), ainda que não tenha o objetivo de apresentar uma classificação de nomes próprios, reconhece a diferença entre os membros da classe. Sendo assim, a autora fala em membros centrais, que constituiriam um núcleo da categoria e que possuiriam um grande número de propriedades típicas, como *Sócrates* e *Paris*. Por outro lado, haveria os membros mais periféricos e menos típicos, como *a estrela Polar, a Loteria Nacional*, etc.⁸ (JONASSON, 1994, p. 22).

Entre os autores de língua espanhola, Bajo Pérez (2008) apresenta uma classificação mais extensa, na qual estão incluídos:

⁶ Em francês, escrevem-se com maiúsculas os nomes gentílicos.

⁷ Nome de uma produção cinematográfica franco-italiana da década de 1950.

⁸ No original, *l'étoile Polaire* e *la Loterie Nationale*.

- a) antropônimos (*Mónica; García*);
- b) entidades (*Iberia; Armani*);
- c) seres sobrenaturais e fantásticos (*Jeová; Belzebu*);
- d) animais e plantas (*Rocinante; Yggdrasil⁹*);
- e) objetos (*Colada* (espada); *La Cencerrona* (sino));
- f) topônimos ou geônimos (*León; Índia*);
- g) cronônimos (*agosto; 1961*);
- h) outros nomes próprios em algum grau (a letra *a*; a operação *Q*).

A lista apresentada pela autora é extensa e seria possível questionar se todos os elementos realmente são, de fato, nomes próprios, tomando como base as características expostas no Quadro 2.1. Por exemplo, quando se trata de nomes dos meses (*janeiro, fevereiro*, etc.) ou das letras (*a, b, c*, etc.), esses elementos são grafados com letras minúsculas e apresentam traços semânticos como os nomes comuns. Prova disso é que constituem entradas de dicionários, com aceção bem clara. De acordo com DAD, no verbete *janeiro*, lemos: “O primeiro mês do ano. (Com 31 dias.)” e no verbete *a*, encontramos: “1. A primeira letra do alfabeto; 2. A primeira vogal do alfabeto” listados nos dicionários.

Outro trabalho classificatório de grande envergadura é o de Van Langendonck (2007). O autor distingue os nomes próprios prototípicos dos nomes próprios não prototípicos. Entre os primeiros, estariam as seguintes classes:

- a) nomes pessoais (*Kevin* (prenome); *Johnson* (sobrenome); etc.);
- b) nomes de animais (*Fido*);
- c) nomes de furacões (*Edna*);
- d) nomes de lugares (*Londres*);
- e) nomes de objetos astronômicos (*Vênus*);
- f) nomes de construções, embarcações, etc. (*Torre Eiffel*; (navio) *Queen Elizabeth*);

⁹ Árvore de uma lenda norueguesa.

g) nomes de organizações e associações (*Organização das Nações Unidas; Associação de Tipologia Linguística*).

Os nomes não prototípicos são subdivididos pelo autor em nomes próprios contáveis e nomes próprios não contáveis. Entre os primeiros, encontram-se:

- a) nomes temporais (*1997; janeiro; Páscoa; Revolução Francesa; Segunda Guerra Mundial; etc.*);
- b) nomes de obras de arte, livros, jornais, filmes, etc. (*Mona Lisa; Hamlet; New York Times; Gladiador; etc.*);
- c) nomes de instituições conectadas com edifícios (*Banco da Inglaterra*);
- d) nomes comerciais e de marcas (*Ford*);
- e) nomes de moedas (*dólar*);
- f) nomes de números e letras (*cinco; b*).

Entre os segundos, são identificados:

- a) nomes de idiomas (*francês*);
- b) nomes de cores (*azul*);
- c) nomes de doenças (*aids*).

O que é indiscutível entre as classificações de todos os autores é a presença de antropônimos e de topônimos. Todos reconhecem que os nomes próprios de pessoa e os nomes próprios de lugares constituem categorias importantes, isto é, classes de elementos dentro do conjunto de nomes próprios. Considerando as diferentes propostas anteriores e as características dos nomes próprios apresentadas no Quadro 2.1, podemos identificar os seguintes tipos de nomes próprios no Quadro 2.2. Como pode ser visto, a proposta leva em conta critérios não somente linguísticos, mas também sociais. Parte-se do pressuposto de que os nomes próprios, por serem objetos transdisciplinares, não podem ser identificados apenas por um critério específico¹⁰.

¹⁰ Para uma crítica a respeito, veja-se o trabalho de Gary-Prieur (2016).

Quadro 2.2 – Proposta tipológica dos nomes próprios

1. Antropônimos (nomes de pessoas)
 - a) Nome civil: *Alfredo da Rocha Vianna Filho* (músico brasileiro).
 - b) Nome não civil: *Pixinguinha* (nome artístico do músico Alfredo da Rocha Vianna Filho).
 - c) Nome do mundo fictício: *Capitu* (personagem da obra *Dom Casmurro*).
 - d) Nome do mundo religioso (hierônimo ou hagiônimo): *São Joaquim*.
 - e) Nome do mundo mitológico (mitônimo): *Zeus*.
2. Topônimos (nomes de lugares)
 - a) Logradouro público: *rua 25 de março, avenida Paulista, etc.*
 - b) Localidades político-administrativas como cidades, estados, países: *Cuiabá, Mato Grosso, Brasil, etc.*
 - c) Acidente geográfico: *Serra do Espinhaço, Chapada Diamantina, Ilha de Marajó, etc.*
 - d) Planeta, estrela: *Marte, Sirius, etc.*
3. Organizações sociais públicas ou privadas
 - a) Entidade política: *Distrito Federal*.
 - b) Entidade administrativa: *Banco Central do Brasil*.
 - c) Associação: *Associação Brasileira de Linguística*.
 - d) Sociedade empresarial: *Latam Airlines Group S/A*.
 - e) Organização religiosa: *Igreja Católica Apostólica Brasileira*.
 - f) Partido político: *Partido Socialismo e Liberdade*.
4. Produtos da atividade humana
 - a) Obra (incluindo objetos) que o falante decide nomear: *Grande sertão: veredas* (livro), *Abaporu* (tela), *Jerônimo* (sino).
 - b) Objetos (fictícios) únicos: *Excalibur* (espada), etc.
 - c) Marca: *Colcci*.
 - d) Nome empresarial (estabelecimentos comerciais e empresas): *Pernambucanas, Padaria Leticia, etc.*
5. Animais individualizados
 - a) Animal de estimação ou de destaque: *Dolly* (ovelha clonada).
 - b) Animal fictício: *Bidu* (cão de história em quadrinhos).
6. Eventos individualizados
 - a) Período individualizado: *11 de setembro*.
 - b) Acontecimentos históricos: *Revolução Farroupilha*.
 - c) Festa: *Festa do Peão de Barretos*.
 - d) Fenômeno meteorológico: *Irma* (furacão)

Nos estudos linguísticos brasileiros, os topônimos têm sido, cada vez mais, objeto de subclassificações. No caso dos antropônimos, no Brasil, embora a literatura estrangeira apresente várias propostas tipológicas, as discussões a respeito são ainda incipientes. Com relação aos antropônimos ficcionais, sua investigação tem sido feita por estudiosos da literatura (cf. capítulo 8 deste livro). A propósito, cumpre observar que os nomes mitológicos apresentam características em comum com os ficcionais, mas eles se diferenciam entre si. Enquanto os seres mitológicos formam um sistema fechado e não é possível remontar ao ato de batismo dos seres nomeados, o conjunto dos nomes e das personagens fictícias está sempre em expansão e o ato batismal é recuperável, já que o autor da obra literária é quem nomeia as personagens que cria.

2.4 NOMES PRÓPRIOS E LEGISLAÇÃO

Várias categorias de nomes próprios estão previstas em lei. Basta pensar nas normas existentes para atribuição de nomes aos lugares, às sociedades empresariais e, sobretudo, aos seres humanos. A seguir, serão comentadas algumas normas jurídicas que servem para demonstrar a importância dos nomes próprios na legislação nacional e até mesmo internacional.

Com relação aos topônimos, no final dos anos 40 do século XX, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas verifica a necessidade de estabelecer regras para a padronização de nomes geográficos (TEUTSCH, 2016, p. 561). Após discussões realizadas na década seguinte, é formado o Grupo de Especialistas das Nações Unidas em Nomes Geográficos (UNGEGN, sigla em inglês), órgão colegiado e consultivo do Conselho. O grupo, composto por especialistas em linguística e geografia, realiza congressos periódicos para discussão de temas relacionados à padronização de topônimos. Atualmente, é um dos sete grupos de especialistas do Conselho da ONU, com mais de 400 membros de 100 países (UNITED, 2017).

No que se refere à legislação brasileira sobre atribuição de nomes próprios de lugares, pode-se citar a Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que estabelece os requisitos para a criação de novos municípios. Vejam-se, abaixo, alguns dos seus dispositivos:

Art. 9º - Visando a eliminar a repetição de topônimos de cidades e vilas, são estabelecidas as seguintes regras:

I - quando duas ou mais localidades tiverem a mesma denominação, promover-se-á a alteração do topônimo, ficando com a denominação original a de mais elevada categoria administrativa ou judiciária, na seguinte ordem de

precedência: capital, sede de comarca, sede de município e sede de distrito;

II - no caso de haver mais de uma localidade com o mesmo nome, este prevalecerá para a que o possuir há mais tempo;

III - na designação de novos topônimos, não serão utilizados designações de datas ou nomes de pessoas vivas.

Art. 10 - Serão admitidas exceções às regras do artigo anterior, quanto ao direito de prioridade à nomenclatura, se acorrerem motivos imperiosos, mediante acordo entre as Unidades Federativas interessadas.

Entre as normas estabelecidas, destaca-se a proibição de que sejam utilizadas designações de datas ou nomes de pessoas vivas (art. 9º, inciso III). Além disso, observa-se que o texto legal estabelece critérios para a alteração de localidades homônimas (art. 9º, incisos I e II), mas o art. 10 admite exceções. Por esse motivo, encontramos, em unidades federativas diferentes, municípios com os mesmos nomes, conforme exemplos apresentados no Quadro 2.3. Ainda sobre a questão da eliminação da repetição de topônimos, o art. 13 determina que os projetos de criação ou de alteração da denominação de município ou distrito deverão ser instruídos com informação da Fundação IBGE sobre inexistência de topônimo correlato, na mesma ou em outra unidade da Federação.

Quadro 2.3 – Exemplos de municípios brasileiros homônimos¹¹

2 ocorrências	3 ocorrências	4 ocorrências	5 ocorrências
Humaitá (AM)	Viçosa (AL)	Santa Luzia (BA)	Bom Jesus (PB)
Humaitá (RS)	Viçosa (MG)	Santa Luzia (MA)	Bom Jesus (PI)
	Viçosa (RN)	Santa Luzia (MG)	Bom Jesus (RN)
		Santa Luzia (PB)	Bom Jesus (RS)
			Bom Jesus (SC)

Outra categoria de nomes próprios relevante para o ordenamento jurídico é o nome empresarial. De acordo com o art. 1.155 do Código Civil, considera-se nome empresarial a firma ou a denominação adotada para o exercício de atividade empresarial¹². Ainda conforme o Código, “o empresário opera sob firma

¹¹ Um levantamento completo dos municípios homônimos pode ser acessado em: <https://www.embrapa.br/manual-de-referenciacao/anexo-cidades-homonimas>.

¹² A Instrução Normativa nº 15/2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, diferencia firma e denominação da forma abaixo:

Art. 2º Firma é o nome utilizado pelo empresário individual, pela sociedade em que houver sócio de responsabilidade ilimitada e, de forma facultativa, pela sociedade

constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero da sua atividade” (art. 1.156). São exemplos: *José Fernando da Silva Filho* (firma individual); *Souza e Rodrigues Ltda*; *Teixeira Comércio de Livros & Cia*. Verifica-se que o nome de registro civil também é relevante para a definição da firma social, não podendo o empresário usar antropônimo alheio.

Com base no art. 34 da Lei nº 8.934/1994, o art. 4º da Instrução Normativa DREI Nº 15/2013 estabelece que o nome empresarial deve obedecer aos princípios da veracidade e da novidade, identificando o tipo jurídico da empresa individual ou da sociedade, sempre que a lei assim o exigir. O parágrafo único do mesmo artigo dispõe que esse nome não pode conter palavras ou expressões que sejam atentatórias à moral e aos bons costumes (DEPARTAMENTO, 2013). Recorde-se, porém, que não há descrição legal do que seja atentatório à moral e aos bons costumes, o que dá um caráter subjetivo a esse dispositivo.

Ainda sobre o princípio da veracidade na escolha do nome empresarial, veja-se que a Instrução Normativa estabelece proibições quanto ao uso dos agnomes, como *Filho*, *Júnior*, *Neto* e *Sobrinho* (cf. capítulo 3):

I - o empresário individual e o titular de empresa individual de responsabilidade Ltda - Eireli só poderão adotar como firma o seu próprio nome, aditando posteriormente, se quiser ou quando já existir nome empresarial idêntico ou semelhante, designação mais precisa de sua pessoa ou de sua atividade, não constituem sobrenome e não podem ser abreviados: FILHO, JÚNIOR, NETO, SOBRINHO etc., que indicam uma ordem ou relação de parentesco (DEPARTAMENTO, 2013).

Diferentemente da firma, a denominação pode ser formada por qualquer palavra ou expressão do léxico comum, mas deve estar acompanhada do objeto, ou seja, de palavra ou expressão relativa à atividade empresarial desenvolvida: *Restaurante Bom Sabor Ltda*; *Calçados Conforto S.A.*; *Cia. de Seguros Atual*.

Por fim, observado o princípio da novidade, é proibido que coexistam, na mesma unidade federativa, dois nomes empresariais idênticos ou semelhantes (inciso V, art. 35, da Lei nº 8.934/1994).

Com respeito aos direitos de personalidade, sabe-se que, em muitos ordenamentos jurídicos, há normas que regulamentam a atribuição de nomes aos indivíduos. Conforme destaca Teutsch (2016), a obrigação e o desejo de dar um

limitada e pela empresa individual de responsabilidade Ltda - Eireli.

Art. 3º Denominação é o nome utilizado pela sociedade anônima e cooperativa e, em caráter opcional, pela sociedade limitada, em comandita por ações e pela empresa individual de responsabilidade Ltda – Eireli (DEPARTAMENTO, 2013).

nome a um recém-nascido é universal. A motivação para a escolha do nome, que pode ter origem em aspectos pessoais, sociais ou culturais, está, em geral, a cargo dos pais.

Mas o ato de dar um nome a um indivíduo que, à primeira vista, parece simples, não está livre de conflitos. As questões abaixo podem dar origem a processos jurídicos e, para isso, será necessário que se recorra à legislação (quando há) e à jurisprudência de cada comunidade:

- a) Escolha de nomes que não se enquadram nos sistemas legais de determinados ordenamentos jurídicos – em muitos países, existe uma obrigação legal de escolher um nome a partir de uma lista pré-determinada.
- b) Criação de nomes extravagantes, que não fazem parte do histórico da respectiva comunidade ou que se chocam com aspectos sociolinguísticos.
- c) Mudança de nomes em virtude de alteração no estado civil, o que pode gerar conflitos entre casais.
- d) Mudança de nome de registro e adoção de nome civil por parte de transexuais e travestis.

No Brasil, o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), em seu capítulo sobre direitos de personalidade, dispõe sobre o nome da pessoa humana. De acordo com o art. 16, toda pessoa tem direito ao nome, o qual compreende o prenome e o sobrenome. Trata-se, pois, de uma garantia legal a um direito personalíssimo. O nome atribuído a cada indivíduo recebe proteção legal. De acordo com a mesma lei, não pode ser empregado em publicações ou representações que exponham a pessoa ao desprezo público, mesmo não havendo intenção difamatória (art. 17). Além disso, não pode ser usado em propaganda comercial sem que haja autorização (art. 19). Goza da mesma proteção o pseudônimo usado em atividades lícitas (art. 19).

Mas é a Lei nº 6.015/1973 que dispõe sobre os registros das pessoas, conhecida como *Lei de Registros Públicos*. No artigo 55, determina-se que, além de outros elementos, o assento de nascimento deve conter “o nome e o prenome, que forem postos à criança”. Observa-se que o texto legal de 1973 adotava critério terminológico diferente do que passou a adotar o Código Civil de 2002, pois este já distingue o prenome e o sobrenome (cf. capítulo 3). Pelo conteúdo das normas citadas, observamos que a atribuição de nome, além de ser um direito de cada indivíduo, também é um dever, a ser cumprido no ato do registro civil.

A respeito da escolha do nome, a Lei de Registros Públicos estabelece que “os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores”. No entanto, como a questão é subjetiva, é comum ocorrer casos em que se verifica a existência de nomes que expõem seus portadores ao ridículo devido a fatores socioculturais muitas vezes posteriores ao registro.

Como será discutido no capítulo 3, o prenome é utilizado oficialmente pelo portador durante toda a sua vida, mas o art. 1º da Lei nº 9.708, de 18 de novembro de 1998, possibilita sua substituição: “O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios”. No que diz respeito ao nome social, o Decreto nº 8.727/2016 assegura que os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional devem adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com os demais dispositivos do Decreto. Vemos mais uma categoria de antropônimo recebendo uma proteção jurídica, desta vez por meio de um decreto.

Como pode ser visto, não há uniformidade terminológica na legislação a respeito dos antropônimos que fazem parte do nosso dia a dia e também não há uniformidade em muitos trabalhos antroponomásticos. Pretendemos, nesta obra, propor uma tipologia representativa da realidade social brasileira contemporânea e que possa ser usada em estudos antroponomásticos. Esse será o tema do próximo capítulo.

2.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Para finalizar este capítulo, o quadro abaixo apresenta informações sobre a caracterização da categoria dos nomes próprios, elaborada a partir do exposto nas seções anteriores.

Quadro 2.4 – Caracterização da categoria dos nomes próprios

1. A definição de nome próprio e a distinção entre nome próprio e nome comum sempre esteve presente nas gramáticas, desde os gregos até hoje.
2. Nas gramáticas da língua portuguesa (descritivas ou normativas), as definições e os exemplos são convergentes.
3. Os nomes próprios são caracterizados por serem usados para fazer referência direta a um ser único sem indicar uma característica que seria própria do ser referenciado e, na língua escrita, devem ser grafados com letra inicial maiúscula (característica esta válida para a língua portuguesa, mas não para todos os idiomas).
4. Nas classificações de nomes próprios feitas por linguistas, varia bastante a extensão da classe de nomes próprios, pois é muito diferente o número de tipos de nomes próprios apresentados pelos autores.
5. Apesar das divergências, a síntese das classificações existentes permite perceber a existência de seis conjuntos de nomes próprios: antropônimos, topônimos, nomes de organizações sociais, nomes de produtos da ação humana, nomes de animais individualizados e nomes de eventos individualizados.
6. Grande parte dos nomes próprios de nossa cultura está prevista em lei.

TIPOLOGIA DOS ANTROPÔNIMOS

Pero acordándose que el valeroso Amadís no sólo se había contentado con llamarse Amadís a secas, sino que añadió el nombre de su reino y patria, por hacerla famosa, y se llamó Amadís de Gaula, así quiso, como buen caballero, añadir al suyo el nombre de la suya y llamarse don Quijote de la Mancha, con que a su parecer declaraba muy al vivo su linaje y patria, y la honraba con tomar el sobrenombre della.

Miguel de Cervantes (*El ingenioso hidalgo don Quijote de la Mancha*)

No capítulo 2, propusemos uma classificação tipológica dos nomes próprios. Entre eles, encontram-se os nomes próprios de pessoa, ou *antropônimos*. Apesar de formarem um conjunto, seus elementos apresentam uma diversidade interna muito grande. No caso da antroponímia brasileira, essa diversidade interna se atribui a diversos fatores, como: obrigatoriedade do registro civil de dois ou mais elementos antroponímicos; escolha de um antropônimo diferente feita pelo portador do antropônimo ou por outro indivíduo; possibilidade de escolha de outro antropônimo para determinadas atuações profissionais, etc. Como podemos ver, os fatores não se restringem a questões linguísticas, mas se fundamentam, sobretudo, em fatores pessoais, sociológicos, jurídicos, etc.

Neste capítulo, discutimos, inicialmente, propostas de classificação de antropônimos de diferentes autores. Em seguida, propomos uma classificação que acreditamos ser útil na análise da realidade antroponímica brasileira.

3.1 DIVERSIDADE INTERNA DO CONJUNTO DOS ANTROPÔNIMOS

Como comentado anteriormente, os antropônimos não constituem uma subclasse homogênea. Fazem parte desse conjunto de antropônimos: prenomes,

sobrenomes, apelidos e vários outros elementos que serão descritos mais adiante. Talvez seja até possível concordar com Van Langendonck (2007, p. 187), para quem os nomes de pessoas constituiriam a categoria mais diversificada de nomes próprios. Vejamos algumas propostas de classificação.

No *Estudo sistemático do nome* (Livro 1), que integra a clássica obra *Antroponímia Portuguesa*, Leite de Vasconcellos reconhece as várias acepções que o termo *nome* pode ter. Esse elemento poderia ser empregado para: a) o nome de batismo ou de registro (também *nome de pia* ou *nome de batismo*); b) o nome completo; c) qualquer um dos elementos de um nome de pessoa; d) a alcunha (VASCONCELLOS, 1928, p. 8). Em seguida, o autor procura diferenciar outros termos como *alcunha*, *sobrenome* e *apelido*.

Na mesma parte da obra citada, o autor distingue: a) a *alcunha* (com forma variante *alcunho*) e outros termos que teriam acepção semelhante: *anexim*, *crisma*, *apelido*, *nomeada*, *lomeada*, *apodo*¹; b) *sobrenome*, definido como “um patronímico, nome de pessoa, expressão religiosa ou outra, que se junta imediatamente ao nome individual” (VASCONCELLOS, 1928, p. 11); c) *apelido*, considerado como a designação de família. Vasconcellos procura diferenciar *sobrenome* e *apelido*:

[...] a diferença fundamental entre *sobrenome* e *apelido*, na nomenclatura actual, e mais corrente, está em que aquele é individual, ou apenas comum a vários irmãos, embora às vezes transmissível a filhos, e o apelido é genealógico, isto é, comum na essência à família toda. A alcunha é adventícia (VASCONCELLOS, 1928, p. 11)².

Em seguida, o autor menciona a confusão que havia desde séculos, tanto entre os estudiosos quanto entre os leigos, com respeito ao emprego de todos esses termos. Uma confusão entre os termos antroponímicos ainda se pode notar no português brasileiro, principalmente quando comparamos o uso que se faz em obras lexicográficas, em textos legais que tratam dos nomes próprios e em pesquisas sobre o tema. Pretendemos, neste capítulo, aclarar e atualizar os termos, levando em consideração a realidade brasileira.

Deve-se levar em conta, além do mais, que o trabalho do autor citado, de valiosa importância para a Antroponomástica, tal como destacado no capítulo 1, tem como objeto de estudo dados de Portugal, desde a Idade Média até a época contemporânea ao pesquisador, isto é, as primeiras décadas do século XX (VASCONCELLOS, 1928, p. 5). Esse fato dificulta a aplicação a dados do

¹ A maioria dessas formas é mais frequente em Portugal que no Brasil.

² Manteve-se a grafia original.

português brasileiro, o que pode ser percebido pelos termos expostos anteriormente. Em Portugal, por exemplo, *apelido* aplica-se ao que, correntemente, chamamos de *sobrenome* (compare-se com *apellido*, em espanhol) e muitos termos elencados como correspondentes a *alcunha* não se empregam no português do Brasil.

Van Langendonck (2007), ao analisar dados mais recentes, principalmente do neerlandês, parte de parâmetros pragmáticos, como uso primário *versus* secundário e oficial *versus* não oficial, e identifica:

- a) nomes primários e oficiais (prenomes e sobrenomes);
- b) nomes secundários e oficiais (por exemplo, nome de família empregado como nome individual: *Johnson foi um ex-presidente*³); e
- c) nomes não oficiais (denominados pelo autor de *byname*s).

Sobre este último grupo, o autor afirma ser de difícil definição e classificação e inclui nele nomes atribuídos por pessoas diferentes do próprio portador do antropônimo (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 192). A análise que apresenta utiliza a distinção entre nome oficial e não oficial, que também será importante para o conteúdo dos próximos capítulos. Contudo, o autor não inclui elementos como os pseudônimos e outros que serão tratados nesta obra.

Outros trabalhos de destaque que tratam de classificação tipológica de antropônimos são os de Bajo Pérez (2002; 2008), que têm como objeto de descrição os nomes próprios da língua espanhola. Apesar da relevância das obras, a autora, nas suas propostas tipológicas, inclui, entre os antropônimos, os nomes de parentesco sem determinante usados como sujeito, tais como *papai*, *mamãe*, *madrinha*, *padrinho*, etc. Nesta obra, não incluímos, entre os antropônimos, esses itens, pois se diferenciam dos nomes próprios por possuírem significado lexical, o que não acontece com os nomes próprios tal como definidos no capítulo 2. Também não incluiremos no conjunto dos antropônimos itens como *fulano*, *beltrano* e *sicrano*, tratados por Bajo Pérez (2002) como nomes próprios. Em ambos os casos, temos itens que, apesar de poderem ser usados para referência a indivíduos, apresentam um significado de base independentemente do contexto em que são empregados e possuem, inclusive, entradas em dicionários não enciclopédicos, o que não acontece com o antropônimo típico (v. capítulo 7).

³ No original: *Johnson was a former president*.

A seguir, apresentamos uma proposta de classificação dos antropônimos. Como já explicado, os exemplos são relativos ao português brasileiro. Sempre que possível, recorreremos a dados mais recentes e a nomes de indivíduos que podem ser de conhecimento da maioria dos leitores.

3.2 ANTROPÔNIMOS DO REGISTRO CIVIL (OU *NOME CIVIL*)

O primeiro conjunto de antropônimos a ser identificado é o nome civil, composto de prenome e sobrenome, como mostra o exemplo (1). Em alguns casos, encontra-se também um agnome, mais frequente em nomes de indivíduos do sexo masculino, como mostra o exemplo (2):

(1) Ariano Vilar Suassuna

Prenome: *Ariano*

Sobrenomes: *Vilar* e *Suassuna*

(2) Oduvaldo Vianna Filho

Prenome: Oduvaldo

Sobrenome: Vianna

Agnome: Filho

De acordo com o DAD, o nome civil corresponde ao “nome de uma pessoa como registrado no registro civil”. Amaral (2011) denomina esse nome de *ortônimo* (do grego *ort(o)* = correto, normal + *ónoma* = nome de uma pessoa), que corresponde ao que, na língua informal, chama-se de *nome completo*.

A seguir, serão discutidas as propriedades de cada componente do *nome civil*.

3.2.1 Prenome

O prenome (também *primeiro nome* ou *nome de batismo*) é o antropônimo que antecede o sobrenome. Geralmente, distingue o indivíduo dentro de grupos sociais de maior intimidade. Pode ser simples ou composto (alguns são considerados nomes justapostos quando reúnem prenomes outrora usados como únicos). No primeiro caso, apresenta apenas um item lexical antroponímico (*Ana*; *Paulo*) e, no segundo, mais de um (*Ana Clara*; *Paulo José*). Para evitar casos de homonímia entre irmãos, a legislação obriga o registro ou de prenome

composto (chamado *duplo prenome*) ou de sobrenomes diferentes (art. 64 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973).

De acordo com a legislação brasileira, o prenome, junto com o sobrenome, constitui o nome pessoal garantido por lei, conforme dispõe o art. 16 do Código Civil: “Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome” (BRASIL, 2002). O prenome é utilizado oficialmente pelo portador durante toda a sua vida, mas há situações em que é possível trocá-lo para:

- a) correção de erros de grafia (art. 59 da Lei nº 6.015/1973);
- b) substituição por apelidos públicos notórios (incluindo o chamado *nome social*) (art. 1º da Lei nº 9.708/1998);
- c) evitar que a pessoa seja exposta ao ridículo (parágrafo único do art. 55 da Lei nº 6.015/1973);
- d) atender a pedido de adotante ou de adotado (art. 47, § 5º da Lei nº 8.069/1990);
- e) evitar coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de um crime (parágrafo único do art. 58 da Lei nº 6.015/1973).

No caso de (b), o art. 1º da Lei nº 9.708, de 18 de novembro de 1998, possibilita sua substituição: “O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios”. No caso de (e), o parágrafo único do artigo 58 da mesma lei dispõe: “A substituição do prenome será ainda admitida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvido o Ministério Público”.

Na tabela abaixo, podem-se ver os dez prenomes mais frequentes no Brasil nos anos 2000, de acordo com os dados disponibilizados pelo IBGE (INSTITUTO, 2017). Observamos que os prenomes mais frequentes para homens e mulheres foram, respectivamente, *João* e *Maria*⁴.

⁴ Tenha-se em conta que o segundo nome não foi contabilizado, a não ser nos casos em que havia dois primeiros nomes idênticos numa mesma família. Então, por exemplo, *José Carlos* contou como *José*.

Tabela 3.1 – Prenomes mais frequentes no Brasil na década de 2000

	Nome masculino	Número	Nome feminino	Número
1º	João	787.738	Maria	1.105.524
2º	Gabriel	577.365	Ana	931.115
3º	Lucas	499.972	Vitória	282.734
4º	Pedro	439.612	Júlia	264.647
5º	Mateus	327.290	Letícia	208.527
6º	José	313.584	Amanda	175.868
7º	Gustavo	302.475	Beatriz	170.464
8º	Guilherme	276.608	Larissa	168.755
9º	Carlos	264.446	Gabriela	168.390
10º	Vítor	242.220	Mariana	142.606

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.⁵

Conforme informado no começo desta seção, há casos nos quais a legislação obriga que ao recém-nascido sejam atribuídos dois prenomes (Lei nº 6.015/1973, art. 63). Isso ocorre quando já há alguém na família com o mesmo prenome que se quer dar ao novo membro. Por exemplo, se existe um irmão chamado *João* e a família quer que o novo filho tenha o mesmo nome, este precisará ter um nome composto, *João Paulo*, por exemplo. A coleta de dados do IBGE seguiu este mesmo critério. Se o censor do IBGE entrevistasse essa família, o IBGE registraria o nome *João* e o nome *João Paulo*. Nos casos de homonímia na família, o segundo prenome foi considerado, porém contabilizado como prenome único nas estatísticas. Por outro lado, quando, na família, há apenas uma pessoa chamada *João Paulo*, o IBGE registra apenas o nome João.

⁵ Os dados divulgados pelo IBGE não consideram os sinais diacríticos (acento agudo, circunflexo ou grave, cedilha, trema e til). Na Tabela apresentada, porém, empregam-se tais sinais de acordo com as normas gráficas atuais da língua portuguesa. Considere-se ainda que as formas gráficas variantes são contadas como nomes diferentes pelo IBGE.

No portal de Transparência do Registro Civil (TRANSPARÊNCIA, 2019), é possível obter listas dos 50 prenomes compostos mais registrados no país por ano. Consultamos a listagem para o ano de 2018 e selecionamos os dez primeiros nomes compostos masculinos e os dez primeiros nomes femininos mais usados, os quais podem ser visualizados no Quadro 3.1. Sua análise mostra a convivência de nomes compostos tradicionais, como *Maria Luiza* e *João Pedro*, com nomes nos quais o primeiro nome já era usado como primeiro elemento de nome composto, mas não o segundo, como é o caso de *João Miguel* e *Maria Alice*, e casos em que a junção dos nomes é mais inovadora, como em *Enzo Gabriel* e *Arthur Miguel*.

Quadro 3.1 – Prenomes compostos mais frequentes no Brasil no ano de 2018

Nomes masculinos		Nomes femininos	
1	Enzo Gabriel	1	Maria Eduarda
2	João Miguel	2	Maria Clara
3	Pedro Henrique	3	Ana Clara
4	João Pedro	4	Maria Luiza
5	David Lucas	5	Maria Alice
6	João Lucas	6	Maria Cecília
7	Davi Lucca	7	Maria Vitória
8	João Guilherme	8	Maria Julia
9	João Gabriel	9	Ana Julia
10	Arthur Miguel	10	Ana Laura

Fonte: Portal de Transparência do Registro Civil.

Apesar de, juridicamente, um nome como *João Paulo* ser um prenome composto ou duplo prenome, há pesquisadores que diferenciam prenome composto de prenome justaposto (LÓPEZ FRANCO, 2011). No prenome composto, o conjunto de dois nomes está consagrado pelo uso e são por isso considerados um nome só. Além de *João Paulo*, são exemplos de nomes compostos: *José Carlos*, *Maria José* e *Ana Júlia*; já os nomes justapostos são formados pela justaposição

de dois nomes únicos que formam um conjunto não usual. São apresentados, no Quadro 3.2, exemplos recentes de nascidos nas décadas de 1980 a 2000 aos quais foram atribuídos nomes justapostos no município de Marechal Cândido Rondon, de acordo com Frai (2016).

Quadro 3.2 – Exemplos de prenomes justapostos

Masculinos	Femininos	Década em que foi atribuído
Tiago Alan	Tatiana Daniele	1980
César Alexandre	Gabriela Natasha	1980
Luan Felipe	Bruna Camila	1990
Eduardo Daniel	Daiane Regina	1990
Cristiano Adriano	Amanda Gabriele	2000
Bianca Rafaela	Braian Gustavo	2000

Fonte: Frai (2016).

3.2.2 Sobrenome

Conforme comentado na seção anterior, o sobrenome faz parte do nome civil (ou ortônimo) e corresponde ao(s) elemento(s) que sucede(m) o prenome. Também é denominado *nome de família* e, geralmente, é transmitido de pais para filhos, conforme ilustra o exemplo a seguir. Em (3), temos o nome completo do escritor brasileiro Erico Lopes Verissimo. O primeiro sobrenome foi herdado da mãe, Abegahy Lopes, e o segundo, do pai, Sebastião Verissimo da Fonseca:

(3) Erico Lopes Verissimo

Sobrenome 1 (herdado da mãe): Lopes

Sobrenome 2 (herdado do pai): Verissimo

Como equivalente a *sobrenome*, encontram-se os itens *apelido* ou *apelido de família*, tal como se observa na Lei nº 6.015, de 1973, que dispõe sobre

os registros públicos. Nesta obra, entretanto, reservamos o termo *apelido* para outros antropônimos, conforme será visto mais adiante. Essa decisão é a mesma adotada pelo *DUPC* (BORBA, 2004, p. 92), que apresenta a seguinte definição sinonímica para *apelido* “alcunha: O australiano não aceitou o apelido”.

Dentro do conjunto dos sobrenomes, estão incluídos os patronímicos – antropônimos que têm origem no nome do pai ou de um ascendente masculino – e os matronímicos – originários do nome da mãe. Nesse sentido, *Rodrigues* seria o filho de *Rodrigo*. Mas a formação de patronímicos não é mais corrente como o foi em outros séculos. De acordo com Vasconcellos (1928), do séc. XV para o XVI, os patronímicos medievais passaram a funcionar como simples sobrenomes (chamados de *apelido* pelo autor). Assim, *Durãez* significava ‘filho de Durão’ e, no português contemporâneo, é um sobrenome que pode ser adotado por uma pessoa mesmo que o pai não se chame Durão (VASCONCELLOS, 1928, p. 151).

No Brasil, ao se registrar o nome completo de um indivíduo, é costume que o sobrenome da mãe venha antes do sobrenome do pai. No exemplo (3), do escritor Erico Lopes Verissimo (mais conhecido pelo prenome *Erico* acompanhado do sobrenome *Verissimo*), o sobrenome *Lopes* provém da mãe e o sobrenome *Verissimo* provém do pai. Mas é possível também que mais de um sobrenome seja transferido para a criança.

Com relação à alteração do sobrenome, o artigo 1.565 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) dispõe que, por ocasião do casamento, qualquer um dos nubentes pode acrescentar ao seu o sobrenome do cônjuge. Desse modo, tanto o marido quanto a esposa podem escolher e acrescentar um sobrenome do futuro cônjuge ao seu nome, embora seja mais comum que a mulher o faça. Além disso, devem-se considerar as possibilidades de alteração citadas na seção anterior, quando se aplicarem ao sobrenome.

No caso de alteração do nome civil por pessoas notórias, são exemplos conhecidos os do sambista Neguinho da Beija-Flor, da apresentadora Xuxa e do ex-presidente Lula, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 3.3 – Exemplos de nomes civis alterados por pessoas públicas notórias

Nome civil inicial	Nome civil alterado
Luiz Antônio Feliciano Marcondes	Luiz Antônio Feliciano Neguinho da Beija-Flor Marcondes
Maria da Graça Meneghel	Maria da Graça Xuxa Meneghel
Luiz Inácio da Silva	Luiz Inácio Lula da Silva

3.2.3 Agnome

Um subtipo especial de nome é formado por itens como *Filho*, *Neto*, *Sobrinho*, *Júnior*, *Segundo*, que marcam uma relação entre o indivíduo portador desse nome e outro, que é, de modo geral, um parente. Chamados de agnomes, são frequentemente usados na antroponímia brasileira e servem tanto para indicar a ascendência do nomeado quanto para diferenciar o filho do pai ou do avô que também são chamados pelo mesmo nome. Em (4), (5) e (6), observam-se os agnomes de membros da família Arantes. *Neto* e *Júnior* marcam a relação avô/neto e pai/filho, respectivamente:

(4) Rômulo Duncan Arantes Neto

Neto: agnome do neto de Rômulo Arantes

(5) Rômulo Duncan Arantes Júnior

Júnior: agnome do filho de Rômulo Arantes

(6) Rômulo Arantes

Rômulo Arantes: nome civil do avô de Rômulo Duncan Arantes Neto e pai de Rômulo Duncan Arantes Júnior

Para entender de onde vieram estas designações, é preciso remontar a como os nomes eram atribuídos aos filhos no Império Romano. Naquela época, a nobreza utilizava um sistema de nomeação ternário: havia um prenome (*praenomen*), um nome de *gens* (*gentilicum*) indicador do clã ao qual o indivíduo pertencia e um apelido. Um exemplo é o nome de um dos últimos imperadores romanos *Caius Iulius Caesar*, que poderia ser compreendido como *Caio do clã Júlio*, chamado (isto é, apelidado ou intitulado) *Imperador*. Além destes, começou-se a usar um quarto nome para registrar a filiação do nomeado. Surgiram assim nomes como *Porcilus Regulus, filius M. Procilii Nocetae*, que quer

dizer *Porcilius Regulus* filho de *M. Procilii Nocetae* (PETKOVA, 2016, p. 17; CAMARA JR., 1975, p. 208). Esta quarta nomeação é que está na origem do uso dos nomes *Filho*, *Neto* e *Júnior*. De acordo com Siqueira (2010), nomes como esses só podem ser atribuídos para evitar homonímia:

Na hipótese do agnome, por exemplo, um cuidado deve ser tomado pelo registrador, já que sua função semântica é bem delimitada. Por tal razão não deve ser usado fora dos casos de expressa correspondência do nome do pai, tio ou avô com o que se pretende registrar. É preciso se ter claro que a função deste é retomar laços genealógicos. Assim, a prerrogativa do pai de apor o agnome *Júnior* ou *Filho* à prole só exsurge nos casos em que os nomes são idênticos, diferenciados apenas pelo sufixo. O mesmo se diz do avô e do tio que terão seus nomes apostos no neto ou sobrinho.

Por razão de sistematização semântica a correspondência aludida deve ser vivenciada, eis que não faz nenhum sentido à luz do Direito um pai chamado *Ignácio Loiola da Costa* ter um filho com o nome de *Anderson Júnior da Costa*. Neste caso, restaria despropositada a utilização do agnome, concebível para a pessoa natural média, mas não para o registrador, conhecedor da técnica jurídica. Como intérprete da lei no caso concreto, deve atuar de forma que o anseio do particular seja subsumível aos liames legais (SIQUEIRA, 2010, s. p.).

A prescrição do autor acima não encontra cumprimento completo na realidade antroponímica brasileira, já que há casos de registro de agnome sem correspondência de identidade de antropônimos. Assim, encontramos indivíduos com *Júnior* sem que os demais antropônimos do pai sejam idênticos aos do filho. Ao analisar uma amostra de nomes registrados no cartório do município paranaense de Toledo, no período de 1950 a 2000, Grespan encontrou uma ocorrência de *Fábio Junior* na qual “o nome *Júnior* foi utilizado como segundo prenome sem correspondência com o nome paterno” (GRESPLAN, 2012, p. 79).

3.3 ANTROPÔNIMOS NÃO PERTENCENTES AO REGISTRO CIVIL

Nesta seção, são apresentados os antropônimos que não pertencem ao registro civil. Amaral (2011) agrupa-os no conjunto dos alônimos (do grego *al(o)* = diferente + *ónoma* = nome de uma pessoa)⁶. Como é possível perceber, a relação tipológica é bem mais extensa, já que deriva de relações sociais que o ser humano tem no ambiente familiar, no meio artístico, no âmbito profissional, etc. A esse grupo de antropônimos pertencem os seguintes elementos: *apelido* (ou *alculha*, ou *cognome*), *hipocorístico*, *pseudônimo*, *codinome*, *heterônimo*, *nome artístico* (e *nome de palco*), *nome de guerra*, *nome religioso*, *nome social*, *nome de urna*

⁶ O termo *alônimo* é uma apropriação do que já existe para o “autor que usa um nome diferente do seu” ou da “obra que se publica com nome alheio”, conforme o DAD.

e *nome parlamentar*. Para exemplificar alguns casos, recorreremos a uma amostra de dados de notícias *online*.

Em alguns casos, esses novos antropônimos podem vir a fazer parte do registro civil. Mas, caso isso aconteça, perderão o *status* de alônimos e deverão ser tratados como prenomes ou sobrenomes. Assim, se uma pessoa obtém o direito de alterar o seu prenome por um nome social, este passará a ser considerado o seu nome civil, enquadrando-se nos casos da seção anterior.

3.3.1 Apelido (ou alcunha ou cognome)

Os dicionários apresentam uma série de sinônimos para este tipo de antropônimo. O GDH, por exemplo, no verbete *alcunha* identifica: *agnome, alcunho, antonomásia, apelido, apodadura, apodo, cognome, cognomento, cognominação, epíteto, prosônimo, titulação, velacho*. Entretanto, nesta obra, são priorizadas as formas mais frequentes no português brasileiro contemporâneo: *apelido, alcunha e cognome*⁷. Sobre o *epíteto*, serão feitos comentários mais adiante.

O apelido (*alcunha* ou, mais raramente, *cognome*) é o antropônimo atribuído a um indivíduo geralmente por outra pessoa. Muitas vezes, alude a uma característica física (*Cabeção, Bigode, Fofão, Zoinho*, etc.) ou intelectual (*Coruja, Nerd*) ou ainda a um fato ou comportamento social (*Baiano, Titia*). Pode ou não ser depreciativo. Nos exemplos abaixo, é possível ver que são explicadas as motivações dos apelidos *Shrek* e *Viúva Negra*.

(7) O *Música em Letras* viajou no ônibus dirigido por Edney Ramos dos Santos, conhecido como Shrek [...]. Edney Ramos dos Santos, 40, com 1,85 metro e 135 quilos, ganhou o apelido no trabalho. “Um colega falou que eu parecia o Shrek [o simpático ogro verde, personagem de uma animação homônima] e o apelido pegou. Saí da firma, o apelido morreu, mas depois esse colega foi até o estacionamento de ônibus da firma em que eu estava trabalhando, só para falar que eu tinha esse apelido. Aí pegou de novo. Hoje, sou conhecido como Shrek; se alguém me chamar pelo nome, acho que nem atendo”, contou (BOZZO JÚNIOR, 2017).

⁷ Em levantamento feito no *Corpus do Português* (Web/Dialetos), a frequência, por milhão de palavras, desses nomes é a seguinte: *apelido* (11,59); *alcunha* (1,97); *cognome* (0,15). As demais formas apresentaram valores inferiores ou frequência nula (DAVIES; FERREIRA, 2016).

(8) Nascida no Complexo da Maré, conjunto de favelas da zona norte carioca, Danúbia tem outros dois chefões do tráfico no currículo amoroso: Luiz Fernando da Silva, o Mandioca, e o substituto dele, Marcélio de Souza Andrade. Ambos morreram em confrontos com a polícia, o que lhe rendeu o apelido de *Viúva Negra* (VETORAZZO; BIANCHI, 2017).

Personalidades brasileiras também costumam ser apelidadas, como demonstrado no exemplo (9) abaixo. Trata-se do apelido do cantor Roberto Carlos, usado em seu ambiente familiar.

(9) Zunga

Zunga: apelido de Roberto Carlos Braga.

O artista ainda possui o epíteto de *o Rei*, usado nos meios de comunicação (ARAÚJO, 2003). O epíteto possui características muito próximas do apelido. É atribuído ao indivíduo por outra pessoa e serve para qualificar o portador do nome próprio. Mas, diferentemente dos demais tipos de antropônimos, tende a manter seu conteúdo lexical originário. Além do mais, a principal diferença entre o epíteto e os variados tipos de antropônimos analisados é de caráter sintático. Em muitos casos, não se trata de um nome, mas de um sintagma nominal composto por nome e outros elementos. Assim, no epíteto *Bruxo do Cosme Velho*, atribuído ao escritor Machado de Assis, observa-se um nome seguido de um sintagma preposicionado. No Quadro 3.4, é possível ver alguns casos de epítetos de personalidades brasileiras.

Quadro 3.4 – Exemplos de epítetos de personalidades brasileiras

Personalidade	Epíteto	Nome civil
Ruy Barbosa	Águia de Haia	Ruy Barbosa de Oliveira
Gregório de Matos	Boca do Inferno	Gregório de Matos Guerra
Machado de Assis	Bruxo do Cosme Velho	Joaquim Maria Machado de Assis
Chacrinha	Velho Guerreiro	José Abelardo Barbosa de Medeiros
Xuxa	Rainha dos Baixinhos	Maria da Graça Xuxa Meneghel

3.3.2 Hipocorístico

O hipocorístico, muitas vezes, é chamado de *apelido*. Mas é possível distinguir os dois tipos de antropônimos por critérios morfológicos. O hipocorístico pode ser compreendido como um item formado a partir de uma alteração morfológica (abreviação, diminutivo, aumentativo, etc.) de outro antropônimo. Nos hipocorísticos, existe uma correlação entre a forma alterada e o prenome (ou sobrenome), de tal modo que os falantes são capazes de, dado um hipocorístico, apontarem um possível antropônimo de origem e vice-versa, isto é, dado um prenome, são capazes de apontar uma forma hipocorística para ele. Com os apelidos que não são hipocorísticos, isto não ocorre, pois não há nenhuma relação formal entre o prenome e o apelido.

O hipocorístico é usado, geralmente, em contextos familiares, embora possa se tornar nome artístico, nome parlamentar ou outro. Nesse sentido, diferencia-se do apelido por ter sua origem em outro nome próprio. Mas também há casos de hipocorísticos que se tornam prenomes, como é o caso de *Terezinha* (< *Tereza*) ou *Malu* (< *Maria Luiza* / *Maria de Lourdes*).

Um hipocorístico pode ser formado por acrônimo de nomes civis (*Mabel* < *Maria Isabel*), por duplicações de sílabas (*Dudu* < *Eduardo*), por diminutivos (*Luizinho* < *Luiz*) ou por aumentativos (*Paulão* < *Paulo*), embora alguns estudos defendam que devam ser considerados como hipocorísticos apenas os dois primeiros exemplos acima, nos quais se perde alguma parte do nome civil⁸. No Quadro 3.5, podem ser vistos hipocorísticos de personalidades brasileiras. Observa-se que esses hipocorísticos, derivados de componentes do nome civil, passam a fazer parte também de nomes pelos quais as pessoas se tornam conhecidas.

Quadro 3.5 – Exemplos de hipocorísticos de personalidades brasileiras

Personalidade	Hipocorístico	Nome civil
Maju	Maju	Maria Júlia Coutinho
Lulu Santos	Lulu	Luiz Maurício Pragana dos Santos
Betinho	Betinho	Herbert José de Sousa
Faustão	Faustão	Fausto Corrêa da Silva

⁸ Sobre o tema, conferir Monteiro (1991), Bajo Pérez (2002), Silva e Silva (2000) e Lucini (2010).

A criatividade dos falantes para a formação dos hipocorísticos é muito grande. O que está registrado aqui é apenas uma pequena amostra de diferentes processos possíveis de que se valem os usuários da língua. Já se pode contar com algumas pesquisas sobre alguns desses processos de formação de hipocorísticos, bem como sobre a frequência de cada processo.

Em Pernambuco, foi feita uma coleta de dados sobre os hipocorísticos que os alunos do curso de Letras da Universidade Federal de Pernambuco possuíam. Foram analisados 60 prenomes e 105 hipocorísticos. Os resultados indicam a frequência dos processos pelos quais os hipocorísticos são formados: 54% por abreviação (como no primeiro exemplo do Quadro 3.3), 29,5% por sufixação (dois últimos exemplos do Quadro 3.3) e 16,5 % por duplicação (segundo exemplo do Quadro 3.5) (SILVA; SILVA, 2000).

Dez anos depois, realizou-se outra pesquisa com foco nos hipocorísticos formados por abreviação, com base em dados de uma coleta realizada numa escola particular confessional de Porto Alegre (RS) com 160 alunos de 11 a 17 anos (LUCIANI, 2010). Os resultados dessa pesquisa mostram que os nomes próprios que mais têm hipocorísticos são os trissílabos ou polissílabos, 73% – como é o caso do antropônimo polissílabo *Lisiane* –, seguido dos dissílabos, 49,3% – como é o caso do antropônimo *Carlos*. Com relação ao hipocorístico, eles costumam ter duas ou três sílabas – por exemplo, uma pessoa cujo nome é *Luciana* pode ser chamada de *Luci* (LUCIANI, 2010, p. 46). O mais comum é o hipocorístico manter a sílaba pretônica, por exemplo, o hipocorístico *Ro* para o prenome *Roberta*, ou a sílaba tônica e a pretônica, por exemplo, o hipocorístico *Moni* para o prenome *Monique* (LUCIANI, 2010, p. 48).

3.3.3 Pseudônimo

Por *pseudônimo*, considera-se o antropônimo empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil, o qual pode ser ou não encoberto. Podemos diferenciá-lo do apelido pelo fato de que é escolhido pelo portador do nome próprio. Também recebe reconhecimento legal, segundo o art. 19 do Código Civil: “O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome” (BRASIL, 2002).

No texto abaixo, observa-se a ocorrência de *Stanislaw Ponte Preta*, pseudônimo do escritor, radialista e compositor Sérgio Marcus Rangel Porto (1923-1968).

(10) A literatura sempre esteve presente na vida de Duda [Porto de Souza]: seu avô é Sergio Porto (1923-1968), que ficou conhecido assinando crônicas em jornais e revistas sob o pseudônimo Stanislaw Ponte Preta (TINTI, 2013).

No caso do escritor brasileiro Ferreira Gullar, o pseudônimo escolhido está formado a partir de adaptação do sobrenome de família, como ele mesmo explica. A esse propósito, Ferreira Gullar reconhece a possibilidade de inventar o seu pseudônimo:

(11) *Gullar* é um dos sobrenomes de minha mãe, o nome dela é Alzira Ribeiro Goulart, e *Ferreira* é o sobrenome da família, eu então me chamo José Ribamar Ferreira; mas como todo mundo no Maranhão é *Ribamar*, eu decidi mudar meu nome e fiz isso, usei o *Ferreira* que é do meu pai e o *Gullar* que é de minha mãe, só que eu mudei a grafia porque o *Gullar* de minha mãe é o *Goulart* francês; é um nome inventado, como a vida é inventada eu inventei o meu nome (CUBA, 2010).

Em contextos migratórios, também pode haver criação de pseudônimos com o propósito de facilitar a comunicação e a interação entre o migrante e os locais, como é o caso da primeira geração de migrantes japoneses no Brasil (cf. capítulo 8).

É importante ressaltar que, no meio literário, é comum a escolha de pseudônimos. Desse modo, essa categoria não se confunde com o nome artístico, geralmente escolhido por indivíduos de áreas como a música, o cinema, o teatro e a televisão, conforme será visto mais adiante.

3.3.4 Codinome

O termo *codinome* é utilizado para ocultar ou nomear um plano de ação ou uma organização, como atestam os dicionários brasileiros. O DAD apresenta, por exemplo: “Nome falso para ocultar a identidade de uma pessoa, um grupo, um plano etc.” (DAD, 2019). Como tipo de antropônimo, é empregado para ocultar a identidade de um indivíduo. Por isso, se assemelha ao pseudônimo, uma vez que a criação de um pseudônimo também pode servir para ocultar uma identidade. Entretanto, uma análise do uso de codinome revela que sua escolha pode ser feita tanto pelo portador quanto por outra pessoa e, frequentemente,

tem conotação negativa. Nos exemplos a seguir, observa-se a ocorrência de dois codinomes. O primeiro, *Beira-Mar*, usado por Luiz Fernando da Costa, líder de uma organização criminosa, e o segundo, *Mergulhador*, empregado por um almirante da Marinha:

(12) Beira-Mar comandava a principal facção criminosa do Rio. O codinome *Beira-Mar* tem origem nesta favela da Baixada Fluminense, onde ele despontou como chefe do tráfico no início da década de 1990. Nos anos seguintes, passou a ser reconhecido como um dos principais articuladores da facção Comando Vermelho (FOLHA, 2016).

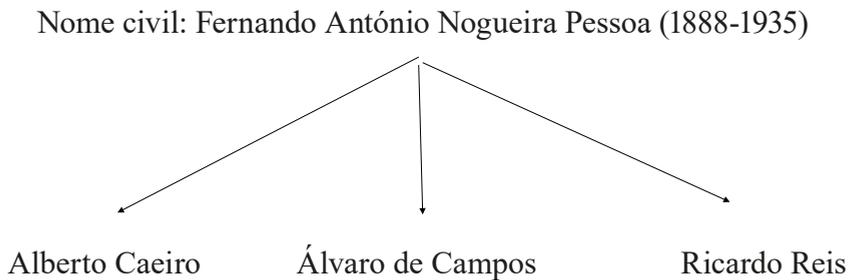
(13) Ocorre que a limpeza, assim como as investigações da Lava Jato que a ela deram origem, tem numerosos inimigos. O mais notório deles é o almirante reformado Othon Luiz Pinheiro da Silva, codinome “Mergulhador” nas planilhas da Odebrecht (SPEKTOR, 2017).

3.3.5 Heterônimo

O GDH define *heterônimo* como “nome de alguém usado por outrem para autoria do que não fez”. Com a rubrica *literatura*, apresenta uma segunda acepção: “nome imaginário que um criador identifica como o autor de obras suas e que, à diferença do *pseudônimo*, designa alguém com qualidades e tendências marcadamente diferentes das desse criador”. Considerando essas características, pode-se definir o heterônimo como aquele tipo de antropônimo que é atribuído a um indivíduo fictício, criado pelo portador de outro antropônimo.

Nos estudos literários, são conhecidos os heterônimos de Fernando Pessoa, escritor português. A figura abaixo apresenta alguns dos heterônimos do autor:

Figura 3.1 – Heterônimos de Fernando Pessoa



A propósito da diferença entre pseudônimo e heterônimo, vale a pena observar as palavras autobiográficas do próprio escritor Fernando Pessoa:

O que Fernando Pessoa escreve pertence a duas categorias de obras, a que poderemos chamar ortónimas e heterónimas. Não se poderá dizer que são anónimas e pseudónimas, porque deveras o não são. A obra pseudónima é do autor em sua pessoa, salvo no nome que assina; a heterónima é do autor fora de sua pessoa, é de uma individualidade completa fabricada por ele, como seriam os dizeres de qualquer personagem de qualquer drama seu (PESSOA, 1928, s. p.).

3.3.6 Nome artístico (e nome de palco)

O nome artístico corresponde com o antropônimo empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil e pelo qual se faz conhecido em sua atividade profissional, especialmente em áreas como música, cinema, teatro, televisão e afins. É um tipo de antropônimo que gera muita curiosidade entre as pessoas, pois é muito comum que artistas, por diversas razões, escolham outros nomes com os quais queiram se fazer conhecer. Tais razões se fundamentam em tentativas de evitar nomes considerados pouco atrativos, em obter originalidade evitando homonímia ou mesmo em atender crenças e previsões numerológicas. A seguir, apresenta-se um quadro com nomes artísticos de personalidades brasileiras contemporâneas e seus respectivos nomes civis.

Quadro 3.6 – Nomes artísticos e respectivos nomes civis de personalidades brasileiras

	Nome artístico	Nome civil
1	Anitta	Larissa de Macedo Machado
2	Cazuza	Agenor de Miranda Araújo Neto
3	Fiuk	Filipe Kartalian Ayrosa Galvão
4	Latino	Roberto de Souza Rocha
5	Leonardo	Emival Eterno da Costa
6	Fafá de Belém	Maria de Fátima Palha de Figueiredo
7	Fernanda Montenegro	Arlette Pinheiro Esteves Torres
8	Lima Duarte	Ariclenes Venâncio Martins
9	Sílvio Santos	Senor Abravanel
10	Tati Quebra-Barraco	Tatiana dos Santos Lourenço

Como se pode observar pelo Quadro 3.6, os nomes artísticos podem ter ou não relação com o nome civil. Nos casos de *Fiuk*, *Fafá* e *Tati*, há uma relação morfológica com os antropônimos civis (*Filipe Kartalian*, *Maria de Fátima* e *Tatiana*), mas em todos os outros não existe nenhuma relação. Observa-se que vários artistas possuem nomes civis pouco comuns na antroponímia brasileira, como *Emival*, *Ariclenes* e *Senor*.

No Quadro 3.6, os cinco primeiros nomes estão compostos por apenas um elemento, que pode ou não se assemelhar a um prenome tradicional, mas é possível afirmar que a tendência dos nomes artísticos é que sigam a formação prenome + sobrenome, como *Fernanda Montenegro*.

A formação de novos antropônimos de personalidades por apenas um elemento parece ser bem mais comum no meio esportivo, especialmente porque são nomes que, muitas vezes, derivam de apelidos ou hipocorísticos. São exemplos os nomes *Tande*, do ex-jogador de voleibol Alexandre Ramos Samuel, e *Kaká*, do futebolista Ricardo Izecson dos Santos Leite. Esses casos, entretanto, não se encaixam nos chamados nomes artísticos, pela diferença da área de atuação dos seus portadores. Poderíamos enquadrá-los no conjunto dos hipocorísticos comuns, mas deixamos a ressalva de que são antropônimos que precisam ser mais bem estudados, pois não se sabe se há alguma particularidade de uso ou de constituição linguística relacionável ao meio esportivo em que são criados e usados tais hipocorísticos.

De origem semelhante ao nome artístico é o chamado *nome de palco*. Este termo, porém, tem uma frequência bem menor na língua e pode ser considerado um quase-sinônimo. Abaixo, pode-se ver um exemplo de uso de nome de palco, *Emicida*, pertencente ao rapper e produtor musical brasileiro Leandro Roque de Oliveira.

(14) Batizado Leandro, o rapper assina contratos e cheques da empresa com seu nome de palco. “Minha rebeldia é essa aí, agora”, ri Emicida. “Fiquei anos da minha vida tentando inventar assinatura de respeito” (ARAGÃO, 2012).

3.3.7 Nome de guerra

O chamado *nome de guerra* se assemelha em parte ao *apelido*, ao *pseudônimo* e ao *nome artístico*. Com efeito, o DAD o define da seguinte forma: “pseudônimo, apelido de alguém, ger. num determinado âmbito (seu grupo, sua atividade etc.)”. O GDH, em uma das acepções, apresenta: “pseudônimo ou apelido pelo qual alguém é mais conhecido na sociedade, no meio artístico etc.”. A mesma obra informa que o nome de guerra corresponde também ao pseudônimo usado pelos maçons em suas reuniões⁹.

Mas, com relação ao pseudônimo, o nome de guerra contém traços de especialidade que aquele não tende a carregar. De fato, nem todos os indivíduos que criam pseudônimos para si diriam que criaram um nome de guerra. Uma explicação para a diferença é o fato de que o nome de guerra é empregado em ambientes restritos, isto é, não costuma ser usado em diferentes espaços sociais (familiar, profissional, meio de comunicação, etc.).

O meio militar é um dos âmbitos em que se encontra este tipo de antropônimo. Conforme explica Leirner (2008, p. 198), são escolhidos nomes de guerra para identificar aqueles que entram para o exército brasileiro:

Quando se entra para o exército brasileiro, logo após um curto período (que pode variar de dias a poucas semanas), se ganha, a partir das sugestões do indivíduo e posterior aprovação / escolha feita pelo superior imediato que comanda a unidade em que se está (servindo; ou, no caso da academia militar, ingressando), uma abreviação do nome pessoal / de família que passará a ser o *nome de guerra*.

⁹ Um exemplo do uso na maçonaria é comentado por Ribeiro (2012): “O venerável mestre Bento Gonçalves dirigiu a primeira loja maçônica do estado, a *Philantropia e Liberdade*, em Porto Alegre. Seu *nome de guerra* na ordem era *Sucre*, uma referência ao general Antonio José Sucre, líder da libertação latino-americana ao lado de Simón Bolívar, outro maçom”.

Ainda conforme o autor, é fundamental que não ocorra homonímia entre os nomes de guerra, havendo, em cada turma, somente um *Silva*, um *José*, etc. (LEIRNER, 2008, p. 199). São exemplos de nomes de guerra de militares brasileiros: *Médici*, de Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) e *Marquês de Tamandaré*, de Joaquim Marques Lisboa (1865-1958).

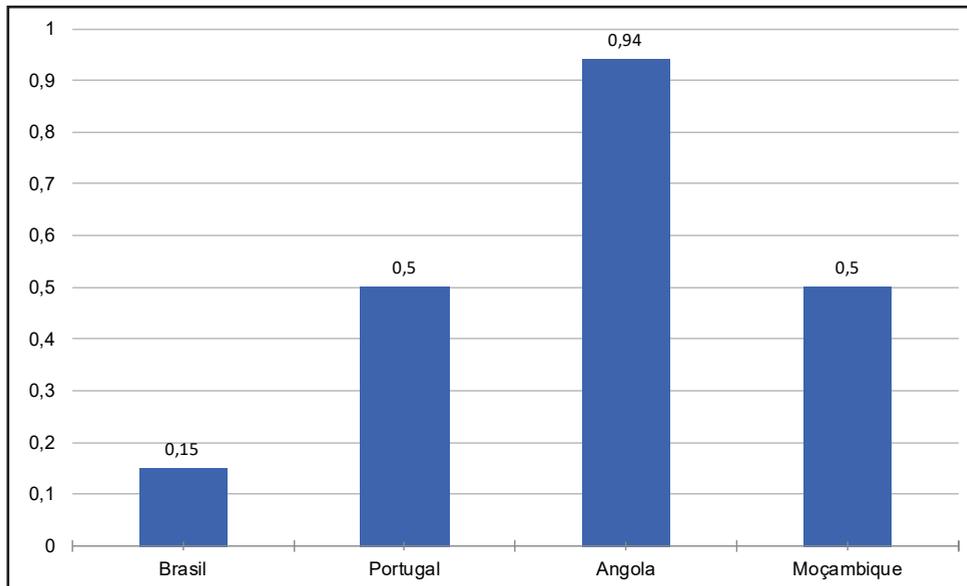
Além da maçonaria e do meio militar citados acima, é possível se falar em nome de guerra em âmbitos como a prostituição e o crime organizado. Nos fragmentos abaixo, observa-se uma remissão ao nome de guerra Ímola, atribuído a uma garota de programa, e uma explicação a respeito da atribuição do nome de guerra no mundo do crime.

(15) Na biografia *Morri para Viver* (Planeta), sobre sua trajetória de “fama, drogas e prostituição”, Andressa Urach afirma ter sido uma das garotas de programa mais caras e desejadas do país, com o “*nome de guerra*” Ímola (FOLHA, 2015).

(16) Para ser “batizado” pelo PCC, um criminoso precisa ser convidado por outro já pertencente à quadrilha, com aval de outros dois “batizados”. O nome do padrinho e o próprio *nome de guerra* se tornam uma espécie de RG do detento no grupo. Quem convida assume responsabilidade pelo afilhado e, também, pelos erros cometidos por ele. Um problema grave de indisciplina (como matar um colega sem autorização da cúpula) pode custar a vida de ambos (PAGNAN, 2017).

Considerando a frequência de uso do termo *nome de guerra*, o Brasil revela um valor inferior ao de outros países de língua portuguesa. Conforme se observa no gráfico abaixo, elaborado com dados do *Corpus do Português: Web/Dialetos*, a frequência de ocorrência de *nome de guerra* é inferior no Brasil, se comparada com as de Portugal, Angola e Moçambique (DAVIES; FERREIRA, 2016). Um motivo que talvez explique esse fato é o caráter pejorativo que o termo possui no país, especialmente porque é frequente no meio da prostituição e do crime. Mas avaliamos que, para confirmar essa hipótese, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada sobre essa variação diatópica.

Gráfico 3.1 – Frequência por milhão de palavras do termo *nome de guerra* em países de língua portuguesa



Fonte: *Corpus do Português: Web/Dialetos* (DAVIES; FERREIRA, 2016).

3.3.8 Nome religioso

O nome religioso é aquele empregado por membros de comunidades religiosas em lugar do nome civil. Aplica-se a diferentes religiões e possui, por esse motivo, normas diferenciadas para sua escolha. No caso de ordens católicas, o nome religioso se relaciona com algum santo. Assim, o nome religioso *Leonardo Boff*, atribuído a Genézio Boff ao ingressar na Ordem dos Frades Menores (franciscanos), homenageia um santo franciscano de nome Leonardo de Porto Maurício (1676-1751), conforme aponta Costa (2016, p. 446).

Nesta categoria se encontra também o chamado *nome papal*, empregado pelo papa durante o seu pontificado. Após o conclave da Igreja Católica, o novo papa decide com que nome deverá ser chamado. No quadro abaixo, podem-se ver os nomes papais e os respectivos nomes civis dos últimos cinco papas:

Quadro 3.7 – Nomes papais e nomes civis dos cinco últimos pontificados

Pontificado	Nome papal	Nome civil
21/06/1963 a 06/08/1978	Paulo VI	Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini
26/08/1978 a 28/09/1978	João Paulo I	Albino Luciani
16/10/1978 a 02/04/2005	João Paulo II	Karol Józef Wojtyła
19/04/2005 a 28/02/2013	Bento XVI	Joseph Aloisius Ratzinger
13/03/2013 até hoje	Francisco	Jorge Mario Bergoglio

No caso da escolha deste antropônimo, é o próprio portador do nome que faz a escolha do nome. O atual papa Francisco escolheu seu nome papal em homenagem ao santo Francisco de Assis, como ele mesmo explica:

Alguns não sabiam por que o Bispo de Roma se quis chamar Francisco. Alguns pensaram em Francisco Xavier, em Francisco de Sales, e também em Francisco de Assis. Deixai que vos conte como se passaram as coisas. Na eleição, tinha ao meu lado o Cardeal Cláudio Hummes, o arcebispo emérito de São Paulo e também prefeito emérito da Congregação para o Clero: um grande amigo, um grande amigo! Quando o caso começava a tornar-se um pouco «perigoso», ele animava-me. E quando os votos atingiram dois terços, surgiu o habitual aplauso, porque foi eleito o Papa. Ele abraçou-me, beijou-me e disse-me: «Não te esqueças dos pobres!» E aquela palavra gravou-se-me na cabeça: os pobres, os pobres. Logo depois, associando com os pobres, pensei em Francisco de Assis. Em seguida pensei nas guerras, enquanto continuava o escrutínio até contar todos os votos. E Francisco é o homem da paz. E assim surgiu o nome no meu coração: Francisco de Assis (DISCURSO, 2013).

A escolha do nome religioso não se restringe, porém, à Igreja Católica. No judaísmo, também se escolhe outro nome, como afirma Galinkin (2008, p. 92): “através do rito de nomeação e do registro civil, cada pessoa judia tem um nome religioso ou sagrado para ocasiões rituais, e um nome civil ou secular para exercício de seus direitos e deveres como cidadão”. No candomblé, pode-se citar o exemplo do líder espiritual Ricardo Pereira Tavares, que conseguiu decisão judicial permitindo-lhe acrescentar ao seu nome civil o nome religioso *Táta*, passando a ter como nome civil: *Táta Ricardo Pereira Tavares* (LEITE, 2012). A alteração por via judicial é comentada no capítulo 2 desta obra.

3.3.9 Nome social

No Brasil, há determinadas leis que reconhecem e normatizam certos tipos de antropônimos. O prenome e o sobrenome, por exemplo, estão previstos na

Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973). O nome de urna está normatizado no Código Eleitoral (Lei nº 9.504/1997). O nome social, por outro lado, não está normatizado em nenhuma lei, mas é definido e reconhecido por um decreto. Em 2016, a então Presidente da República, Dilma Rousseff, edita o Decreto nº 8.727, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Nesse decreto, o nome social é definido da seguinte forma: “designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida”.

Embora não haja ainda no país uma lei específica sobre o nome social, é de se reconhecer o avanço do decreto citado, pois impõe aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a obrigatoriedade de que, em seus atos e procedimentos, adotem o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento. Antes do decreto, outras iniciativas de órgãos e entidades públicas já vinham reconhecendo o uso do nome social como um direito.

Em São Paulo, foi publicado em 2010 o Decreto nº 55.588, que dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2010). No texto do decreto, não se fala em “nome social”, mas se afirma que a pessoa interessada indicará o prenome que corresponda à forma pela qual se reconheça, é identificada, reconhecida e denominada por sua comunidade e em sua inserção social. Observa-se, portanto, que o texto igualava o que seria o nome social a um novo prenome. Desde então, o termo que vem se consolidando é *nome social*.

Na Universidade Federal de Minas Gerais, a Resolução nº 9, de 7 de julho de 2015, já estabelecia normas internas para a autarquia. Em seu artigo 2º, dispõe:

Fica assegurado a servidores, discentes e, no que couber, a demais usuários da Universidade Federal de Minas Gerais, cujo nome de registro civil não reflita sua identidade de gênero, o direito de uso e de inclusão do seu nome social nos registros, documentos e atos da vida funcional e acadêmica (UNIVERSIDADE, 2015).

Como exemplo de nome social, pode-se citar *Tarso Brant*, nome do ator que tem como nome de registro *Tereza Cristhina da Silva Borges*. Ama Fialho é o nome social de André dos Santos Fialho (VASCONCELOS, 2015). Em geral, o indivíduo que adota o nome social o faz porque não se identifica com o nome civil que possui, atribuído a um gênero diferente do qual ele ou ela se identifica. As diferenças entre nome civil e nome social não são poucas e podem ser mais bem compreendidas a partir do Quadro 3.8, adaptado de Cerqueira (2015):

Quadro 3.8 – Diferenças entre nome civil e nome social

	Nome civil	Nome social
1	Obrigatório a todas as pessoas.	Facultativo. Só possui quem assim o desejar.
2	Destinado a todos.	Destinado especificamente ao público transgênero.
3	Subsiste sozinho, independentemente da existência de nome social.	Não subsiste sozinho. O seu titular passa a ter tanto o nome civil quanto o nome social. (Na hipótese de alteração do nome em cartório, o estatuto do nome social deixa de existir e o titular passa a ter um novo nome civil.)
4	Adquirido com o registro de nascimento, com a pessoa ainda sem discernimento para prática dos atos da vida.	Conferido muito posteriormente ao nascimento, tendo como pré-requisito que a pessoa tenha identificação de gênero preferencial, o que exige consciência.
5	Atribuído por terceiros ao seu titular (via de regra os pais nomeiam os filhos).	É escolha personalíssima de seu titular, não havendo a possibilidade de que terceiro impute nome social a outrem.
6	Pode ser recusado pelo cartório, se expuser a pessoa ao ridículo.	Não pode ser recusado pela repartição pública, pois o cidadão declara sua aceitação pessoal ao nome.
7	É atribuído mediante registro em cartório, mas só pode ser alterado por meio de uma decisão judicial.	Pode ser alterado administrativamente sem a necessidade de uma decisão judicial.
8	Vincula o tratamento de todas as pessoas que interagem com o seu titular.	Atualmente, limita-se a vincular o tratamento dado ao seu titular no âmbito da administração pública (e escolas) e de instituições que assim o regulamentarem.
9	Deve guardar relação com a família do seu titular, podendo ser alterado, por exemplo, após o reconhecimento de paternidade ou adoção.	Não precisa guardar relação com o núcleo familiar de seu titular.
10	Não necessita de aprovação social (pois a personalidade está no seu começo).	Via de regra, configura-se como um antropônimo já utilizado pela sociedade para a identificação de seu portador.
11	Pode ser alterado por ocasião do casamento.	O casamento é indiferente ao nome social. Via de regra, as legislações são omissas quanto ao tema.

Fonte: Adaptado de Cerqueira (2015).

Embora o termo *nome social* tenha se difundido na descrição da antroponímia brasileira nos últimos anos e seu uso sirva também como garantia do princípio da dignidade humana (AMARAL; OLIVEIRA, 2019), a possibilidade de dispensa do seu uso com a consequente retificação do nome de registro foi garantida primeiramente pelo Poder Judiciário. Em julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4275), o Supremo Tribunal Federal, no ano de 2018, julgou procedente a ação para dar interpretação conforme a Constituição e conforme o Pacto de São José da Costa Rica ao art. 58 da Lei nº 6.015/1973, de modo a reconhecer aos transgêneros que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil. Em junho do mesmo ano, por meio do Provimento nº73/2018, o CNJ regulamenta a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais. A partir de então, a mudança do nome pode ser feita em cartórios do território brasileiro, sem a necessidade de autorização judicial. Respeitando a necessidade social de atribuição de sexo, pode-se fazer, também, a alteração do gênero no documento de acordo com a identificação do indivíduo, por autodeclaração.

3.3.10 Nome de urna

No Brasil, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelece as normas para as eleições. O artigo 12 dessa lei dispõe sobre a formação do nome de urna. Em seu *caput*, lê-se:

Art. 12. O candidato às eleições proporcionais indicará, no pedido de registro, além de seu nome completo, as variações nominais com que deseja ser registrado, até o máximo de três opções, que poderão ser o prenome, sobrenome, cognome, nome abreviado, apelido ou nome pelo qual é mais conhecido, desde que não se estabeleça dúvida quanto à sua identidade, não atente contra o pudor e não seja ridículo ou irreverente, mencionando em que ordem de preferência deseja registrar-se (BRASIL, 1997, s.p.).

O § 1º do mesmo artigo define os critérios para serem desfeitos os casos de homonímia. O inciso I dispõe que, havendo dúvida, a Justiça Eleitoral poderá exigir do candidato prova de que é conhecido por dada opção de nome. Além disso, para a decisão dos casos de homonímia, cumpre ainda papel importante o fato de que o candidato seja identificado por um dado nome na sua vida política, social ou profissional, o que impedirá que outros candidatos utilizem o mesmo nome (art. 12, § 1º, III). Se o nome de urna puder confundir o eleitor, a Justiça

Eleitoral também poderá exigir do candidato prova de que é conhecido por determinada opção de nome por ele indicado (art. 12, § 2º).

Como é possível observar, o nome de urna se origina de um ato jurídico no qual o candidato às eleições proporcionais, isto é, candidato a um dos órgãos legislativos estaduais ou municipais, deve indicar até três opções antroponímicas pelas quais deseja ser identificado. É um tipo de antropônimo estabelecido por lei, que se aplica a um grupo restrito de indivíduos. Se eleito, o político poderá transformar seu nome de urna como nome parlamentar, mas, em muitos casos, ele existirá e cumprirá sua função durante o processo eleitoral.

A seguir, são expostos exemplos de nomes de urnas de candidatos às eleições de 2014.

Quadro 3.9 – Exemplos de nomes de urna de candidatos nas eleições 2014

Cargo a que se candidatou	Nome civil	Nome de urna
Deputado Estadual (SP)	Carlos Alberto Giannazi	Carlos Giannazi
Deputado Estadual (BA)	Crissostomo Antonio Lima	Zó
Deputado Estadual (MG)	José Celio de Alvarenga	Celinho do Sinttrocel
Deputado Estadual (PR)	José Rodrigues Lemos	Professor Lemos

Tribunal Superior Eleitoral.

Como é possível perceber, os nomes de urna podem ser formados a partir do próprio prenome e sobrenome do candidato (*Carlos Giannazi*), como a partir de hipocorístico (*Zó*), de hipocorístico mais local de atuação (*Celinho do Sinttrocell*), de atividade mais sobrenome (*Professor Lemos*), etc. As motivações para a escolha do nome de urna são várias e merecem estudos mais aprofundados.

3.3.11 Nome parlamentar

Ao tomar posse, o candidato eleito a um cargo legislativo deve informar à respectiva casa legislativa o seu nome parlamentar. No caso da Câmara dos Deputados, existe um dispositivo legal que procura normatizar esse ato. No *caput* do art. 3º da Resolução nº 17/1989, lê-se:

Art. 3º O candidato diplomado Deputado Federal deverá apresentar à Mesa, pessoalmente ou por intermédio do seu Partido, até o dia 31 de janeiro do ano de instalação de cada legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação de seu **nome parlamentar**, legenda partidária e unidade da Federação de que proceda a representação (CÂMARA, 1989, s. p., grifo nosso).

O § 1º da mesma resolução dispõe: “O nome parlamentar compor-se-á, salvo quando, a juízo do Presidente, devam ser evitadas confusões, apenas de dois elementos: um prenome e o nome; dois nomes; ou dois prenomes”.

No Quadro 3.10, é possível ver exemplos de nomes parlamentares da legislatura 2015-2018:

Quadro 3.10 – Exemplos de nomes parlamentares e respectivos nomes civis de deputados federais (2015-2018)

	Nome parlamentar	Nome civil
RJ	Jandira Feghali	Jandira Feghali
BA	Bebeto	Adalberto Souza Galvão
MA	André Fufuca	André Luiz Carvalho Ribeiro
CE	Macedo	José Maria Macedo Júnior
MG	Padre João	João Carlos Siqueira
TO	Professora Dorinha Seabra Rezende	Maria Auxiliadora Seabra Rezende

Uma breve análise dos nomes parlamentares dos deputados federais permite observar que, se, por um lado, há vários nomes que seguem a norma citada acima (apenas dois elementos), por outro, há outros que são formados a partir de diversas motivações. Assim, *Bebeto* é um hipocorístico de Adalberto; *André Fufuca* recebe o *Fufuca* a partir de um sobrenome do pai (Francisco Ribeiro Dantas Filho, o *Fufuca Dantas*); Macedo é um dos sobrenomes de José Maria Macedo Júnior; *Padre João* inclui a atividade do deputado antes do seu prenome; *Professora Dorinha Seabra Rezende* inclui tanto a remissão à profissão (professora) quanto um hipocorístico de *Auxiliadora*.

Da mesma forma que os nomes de urna, os nomes parlamentares não são muito pesquisados. Um trabalho que se dedica ao tema é Amaral e Machado (2015). Os autores analisam um conjunto de antropônimos dos vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP) e verificam uma grande diversidade interna na formação tanto dos nomes de urna quanto dos nomes parlamentares. Entre as conclusões do trabalho, observa-se que os nomes de urnas tendem a conservar os nomes pelos quais os candidatos são conhecidos na cidade de Ouro Preto, o que se dá pela manutenção de hipocorísticos e apelidos. No que se refere aos nomes parlamentares, Amaral e Machado (2015, p. 64) observam que, pelo fato de não haver uma norma que regulamente sua seleção pelos vereadores

eleitos para a CMOP, existe uma variação grande nas formas que são escolhidas, levando alguns a manterem, inclusive, os diferentes apelidos que recebiam em momentos pré-eleitorais, como *Paquinha* < *Maurício Moreira* e *Kuruzu* < *Wanderley Rossi Júnior*.

O trabalho dos autores evidencia a importância dos apelidos na vida política dos vereadores de Ouro Preto. Supõe-se que essa importância também possa ser verificada em dados de outras casas legislativas no país. Por isso, acredita-se que existe um material rico que, se pesquisado, revelaria muitos traços não só do perfil dos candidatos, mas também dos interesses que movem os cidadãos brasileiros na escolha dos seus representantes durante as eleições.

3.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Para finalizar este capítulo, o quadro abaixo expõe as definições dos diferentes tipos de antropônimos, elaboradas a partir do exposto nas seções anteriores.

Quadro 3.11 – Definições dos tipos de antropônimos

	Tipo	Definição e principais características
1	Prenome	Antropônimo que distingue o indivíduo dentro dos grupos sociais de maior intimidade. Antecede o sobrenome e pode ser simples, composto ou justaposto.
2	Sobrenome	Antropônimo que identifica o pertencimento do indivíduo a uma família. Geralmente provêm dos genitores e sucede o prenome.
3	Agnome	Antropônimo que indica uma relação de parentesco com outro indivíduo, via de regra, por via patrilínea.
4	Apelido (ou alcunha, ou cognome)	Antropônimo que se atribui a um indivíduo geralmente por outra pessoa e que costuma aludir a uma característica física ou intelectual ou ainda a um fato ou comportamento social.
5	Hipocorístico	Antropônimo formado a partir de uma alteração morfológica (abreviação, diminutivo, aumentativo, etc.) de outro antropônimo. Geralmente criado em ambientes de maior intimidade.
6	Pseudônimo	Antropônimo empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil e escolhido pelo próprio portador do nome próprio.
7	Codínome	Antropônimo empregado para ocultar a identidade de um indivíduo. Pode ser escolhido pelo próprio portador ou por outrem e frequentemente possui traço negativo.
8	Heterônimo	Antropônimo atribuído a um indivíduo fictício, criado pelo portador de outro antropônimo.
9	Nome artístico (e nome de palco)	Antropônimo empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil e pelo qual se faz conhecido em sua atividade profissional, especialmente em áreas como música, cinema, teatro, televisão e afins.
10	Nome de guerra	Antropônimo empregado como substituto do nome civil em ambientes restritos, especialmente no meio militar, na maçonaria, na prostituição e no crime organizado.
11	Nome religioso	Antropônimo empregado por membros de comunidades religiosas em lugar do nome civil.
12	Nome social	Antropônimo pelo qual a pessoa, especialmente transexual e travesti, se identifica e é reconhecida socialmente.
13	Nome de urna	Antropônimo escolhido pelo candidato às eleições proporcionais para registrar-se na Justiça Eleitoral.
14	Nome parlamentar	Antropônimo escolhido pelo indivíduo eleito a cargo legislativo para ser usado em documentos oficiais da casa legislativa.

MORFOSSINTAXE DOS ANTROPÔNIMOS

Nos capítulos anteriores, vimos que a categoria dos nomes próprios é formada por um conjunto heterogêneo de unidades, do qual fazem parte os diversos tipos de nomes próprios de pessoas, de lugares, etc. Ao longo deste capítulo, serão apresentadas as características morfossintáticas dos antropônimos no português brasileiro. Em determinados momentos, serão feitas comparações com outros nomes próprios ou mesmo com nomes comuns, para facilitar a observação das peculiaridades dos nomes próprios de pessoa. Inicialmente, são destacados aspectos morfológicos. Em seguida, são tratadas as questões sintáticas que contribuem para caracterizar os antropônimos.

4.1 ASPECTOS MORFOLÓGICOS

Em português, bem como em muitas outras línguas, não é possível diferenciar os nomes comuns dos nomes próprios por meio de marcas morfológicas. Assim, qualquer palavra ou sequência de palavras pode vir a ser um nome próprio. Os limites para esta possibilidade, conforme destaca Fernández Leborans (1999, p. 83), são pautados por convenções socioculturais e não propriamente pela gramática da língua (cf. também Bajo Pérez (2002, p. 45)). São questões socioculturais que fazem com que, por exemplo, formas como *rosa* e *margarida*

sejam comumente transcategorizadas como antropônimos, *Rosa* e *Margarida*, mas isso não ocorre com formas como *crisântemo* e *girassol*. Enquanto os dois primeiros nomes comuns são femininos, os dois últimos são masculinos. Por uma questão cultural, no Brasil, aos homens não são atribuídos nomes de flores como prenomes oficiais, mas às mulheres sim, a elas podem ser atribuídos nomes de flores, como é o caso dos exemplos citados.

Com efeito, é possível encontrar nomes próprios que se originaram em substantivos (*Recife*), adjetivos (*Bonito*), verbos (*Veja*), interjeição (*Oi*), ou mesmo sentenças, que são mais comuns em obras de arte (*Quem matou Pixote?*), mas também se encontram em nomes comerciais (*quem disse, berenice?*¹). Em se tratando de antropônimos, a restrição para a criação de novos nomes é limitada e se concentra mais em substantivos e adjetivos. Nas seções seguintes, serão discutidos aspectos relacionados ao uso de maiúsculas, ao gênero, ao número e aos processos de derivação morfológica dos nomes próprios.

4.1.1 A grafia

O emprego de letras maiúsculas talvez seja o aspecto formal mais lembrado quando se fala em nomes próprios. Qualquer gramática normativa inclui, entre as regras de uso de maiúsculas, a das iniciais dos nomes próprios. Embora possa existir alguma marca ou obra, que, em casos excepcionais, pela vontade do seu criador ou autor, seja grafada com minúscula, todos os antropônimos são escritos com maiúsculas: *Antônio Carlos, Chiquinho, Zé Pereira*, etc.

Entretanto, se é certo que os nomes próprios são escritos com maiúsculas, não é possível dizer que as maiúsculas sejam exclusivas dessa categoria de nomes, fato que não serve, portanto, para distinguir os nomes próprios do nome comum. Também são escritas em maiúsculas as primeiras letras das palavras que iniciam frases (e, em muitos casos, os versos de um texto poético); os nomes de altos conceitos ou cargos, como *Estado, Nação, Presidente da República, Ministro da Educação*, etc., além de outros casos previstos pelas gramáticas normativas. Ademais, se a regra da maiúscula inicial serve para identificar um nome próprio em línguas como o português, o francês, o espanhol, entre outras, há línguas, como o alemão, em que todos os substantivos são escritos com maiúsculas e outras, como muitas línguas indígenas brasileiras, que não contam com uma variedade escrita. Em todo caso, como recorda Fernández Leborans (1999, p. 52), convém ressaltar a tendência observada, em muitas línguas, de destacar o nome próprio por meio de algum procedimento gráfico, o que constituiria uma prova

¹ Nome de empresa de produtos de beleza. A própria empresa grifa seu nome com minúscula.

da consciência linguística por parte dos falantes da especificidade gramatical dessa categoria de nomes.

Se a gramática tradicional estabelece que altos cargos se escrevem com maiúsculas, é preciso esclarecer que esse fato não torna os nomes dos cargos nomes próprios. Desse modo, em contextos com o verbo *chamar-se*, que permite identificar claramente o antropônimo *Antônio Carlos* em (1) e (2), não é possível que se coloque o nome de um cargo, como em (3).

(1) O Presidente da República se chama *Antônio Carlos*.

(2) Eu me chamo *Antônio Carlos*.

(3) * Eu me chamo *Presidente da República*.

Pelo exposto acima, nomes como *presidente*, *governador*, *secretário de estado*, *papa*, *cardeal*, *rei*, *duque*, etc., designam cargos, dignidades ou postos, mas não são antropônimos, pois são nomes descritivos que não cumprem as características definitórias expostas no capítulo 2. Por outro lado, nomes originados de antropônimos, mas que passaram a fazer parte do léxico comum, são escritos com minúsculas: *amélia*, *donjuán*, *quixote*, *maria*, etc., conforme será discutido no capítulo 7.

Outra questão gráfica importante referente à escrita dos nomes próprios diz respeito à variação. Se, no caso dos topônimos, existe certa preocupação oficial com a grafia dos nomes de lugares², no caso dos antropônimos, a situação é menos regulamentada. Não existe, no Brasil, nenhuma entidade que atue com a finalidade de padronizar os nomes atribuídos aos brasileiros. Por esse motivo, as alterações gráficas que surgem a partir de uma forma já conhecida podem ser grandes. Um prenome como *Felipe* (do latim *Philippus* e este do grego Φίλιππος) pode ser alterado para *Fellipe*, *Felippe*, *Filipe*, *Felype*, entre outras formas.

No caso de nomes estrangeiros que se afastam de padrões gráficos do português, a variação pode ser maior, como acontece com *Wellington*, que deu origem a *Welington*, *Wuellyngton*, *Wuellington*, *Uélington*, *Huelinton*, entre outros prenomes, todas essas formas registradas na base de dados do IBGE. No quadro abaixo, podem-se ver exemplos de prenomes criados por

² Sobre o nome de municípios, conferir, por exemplo, o art. 9º da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967.

alterações gráficas de dois prenomes muito comuns no Brasil, também de acordo com dados do IBGE.

Quadro 4.1 – Alterações gráficas a partir de dois prenomes da antroponímia brasileira

Prenomes mais comuns no Brasil	Exemplos de prenomes criados por alterações gráficas
<i>Maria</i>	<i>Marya, Mariah, Marhia, Mariha, Maryah</i>
José	<i>Jhosé, Joser, Joseh, Jozé, Jozer</i>

Fonte: IBGE (INSTITUTO, 2017).

Conforme defendido nesta obra, nos casos de alterações gráficas, não se poderia falar estritamente em variante de um antropônimo existente. Considerando que cada antropônimo atribuído a um indivíduo cria uma relação entre um nome e o seu portador, a cada ato de nomeação haveria um antropônimo novo que pode ou não ter o mesmo aspecto gráfico. Dessa forma, se duas mulheres se chamam *Maria*, há duas relações de nomeação e dois antropônimos, embora sejam idênticos em sua forma. Se uma se chama *Maria* e outra *Marya*, também se trata de duas relações de nomeação diferentes e dois antropônimos de grafia distinta (cf. capítulo 5).

Embora haja notícias de variações gráficas em nomes registrados nas décadas de 1910 e 1920 na Genealogia Paranaense de Francisco Negrão (GUÉRIOS, 1981, p. 29), pesquisas recentes atestam o uso de consoantes duplas, *y* e *k* a partir de 1980 até 2000 (GRESPLAN, 2012; VESCOVI, 2015), o que indica tratar-se de um modismo recente na antroponímia brasileira cuja motivação pode estar relacionada ao desejo dos pais de atribuir aos filhos um nome único, singular ou, ainda, a preferência por formas que lembrem a grafia da língua inglesa, o que daria um certo prestígio linguístico aos nomes, tendo em vista os valores positivos que são atribuídos a esse idioma.

4.1.2 O gênero gramatical

Embora não haja uma restrição da língua para a formação de nomes próprios masculinos ou femininos, a tendência é que sigam as regras dos nomes comuns. Assim, no caso de prenomes, não é raro encontrar em português a oposição masculino/feminino, como *Fernando/Fernanda*; *Paulo/Paula*; *Francisco/Francisca*. Nesses casos, segue-se a norma de emprego do morfema de gênero masculino *-o* para nomes de homens e do morfema de gênero feminino *-a* para nomes de mulheres. Também se encontram os prenomes femininos

que, em oposição aos masculinos, são acrescidos de marca de gênero: *André/Andrea; Luís/Luísa*. Os hipocorísticos também seguem essa tendência: *Nando/Nanda, Chiquinho/Chiquinha*.

Entretanto, há uma série de nomes que não seguem o padrão acima. Em primeiro lugar, destacam-se aqueles que não encontram correspondência com outro gênero. Assim, há prenomes que são reconhecidamente masculinos, como *Anderson* e *Artur*, e outros reconhecidamente femininos, como *Beatriz* e *Ester*. Ademais, há outros nomes que são atribuídos a indivíduos de ambos os sexos, como *Adair* e *Ariel*. O Quadro 4.2 apresenta uma série de exemplos que se enquadram na classificação acima. Observe-se que, no caso de acréscimo de marcas de gênero feminino, além de *-a*, encontra-se também *-e*, como *Daniela* e *Daniele*.

Quadro 4.2 – Exemplificação de prenomes do português brasileiro conforme atribuição a pessoas de sexo masculino ou feminino e marcas de gênero gramatical

Prenomes atribuídos a pessoas do sexo masculino ou feminino		Prenomes atribuídos a pessoas do sexo masculino	Prenomes atribuídos a pessoas do sexo feminino	Prenomes atribuídos a pessoas do sexo masculino e do sexo feminino
Formas com alternância de marca de gênero	Formas com acréscimo de marca de gênero feminino	Formas sem marca específica de gênero gramatical	Formas sem marca específica de gênero gramatical	Formas sem marca específica de gênero gramatical
Adriano/Adriana	André/Andrea(-ia)	Anderson	Beatriz	Adair
Alexandre/Alexandra	Daniel/Daniela(-e)	Artur	Ester	Ariel
André/Andréa	Emanuel/Emanuela(-e)	Gustavo	Isadora	Darci
Antônio/Antônia	Gabriel/Gabriela(-e)	Lucas	Jéssica	Dominique
Bruno/Bruna	Luís/Luísa(-e)	Mateus	Larissa	Francis
Fernando/Fernanda	Manuel/Manuela(-e)	Oscar	Matilde	Iraci
Francisco/Francisca	Micael/Micaela(-e)	Pedro	Rebeca	Juraci
Marcelo/Marcela	Rafael/Rafaela(-e)	Rodrigo	Sofia	Valdeci
Paulo/Paula	Valentim/Valentina(-e)	Tiago	Taís	Valdenir
Sílvio/Sílvia	Vanderlei/Vanderlea(-ia)	Vinícius	Vanessa	Vanderci

Com relação aos casos da segunda coluna do Quadro 4.2, outras alternâncias também são encontradas na língua, como *Henrique/Henriqueta, José/Josefa*,

etc. Além disso, observa-se que, ainda na segunda coluna, muitos exemplos são de nomes masculinos que terminam em *-l* e a versão feminina recebe a marca de gênero *-a*. Porém, há nomes que oferecem certa resistência, de caráter não linguístico, a essa produtividade, como é o caso de *Ezequiel/Ezequiela* ou *Natanael/Natanela*. Apesar de haver pessoas com os nomes de *Ezequiela* e *Natanaela*, estes antropônimos não são frequentes na antroponímia brasileira.

No caso dos hipocorísticos, é comum encontrar formas usadas para indivíduos do sexo masculino e indivíduos do sexo feminino. Assim, *Dani* pode ser usado como hipocorístico de *Daniel* ou *Daniela*; *Duda* pode aplicar-se a *Eduardo* ou *Eduarda*; *Lu*, a *Luciano* ou a *Luciana*. Para saber o gênero de qualquer hipocorístico como esses, é necessário recorrer ao contexto linguístico ou social (BAJO PÉREZ, 2002, p. 42).

As relações expostas acima entre gênero gramatical e atribuição a indivíduos do sexo masculino ou feminino são mais perceptíveis quando se trata do nome civil. Obviamente, para nomes artísticos ou pseudônimos, por exemplo, a situação pode ser diferente. No caso destes últimos, pode-se verificar uma relação oposta, já que o pseudônimo serve para ocultar uma identidade e é possível encontrar nomes femininos escolhidos por indivíduos do sexo feminino ou o contrário. Em se tratando de nome social, pode-se ter uma escolha de um nome que justamente não possua marca de gênero, como *Ariel*.

4.1.3 O número gramatical

Os antropônimos seguem, em geral, as regras morfológicas dos nomes comuns no que se refere à formação de plural. Assim, um prenome como *Vanessa*, terminado em *-a*, tem o plural com *-s* (*Vanessas*), *Beatriz* tem o plural com *-es* (*Beatrizes*) e *Daniel* possui o plural em *-is* (*Daniéis*). No caso dos sobrenomes, embora pareça haver certa resistência de nomes em plural para muitos casos (*Galvão/Galvões*; *Belém/Beléns*), também é possível obter formas com as marcas de plural. Com efeito, de acordo com Bechara (2015), os nomes próprios usados no plural devem obedecer às normas dos nomes comuns e a recomendação é que sejam grafados no plural e não no singular³. Entretanto, a situação do plural dos antropônimos (e dos nomes próprios em geral) é muito mais complexa, pois envolve não só questões morfológicas, mas também sintáticas e semânticas.

³ De acordo com o mesmo gramático, não é raro o uso do nome próprio na forma singular (acompanhado de determinante plural) na língua literária (*os Correia de Sá*) (BECHARA, 2015, p. 125).

Quando nos deparamos com um nome em plural com potencial para ser classificado como nome próprio, é possível que se esteja, de fato, diante de um nome próprio ou diante de um nome que tenha perdido parte ou todas as características de um nome próprio. Assim, ao observar o sintagma *umas Amélias*, não se pode dizer, *a priori*, se se está ou não diante de um nome próprio. Certamente, se, em um texto, se lê o sintagma em minúscula, *umas amélias*, a tendência será interpretar o sintagma como um caso de recategorização, em que *amélia* apresenta o significado dicionarizado relacionado a ‘mulher dedicada e submissa’. Se não for esse o caso, poderá tratar-se de uma referência específica a um grupo de duas ou mais mulheres chamadas de nome *Amélia* ou de uma referência não específica ou genérica, de caráter metafórico ou não.

Bajo Pérez (2002, p. 76) adverte que a mudança do número gramatical do nome comum não resulta em sua recategorização como nome próprio, já que o nome comum não tem a possibilidade de passar a próprio ao ser alterado o número. Conforme recorda a autora, a recategorização do nome próprio em comum pode estar relacionada com o número gramatical (*Há muitos Nelson Rodrigues nesta sala*), ao passo que o contrário não se observa, ou seja, a recategorização do nome comum em nome próprio (*latino* > *Latino*, nome artístico do cantor Roberto de Souza Rocha) tem a ver com a determinação, com os usos metalinguísticos, etc.

Em um artigo clássico de Eugenio Coseriu (1921-2002) sobre o plural dos nomes próprios, o autor defende que, embora haja nomes próprios unívocos e que outros possam ser multívocos, não são nomes de classe, pois dois nomes *Juan* aplicados a indivíduos diferentes têm em comum somente a parte física e não a parte significativa, ou seja, não são duas ocorrências de uma mesma palavra, não havendo uma representação única (COSERIU, 1967, p. 268). Ainda de acordo com o autor, um nome próprio pode se aplicar a uma pluralidade de objetos, mas essa pluralidade se constitui desde o ponto de vista dos objetos e não da designação – ao ser nomeada por um nome próprio (como é o caso de *Estados Unidos*), a pluralidade se torna um indivíduo (COSERIU, 1967, p. 280).

Gary-Prieur (2001) explora a questão mais a fundo, objetivando descrever os principais tipos de objetos plurais que podem ser construídos a partir de um nome próprio. Além do plural lexical (*as Maldivas*), a autora trata: a) do plural denominativo, que apenas indica a reiteração de atos de denominação fundados sobre a mesma forma (*Há quatro Sócrates no anuário de Paris*); b) do plural discursivo, que permite representar seja a multiplicidade interna do indivíduo (*os mil e um Cézanne*), seja um grupo constituído de entidades em relação a um

indivíduo por metáfora (*todos os Hitler futuros*) ou por metonímia (*os Picasso do Louvre*). No que se refere ao sobrenome, a autora destaca a diversidade de interpretações como⁴:

- a) os Bourbons \cong a família Bourbon como totalidade singular (ou “grupo”);
- b) os Boulivet \cong Boulivet + sua esposa (e seus filhos);
- c) os Cohen \cong os irmãos Cohen (Gary-Prieur, 2001, p. 46)⁵;

De acordo com a autora, em (a) tem-se um plural lexical e a construção de um grupo como indivíduo coletivo. As entidades de (b) e (c) não são indivíduos coletivos, mas a simples adição de vários indivíduos. Estas estariam baseadas em uma construção sintática, e não lexical, do plural.

Como pode ser observado, embora o nome próprio em forma plural seja associado geralmente a um nome comum, é preciso observar com cuidado aspectos relativos à referência, para que se possa decidir se se está diante de um nome com as características de um nome próprio. Nesse sentido, assume-se a mesma postura adotada por Bajo Pérez (2002), para quem o simples fato de o nome próprio estar no plural não significa que seja categorizado como nome comum. Nas palavras da autora:

[...] o nome próprio não é um nome único, mas um nome que pode ser atribuído a um, a vários ou a muitos, mas não a todos os membros, não de uma só classe mas de qualquer classe; e, conseqüentemente, na hora de analisar o número do nome próprio, não pressuporemos que qualquer nome próprio, pelo simples fato de estar em plural, esteja recategorizado como comum, mas que, pelo contrário, defenderemos que o que é necessário demonstrar toda vez que um nome próprio aparece no plural é que deixou de ser nome próprio (BAJO PÉREZ, 2002, p. 61)⁶.

⁴ Esta e as demais traduções (quando não indicado o/a tradutor/a) foram realizadas pelos autores.

⁵ No original:

- a) les Bourbons \cong la famille Bourbon comme totalité singulière (ou ‘groupe’)
- b) les Boulivet \cong Boulivet + sa femme (et ses enfants)
- c) les Cohen \cong les frères Cohen

⁶ No original:

[...] el nombre propio no es un nombre único, sino un nombre que puede darse a uno, a varios o a muchos, pero no a todos los miembros, no de una clase sino de cualquier clase; y, consiguientemente, a la hora de analizar el número en el nombre propio, no presupondremos que cualquier nombre propio, por el mero hecho de ir en plural, esté recategorizado como común, sino que, por el contrario, defenderemos que lo que hay que demostrar cada vez que un nombre propio aparezca en plural es que ha dejado de ser nombre propio.

Amaral (2010) analisa várias ocorrências de antropônimos em contextos de plural, observando, principalmente, a referência do sintagma antroponímico. Nos exemplos a seguir, citados pelo autor e extraídos do jornal *Folha de S.Paulo*, pode-se observar a presença ou não de marcas de plural. É possível verificar que os antropônimos citados exibem marcas de plural como os nomes comuns.

Em (4), os indivíduos portadores do nome próprio podem ser individualizados, ou seja, identificados pelas informações contextuais (ou cotextuais). Nesse caso, *os Jonas* refere-se aos irmãos Nick Jonas, Joe Jonas e Kevin Jonas, integrantes da banda Jonas Brothers⁷.

(4) Em apresentação ontem no estádio do Morumbi, para 45 mil pessoas, **os Jonas** fizeram tudo igualzinho ao DVD.

[...]

Apresentando-se pela segunda vez no Brasil (o show no Rio foi no sábado), os irmãos Nick, 17, Joe, 19, e Kevin Jonas, 21, fizeram uma apresentação correta e animada, mas idêntica à da noite anterior e à de outros shows na América do Sul (FELITTI, 2009).

No exemplo (5), por outro lado, o antropônimo está introduzido por artigo definido, mas não é possível identificar os membros portadores do nome. Nesse caso, a referência do SN antroponímico corresponde à família, como a interpretação (a) acima comentada por Gary-Prieur (2001):

(5) “Os barões do tempo da escravidão passaram a coronéis, o preconceito foi amansando, mas um ranço racista continuou existindo”, diz o historiador Luizito Pereira, 64.

Amigo e biógrafo de Ataulfo, Pereira é integrante da família mais tradicional de Mirai, **os Alves Pereira**, em cuja fazenda Cachoeira o sambista nasceu e trabalhou – o seu Alves veio da rica família (VIANNA, 2009a).

Ao contrário do que acontece em outras línguas, em português, encontram-se ocorrências de sobrenome com marca de plural, como é o caso de (6) e (7), o que corrobora a necessidade de que o estudo das características de número do antropônimo também considere a diversidade tipológica dos antropônimos.

⁷ Se se interpreta *os Jonas* como referência ao nome do grupo musical, não se tem mais um caso de antropônimo.

(6) Os principais executivos da Globo passaram as últimas quinta e sexta confinados em uma fazenda no interior de Minas Gerais, pertencente a um **dos Marinhos**. Foram discutir o futuro dos negócios das Organizações Globo (CASTRO, 2009).

(7) A ação do “Simplicissimus” está situada na Guerra dos 30 Anos (1618-1648), na qual se jogava a limitação do poder **dos Habsburgos**, o destino do Sacro Império e o ajuste dos interesses dos senhorios alemães à sorte da luta entre católicos, luteranos e calvinistas (PÉCORA, 2009).

Nos exemplos acima, os antropônimos estão precedidos de artigo definido plural. Mas é possível encontrá-los com demonstrativos (*estas Adrianas*), possessivos (*meus Pedros*), numerais (*dois Andrés*), artigos indefinidos (*uns Franciscos*), bem como qualquer outro elemento que anteceda o nome na língua. Na seção 4.2 deste capítulo, serão discutidas as diferentes construções com antropônimos.

4.1.4 A derivação morfológica

4.1.4.1 De um tipo de antropônimo a outro

O acréscimo de sufixos a antropônimos é muito frequente para a criação de hipocorísticos. Os sufixos de diminutivo, como *-inho/a*, e de aumentativo, como *-ão* parecem ser os mais usuais. Os exemplos (8) a (11) mostram prenomes que, por processo de sufixação, dão origem a hipocorísticos. Também pode acontecer que os próprios hipocorísticos recebam um sufixo e sejam criados novos hipocorísticos, como mostram os exemplos de (12) a (15).

(8) Luis > Luisinho, Luisão.

(9) Carlos > Carlinhos, Carlão.

(10) Sandra > Sandrinha, Sandrão.

(11) Silvana > Vaninha.

(12) Francisco > Chico > Chiquinho.

(13) Roberto > Beto > Betinho.

(14) Fernanda > Nanda > Nandinha.

(15) Isabel > Bel > Belzinha.

A antroponímia brasileira também registra prenomes que, tendo sido derivados por sufixação de outros, já se constituem como prenomes na língua. É o que acontece com *Carlota* (< *Carla*), *Marieta* (< *Maria*), *Terezinha* (< *Tereza*), *Ernestino* (< *Ernesto*).

No Brasil, não é comum que a pessoa seja tratada pelo sobrenome, salvo em situações pragmáticas específicas (autores acadêmicos, por exemplo) ou por interesse do próprio portador do nome. Isso explica a menor formação de hipocorísticos com base em sobrenomes. Em todo caso, é possível que aos sobrenomes sejam acrescentados sufixos, tal como acontecem em *Liminha* (< *Lima*), *Costinha* (< *Costa*). Os agnomes *Júnior* e *Neto* aceitam facilmente o morfema diminutivo, produzindo *Juninho* e *Netinho*; por outro lado, *Sobrinho* e *Filho* já rejeitam esse processo.

Com relação ao valor dos sufixos anteriores, é possível que sejam atribuídos com o valor nocional de grandeza. Assim, é possível que *-inho* faça parte de um hipocorístico de uma criança ou de alguém de baixa estatura e *-ão* de hipocorísticos de indivíduos de maior porte físico, embora nunca de maior idade (BAJO PÉREZ, 2002, p. 88). Obviamente, um hipocorístico com sufixo diminutivo de uma criança pode se fixar e ser usado quando esta esteja adulta. É o caso do produtor musical Arnolpho Lima Filho, conhecido profissionalmente pelo seu hipocorístico *Liminha*. Outros valores geralmente atribuídos aos sufixos também podem ser empregados em construções de formação de hipocorísticos. Desse modo, uma intenção carinhosa, ou afetiva, ou irônica, ou pejorativa, etc., pode levar o falante a criar um hipocorístico com algum sufixo. Dos exemplos de (10), é mais provável que *Sandrinha* seja uma forma empregada em situação carinhosa ou afetiva e *Sandrão* em uma situação irônica ou pejorativa.

Outros processos morfológicos também podem ser observados na análise dos antropônimos. Há casos de acronímia, ou seja, formação pelas letras ou sílabas de outros nomes. Enquanto nos exemplos (16) a (18), observa-se a junção de partes dos nomes de outros (o comum é que sejam dos genitores) para a formação do antropônimo novo, nos exemplos (19) a (21) há a ocorrência da abreviação, pela qual uma ou mais sílabas do nome é suprimida, podendo haver mudança gráfica, como é o caso do hipocorístico *Zé* grafado com “z” e não com o “s” do nome original.

(16) Jucimara – filha de **Jucimar** e Lucimara.

(17) Lealdo – filho de **Lea** + **Geraldo**.

- (18) Juldrene – filha de **Julmar** e **Pedro** (G1 Grande Minas, 2013).
- (19) **José** – Zé.
- (20) **Teresa** – Tere.
- (21) **Aparecida** – Cida.

Uma característica que o antropônimo compartilha com o nome comum é a possibilidade de poder ser formado por justaposição ou por aglutinação: *beija-flor* e *Ana Maria* são nomes compostos por justaposição; *aguardente* e *Mariana* por aglutinação. Ademais, registra-se o fato de que, na antroponímia brasileira, encontram-se também casos de inversão de letras para a formação de novos antropônimos, isto é, da leitura de trás para frente. Exemplos conhecidos dos autores desta obra são *Odlanier*, formado a partir de *Reinaldo*, e *Airam*, formado a partir de *Maria* ao contrário. Em processo semelhante, destacam-se os nomes chamados de palíndromos, ou seja, aqueles que apresentam a mesma composição independentemente da ordem das letras em que são lidos (da esquerda para a direita ou da direita para a esquerda): *Ana*, *Natan*, *Renner*.

4.1.4.2 De antropônimo a nome comum

Os antropônimos podem receber afixos para a formação de palavras de outra classe, o que se enquadra no objeto de estudo da Deonomástica, tal como pesquisada por Schweickard (1992) e outros autores. Em se tratando de antropônimos, fala-se em *deantroponímicos* e geralmente busca-se observar a formação e produtividade dos elementos afixais que se unem aos nomes de pessoa para a formação de substantivos, adjetivos e até mesmo verbos. Boulanger e Cormier (2001) afirmam que a palavra criada pelo processo de afixação adquire o estatuto de parte do discurso, como substantivo, adjetivo, etc., o que lhe confere automática e obrigatoriamente um significado. Por esse motivo, esses nomes serão tratados com mais detalhe no capítulo 7.

Cumprido informar que a descrição desta seção se limitou às características funcionais dos antropônimos, não tendo sido feito exame aprofundado das mudanças de registro ou de afetividade decorrentes do uso e também não foram feitas análises que considerassem o significado etimológico ou a língua de origem dos nomes. Assim, *Pedrinho* foi citado para mostrar que os nomes próprios aceitam ser flexionados no grau diminutivo e nada foi dito sobre a afetividade que implica seu uso, nem ao fato de nomes no diminutivo serem utilizados em registros informais, entre amigos. *Tati* é um nome citado para

mostrar que os nomes próprios podem ser abreviados. Não se comentou que o nome *Tatiane* remonta ao diminutivo do nome russo *Tânia*. Por fim, se a etimologia tivesse sido considerada, teria sido necessário dizer que *pedra* e *Pedro* apresentam o mesmo étimo. Entretanto, sabemos que o usuário comum da língua desconhece informações etimológicas e emprega os antropônimos independentemente desse conhecimento. Para o conhecimento do étimo dos nomes, remetemos o leitor a obras etimológicas de nomes próprios como a de Faure (2002) e a de Guérios (1981).

4.2 ASPECTOS SINTÁTICOS

A referência a um ser determinado, além de poder ser feita por meio de sintagmas nominais definidos (*minha mãe*), pode ser realizada tanto por pronomes pessoais, quanto por nomes próprios. Contudo, a ligação entre um pronome pessoal e aquilo a que se refere só se dá no nível do uso linguístico, diferentemente dos nomes próprios, cuja ligação ao referente ocorre no nível da convenção linguística ou do extralinguístico. Essa distinção mostra a inconveniência e impertinência de incluir ambos numa mesma categoria (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 35-36). A aproximação entre pronomes pessoais e nomes próprios, que encontra adeptos no âmbito da filosofia da linguagem (cf. capítulo 5), não se sustenta em uma análise linguística descritiva. Além disso, segundo Coseriu, a afirmação de que os nomes próprios fazem parte da categoria dos pronomes desconsidera uma diferença básica entre estas classes de palavras: enquanto os pronomes são sempre abstratos, os nomes próprios são sempre concretos (COSERIU, 1967, p. 206).

A classe de palavras do substantivo pode ser definida pelas funções sintáticas e pelas características morfológicas que apresenta. Na língua portuguesa, o substantivo atua como núcleo de sintagmas nominais, podendo ser precedido por determinantes (artigo, demonstrativo, etc.) e podendo ser ladeado, à esquerda e à direita, por adjetivo. A comparação, do ponto de vista sintático, de um substantivo com um antropônimo permite observar que ambos podem atuar como núcleo de sintagma nominal, conforme evidenciam as sentenças (19a) e (19b), nas quais o substantivo comum e o antropônimo apresentam função de núcleo do sujeito, e as frases (20a) e (20b), nas quais apresentam função de núcleo do objeto.

(19a) (O) / Meu / Aquele **menino** comprou dois cachorros.

(19b) (O) **Pedro** comprou dois cachorros.

(20a) Ele viu (o) / meu / aquele **menino**.

(20b) Ele viu (o) **Pedro**.

Não obstante essas semelhanças, o emprego de outros elementos antecedendo o antropônimo pode acarretar mudanças na interpretação da sentença e mesmo favorecer uma leitura de alteração de classe. Na sentença (21), dizer *um Pedro* pode pressupor que há várias pessoas chamadas *Pedro* e uma delas é aquela a que o falante faz referência. A situação é a mesma quando o determinante é um possessivo ou um demonstrativo: *meu Pedro* e *aquele Pedro* também podem levar à mesma operação de seleção de um membro de um mesmo grupo, aquele com indivíduos que têm o mesmo nome próprio.

(21) Ele viu **um** / **meu** / **aquele** / **Pedro**.

A questão acima é bem complexa, pois, além de envolver a seleção de determinantes, também implica observar outros elementos do sintagma em que se encontra o nome próprio além do próprio tipo de antropônimo. A seguir, será discutido o comportamento sintático dos antropônimos, observando-se os elementos que podem compor o sintagma nominal em que ele ocorre⁸. Tal constituinte sintático será chamado de *sintagma antropônimoico*.

4.2.1 Antropônimos sem determinante

O antropônimo, nas construções chamadas de *denominativas*, ocorre sem determinante ou complementos. Trata-se de uma função considerada não referencial, ou, nos termos de Jonasson (1994, p. 69), aquela em que o nome próprio expressa o laço denominativo existente entre o nome e uma entidade particular (cf. também Lyons, 1977). Nesse caso, o sintagma antropônimoico é formado exclusivamente por um nome próprio, conforme se observa nos exemplos de (22) a (25), em que se têm construções como: *chamar-se X*, *ser chamado de X*, *ter o nome (o apelido, sobrenome, etc.) de X*, *ser registrado/a como X*, onde X equivale a um antropônimo.

(22) Meu pai se chama **Alfredo**.

(23) A garota é chamada de **Rosinha**.

⁸ Uma ampla discussão sobre o tema pode ser encontrada em Fernández Leborans (1999) e em Gary-Prieur (1994; 2001).

(24) O aluno tem o nome (apelido, sobrenome, etc.) de **Francisco**.

(25) Fui registrada como **Natália**.

Nos exemplos acima, informa-se qual é o antropônimo de um indivíduo e não há como incluir, mantendo-se a função denominativa, determinante ou complemento, tal como exemplificado em (26a) e (26b):

(26a) *Meu pai se chama **o/este/um Alfredo**.

(26b) *Meu pai se chama **Alfredo trabalhador/de Cuiabá/que mora longe**.

No caso do vocativo, outra função do nome próprio de acordo com Lyons (1977), esse elemento ocorre geralmente sem determinante. Em (27) e (28), têm-se exemplos em que se empregam antropônimos para invocar um indivíduo. Entretanto, nos exemplos (29) e (30), observam-se exemplos de vocativos acompanhados por possessivo e adjetivo. Essas construções se encontram em situações pragmáticas particulares, seja de intimidade, como em (29), seja de formalidade, como (30).

(27) **Alberto**, venha aqui!

(28) **Ju**, me ligue mais tarde.

(29) **Meu Dudu**, venha cá.

(30) **Prezado José Alberto**, bom dia.

Com relação à posposição de elementos, o antropônimo não aceita complementos de valor restritivo, seja adjetivo (31a), seja oração relativa (32a). Para que o antropônimo mantenha seu caráter referencial e sua independência sintagmática, os adjetivos devem ser não restritivos (31b) e as orações adjetivas devem ser explicativas (32b). Do mesmo modo, um aposto seria possível porque não constitui parte do sintagma antroponímico (33).

(31a) * Luciana *cansada* deitou-se no sofá.

(31b) Luciana, *cansada*, deitou-se no sofá.

(32a) * Fábio *que estuda muito* vai ser aprovado.

(32b) Fábio, *que estuda muito*, vai ser aprovado.

(33) Ontem me encontrei com Mariana, *a esposa de João*.

Em casos como *Joana, a Louca; Iván, o Terrível; Alexandre, o Grande*, têm-se duas possibilidades: ou se considera o segundo elemento como um epíteto, sintaticamente independente do antropônimo, ou, o que seria menos comum, mas defendido por Fernández Leborans (1999, p. 105) para a língua espanhola, esses seriam exemplos de caráter unitário da construção, formada e consagrada culturalmente. Se adotada a segunda posição, estaríamos diante de uma configuração peculiar de um nome próprio, só observada para pessoas notórias e que receberam alguma característica que marcaram sua existência (*ser louco, terrível, etc.*).

Ainda com relação aos usos sem artigo, o antropônimo pode aparecer em construções predicativas, nas quais não funciona como argumento sintático, não é uma expressão referencial. Trata-se de uma forma para apresentar o nome próprio de um indivíduo, construção que se assemelha a outras denominativas. Em (34), simplesmente se informa o nome civil do jogador conhecido como Pelé e a sentença é parafraseável a *Pelé se chama Edson Arantes do Nascimento*. Em (34a), a inversão dos elementos entre o verbo de cópula favorece a presença do artigo definido, construção comum na antroponímia brasileira, tal como será discutido na seção 4.3 deste capítulo.

(34) Pelé é **Edson Arantes do Nascimento**.

(34a) Edson Arantes do Nascimento é (o) **Pelé**⁹.

4.2.2 As construções do tipo *o presidente Lula e a dona Maria*

Uma estrutura polêmica nos estudos linguísticos sobre os nomes próprios é a que apresenta um antropônimo posposto a um nome comum, ambos integrantes de um sintagma nominal com determinação definida. Em geral, trata-se de construções em que o nome comum designa profissão, cargo, etc., tal como exemplificado em (35) e (36)¹⁰:

⁹ Não se trata aqui da interpretação em que o portador do nome próprio *Edson Arantes do Nascimento* interpreta (em um filme, série, peça de teatro, etc.) o personagem nomeado pelo segundo nome.

¹⁰ Os exemplos (35) e (36) não se confundem com casos como *o estilo Camões, o governo*

(35) O presidente Lula.

(36) A escritora Clarice Lispector.

Gary-Prieur (1994, p. 84) considera que casos como *o presidente Pompidou* ou *o coronel Gaddafi*¹¹ constituem um uso não referencial do nome próprio, ou seja, não seria o nome próprio o responsável pelo ato de referência. Para a autora, exemplos como os anteriores estariam em uma etapa intermediária entre o emprego referencial do nome próprio e seu emprego atributivo. Na sentença *O presidente Pompidou está em visita oficial no Japão*¹², o nome próprio *Pompidou* não teria por função designar um indivíduo – como seria o caso de *Pompidou está em visita no Japão*¹³ – mas cumpriria um papel estritamente determinativo, como cumprem, respectivamente, *da República* e *francês* em *O presidente da República* e *O presidente francês*. Gary-Prieur sustenta, ainda, que o nome próprio não intervém na interpretação das estruturas anteriores pelo seu conteúdo (cf. capítulo 5), como ocorre nas construções atributivas. A linguista defende que a interpretação para *o presidente Pompidou* seria “o presidente que é o x_i chamado /Pompidou/”¹⁴ (p. 85). Em outras palavras, a intenção de quem enunciou a sentença seria a de fazer referência não à pessoa de Pompidou ela mesma, mas sim àquele que, naquele momento, ocupa o cargo de presidente, ou seja, Pompidou enquanto presidente, estando a carga semântica em *presidente*, surgindo daí a função predicativa deste uso.

Por outro lado, Noailly (1991) e Jonasson (1994) apresentam análises diferentes da anterior. Para Noailly (1991, p. 110), na estrutura *o promotor Molinier*¹⁵, os dois nomes, comum e próprio, parecem se equilibrar no que se refere à carga referencial e compartilhar a capacidade designativa. Para Jonasson (1994, p. 47), em construções como a anterior, a função do nome comum é indicar algo como o papel social do referente do nome próprio. A autora considera *o doutor*

Rui Costa, etc. Nestes, o nome próprio tem caráter descritivo, isto é, atua como um adjetivo qualificativo. Não se está falando de um indivíduo, mas de um estilo, governo, etc. que tem as propriedades vinculadas a uma pessoa. Como ressalta Fernández Leborans (1999, p. 110), requer conhecimentos pragmáticos ou enciclopédicos sobre o portador do nome próprio e, devido a esse caráter qualificativo, é possível inclusive ter construções com advérbios como *o estilo meio Madona*.

¹¹ No original: “le président Pompidou” e “le colonel Kadhafi”.

¹² No original: “Le président Pompidou est en visite officielle au Japon”.

¹³ No original: “Pompidou est en visite au Japon”.

¹⁴ No original: “le président qui est le x_i appelé /Pompidou/”.

¹⁵ No original: “le procureur Molinier”.

*Knock e o presidente Kennedy*¹⁶ como sendo a justaposição de duas expressões referenciais autônomas no interior de um mesmo SN. O nome comum e o nome próprio funcionariam ambos, de acordo com Jonasson, como núcleos de um SN complexo, nenhum deles sendo modificador ou complemento do outro. O nome próprio indicaria o *valeur* (ou referente) do elemento designado e o nome comum o classificaria indicando um papel social que ele assume (p. 48).

Uma crítica à visão anterior, já exposta por Fernández Leborans (1999, p. 108), teria como base a dificuldade criada para explicar como seria possível uma aposição de uma expressão referencial (o nome próprio) a outra expressão referencial (artigo + nome comum), se, no final das contas, só há um argumento e um só referente. Concordamos com a crítica, pois partimos do pressuposto de que o sintagma antroponímico remete a um único referente. A proposta de Gary-Prieur (1994) parece ser a que melhor explica a construção.

Ao analisar casos como esse em dados do espanhol, Amaral (2007) verifica que o papel semântico-discursivo dessa construção é, preferencialmente, introduzir o referente no discurso, isto é, a construção [art. + NC + *Antr*] serve como um instrumento ao usuário da língua para recordar ao seu interlocutor um ato de nomeação anterior ao discurso. A interpretação de uma construção como *O deputado José Maria Pereira* seria algo como *o deputado do que vou falar é o deputado que se chama José Maria Pereira*.

Outras restrições sintáticas surgem quando se observa o emprego de formas como *tia/tio*, *dona* e *seu*. É muito frequente que tais formas sejam antepostas a antropônimos, como mostram os exemplos (37-39):

(37) (a) tia Dulce.

(38) (a) dona Maria.

(39) (o) seu Francisco.

Entretanto, se o caso de (37) se assemelha às outras construções desta subseção, isso não se aplica a (38-39). Nesse sentido, se é possível simplificar o sintagma (37) usando-se apenas a designação de parentesco *tia*, como mostra (40), não se pode fazer a mesma simplificação a partir de (38-39), conforme se observa em (41) e (42):

¹⁶ No original: “*le docteur Knock*” e “*le président Kennedy*”.

- (40) A tia nos visitou no fim de semana.
 (41) *(A) dona nos visitou no fim de semana.
 (42) *(O) seu nos visitou no fim de semana.

A respeito das formas que antecedem o nome próprio, Biderman (1972-1973) inclui *seu* como uma das corruptelas de *senhor*, muito frequente no Brasil do século XX (e ainda hoje). De acordo com a autora:

O *senhor* coexiste com muitas corruptelas e variantes em Portugal (*sinhôr, siôr, siô, sôr, sô, s'nhor, nhor*), como no Brasil (*sinhô, siô, nhôr, nhozinho, nhonhô, nhô, sô, seu*). Algumas delas caracterizaram a fala dos negros no Brasil colonial. Antecedendo o nome próprio, ou de família, *seu* é altamente frequente e no Brasil moderno (*Seu Antônio, Seu Correia*). As variantes femininas correspondentes já se rarefazem hoje. [...]. Para a mulher a forma respeitosa de tratar é usar *dona* antecedendo o nome: *Dona Maria*. Às vezes tal uso tem um sabor popularesco. *Dom* desapareceu da fala brasileira, sobrevivendo exclusivamente no tratamento dado aos bispos: *Dom Aloísio* (BIDERMAN, 1972-1973).

Apesar do exposto, acreditamos que a questão do emprego dessas unidades antepostas aos antropônimos, incluindo uma variação com relação aos nomes de parentesco, precisa ainda ser mais bem pesquisada.

4.2.3 Antropônimos com adjetivo

No que diz respeito às relações sintagmáticas que pode apresentar o nome próprio com o adjetivo, observa-se que, apenas para o nome comum, esta combinação é normal, como ilustram as sentenças (43) e (43a). Para os nomes próprios, contudo, é preciso que o adjetivo se torne substantivo, configuração que o transforma em epíteto (44) ou em um uso que, diacronicamente, deu origem a vários sobrenomes, conforme evidencia (45):

- (43) O menino branco nunca tinha visto um indígena.
 (43a) *Pedro branco nunca tinha visto um indígena.
 (44) Pedro, o branco, nunca tinha visto um indígena.
 (45) Pedro Branco nunca tinha visto um indígena.

4.2.4 Antropônimos com artigo definido

Em trabalhos sobre nomes próprios em outras línguas, como inglês ou espanhol, considera-se que a função referencial seja um dos usos típicos do nome

próprio sem determinante. Se é verdade que, nessas línguas, sentenças como (46) e (47) se constroem sem artigo (ou, como é o caso do espanhol, tendem a ser construídas sem artigo), isso não vale para o português, em que existe uma alternância entre a ausência ou presença do artigo antes do nome de pessoa, tal como mostram os exemplos (48) e (49).

(46) Ø **Ana** works in London.

(47) Ø **Ana** trabaja en Londres.

(48) (A) **Ana** trabalha em Londres.

(49) Eu sei que (o) **Pedro** não volta hoje.

Em todos os casos acima, a função referencial do nome próprio está presente, uma vez que não é possível que se faça outra interpretação dos exemplos. Isto ocorre independentemente do uso do artigo na língua portuguesa. Assim, se com um nome comum é possível ter uma interpretação genérica como em *O homem se alimenta mal* (o homem = todos os homens), com um antropônimo isso não é possível: *O Pedro se alimenta mal* só permite a interpretação como nome próprio de que há um indivíduo chamado *Pedro* e que este indivíduo se alimenta mal.

As construções predicativas, com verbo de cópula, permitem, por sua vez, a alternância entre ausência ou presença de artigo: *Esse rapaz parece (o) Manuel Bandeira*; *(o) Caetano não seria (o) Caetano se não tivesse interpretado aquela música*. Um caso particular é o que permite a interpretação metafórica, tal como discutido por Gary-Prieur (1994, p. 82). Em *Joãozinho é (o) Neymar*, ocorre uma busca de propriedades do referente inicial do nome próprio predicativo (neste caso, Neymar) para serem aplicadas ao referente do sujeito da frase (*Joãozinho*).

A possibilidade de variação entre ausência ou presença de artigo antes dos nomes de pessoa é um tema que vem despertando o interesse de pesquisadores brasileiros há vários anos. Por isso, dedica-se uma seção especial (4.3) deste capítulo para o tema, cujas pesquisas já mostram um avanço considerável na descrição do fenômeno.

O antropônimo, como elemento de caráter substantivo, pode ser precedido por outros determinantes. Nesse caso, alguns autores incluem o sintagma antroponímico no conjunto dos chamados *nomes próprios modificados*, pois, além da presença de outros elementos no constituinte, pode surgir uma noção de classe, que é típica do nome comum. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Quando o antropônimo é acompanhado por um complemento de valor restritivo, o artigo (ou outro determinante) deve ser empregado e obtém-se uma leitura contrastiva entre dois ou mais referentes. Note-se que, nos exemplos de (50) a (52), em que o antropônimo está seguido por adjetivo, sintagma preposicional e oração adjetiva, o artigo é imprescindível e a leitura sempre é de oposição de uma imagem (ou faceta) a outra do indivíduo. Mas outras interpretações também são possíveis, como uma denominativa (*O João que me atendeu é outro*) ou metafórica (*Este é o Camões dos nossos dias*).

(50) **O Luís infantil** não existe mais.

(51) **A Camila dos anos 1990** não é mais a mesma.

(52) **A Priscila que eu conheci** está muito diferente.

Em se tratando de artigo no plural, há ocorrências nas quais os indivíduos portadores do nome próprio podem ser individualizados, ou seja, identificados pelas informações contextuais (ou cotextuais), como em *As Marinhas já chegaram*, em uma situação em que o falante espera a chegada de duas ou mais pessoas com o nome *Marina*.

Deve-se levar em conta, no entanto, que a construção de antropônimo precedido por artigo plural também é utilizada para situações em que não é possível identificar os membros portadores do nome. Isso acontece, por exemplo, quando se fala dos membros de uma família: *Os Pereira viveram muitos anos nesta fazenda*. Ao contrário do que acontece em outras línguas, é possível que um sobrenome, nesse contexto, seja também pluralizado, tal como comentado anteriormente e exemplificado novamente em (53):

(53) Os principais executivos da Globo passaram as últimas quinta e sexta confinados em uma fazenda no interior de Minas Gerais, pertencente a um **dos Marinhos**. Foram discutir o futuro dos negócios das Organizações Globo (CASTRO, 2009).

Para identificar determinados membros de uma família, são utilizadas construções como: art. def. pl. + nome de parentesco + antropônimo. Os indivíduos portadores podem ser dois ou mais. Nos exemplos (54) e (55), *os irmãos Gallagher* refere-se a Liam Gallagher e Noel Gallagher, fundadores da banda Oasis, e *os irmãos Marx* refere-se aos comediantes Leonard Marx, Adolf Arthur

Marx, Julius Marx, Milton Marx e Herbert Marx, que fizeram sucesso na primeira metade do século XX.

(54) Durante todo o show do Oasis, uma bandeira inglesa aparecia na plateia. Era de Patrick Caniche, 23, que “ama” a banda e queria homenagear **os irmãos Gallagher** (FOLHA, No Oasis, 2009).

(55) Um compêndio de clássicos que se preze não poderia dispensar pelo menos um filme **dos irmãos Marx** – ainda que a palavra “clássico” não combine muito com o estilo anárquico dos humoristas (FOLHA, Coleção Folha, 2009).

Conforme aponta Amaral (2010, p. 80), é possível encontrar outros nomes de parentesco em construções como as anteriores, mas parece ser mais recorrente o uso de *irmão(s)/ã(s)* antes de nome próprio para a remissão a indivíduos portadores de mesmo antropônimo.

4.2.5 Antropônimos com artigo indefinido

Diferentemente do antropônimo precedido por artigo definido, que pode ou não manter boa parte dos traços de um nome próprio, quando precedido por artigo indefinido, o seu uso faz com que se percam as propriedades de nome próprio, tal como definidas no capítulo 2. Os casos de antropônimo com artigo indefinido ilustram claramente o chamado *nome próprio modificado*. Desconsiderando os problemas suscitados pelo termo *modificado*, como aponta Gary-Prieur (1994; 2001), o fato é que, seguindo a proposta de Fernández Leborans (1999, p. 115), pode-se dizer que a questão se coloca em termos de perspectivas lexical e sintática. Para esta autora, “o nome comum significa uma classe no léxico e na sintaxe, ao passo que o nome próprio só pode obter leitura de classe contextualmente, na sintaxe, sem deixar de ser categorialmente nome próprio”¹⁷. No capítulo 7, essa discussão é retomada e aprofundada.

Considerando os estudos que se dedicam às construções indefinidas (HASPELMATH, 1997), é possível encontrar a ocorrência do artigo indefinido precedendo nomes próprios em distintas interpretações, como:

¹⁷ No original: “el NC [nombre común] significa una clase en el léxico y en la sintaxis, mientras que el NP [nombre propio] sólo puede obtener lectura de clase contextualmente, en la sintaxis, sin dejar de ser categorialmente NP”.

a) Interpretação indefinida específica (referente conhecido)

(56) Já chegou **uma Alice**. Faltam as outras duas.

b) Interpretação indefinida específica (referente não conhecido)

(57) Encontraram **um** (tal de) **Paulo Marques** entre os escombros.

c) Interpretação não específica irreal

(58) Seria bom perguntar para **uma Jussara** se ela gosta do nome que tem.

d) Interpretação genérica

(59) **Uma Eija-Riitta** não deve ser brasileira.

A presença de um artigo indefinido diante de um antropônimo pode implicar uma interpretação metafórica, como (60) e (61), ou uma leitura relativa a uma faceta (ou aspecto) de um indivíduo, como (62) a (64). Nos três últimos casos, é necessário que o sintagma presente, após o nome, um elemento de caráter restritivo, que pode ser um adjetivo (62), uma oração adjetiva restritiva (63) ou um sintagma preposicionado (64).

(60) Paulo escreve tão bem que é possível dizer que estamos diante de **um Drummond**.

(61) Esse edifício só pode ser obra de **um Niemeyer**.

(62) Marcela esteve junto durante anos com **um Lucas muito trabalhador**. Agora ele está tão preguiçoso!

(63) Ela se casou com **um Paulo que não sabia cozinhar**. Hoje, o marido é praticamente um *chef*.

(64) E eis que me chega para a festa **uma Bárbara de vestido vermelho**. Logo ela, que nunca gostou de cores extravagantes.

No exemplo (65), também se encontra um nome próprio acompanhado por artigo indefinido e uma expansão à direita. Mas os referentes não correspondem nem ao portador do nome próprio, nem a um aspecto dele, e sim a uma produção sua (uma canção). A interpretação que se obtém é metonímica, pois se trata de referência a canções de Noel Rosa, Chico Buarque e Luiz Gonzaga:

(65) Com seu registro agudo, a cearense Lúcia Menezes atira para vários lados: sambas (“Uva de Caminhão”) e modas de viola (“Os Grilos São Astros”, “Viola Cantadora”), **um Noel pouco conhecido** (“Estátua da Paciência”) e **um Chico muito gravado** (“Samba do Grande Amor”), mas predomina o acento nordestino, como nas faixas dos conterrâneos Ednardo (“Terral”) e Belchior (“Os Profissionais”), além de **um Luiz Gonzaga falando do Rio** (“Mangaratiba”) (VIANNA, 2009b).

4.2.6 Outras configurações do sintagma antroponímico

Os antropônimos, da mesma forma que os nomes comuns, podem vir antecedidos, além de artigos, por demonstrativos ou possessivos. Mas, em geral, obtém-se uma leitura que se distancia da univocidade característica do nome próprio. Assim, quando uma mãe, ao se referir ao filho de nome *João Pedro*, produz uma sentença como (66) ou (67), mesmo não existindo outro indivíduo com o mesmo nome, acaba criando um contraste entre o portador do nome próprio e outro possível indivíduo portador do mesmo nome.

(66) **Este João Pedro** não me deixa descansar!

(67) **Meu João Pedro** é muito lindo.

Mas a situação aqui também é mais complexa. Como destaca Kleiber (1991, p. 84), um sintagma com um nome próprio antecedido por um demonstrativo exige observar sempre o contexto para que se identifique quem é o referente. Assim, *este Machado de Assis* pode bem se referir a um estilo ou fase do escritor ou mesmo a uma obra sua, por citar algumas possibilidades. Para Gary-Prieur (1994, p. 210), a construção constitui “um tipo de comentário mínimo de uma situação em que o referente do nome próprio é um objeto de um juízo, favorável

ou desfavorável, do enunciador”¹⁸. Na mesma linha, Fernández Leborans (1999, p. 122) complementa que a interpretação resultante “se baseia em um acontecimento anterior que implica o portador do nome próprio e é acessível na situação de comunicação ou é mencionado no contexto precedente”¹⁹.

Independentemente das polêmicas interpretações propostas para os casos de nome próprio com demonstrativos, especialmente quando se inclui uma entoação particular como em *Este Francisco!* (FERNÁNDEZ LEBORANS, 1999, p. 123), há casos em que o demonstrativo empregado tem valor essencialmente dêitico, como em (68), ou anafórico, como (69). Com certas expansões, obtém-se uma leitura referente a uma fase do referente (70) ou metafórica (71).

(68) Te apresento **esta Renata**, mais uma entre tantas que você conhece.

(69) Ontem você conheceu o Roberto e acho que **esse Roberto** pode te ajudar muito.

(70) **Aquela Gabriela que você conheceu** não é mais a mesma, ela mudou muito.

(71) Quando meu filho está no banho, é sempre assim: **esse Tom Jobim desafinado!**

Com relação aos possessivos, de acordo com Fernández Leborans (1999, p. 123), podem incluir uma relação de compromisso ou proximidade afetiva. Gary-Prieur (1994) assinala, por sua vez, as diferenças entre um possessivo que antecede um nome comum e o possessivo que antecede um nome próprio. Para a autora, no primeiro caso, o possessivo cumpre o papel de restringir a extensão do significado do nome. Assim, *meu irmão* identifica aquele que, entre outros, é o irmão do *eu*. No segundo caso, o possessivo introduz relações intersubjetivas entre o locutor, os outros protagonistas do discurso e o referente do nome próprio.

¹⁸ No original: “une sorte de commentaire minimum d’une situation où le référent du nom propre est l’objet d’un jugement, favorable ou défavorable, de l’énonciateur”.

¹⁹ No original: “se basa en un acontecimiento anterior que implica al portador del NP y es accesible en la situación de comunicación, o se menciona en un contexto precedente”.

Além de artigos, demonstrativos e possessivos, outros itens podem anteceder o antropônimo. É possível encontrar construções como *um certo Otávio* ou *o mesmo Geraldo*. O leitor interessado pode consultar trabalhos específicos sobre tais construções, como Schnedecker (2005) ou Kleiber (2005).

4.3 O FENÔMENO DA AUSÊNCIA/PRESENÇA DE ARTIGO DIANTE DE ANTROPÔNIMOS

Conforme mencionado na subseção 4.2.2, a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo constitui um caso de variação linguística no português brasileiro contemporâneo. Os antropônimos podem ocorrer sem ou com artigo definido, conforme mostram os exemplos (72) e (73):

(72) Eu sei que **Ø Paulo** não veio aqui ontem.

(73) Eu sei que **o Paulo** não veio aqui ontem²⁰.

Esse fenômeno tem sido bem investigado nos últimos anos. Há estudos com enfoques teóricos diferenciados, como, por exemplo, uma abordagem funcional-discursiva (MOISÉS, 1995), uma perspectiva própria da linguística histórica (CALLOU; SILVA, 1997; COSTA, 1998; MENDES, 2000) ou com foco na aquisição da linguagem (ALENCAR, 2006). No que se refere à perspectiva

²⁰ Uma análise deste fenômeno deve desconsiderar as ocorrências de antropônimos em que não existe variação, como, por exemplo, os casos de: função vocativa (i); nomeação didática, ou seja, aqueles em que, conforme Lyons (1977) se informa a alguém o nome de outrem (ii); formação de nome comum derivado de nome próprio (iii); uso metonímico (iv); ocorrência com outro determinante incompatível com o artigo (v); interrogativo antecedente (vi); contexto em que, em dados de língua oral, não se permite distinguir a presença ou ausência do artigo em virtude de homofonia (vii). Os exemplos a seguir, retirados de Amaral (2019) e obtidos em Caeté (MG), ilustram esses casos em que não é possível se falar em contexto variável.

(i) *como que é o nome da mina ali... **Fatinha**?*

(ii) *é **Marmota** que ele chamava... (tinha o apelido) de **Marmota***

(iii) *eu cheguei a romper o **tendão de Aquiles**...*

(iv) *ai tem que colocar **Luan Santana** umas música mais animadinha [= música de Luan Santana]*

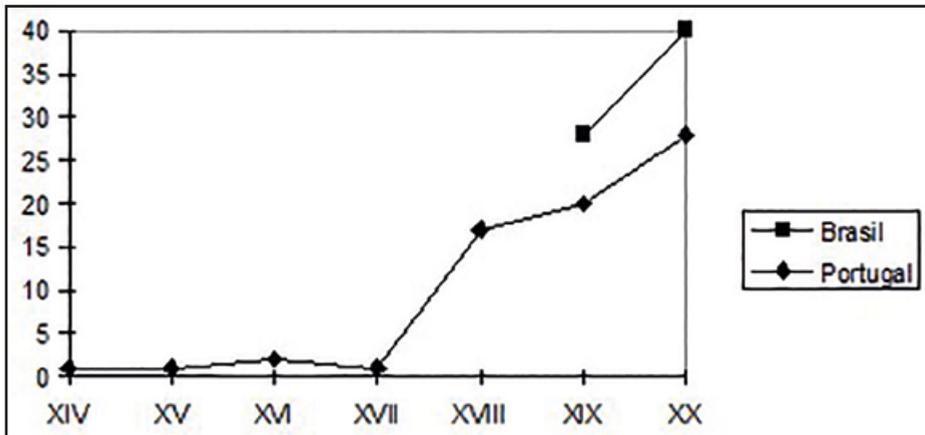
(v) *mais acho que **esse Zezé** agora... ele... acho que ele vai trazer uma melhoria pra Caeté*

(vi) *que **Toninho**?*

(vii) *ai eu liguei pra **Fatinha***

histórica, Callou e Silva (1997) apresentam o resultado de análise diacrônica do uso/não uso do artigo definido antes de possessivos e de antropônimos, com base em *corpora* de língua escrita de Portugal e do Brasil. São analisados textos do português europeu do século XIII até o século XX e do português brasileiro a partir do século XIX²¹. Os resultados das autoras referentes a antropônimos podem ser observados no Gráfico 4.1, que mostra um aumento significativo do uso de artigo diante de antropônimos a partir do século XVII em Portugal. O mesmo gráfico também mostra que, nos dois países, do século XIX para o século XX, houve um aumento do uso do artigo no mesmo contexto:

Gráfico 4.1 – Frequência de uso do artigo diante de antropônimos



Fonte: Callou e Silva (1997, p. 14).

Mendes (2000), por sua vez, investiga a ausência de artigo definido diante de antropônimos no português mineiro de Barra Longa, município situado a 172 km de Belo Horizonte. Os dados utilizados pela autora são de língua pretérita (documentos notariais e eclesiásticos dos séculos XVIII e XIX) e de língua oral do final do século XX (10 entrevistas com pessoas idosas nascidas no município). Entre os resultados obtidos, a autora constata que a comunidade pesquisada reteve uma estrutura da língua pretérita dos séculos XVIII e XIX, isto é, a ausência de artigo diante de nomes próprios de pessoa, empregada por quase 80% dos informantes. Como tal estrutura remonta à língua latina, esse fato corrobora a tese de que o uso do artigo é uma inovação linguística.

²¹ As autoras advertem, porém, que os textos dos séculos anteriores não retratam exatamente o português do Brasil (CALLOU; SILVA, 1997, p. 13).

Mas a grande maioria dos trabalhos sobre o tema apresenta uma abordagem pautada na sociolinguística variacionista, como se verifica em Alves (2008), Amaral (2003; 2007), Braga (2012), Campos Júnior (2011), Faria (2012), Mendes (2009; 2011) e Silva (1996a, 1996b). Nesses estudos, a variação se apresenta condicionada por diferentes fatores. Vejam-se alguns dos principais resultados desses trabalhos.

Com dados sociolinguísticos coletados nos primeiros anos da década de 1980 e constituintes do *Corpus Censo* (Rio de Janeiro), Silva (1996a) investiga a ausência/presença de artigo diante de antropônimos e de possessivos²². Entre os resultados referentes às variáveis personagem de domínio público e familiaridade no tratamento, são observados princípios que a própria autora considera antagônicos. Em primeiro lugar, verifica-se que a familiaridade que o falante supõe que o ouvinte tenha acerca da entidade mencionada faz com que aquele se empenhe em defini-la melhor quando considera que este não compartilha com ele desse conhecimento, ou seja, quando se trata de pessoa não conhecida pelo ouvinte. Então, há um aumento no uso de artigos. Em segundo lugar, a familiaridade que o falante tem acerca da entidade faz com que ele aumente a realização do artigo. Assim, os nomes próprios de entidades familiares recebem mais o artigo que os nomes menos familiares. Esse resultado se alinha com o fator intimidade do falante com o portador do nome próprio, que será comentado adiante.

Callou e Silva (1997) também analisam os mesmos fenômenos sob uma perspectiva sociolinguística, porém com dados de fala de informantes com curso universitário completo pertencentes ao projeto Norma Urbana Culta (Projeto NURC) e obtidos nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife²³. Entre os diferentes fatores favorecedores da realização do artigo, as autoras verificam que a região de origem do informante exerceu favorecimento estatístico dos dados, sendo as capitais mais ao sul as que mais realizam o artigo, conforme ilustra a Tabela 4.1. Callou e Silva relacionam o menor uso do artigo a um maior conservadorismo linguístico: “quanto mais antiga a colonização, menor o percentual de uso do artigo” (CALLOU; SILVA, 1997, p. 22).

²² É necessário observar que, dos dados analisados pela autora, foram eliminados aqueles do tipo *O livro do Pedro está na minha casa*. Segundo Silva (1996a, p. 128), casos como deste exemplo, em que os artigos são precedidos por preposição com a qual podem contrair-se, mostraram-se categóricos, no sentido de favorecerem a presença do artigo. Esse fato, contudo, não é o que ocorre na maioria dos outros trabalhos.

²³ O Projeto NURC, iniciado nos anos 1970, teve o objetivo de estudar a fala culta – utilizada por pessoas com nível superior completo – em centros urbanos, por meio de uma documentação sonora capaz de fornecer dados precisos sobre a nossa língua (PENHA, 1970; PROJETO, s.d.).

Tabela 4.1 – Realização do artigo diante de antropônimos de acordo com a origem geográfica

	Recife	Salvador	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Frequência	12/71	10/24	27/85	20/23	50/63
(%)	(17)	(32)	(43)	(87)	(79)
Peso relativo	0,2	0,3	0,52	0,88	0,81

Fonte: Callou e Silva (1997, p. 22).

Na mesma linha que o trabalho anterior, Campos Júnior (2011) analisa a fala de 20 informantes da cidade de Vitória (ES), estratificados em quatro faixas etárias (7-14 anos; 15-25 anos; 26-49 anos; 50 anos ou mais) e em três níveis de escolaridade (fundamental, médio e universitário). Os resultados do autor apontam que, em termos de percentuais globais de uso do artigo, os capixabas usam menos artigo do que outras regiões do país. De um conjunto de 300 ocorrências, 39 % são produzidas com o artigo, o que coloca Vitória em uma posição intermediária entre Salvador (32%) e Rio de Janeiro (43%). Esse resultado leva o autor a postular que o fenômeno da variação do artigo diante de antropônimo (e também diante de possessivo) constitui uma marca identitária dos capixabas. Entretanto, os resultados encontrados em outras localidades contribuem para delinear um quadro mais heterogêneo do fenômeno ao longo do território nacional, como se mostrará a seguir.

Boa parte dos estudos mais recentes analisa dados de municípios de Minas Gerais, estado em que o fenômeno é bastante observado e inclusive lembrado constantemente pelos falantes quando se fala em variação. Ainda nos anos 1990, Moisés (1995) apresenta os primeiros resultados (embora não com viés sociolinguístico) referentes a Belo Horizonte, e Mendes (2000) analisa dados de falantes de Barra Longa, tal como comentado. Ampliando o alcance dos dados, Amaral (2003) incorpora um contraste dialetológico em sua pesquisa e observa o fenômeno em três localidades: Campanha, no sul de Minas Gerais; Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha e Paracatu, no noroeste do estado. A essas pesquisas, seguem os estudos de Alves (2008), com dados de Barra Longa; o de Mendes (2009), que recolheu dados da fala de Abre Campo e de Matipó; o de Braga (2012), que analisa gravações de Mariana e Uberaba; o de Faria (2012), que investiga o comportamento de artigo antes de antropônimos em Ponte Nova; e o de Amaral (2019), que apresenta resultados referentes a Caeté (veja Mapa 4.1).

Os critérios metodológicos empregados pelos autores para a classificação dos dados apresentam diferenças, o que dificulta a comparação entre as pesquisas. Com efeito, Naro e Scherre (2008, p. 174) destacam que a comparação entre pesquisas sociolinguísticas diferentes requer bastante cautela²⁴. De qualquer modo, considerando os valores absolutos referentes à ausência e à presença de artigo diante de antropônimos, é possível chegar a conclusões interessantes. A Tabela 4.2 mostra que há localidades em que a presença do artigo no contexto examinado predomina, enquanto, em outras, é escassa. Esse fato é o que corrobora a afirmação acima de que o fenômeno é bem variável ao longo do espaço geográfico.

Tabela 4.2 – Porcentagem de realização do artigo diante de antropônimos em diferentes localidades de Minas Gerais

Localidade	Porcentagem da presença do artigo
Abre Campo (MENDES, 2009; 2011)	48%
Barra Longa (ALVES, 2008)	15%
Belo Horizonte (MOISÉS, 1995)	62%
Caeté (AMARAL, 2019)	23%
Campanha (AMARAL, 2003)	76%
Mariana (BRAGA, 2012)	36%
Matipó (MENDES, 2009; 2011)	83%
Minas Novas (AMARAL, 2003)	38%
Paracatu (AMARAL, 2003)	47%
Ponte Nova (FARIA, 2012)	16%
Uberaba (BRAGA, 2012)	82%

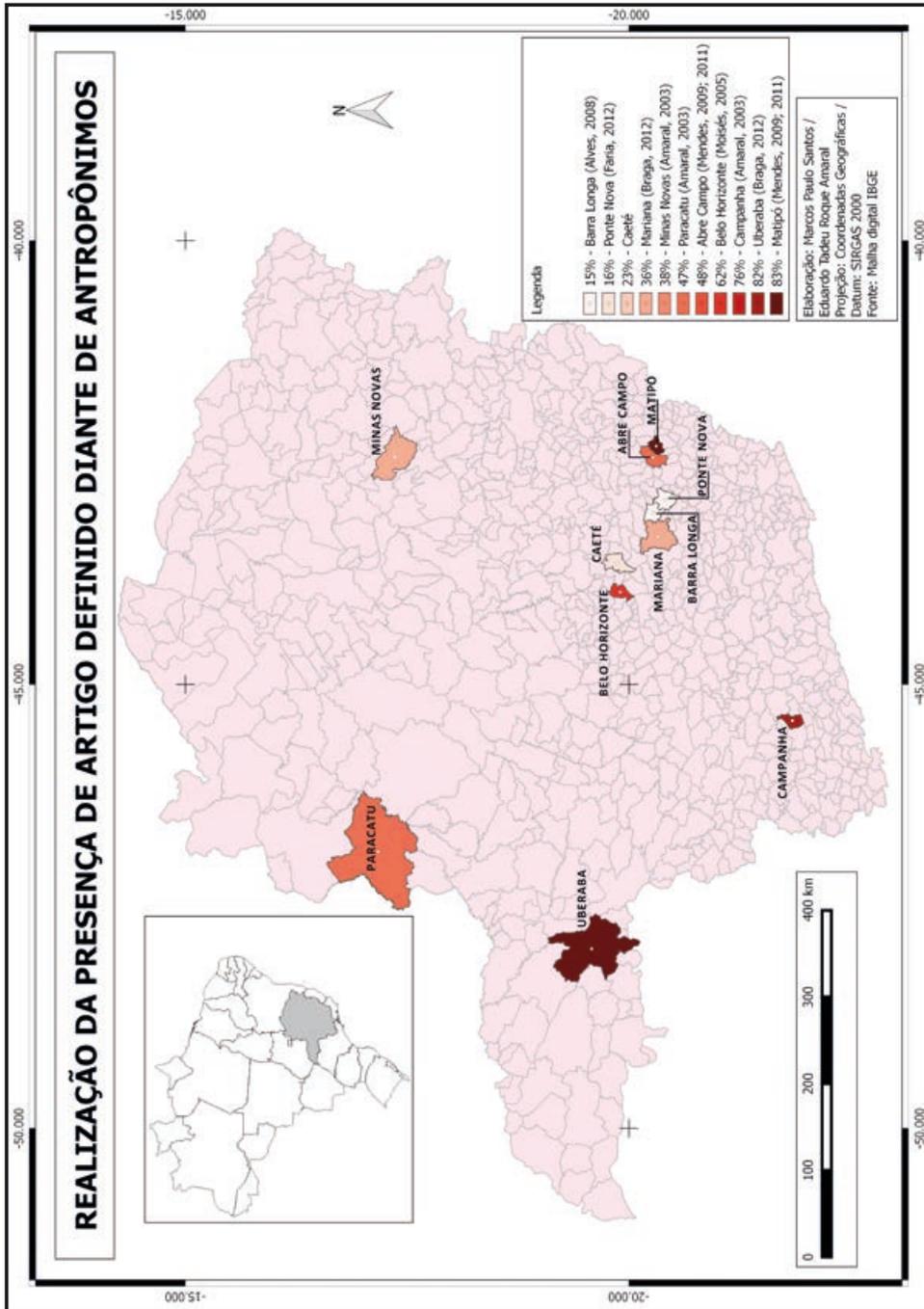
O resultado acima, se visualizado em um mapa do estado (Mapa 4.1), permite concluir que o fenômeno não parece se distribuir em áreas dialetais, o que já havia sido sinalizado por Amaral (2003) ao comparar o resultado de três localidades com os falares identificados pelo dialetólogo Mário Zágari

²⁴ De acordo com os autores: “É necessário que se observe se as duas [ou mais] pesquisas estão tratando de dados da mesma natureza, se estão considerando as mesmas variáveis ou se introduziram variáveis novas e se estão usando, na medida em que isto é possível, os mesmos critérios de análise” (NARO; SCHERRE, 2008, p. 174).

(ZÁGARI, 1998)²⁵. Se comparados os fatores linguísticos e extralinguísticos que influenciam a realização de uma ou outra variante (ausência ou presença de artigo antes de antropônimo) também se verifica que não há homogeneidade entre os resultados. De qualquer modo, é interessante destacar que, com os resultados estatísticos alcançados pelos estudos citados, o fator que exerce influência em boa parte dos trabalhos é a intimidade que o falante tem com o portador do nome próprio. Este fator apresentou relevância estatística em Campanha e Minas Novas (AMARAL, 2003), Barra Longa (ALVES, 2008), Abre Campo e Matipó (MENDES, 2009). Esse resultado mostra que uma relação social que existe entre indivíduos interfere na gramática da língua, especialmente na hora de utilizar um elemento com uma importância pessoal tão grande como é o nome próprio.

²⁵ O autor, com base em critérios especialmente fônicos e lexicais, apresenta uma proposta de divisão de Minas Gerais em três falares, que, *grosso modo*, correspondem com as regiões entre parênteses: baiano (Noroeste, Jequitinhonha e parte do Vale do Rio Doce); paulista (Triângulo Mineiro, Sul de Minas e parte do Alto São Francisco); mineiro (Metalúrgica, Campo das Vertentes e Zona da Mata).

Mapa 4.1 – Realização da presença de artigo definido diante de antropônimos em diferentes localidades de Minas Gerais



Fonte: Amaral (2019, p. 72).

Além do fator intimidade do falante com o portador do nome próprio, é interessante observar o perfil das localidades em que há um elevado índice da ausência de artigo (acima de 60%), como Barra Longa, Caeté, Mariana, Minas Novas e Ponte Nova. Esse resultado parece se explicar pela antiguidade da localidade (todas têm histórico de povoamento que remonta ao período colonial) e pela pouca influência linguística de grandes centros em que predomina a presença do artigo, no caso, uma capital como Belo Horizonte ou São Paulo, em que predominam as formas com artigo.

Os fatores acima demonstram que o fenômeno da variação da ausência/presença de artigo antes de antropônimos no português brasileiro sofre influência de diferentes fatores, sejam eles linguísticos, sejam extralinguísticos. Embora o fenômeno tenha sido foco de vários estudos, desconhece-se como se dá em muitas partes do país. Por isso, acredita-se que futuras pesquisas poderão contribuir para a elaboração de um mapa mais amplo do tema ao longo do território brasileiro. Em regiões fronteiriças com o espanhol, seria possível verificar em que medida o contato linguístico influencia a norma de um ou de outro idioma.

4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

No Quadro 4.3, apresentamos uma síntese do conteúdo deste capítulo.

Quadro 4.3 – Síntese do capítulo 4

1. Há inexistência de padronização da grafia dos antropônimos e conseqüente diversidade de formas para nomes com uma mesma origem.
2. Na antroponímia brasileira, encontram-se antropônimos que seguem a distinção de gênero gramatical (masculino X feminino), mas, além disso, há casos de nomes exclusivamente atribuídos a homens, outros exclusivamente atribuídos a mulheres e outros atribuídos a ambos.
3. Por meio de processos de derivação sufixal, acronímia, justaposição, aglutinação, inversão de letras e abreviação, novos antropônimos são criados. Por meio especialmente da sufixação, os antropônimos permitem a criação frequente de substantivos, adjetivos e verbos.
4. Nos usos denominativo e vocativo, os antropônimos são usados sem artigo. No vocativo, eventualmente, pode aparecer um demonstrativo ou possessivo.
5. O antropônimo, ao ser pluralizado ou receber outros elementos no sintagma antroponímico, tende a perder características próprias de nome próprio. A análise, porém, deve ser feita levando-se em conta elementos contextuais.
6. A ausência ou presença de artigo antes de antropônimo é um fenômeno bem variável no português brasileiro, sobre o qual influenciam fatores linguísticos e extralinguísticos.

SEMÂNTICA DOS ANTROPÔNIMOS – PARTE 1

Um nome próprio não é mais do que uma marca sem significação que juntamos em nossas mentes à idéia do objeto, a fim de que sempre que a marca encontrar nossos olhos ou ocorra aos nossos pensamentos, possamos pensar naquele objeto individual.

John Stuart Mill (*Sistema de lógica dedutiva e indutiva*)

No capítulo 2, foram identificadas as características dos nomes próprios. Entre tais características, vimos que possuem capacidade de referir, independentemente da presença de determinante. Também foi visto que não apresentam traços semânticos identificadores de classe. Neste capítulo, voltamos ao estudo do significado dos nomes próprios a partir dos estudos iniciais da Lógica e da Filosofia da Linguagem. Além dessas correntes teóricas, há outras que também se ocupam do significado dos nomes próprios, a exemplo dos estudos de Semântica Lexical propostos por Michel Bréal, desenvolvidos a partir do Estruturalismo, e da Semântica Enunciativa, promovida a partir dos estudos enunciativos de Benveniste. No capítulo 6 deste livro, mostramos como essas outras correntes de estudo abordam os antropônimos. Neste capítulo, recorreremos a diferentes propostas teóricas que, desde o século XIX, têm sido apresentadas a partir de pesquisas no âmbito da Filosofia.

Entre os filósofos, especialmente entre aqueles que se ocupam da Filosofia da Linguagem, os nomes próprios, juntamente com as descrições definidas singulares (ex.: *o proprietário do apartamento 205*) e os pronomes pessoais (ex.: *ele*), pertencem à classe dos chamados *termos singulares* (por oposição aos *termos gerais*), constituindo expressões que permitem fazer **referência singular**

a objetos. A partir dessa divisão, a pergunta que se faz é: como diferenciar os nomes próprios dos demais termos singulares? Para tentar responder a questões como essa, têm-se discutido quais seriam as propriedades dos nomes próprios. A discussão se apoia, essencialmente, em questões semânticas, que remontam a trabalhos anteriores aos estudos clássicos de Michel Bréal (1832-1915)¹, considerado o fundador da semântica moderna.

Uma das questões mais discutidas nos estudos sobre o nome próprio refere-se ao problema de saber se ele tem ou não um sentido ou um significado (no alemão, *Sinn* ou *Bedeutung*²; no inglês, *meaning* ou *sense*)³. Apesar de linguistas contemporâneos aceitarem o fato de que o tema não pode ser posto simplesmente como presença ou ausência de sentido, voltando-se aos trabalhos clássicos sobre nomes próprios, é possível distinguir pelo menos três grupos de autores⁴.

No primeiro, encontram-se os autores que argumentam que o nome próprio possui um sentido. Os argumentos desse grupo vão ao encontro da proposta de Russell (1956), que considera que os nomes próprios são descrições definidas abreviadas, ou seja, *Aristóteles* seria uma abreviação da descrição definida *filósofo grego mestre de Alexandre Magno*. Formam parte deste grupo autores como Frege (1892 [2009]), Strawson (1985) e Searle (1958; 1969).

O segundo grupo reúne os trabalhos que defendem que os nomes próprios não possuem sentido. Os defensores desse ponto de vista costumam ser relacionados à proposta do filósofo John Stuart Mill, para quem os nomes próprios somente **denotam** e não conotam. A esse grupo, relaciona-se a proposta de considerar o nome próprio como **designador rígido**, segundo ideias de Kripke (1980) (veja também Recanati (1983) e Martin (1987)).

¹ Neste capítulo, quando se fizer referência a um pesquisador considerando o conjunto de sua obra, serão informados, entre parênteses, o ano de nascimento e da morte.

² Termo em alemão tomado no seu sentido contemporâneo.

³ Neste momento, usamos os nomes *sentido* e *significado* como equivalentes.

⁴ Essa divisão, adotada também por Fernández Leborans (1999), guiará o conteúdo das próximas seções – para uma divisão mais refinada, conferir García Suárez (1997). É preciso deixar claro que tal divisão tem mais um caráter didático e que, ao ser apresentada, pode obscurecer diferenças importantes de argumentos de autores de um mesmo grupo. Como afirma Brito (2003, p. 40), as diferenças entre *sentido* e *significado* e também a concepção do que é um nome próprio são questões que dificultam o cotejamento entre as teorias. Espera-se, no entanto, que as próximas seções possam, na medida do possível, esclarecer tais diferenças. Para um aprofundamento no confronto entre as teorias filosóficas, podem-se consultar García Suárez (1997), Brito (2003) e Fernández Moreno (2006).

Em um terceiro, estariam os trabalhos que pertencem mais ao campo da Linguística, especialmente os estudos desenvolvidos a partir da segunda metade do século XX. Muitos dos autores não colocam a questão como simplesmente presença ou ausência de sentido. Alguns partem do trabalho de Kleiber (1981), que associa o sentido do nome próprio ao *predicado de denominação*, embora essa noção, como ficará mais claro posteriormente, tenha recebido várias objeções e uma reformulação feita pelo próprio autor.

Tendo em vista que os estudos linguísticos são tributários de um longo debate realizado por lógicos e filósofos sobre o nome próprio, neste capítulo, conforme apontado, são recuperados os principais argumentos dos teóricos das diferentes teorias. Nas seções que seguem, usa-se o termo *nome próprio*, mas considerando o que se aplica aos antropônimos, objeto de estudo desta obra.

5.1 A TEORIA DESCRITIVISTA OU TEORIA DO SENTIDO⁵

Para a chamada *teoria descritivista* (ou teoria do sentido), o nome próprio possui sentido e referência – ele está associado à(s) descrição(ões) definida(s) que permite(m) identificar o referente. Seria por meio do sentido a que os nomes estão vinculados que eles desempenhariam seu papel referencial. Entretanto, é preciso ressaltar que as diferenças entre as concepções de sentido tornam a teoria diferente de autor para autor.

Na literatura de concepção descritivista, tenta-se resolver o problema que revelam enunciados como *Túlio é Cícero* ou *Machado de Assis é o Bruxo do Cosme Velho* – que seriam tautológicos se se consideram os nomes próprios como exclusivamente designadores, ou seja, não informam nada, pois acarretam o mesmo que dizer $a = a$. *Túlio* e *Cícero* e, do mesmo modo, *Machado de Assis* e *Bruxo do Cosme Velho* teriam, para esta teoria, a mesma referência, mas sentidos diferentes.

O filósofo alemão Gottlob Frege é considerado o autor pioneiro desta teoria e seu trabalho *Über Sinn und Bedeutung*, traduzido em português como *Sobre o sentido e a referência* (FREGE, 1892 [2009]), tem sido inspirador para outros autores. Inicialmente, é necessário esclarecer que os *nomes próprios*, para ele, relacionam-se aos chamados *termos singulares* e incluem tanto os nomes próprios ordinários, quanto as descrições definidas. Em seu trabalho, o autor considera como nomes próprios palavras ou outros signos que designam um objeto singular. De acordo com Frege: “Um nome próprio (palavra, sinal,

⁵ Esta e as demais seções deste capítulo foram adaptadas da tese de Amaral (2008).

combinação de sinais, expressão) expressa seu sentido e designa ou refere-se à sua referência. Por meio de um sinal expressamos seu sentido e designamos sua referência” (FREGE, 1892 [2009], p. 136). Observa-se, desse modo, que os nomes próprios, como termos singulares portadores de sentido, não são diferentes das descrições definidas.

O autor alemão elabora sua teoria diferenciando sentido (*Sinn*) de referência (*Bedeutung*). Veja-se o seguinte fragmento, extraído do texto *Ausführung über Sinn und Bedeutung*:

O nome (*Eigenname*), do modo como uso o termo, deve ter pelo menos um sentido. Caso contrário, ele seria uma sequência vazia de ondas e não teria direito de ser chamado nome. Para o emprego científico, deve-se exigir do nome que ele tenha também um significado⁶ (*Bedeutung*), que ele refira ou nomeie um objeto. Dessa maneira, o nome se relaciona ao objeto por intermédio dos sentidos e somente por esse intermédio (FREGE, 1892-1895, p. 34)⁷.

Ainda segundo o autor, “o sentido de um nome próprio é apreendido por todos que estejam suficientemente familiarizados com a linguagem ou com a totalidade de designações a que o nome próprio pertence” (FREGE, 1892 [2009], p. 132). Em nota, Frege explica que, para o caso de um nome próprio genuíno como *Aristóteles*, pode ser tomado como sentido: *o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno*. Segundo o autor, variações de sentido podem ser toleradas, embora devam ser evitadas no quadro teórico de uma ciência demonstrativa e não devam existir em uma “linguagem perfeita”. Como será visto adiante, uma noção semelhante de sentido para o nome próprio foi ampliada posteriormente por outros autores.

Sobre a questão da referência, na análise de Frege, um enunciado de identidade é verdadeiro quando os nomes que nele aparecem têm a mesma referência, ou seja, designam o mesmo objeto, e é informativo quando têm sentidos diferentes. Considere-se o exemplo: *A estrela da manhã é a estrela da tarde*. A referência é a mesma (o planeta Vênus), mas os sentidos são dife-

⁶ Em Brito (1999, p. 48), *Bedeutung* está traduzido por *significado*. Entretanto, essa palavra alemã poderia ser traduzida aqui como *referência*, para marcar a distinção que Frege deseja realizar entre *sentido* e *referência*, como apontado pelo próprio Brito (1999, p. 48).

⁷ No original: “Der Eigenname muß wenigstens einen Sinn haben (wie ich das Wort gebrauche); sonst wäre er eine leere Folge von Schällen und mit Unrecht Namen zu nennen. Für den wissenschaftlichen Gebrauch muß aber von ihm verlangt werden, daß er auch eine Bedeutung habe; daß er einen Gegenstand bezeichne oder benenne. So bezieht sich der Eigenname durch Vermittlung des Sinnes und nur durch diese auf den Gegenstand” (FREGE, 1892-1895, p. 35).

rentes (FREGE, 1892 [2009], p. 131). Uma descrição apresenta o referente sob um aspecto, e a outra sob outro. Dessa forma, o autor explicaria construções como *Edson Arantes do Nascimento é Pelé*, pois, como foi visto, sua distinção se aplica tanto para as descrições definidas quanto para os nomes próprios ordinários, exemplificados, neste caso, com um nome civil e um apelido de um jogador de futebol brasileiro.

É necessário destacar que o autor distingue: referente (o próprio objeto), sentido (o modo de apresentação do objeto) e representação (ou imagem) – esta de caráter subjetivo. Segundo Frege, entender um sentido não garante a referência. Assim, para ele, *o corpo celeste mais distante da Terra* tem um sentido, mas é duvidoso que tenha uma referência⁸, uma vez que não conseguiríamos localizar o referente denotado pela expressão.

Conforme mostram Nerlich e Clarke (1996, p. 2), Frege adotava um posicionamento antipsicológico. De fato, na Europa, ao final do século XIX, sob a influência desse filósofo, a Lógica se tornou uma disciplina distinta e independente da Linguística (NERLICH; CLARKE, 1996, p. 128), pois defendia a separação dos estudos psicológicos dos estudos semânticos. Oliveira explica esse posicionamento da seguinte maneira:

Esse autor [Frege] afirma que o estudo científico do significado só é possível se diferenciarmos os seus diversos aspectos para reter apenas aqueles que são objetivos. Ele exclui da Semântica o estudo das representações individuais que uma dada palavra pode provocar. Ao ouvir [...] *estrela da manhã*, formo uma idéia, uma representação que é só minha, uma vez que ela depende de minha experiência subjetiva no mundo. O estudo desse aspecto do significado cabe à Psicologia. À Semântica cabe o estudo dos aspectos objetivos do significado, isto é, aqueles que estão abertos à inspeção pública (OLIVEIRA, 2001, p. 20).

É possível perceber claramente que não era objetivo de Frege construir uma teoria sobre os nomes próprios ordinários, nem apresentar particularidades da classe desses itens em relação a outras, ou mesmo às descrições definidas. Um problema crucial na obra do filósofo é o dos enunciados de identidade verdadeiros, ou seja, como explicar que sentenças da forma $a = b$ em relação às de $a = a$ teriam valor informativo. Além do mais, segundo aponta Brito (2003, p. 44),

⁸ A noção de *sentido* em Frege é tema polêmico. Fernández Moreno (2006, p. 37) ressalta que é uma noção de caráter epistêmico (“el sentido de una expresión es una propiedad de la expresión que conocemos, aunque implícitamente, cuando entendemos la expresión”), mas também semântico (“el sentido de una expresión *determina* su referente”). Para Burge (1977), não há, na teoria de Frege, uma noção coerente de sentido (*apud* FERNÁNDEZ MORENO, 2006, p. 37).

o interesse de Frege estava voltado para o projeto de desenvolver uma língua científica e, com respeito aos nomes próprios, para a “função semântica que esses termos desempenham nas sentenças que são relevantes para uma língua científica” (BRITO, 2003, p. 45).

No entanto, a importância da obra de Frege se explica por ter servido de base para posteriores trabalhos sobre os nomes próprios. Nesse sentido, tomá-lo como ponto de partida nesta obra tem, como objetivo principal, expor ao leitor as bases iniciais de discussões semânticas referentes aos nomes próprios, ainda fora de um quadro teórico da Antroponomástica em sentido estrito.

As ideias Bertrand Russell (1872-1970), Peter Strawson (1916-2006) e John Searle (1932-) são geralmente associadas às de Frege. Este e Russell, junto com Ludwig Wittgenstein (1889-1951), Rudolf Carnap (1891-1970) e Williard Quine (1908-2000), são, conforme aponta Pérez Otero (2006, p. 13), os principais representantes da tradição filosófica analítica, na qual desempenha um papel primordial a análise lógica da linguagem.

Segundo o filósofo inglês Russell (1956, p. 200), o nome próprio condensa uma descrição definida: “Os nomes que geralmente usamos, como *Sócrates*, são realmente abreviações de descrições”⁹. Assim, ao usar o nome *Sócrates*, estaríamos de fato usando uma descrição. Para o autor, o nome *Sócrates* condensa uma descrição como “o mestre de Platão”.

Já que os nomes próprios conhecidos como tal são, para Russell, abreviações de descrições, não podem ser autênticos nomes. De acordo com o autor, os únicos elementos que poderiam ser denominados nomes próprios no sentido lógico seriam palavras como *isto* (*this*) e *aquilo* (*that*). Em *Isto é branco* (*This is white*), a palavra *this* pode ser usada como um nome próprio, funcionando como um dêitico. Nesse caso, segundo Russell, *this* cumpre a função de apontar um lugar específico onde está algo (*estar por um particular*). Pelo que foi visto, é possível perceber, como explica Brito (2003, p. 59), que a teoria da denotação de Russell aplica-se às descrições definidas e, de forma derivada, aos nomes próprios, uma vez que o autor reduz estes últimos a descrições.

Fernández Moreno (2006, p. 46) argumenta, por outro lado, que Russell teria construído duas teorias sobre os nomes próprios. A primeira sobre os nomes próprios “no sentido lógico” (nomes logicamente próprios) e outra sobre os nomes próprios ordinários (no sentido usual de nomes próprios). No primeiro

⁹ No original: “The names that we commonly use, like ‘Socrates’, are really abbreviations for descriptions” (RUSSELL, 1956, p. 200).

caso, os nomes próprios seriam identificados com os pronomes demonstrativos e, no segundo, caracterizados como descrições definidas abreviadas.

Uma das questões que se coloca ao considerar que os nomes próprios são descrições abreviadas é: qual é a descrição ou quais são as descrições que um nome próprio abrevia? Russell pondera que diferentes falantes podem associar diferentes descrições definidas a um nome próprio e que o mesmo falante pode associar a um nome diferentes descrições em distintas ocasiões¹⁰. Veja-se o trecho a seguir:

Os nomes comuns, e também os nomes próprios, são, geralmente, verdadeiras descrições. Ou seja, o pensamento que está na mente de uma pessoa que emprega corretamente um nome próprio não pode ser expresso explicitamente se não substituirmos o nome próprio por uma descrição. Além disso, a descrição necessária para expressar o pensamento variará de pessoa para pessoa, ou para a própria pessoa em épocas diferentes. A única coisa constante (na medida em que o nome é empregado corretamente) é o objeto ao qual se aplica o nome. Mas, na medida em que este permanece constante, a descrição particular envolvida em geral não distingue a verdade ou falsidade da proposição em que o nome aparece (RUSSEL, 2005 [1912], p. 45).

Cumpramos observar que aquilo que Russel considera como expressão do pensamento de uma pessoa a respeito de um nome próprio corresponderia ao que Frege considerou ser o significado psicológico de um nome cujo exame não caberia à Lógica, mas sim à Psicologia. Além disso, a distinção entre sentido e referência foi rejeitada por Bertrand Russell, contudo ambos foram seguidores da corrente de estudos da filosofia da linguagem que deu origem à Semântica Formal e à Pragmática (NERLICH; CLARKE, 1996, p. 203).

Frege e Russell são considerados precursores de teorias mais recentes sobre a referência dos nomes próprios e os primeiros representantes da teoria descritivista. Strawson e Searle, por sua vez, são representantes da versão clássica da teoria descritivista contemporânea. Conforme a avaliação de Nerlich e Clarke, a teoria dos atos de fala de Searle é um retorno à Frege (NERLICH; CLARKE, 1996, p. 203).

De acordo com Fernández Moreno (2006, p. 59), a teoria da referência dos nomes próprios de Strawson se enquadra em uma teoria da comunicação linguística, que se preocupa com o uso de expressões para que possamos fazer referência a objetos ou indivíduos. Existe, por exemplo, uma preocupação com

¹⁰ Essa *variação* das descrições definidas associadas a um nome próprio, conforme foi visto acima, também foi tolerada por Frege, embora com certa rejeição. Mais adiante, ao discutir a noção de *conteúdo* do nome próprio, veremos que a variação está relacionada a fatores discursivos.

o conhecimento prévio do falante e do ouvinte. Strawson defende que os nomes próprios, juntamente com os pronomes demonstrativos singulares, os pronomes pessoais e impessoais no singular¹¹ e também frases que começam com o artigo definido seguido de um substantivo, qualificado ou não, no singular (*a mesa; o homem velho*) são usados frequentemente para mencionar ou fazer referência (*to refer*) a uma pessoa, objeto singular, acontecimento, lugar ou processo ou para fazer algo como a execução de um enunciado (*statement*) sobre aquela pessoa, objeto, lugar, acontecimento ou processo. A esse emprego, o autor chama de uso referencial individualizante (*uniquely referring use*) (STRAWSON, 1985, p. 261). Nessa obra, considera-se uso referencial aquele em que o sintagma antroponímico se refere a um indivíduo. Assim, por exemplo, quando um aluno diz ao professor, a respeito de um colega de classe: *Professor, o André não veio à aula porque está doente*, o sintagma *O André* se refere a um indivíduo da turma chamado *André*.

O filósofo inglês reconhece que algumas palavras possuem, predominantemente, se não exclusivamente, um papel referencial, como os pronomes e os nomes próprios. Pensando em uma escala de dependência do contexto para referência, de acordo com Strawson (1985), os pronomes estariam em uma dependência máxima, ocupando um extremo da escala, ao passo que, no outro extremo, estariam expressões como *o autor de Waverley* e *o décimo oitavo rei da França* (STRAWSON, 1985, p. 276). Assim, deste ponto de vista, os nomes próprios estariam entre os pronomes e as expressões (isto é, descrições definidas).

Com respeito ao grau de significação descritiva¹², os nomes próprios estariam em um extremo da escala, enquanto frases substantivas (*a mesa redonda*) possuiriam o máximo de significação descritiva. Para o autor, o “puro nome” não teria nenhuma significação descritiva, com exceção daquela que ele adquire durante o uso. Entre as outras expressões que Strawson (1985) situa nessa escala de significação descritiva estariam os pronomes como *ele* (com significação descritiva mínima) e os nomes próprios que o autor chama de *impuros*, como *a Távola Redonda* – “frases substantivas que adquiriram, com o tempo, letras maiúsculas” (p. 276).

Por fim, o autor situa os nomes próprios na classe das expressões cujo uso referencial não é regulado por convenções gerais, mas por convenções

¹¹ São exemplos do autor: *he, she, I, you, it*.

¹² Por *significação descritiva*, entende o autor: “a limitação convencional, quanto à aplicação, a coisas de um tipo geral determinado ou a coisas que possuem certas características gerais” (STRAWSON, 1985, p. 276).

ad hoc. Strawson completa: “Ignorar o nome de um homem não é ignorar a linguagem. Essa é a razão pela qual não falamos da significação dos nomes próprios. (E não é uma resposta satisfatória dizer que eles são desprovidos de significação.)” (STRAWSON, 1985, p. 276).

No trabalho de Strawson (1985), vale a pena ressaltar um ponto importante sobre a referência. De acordo com o autor, não seria possível dizer que uma expressão – e aqui se incluem também os nomes próprios – faz referência, assim como não seria possível dizer que uma sentença é verdadeira ou falsa. Para Strawson, mencionar ou referir é algo que alguém pode fazer ao utilizar a expressão, ou seja, é uma “característica de uma utilização de uma expressão” (STRAWSON, 1985, p. 266)¹³. Neste livro, quando se emprega o verbo *referir* e se afirma, por exemplo, que um antropônimo X se refere a um indivíduo, também se assume que a referência é um ato realizado pelo falante, quer dizer, é ele que se refere a alguém mediante um nome próprio, seja falando, seja escrevendo.

Das ideias anteriores, chega-se à teoria do feixe de descrições de Strawson, elaborada a partir das ideias de Wittgenstein. Para essa teoria, o sentido do nome próprio não se associa a uma só descrição, mas a um conjunto de descrições. Seria então completado ou saturado por um conjunto pressuposicional formado por proposições acerca do indivíduo portador do nome. Strawson afirma, ainda, que falante e ouvinte devem ter em mente a mesma pessoa.

Conforme aponta García Suárez (1997), Searle foi quem popularizou a teoria do feixe de descrições. Para este autor, o significado de um nome próprio equivale à disjunção lógica de um número determinado de descrições¹⁴. Na obra *Speech acts: an essay in the philosophy of language*, Searle (1969) propõe-se a discutir, entre outras, a seguinte questão: os nomes próprios têm sentido?¹⁵ Primeiramente, apresenta três argumentos contrários ao ponto de vista segundo o qual o nome próprio não tem sentido.

¹³ Argumentação semelhante será feita posteriormente por Lyons (1977).

¹⁴ Fernández Moreno (2006, p. 72) afirma que a teoria da referência dos nomes próprios de Searle compreende duas teorias, desenvolvidas em períodos diferentes. Uma teoria complementar a outra, mas também haveria diferenças. Entre as diferenças, Fernández Moreno aponta que a primeira seria parte integrante de uma teoria sobre o uso da linguagem na comunicação, ao passo que a segunda formaria parte de uma teoria acerca de como a mente representa o mundo (p. 72). Aqui são expostas ideias da primeira, a partir de Searle (1969), considerada a obra que contém uma formulação mais completa da teoria.

¹⁵ O autor ressalta que usa o termo *sense* no sentido de Frege: “For according to Frege the sense of a proper name contains the ‘mode of presentation’ which identifies the referent, and of

De acordo com o primeiro, os nomes próprios são usados em proposições (frases afirmativas ou negativas) existenciais como *Existe um lugar como a África* (*there is such a place as Africa*) e *Cérbero não existe* (*Cerberus does not exist*). Conforme o autor, uma proposição existencial não refere, ela expressa um conceito e declara que esse conceito é instanciado (ou aplicado). Logo, conclui-se um nome próprio ocorre em uma posição existencial, como nos exemplos, ele deve ter algum conteúdo conceitual ou descritivo.

O segundo argumento baseia-se no fato de que sentenças com nomes próprios podem ser usadas em proposições de identidade que contêm informação factual e não meramente linguística, como *O Evereste é o Chomolungma* (*Everest is Chomolungma*), proposição que pode ter caráter informativo. Para o autor, se os nomes próprios não tivessem sentido, tal sentença seria equivalente a *O Evereste é o Evereste* (*Everest is Everest*). O próprio filósofo estadunidense salienta que esse é o argumento de Frege de que o nome próprio tem sentido (SEARLE, 1969).

O terceiro argumento de Searle contra a tese de que o nome próprio não tem sentido baseia-se na ideia de que uma ocorrência com nome próprio, da mesma forma que uma ocorrência com uma descrição definida, deve, pelo princípio de identificação, conter uma descrição. Sem detalhar nem exemplificar sua terceira objeção, o autor afirma que os nomes próprios poderiam ser descrições definidas abreviadas (*shorthand*). Mas ele expõe um argumento contrário, o fato de que, em geral, não existem definições de nomes próprios, como há com relação aos nomes comuns.

A apresentação dessas objeções leva o autor a ir formulando sua própria teoria sobre os nomes próprios. Para ele, se pedíssemos aos usuários do nome *Aristóteles* para dizer o que consideram como sendo suas características essenciais e consensuais (sobre as quais não se discute ou se questiona), ouviríamos respostas que poderiam constituir um conjunto de descrições identificadoras. Searle sustenta que, embora uma descrição apenas não seja analiticamente verdadeira de Aristóteles, a disjunção delas o é. Conforme o autor, seria necessário, para um objeto ser Aristóteles, que ele satisfizesse pelo menos algumas dessas descrições. Essa argumentação leva-o a concluir:

Minha resposta, então, para a questão, “Os nomes próprios têm sentidos?” – se com isso se pergunta se os nomes próprios são usados para descrever ou especificar características dos objetos – é “Não”. Mas se se pergunta com isso se os nomes próprios

course a single descriptive predicate does not provide us with a mode of presentation; it does not provide an identifying description” (SEARLE, 1969, p. 168).

estão logicamente conectados com características do objeto que eles referem, a resposta é “Sim, de maneira não estrita”¹⁶ (SEARLE, 1969, p. 170).

Searle (1969) pôde assim posicionar-se frente a outros teóricos. De acordo com o autor, o que ele afirma estaria entre Mill e Frege. Searle sustenta que Mill estava correto em dizer que o nome próprio não implica nenhuma descrição particular, que ele não tem definição, mas que Frege estava correto em pressupor que qualquer termo singular deve ter um modo de apresentação e, logo, um sentido. O erro de Frege, para Searle, foi considerar a descrição identificadora substituível pelo nome como sua definição. A partir disso, o autor encaminha sua proposta para o seguinte:

A peculiaridade e grande conveniência pragmática dos nomes próprios na nossa linguagem reside precisamente no fato de que eles nos possibilitam a referência pública aos objetos sem levar a questionamentos e permitem chegar a um consenso sobre quais características descritivas constituem exatamente a identidade do objeto. Eles funcionam não como descrições, mas como ganchos nos quais penduramos descrições¹⁷ (SEARLE, 1969, p. 172).

A tese central de Searle é que o *sentido* do nome próprio é formado por um conjunto de descrições. Essas, no entanto, não formariam um grupo fechado. Por fim, o autor distingue os nomes próprios paradigmáticos dos “degenerados” (*degenerate*) – *Banco da Inglaterra* (*Bank of England*), ou, no caso do Brasil, *Banco do Brasil*. Segundo o autor, neste caso, o sentido seria dado como em uma descrição definida. Para os casos anteriores, Searle (1969, p. 173) declara que *Homero* significa *o autor da Ilíada e da Odisseia* (“just means ‘the author of the *Iliad* and the *Odyssey*’”). Percebemos, claramente, nessa citação de Searle, a atribuição de um sentido descritivo ao nome próprio *Homero*. Conforme será visto mais adiante, uma noção como essa não se sustenta em trabalhos de cunho linguístico relacionados aos estudos antroponomásticos.

Fernández Moreno (2006, p. 89), ao analisar a teoria que ele chama de *teoria descritiva de Searle-Strawson*, afirma que também se costumam substituir

¹⁶ No original: “My answer, then, to the question, “Do proper names have senses?” – if this asks whether or not proper names are used to describe or specify characteristics of objects – is “No”. But if it asks whether or not proper names are logically connected with characteristics of the object to which they refer, the answer is “Yes, in a loose sort of way.” (Cf. também Searle, 1958, p. 173).

¹⁷ No original: “the uniqueness and immense pragmatic convenience of proper names in our language lies precisely in the fact they enable us to refer publicly to objects without being forced to raise issues and come to an agreement as to which descriptive characteristics exactly constitute the identity of the object. They function not as descriptions, but as pegs on which to hang descriptions”.

descrições por propriedades. Searle (1969, p. 164), de fato, declara: “descrições representam aspectos ou propriedades de um objeto”¹⁸. Levando em conta o que se apresentou, Fernández Moreno conclui:

[...] seria possível caracterizar a teoria descritiva de Searle-Strawson, no que se aplica aos nomes próprios, como a teoria segundo a qual a referência de um nome próprio vem determinada por um conjunto de propriedades que os falantes associam com o nome; as condições suficientes para que um objeto seja o referente de um nome próprio consistem em que o objeto possua um número suficiente – ou a maioria – das propriedades desse conjunto, muitas das quais serão propriedades identificadoras (FERNÁNDEZ MORENO, 2006, p. 90)¹⁹.

Como é possível notar, da teoria de Frege aos postulados de Searle, houve um deslocamento tanto nas definições terminológicas quanto nas caracterizações dos nomes próprios. Mas todos os autores defendem, à sua maneira, certo sentido atribuível a esses itens. Na próxima seção, será vista a posição de outro grupo com relação ao *sentido* do nome próprio.

5.2 A TEORIA REFERENCIAL DIRETA OU TEORIA CAUSAL

Stuart Mill (1806-1873) foi um filósofo e economista de grande influência no século XIX. Na obra *Sistema de lógica dedutiva e indutiva (A System of Logic, Ratiocinative and Inductive)*, entre as divisões que Mill (1984 [1843], p. 97) propõe para os nomes, encontra-se a distinção entre nomes conotativos e não conotativos. Estes seriam os que “denotam um sujeito ou um atributo” e aqueles seriam os que “denotam um sujeito e implicam um atributo”. Para o autor, nomes como *João*, *Londres* ou *Inglaterra* denotam um sujeito apenas, e nomes como *brancura*, *comprimento* e *virtude* denotam só um atributo. Por outro lado, *branco*, *comprido* e *virtuoso* seriam conotativos porque *branco*, por exemplo, denota todas as coisas brancas, como *neve*, *papel*, *espuma do mar*, etc., e implica ou conota²⁰ o atributo *brancura*. Desse modo, de acordo com o que expõe o autor, os nomes próprios “não são conotativos; denotam

¹⁸ No original: “descriptions stand for aspects or properties of an object”.

¹⁹ No original: “cabría caracterizar la teoría descriptiva de Searle-Strawson, en tanto que aplicada a los nombres propios, como la teoría según la cual la referencia de un nombre propio viene determinada por un conjunto de propiedades que los hablantes asocian con el nombre; las condiciones suficientes para que un objeto sea el referente de un nombre propio consisten en que el objeto posea un número suficiente –o la mayoría– de las propiedades de dicho conjunto, muchas de las cuales serán propiedades identificadoras”.

²⁰ O termo *conotar* é utilizado no sentido de “indicar junto com”, “indicar alguma coisa com ou em acréscimo a outra” (MILL, 1984, p. 98).

os indivíduos a quem dão o nome, mas não afirmam nem implicam qualquer atributo como pertencente a esses indivíduos” (MILL, 1984, p. 99). São, ainda segundo Mill, “sinais usados para indicar esses indivíduos [uma criança chamada Paulo ou um cachorro chamado César] como sujeitos possíveis de um discurso” (MILL, 1984, p. 99).

Convém destacar, como o faz Fernández Moreno (2006, p. 25), que as ideias de Mill sobre os nomes estão enquadradas em uma teoria da proposição – que constitui, para o autor britânico, “o primeiro objeto que se apresenta no limiar mesmo da ciência e da lógica” (MILL, 1984, p. 89). Para a análise da proposição, Mill sustenta que ela se constitui pela reunião de nomes e, a partir disso, o autor elabora sua teoria, na qual se insere a divisão entre nomes conotativos e não conotativos comentada acima.

Como é possível perceber, Mill (1984) não chega a construir uma teoria específica sobre os nomes próprios. Mas suas ideias serão retomadas várias décadas depois por autores que propõem novas análises. Assim, surge uma teoria para os nomes próprios nos anos 70 do século passado, a qual tem sido relacionada às ideias de filósofos como Keith Donnellan (1931-2015), David Kaplan (1933-), Hilary Putnam (1926-2016), Saul Kripke (1940-), entre outros. Para defensores dessa tese, o nome próprio não pode ser reduzido a uma descrição definida, pois ele só serviria para fixar a referência, não para dar o significado. Argumenta-se, ainda, que não é possível estabelecer nenhuma relação de sinonímia entre os nomes próprios e uma descrição ou um conjunto de descrições. Podemos observar que essa proposta exclui o sentido fregeano do nome próprio.

Saul Kripke pode ser considerado o principal representante da teoria causal. Esse filósofo estadunidense é visto como um dos criadores da *semântica formal dos mundos possíveis*²¹ (cf. PÉREZ OTERO, 2006, p. 15) e é dentro desse quadro teórico que se desenvolvem os pontos que serão retomados adiante. Em sua obra, *Naming and necessity*, cumprem um papel fundamental as relações entre um nome próprio e sua denotação e entre um nome próprio e as descrições definidas.

Antes de discutir as ideias do autor, convém deixar clara uma questão terminológica relacionada ao que este autor chama de *nome*:

Por um nome, eu compreendo aqui um nome próprio, quer dizer, o nome de uma pessoa, de uma cidade, de um país, etc. [...] Nós utilizaremos o termo *nome* de modo a não incluir as descrições definidas desse gênero [como “o homem que corrompeu Hadleyburg”], mas somente o que na linguagem ordinária chamaríamos de *nomes*

²¹ O conceito de *mundo possível* foi introduzido, segundo Pérez Otero (2006, p. 103), por Leibniz.

próprios. Se queremos um termo comum abrangendo ao mesmo tempo os nomes e as descrições, podemos empregar o termo *designador*²² (KRIPKE, 1980, p. 24).

Pela citação acima, presente nas primeiras páginas de sua obra, é possível ver que Kripke já se afasta de outros autores, como Frege, que reunia as descrições definidas e os nomes próprios ordinários em um mesmo grupo. Também é possível perceber a noção de *designador*, que será desenvolvida pelo autor em sua obra e comentada mais adiante. Com respeito às críticas de Kripke a Frege (e também a Russell), é bem explícita a posição daquele autor: sobre a referência dos nomes próprios, Kripke afirma que “a concepção de Frege e Russell é falsa” (KRIPKE, 1980, p. 29)²³.

De acordo com Kripke (1980), os nomes próprios são designadores rígidos: designam o mesmo indivíduo em todo mundo possível no qual esse indivíduo existe, isto é, em situações as quais, embora não tenham ocorrido (não são fatos), poderiam ocorrer²⁴. Retomando suas palavras sobre designador rígido:

Quando eu digo que um designador é rígido e designa a mesma coisa em todos os mundos possíveis, eu quero dizer, como ele é usado na *nossa* linguagem, ele representa essa coisa, quando conversamos sobre situações contrafactuais (KRIPKE, 1980, p. 77)²⁵.

Na citação acima, Kripke defende que quando as pessoas falam sobre situações que não ocorreram na vida real, mas que poderiam ocorrer (este tipo de situação é por ele chamada de situação contrafactual), e usam um designador

²² No original: “By a name here I will mean a proper name, i. e., the name of a person, a city, a country, etc. [...] We will use the term ‘name’ so that it does *not* include definite descriptions of that sort, but only those things which in ordinary language would be called ‘proper names’. If we want a common term to cover names and descriptions, we may use the term ‘designator’”.

²³ No original: “the view of Frege and Russell is false”. Cf. também em Kripke (1980, p. 134) a postura do autor frente a Frege, Russell e Mill com relação à caracterização dos termos singulares e dos termos gerais.

²⁴ Sobre uma segunda definição de *designador rígido* na obra de Kripke, veja-se a discussão em Fernández Moreno (2006, p. 94), que apresenta também a definição que Kripke remeteu a Kaplan em carta: “un designador *d* de un objeto *x* es *rígido* si designa *x* con respecto a todo mundo posible en el que *x* existe y *no designa ningún objeto distinto de x con respecto a ningún mundo posible*” (KAPLAN, 1989, p. 569 *apud* FERNÁNDEZ MORENO, 2006, p. 95, grifos do autor).

²⁵ No original: “When I say that a designator is rigid, and designates the same thing in all possible worlds, I mean that, as used in *our* language, it stands for that thing, when *we* talk about counterfactual situations”.

rígido, este designador representa aquilo a que se faz referência na conversa. Essa seria a tese fundamental de Kripke sobre a referência dos nomes próprios. As descrições definidas, por outro lado, seriam designadores não rígidos: mudam de referência de um mundo possível a outro mundo possível. Por não estar associado a nenhuma descrição, o nome próprio refere independentemente dos atributos do referente. É por esse motivo acima que a tese de Kripke é relacionada à de Mill.

O exemplo de Pérez Otero (2006, p. 109) é bem esclarecedor. Explica este autor que o filósofo Aristóteles é conhecido por ter sido o mestre de Alexandre Magno. Assim, esta informação sobre sua biografia pode ser associada a Aristóteles. Supondo um mundo possível em que o filósofo não foi o mestre de Alexandre Magno, nesse mundo seria impossível associar Aristóteles a “ter sido mestre de Alexandre Magno”, mas o nome *Aristóteles* continuaria a fazer referência ao filósofo:

Podemos raciocinar e falar sobre o que teria feito Aristóteles se não tivesse sido o mestre de Alexandre Magno. Quando fazemos isso especulamos sobre outros mundos possíveis. Em tais especulações, usamos o nome *Aristóteles* (ou algum outro signo mental que funcione como um nome próprio que se refere a Aristóteles) e este não deve ser interpretado como se denotasse em cada mundo possível o mestre estagirita de Alexandre Magno (pois nesse caso seria impossível que Aristóteles não tivesse sido mestre de Alexandre Magno). O nome *Aristóteles* denota Aristóteles em cada mundo possível²⁶.

Para Kripke, o nome próprio se estabelece mediante um primeiro ato de denominação (metaforicamente chamado de *batismo inicial*), em que há uma nomeação ostensiva, isto é, evidente. Estabelecida esta primeira referência, os usos posteriores do nome vão formando elos numa corrente. Esses elos vão se seguindo uns aos outros de modo que, no extremo da corrente, o falante que faz referência ao “batizado” se refere ao mesmo indivíduo, mesmo se desconhecer o ato batismal e ignorar os usos anteriores do nome. Para ilustrar seu raciocínio, Kripke apresenta o seguinte exemplo:

Alguém, digamos, um bebê, nasce: seus pais lhe dão um nome. Eles falam sobre a criança a seus amigos. Outras pessoas a conhecem. Por meio de conversas de todos

²⁶ No original: “Podemos razonar y hablar sobre lo que habría hecho Aristóteles si no hubiera sido el maestro de Alejandro Magno. Cuando hacemos eso especulamos sobre otros mundos posibles. En tales especulaciones usamos el nombre ‘Aristóteles’ (o algún signo mental que funcione como un nombre propio que refiere a Aristóteles) y éste no debe interpretarse como si denotara en cada mundo posible al maestro estagirita de Alejandro Magno (pues en ese caso sería imposible que Aristóteles no hubiera sido maestro de Alejandro Magno). El nombre ‘Aristóteles’ denota en cada mundo posible a Aristóteles”.

os tipos, o nome próprio se expande de um elo para outro, formando uma corrente. O falante que está no último elo da corrente que ouviu falar sobre, digamos, Richard Feynman, num supermercado ou em outro lugar, Richard Feynman, pode fazer referência a Richard Feynman mesmo que ele possa não se lembrar de quem lhe falou sobre Feynman pela primeira vez ou mesmo de quem nunca lhe falou sobre Feynman. Ele sabe que Feynman é um célebre físico. Ele está unido a uma corrente de comunicação em cuja extremidade se encontra o homem ao qual ele faz referência (KRIPKE, 1980, p. 91)²⁷.

Argumentos como os anteriores conduzem o autor a afirmar que é falso que determinamos o objeto de uma referência graças às propriedades qualitativas disponíveis que permitem singularizá-lo (p. 82), numa clara crítica à teoria descritivista, principalmente no que se refere ao feixe de descrições ou propriedades. O que Kripke almeja é fornecer uma representação mais fiel da referência: “não é uma teoria que eu apresento, mas uma representação mais fiel do modo como as coisas acontecem” (KRIPKE, 1980, p. 96)²⁸.

Nesse sentido, é importante destacar que o autor fala em esboço de uma teoria, a chamada *teoria do batismo inicial*, segundo a qual se pode nomear um objeto por ostensão ou fixar a referência por descrição. Em nota, Kripke adverte que, no caso de introdução de um nome próprio por meio de uma descrição durante um batismo inicial, essa descrição **não seria sinônima do nome próprio**, mas serviria para fixar a referência, o que se pode interpretar como uma nova crítica ao descritivismo.

A noção de batismo inicial é a seguinte:

Batismo inicial:

“operação que fixa a referência por descrição ou por ostensão”.

²⁷ No original: “Someone, let’s say, a baby, is born; his parents call him by a certain name. They talk about him to their friends. Other people meet him. Through various sorts of talk the name is spread from link to link as if by a chain. A speaker who is on the far end of this chain, who has heard about, say Richard Feynman, in the marketplace or elsewhere, may be referring to Richard Feynman even though he can’t remember from whom he first heard of Feynman or from whom he ever heard of Feynman. He knows that Feynman is a famous physicist. A certain passage of communication reaching ultimately to the man himself does reach the speaker. He then is referring to Feynman even though he can’t identify him uniquely”.

²⁸ No original: “In that sense it’s not a theory, but is supposed to give a better picture of what is actually going on”.

Os teóricos da área passaram a chamar a teoria de Kripke de teoria causal, considerada a mais influente atualmente entre lógicos, filósofos da linguagem e linguistas no que concerne ao significado e à referência dos nomes próprios. Fernández Leborans (1999, p. 93) reconhece que esta teoria apresenta uma explicação social da relação de referência – embora não explique satisfatoriamente a condição semântica dos nomes próprios. Nesse ponto, é necessário observar que, no *Suplemento* da sua obra, Kripke (1980) esclarece que, com respeito aos nomes próprios, nem sempre se pode localizar um batismo inicial e que se teria, então, uma representação um pouco *caricatural* do ato de batismo.

Apesar das críticas a respeito das noções propostas pelo autor (cf. FERNÁNDEZ LEBORANS, 1999), é possível defender a ideia do batismo, mas um batismo associado à noção de **nomeação**. Consideramos que a existência de um nome próprio implica, necessariamente, um ato de nomeação e que, para o uso de um antropônimo em um texto, é preciso que o locutor recupere a relação estabelecida no ato de batismo, que, obviamente, deve ser tomado como uma noção metafórica.

Na teoria defendida por Kripke, também é possível incluir o filósofo francês François Recanati, cujo trabalho ajuda a esclarecer alguns pontos da obra do autor estadunidense. Para Recanati (1983, p. 112), a compreensão da frase *Mitterrand é um homem de esquerda*²⁹ é dependente do conhecimento de qual estado de coisas deve ser realizado para que ela seja verdadeira, ou seja, exige ser capaz de dizer o que deve se passar em um mundo *M* para que a frase seja verdadeira em *M*. Em sua análise, há um indivíduo único tal que, para qualquer um, a frase é verdadeira neste mundo se e somente se este indivíduo é um homem de esquerda. *Mitterrand*, logo, seria um designador rígido.

Por outro lado, a descrição *o presidente da República* na frase *O presidente da República é um homem de esquerda*³⁰ (RECANATI, 1983, p. 112) não é rígida. Essa frase é verdadeira em todos os mundos onde um certo indivíduo é ao mesmo tempo presidente da República e de esquerda, qualquer que seja esse indivíduo. A interpretação seria: para todo mundo *M* e para todo indivíduo *X*, se *X* é presidente da República em *M*, logo o enunciado anterior é verdadeiro em *M* se, e somente se, em *M*, *X* é um homem de esquerda. A descrição *o presidente da República* não é rígida (RECANATI, 1983, p. 112-113).

Nos termos de Recanati, portanto, a rigidez do designador está relacionada com uma maior quantidade de pressupostos de existência. No caso da primeira

²⁹ No original: *Mitterrand est un homme de gauche*.

³⁰ No original: *Le président de la république est un homme de gauche*.

frase, é necessária a existência de um indivíduo chamado *Mitterand* e que ele seja de esquerda, já no caso da segunda frase, não existe este pressuposto, qualquer indivíduo que seja presidente satisfaz o pressuposto de existência.

Ainda sobre a rigidez, Recanati (1983) ressalta que Kripke reconhece que as descrições matemáticas são rígidas, o que implica que a rigidez não é o que distingue os nomes próprios das descrições definidas. Confrontando Kripke e Mill, Recanati ainda aponta que não se pode identificar conotativo com rígido e não conotativo com não rígido. Entretanto, continua o autor, a rigidez, se não é condição suficiente para que um designador seja não conotativo, é uma condição necessária (RECANATI, 1983, p. 115).

Na crítica à teoria elaborada por García Suárez (1997, p. 103), este autor afirma que o modo como um objeto recebe um nome é assunto sociológico, sem relevância semântica. De acordo com García Suárez, a noção de batismo inicial parece desnecessária. Mas a crítica é feita tomando literalmente a noção de batismo inicial e, conforme já exposto, não se pode tomar a expressão ao pé da letra, o que geraria uma visão *caricatural* da teoria, para utilizar o termo do próprio Kripke.

García Suárez questiona sobre o que fazer com o mecanismo do batismo inicial: “A noção de batismo inicial deve desaparecer, já que não tem a aplicação geral necessária?”, “Ou teremos que admitir que, embora não se trate de um batismo *stricto sensu*, deve haver ao menos alguma ‘atividade de nomear’?” (GARCÍA SUÁREZ, 1997, p. 104)³¹.

Sobre a segunda questão, o autor espanhol observa que a atividade de nomeação se choca com o fato de que muitos nomes se adquirem simplesmente com o uso, o que aconteceria com os apelidos, pseudônimos, etc. O que não está claro é como o uso, sem passar por uma nomeação primeira, poderia estabelecer a relação necessária entre nome próprio e referente. Novamente, defendemos a necessidade de haver um ato de nomeação que relacione o indivíduo ao seu nome próprio, seja este estabelecido por ele mesmo, seja por outrem.

Apoiando-se em Kripke, defende-se, nesta obra, que **a noção de batismo inicial** não só não deve ser tomada literalmente, mas tem de ser interpretada como **uma atividade de nomeação**. O autor do processo de nomeação pode ser ou não o próprio portador do nome próprio, conforme é demonstrado no capítulo 3 deste livro, no qual se propõe uma tipologia dos antropônimos.

³¹ No original: “¿Debe desaparecer del cuadro la noción de bautismo inicial, puesto que no tiene la requerida aplicación general?” “¿O hemos de admitir que, aunque no se trate de un bautismo *sensu strictu*, tiene que haber al menos alguna ‘actividad de nombrar’?”.

A modo de síntese, a Figura 5.1, adaptada de Amaral (2008, p. 38), expõe a cronologia de obras representativas sobre os nomes próprios, de 1843 a 1981, todas com o título original e o ano da publicação de cada uma. Partindo-se da coluna central, têm-se à esquerda os títulos originais e os anos de publicação dos trabalhos da teoria descritivista e à direita os títulos e os anos da teoria referencial direta ou teoria causal.

Figura 5.1 – Obras representativas das teorias sobre os nomes próprios publicadas entre 1843 e 1981

Teoria descritivista	Ano de publicação	Teoria referencial direta ou teoria causal
	1843	_____ MILL, <i>A system of logic</i>
FREGE, <i>Über Sinn und Bedeutung</i> _____	1892	
RUSSELL, <i>Logic and Knowledge - Essays</i> _____	1950	
SEARLE, <i>Speech acts: an Essay in the Philosophy of Language</i> __	1969	
STRAWSON, <i>Logic-Linguistics Papers</i> _____	1971	
	1972	_____ KRIPKE, <i>Naming and Necessity</i>
		1981, KLEIBER, <i>Problèmes de référence: descriptions définies et noms propres</i>

Fonte: Adaptado de Amaral (2008, p. 38).

Além da teoria descritivista ou teoria do sentido e da teoria referencial direta ou teoria causal, há ainda outro conjunto de pesquisas cuja tese pode ser diferenciada das anteriores e que relaciona os nomes próprios a predicados. Cumpre esclarecer que, nos estudos lógicos, o predicado é um valor ou característica atribuída a uma variável “x” de uma fórmula matemática. Nesse caso, os estudos principais já são desenvolvidos por pesquisadores da área da linguística, tal como será visto adiante.

5.3 O NOME PRÓPRIO COMO PREDICADO E A TEORIA DO PREDICADO DE DENOMINAÇÃO

Dentro do quadro teórico de uma semântica formal e preocupado principalmente com a questão do papel lógico dos nomes próprios em uma teoria formal da linguagem, o filósofo estadunidense Tyler Burge argumenta que eles são predicados. Criticando a abordagem de Russell segundo a qual os nomes próprios são descrições abreviadas, o autor afirma: “Eu argumentarei primeiro que os nomes próprios não abreviam predicados, mas são predicados por si mesmos” (BURGE, 1973, p. 428)³².

Burge critica a ideia de que um nome próprio abrevia a descrição “o objeto chamado nome próprio”. Para o autor, essa explicação seria anti-intuitiva, uma vez que, intuitivamente, nomes próprios não descrevem. O filósofo alega ainda que é indesejável postular regras de abreviação se elas podem ser evitadas. Além do mais, Burge defende que a falha das concepções anteriores reside no fato de que concentram atenção no uso singular não modificado dos nomes próprios e apresenta alguns exemplos de usos *modificados* dos nomes próprios (chamados assim por ele):

a) no plural: *Há relativamente poucos Alfredos em Princeton;*

b) precedidos por artigo indefinido e definido: *Um Alfredo entrou para o clube hoje; O Alfredo que entrou para o clube hoje;*

c) precedidos por quantificadores: *Alguns Alfredos são loucos; alguns não são*³³.

Burge (1973) chama a atenção para o fato de que tais usos seriam gramaticais e literais (não metafóricos ou irônicos) e que não devem ser chamados de usos *especiais*. Para o autor, é equivocado pensar que ocorrências modificadas e não modificadas são semanticamente independentes. Esses argumentos

³² No original: “I shall argue first that proper names do not abbreviate predicates but are predicates in their own right”.

³³ No original, os exemplos são: a) *There are relatively few Alfreds in Princeton;* b) *An Alfred Russell joined the club today; The Alfred who joined the club today;* c) *Some Alfreds are crazy; some are sane.*

levam-no a afirmar que os nomes próprios cumprem o papel semântico de **predicado** em todas as ocorrências.

Outro ponto defendido pelo filósofo refere-se à comparação entre o uso dos nomes próprios e construções com demonstrativo. Para o autor, nomes próprios no singular, funcionando como termos singulares, teriam a mesma estrutura semântica que *aquele livro* (*that book*) como em: *Jim tem 1,82 m de altura* e *Aquele livro é verde* (BURGE, 1973, p. 432)³⁴. Burge destaca a importância do conteúdo extralinguístico para a interpretação de tais sentenças. Em suas palavras: “nos usos mais comuns os nomes próprios implicam um elemento demonstrativo” (BURGE, 1973, p. 433)³⁵.

Ao criticar Burge (1973), García Suárez (1997) toca em um ponto que aquele autor considera inovador em sua teoria. García questiona: por que explicar os usos predicativos modificados, que são mais raros, e apelar depois dessa explicação para dar conta dos usos singulares? A crítica de García Suárez é pertinente, pois os usos chamados de *modificados* são mais raros e não podem ser usados para explicar os usos ordinários. Em todo caso, são justamente esses usos *secundários* que fomentaram várias discussões teóricas a respeito da semântica dos nomes próprios, tal como será desenvolvido mais adiante e retomado no próximo capítulo.

Independentemente da forma como Burge expõe sua tese, seu trabalho cumpre fundamental importância no desenvolvimento de teorias posteriores. As ideias do autor abrem caminho para os estudos de Kleiber (1981) e de uma série de autores posteriores que viriam a pesquisar o estatuto linguístico dos usos dos nomes próprios chamados de *modificados*, como em *O Lula dos anos 1980* e *um novo Castro Alves*.

Nesse sentido, a chamada *teoria do predicado de denominação* teve uma aceitação relativa entre linguistas e foi se difundindo em trabalhos das últimas décadas. Suas ideias são atribuídas ao linguista francês Georges Kleiber, que se apoiou em trabalhos dos pesquisadores John Algeo e Tyler Burge. De acordo com essa proposta, o sentido do nome próprio pode ser descrito como um predicado de denominação que não descreve o objeto denotado. O sentido de um nome como *João* seria compreendido com a ajuda da fórmula *ser chamado João*. Para Kleiber (1981), o nome próprio tem o estatuto de um verdadeiro signo linguístico, comportando significante e significado.

³⁴ No original: “*Jim is 6 feet tall*” e “*That book is green*”.

³⁵ No original: “in their most common uses proper names involve a demonstrative element”.

Analisando a tese de Kleiber, Jonasson (1994, p. 118) questiona: para que postular um sentido ao nome próprio se a impressão que se tem é que são desprovidos de sentido? Simplesmente para guardar o estatuto de signo linguístico e integrá-lo ao sistema da língua? Mas, continua a autora, numerosos linguistas já destacaram o caráter excepcional do nome próprio. Outro problema da teoria de Kleiber (1981) levantado por Jonasson (1994) é que a tese não dá conta de explicar usos como *Eu me chamo Bernardo, Seu nome é Paulo*, etc., nem o uso vocativo. Em ambos os casos, não é possível substituir o nome próprio pela fórmula *ser chamado nome próprio*.

Gary-Prieur (1994, p. 44) também aponta alguns usos que não são explicados pelo predicado de denominação, especialmente aqueles que, conforme a autora, provêm da multiplicação de imagens de um mesmo indivíduo, como em: “Inicialmente espalhadas, divididas entre todas as Toscanas que formam a Toscana, ela vai, pouco a pouco, se concentrar numa única Toscana (P.-J Rémy, *Toscanes*, p. 361)” (GARY-PRIEUR, 1994, p. 46)³⁶.

Jonasson ainda argumenta que, se Kleiber (1981) tem razão em considerar a teoria causal de Kripke insuficiente, parece ter aquele autor também se equivocado. Para a autora, o que falta, na descrição de Kripke, é uma explicação da capacidade dos falantes de selecionar o referente certo em um ato de referência efetuado por um nome próprio (JONASSON, 1994, p. 120). Tal constatação leva a autora a elaborar uma teoria de base cognitiva, segundo a qual é propriedade característica do nome próprio ele estar associado na memória estável a uma entidade individual e não a um tipo, a um conceito.

Nos textos de 1995 e 1996, Kleiber reconhece alguns pontos fracos da sua teoria de 1981, abandonando, como ele mesmo afirma, um dos pilares da sua tese, que é a ideia de que os nomes próprios são predicados. Na proposta de 1981, o autor defendia que o nome próprio corresponderia a um predicado de denominação *ser chamado /N/* (*être appelé /N/*) e que um nome próprio não articulado representaria a abreviação de uma descrição denominativa do tipo *le x appelé /N/*. Entre os méritos daquela proposta, Kleiber (1996) aponta o de permitir “um tratamento único para os nomes próprios não articulados e os nomes próprios articulados ou *modificados*³⁷” (p. 571).

³⁶ No original: “D’abord éparse, écartelée entre toutes les Toscanes qui font la Toscane, elle va peu à peu se concentrer sur une seule Toscane... (P.-J Rémy, *Toscanes*, p. 361)”.

³⁷ Nota-se que neste ponto Kleiber associa nome próprio modificado a nome próprio articulado. Essa maneira simplista de considerar a modificação do nome próprio será criticada por outros autores, o que se verá mais adiante.

Mas, entre as várias críticas à proposta de Kleiber, merece destaque a que questiona a presença do N na fórmula être *appelé* /N/. Se N representa um nome próprio, então seria um caso de outro nome próprio para explicar o primeiro, o que criaria os problemas explicitados por Wilmet (1995a): o enunciado *Eu me chamo Sócrates (Je m'appelle Socrate)* seria falso – uma vez que “meu nome não é o x que é chamado Sócrates” – ou redundante – porque teríamos a interpretação “Eu me chamo o x que é chamado Sócrates” (*Je m'appelle le x qui est appelé Socrate*) – e suscetível de leitura infinita – *eu me chamo [o x que é chamado {o x que é chamado < o x que é chamado >, etc., etc.}] Sócrates (je m'appelle [le x qui est appelé {le x qui est appelé < le x qui est appelé >, etc., etc.}] Socrate)*.

Após reconhecer os problemas da teoria, Kleiber (1995; 1996) abandona a tese de que os nomes próprios são predicados de denominação, mas mantêm a hipótese de um sentido de denominação para o nome próprio. Esse sentido de denominação não seria uma propriedade ou descrição do referente, mas um *sentido instrucional*: em suas palavras, seria a “instrução de procurar e de encontrar, na memória estável, o referente portador do nome próprio” (p. 573)³⁸.

Para rebater a crítica de que o sentido de denominação também se aplicaria aos nomes comuns, Kleiber (1996) afirma o seguinte: no uso dos nomes próprios, “a relação de denominação constitui o sentido do nome próprio”, porque ela é ao mesmo tempo uma relação de designação. Para o autor, nesse caso, a designação se faz sobre o modo denominativo. Já com os nomes comuns, segundo Kleiber (1996), a relação de denominação e a relação de designação não coincidem na maior parte das vezes. A designação, para os nomes comuns, se faria sobre o modo descritivo: se se deseja falar de sentido instrucional para o nome árvore, poder-se-ia dizer que árvore leva o ouvinte a buscar na memória estável “um x que tem as propriedades ou traços ou atributos definitórios ou prototípicos do conceito ou da categoria nomeada árvore”³⁹ (p. 576).

Em artigo posterior, Kleiber (2006) propõe-se a revisitar o tema dos nomes próprios *modificados*. O autor retoma os principais aspectos da versão *corrigida* de sua teoria sobre os nomes próprios formulada em Kleiber (1995; 1996), descreve as críticas de Noailly (2000) e as refuta. Logo, mantém a distinção binária

³⁸ Por sentido, o autor considera aquilo que está convencionalmente preso (*attaché*) à expressão, seu conteúdo intrínseco. Ainda para Kleiber (1995, p. 27), os nomes próprios seriam um símbolo denominativo: símbolos porque têm um sentido convencional e marcadores (*marqueurs*) denominativos, porque esse sentido leva a buscar na memória estável o referente portador do nome. (Cf. também Kleiber (2006; 2016).

³⁹ No original: “*arbre* invite a retrouver en mémoire stable un X qui a les propriétés ou traits ou attributs définitoires ou prototypiques du concept ou de la catégorie nommée *arbre*”.

entre nomes próprios nus, *standard*, ou *não modificados versus* nomes próprios *modificados*. Para defender que os nomes próprios *standard* não são definidos com relação aos nomes próprios *modificados*, Kleiber (2006, p. 38) afirma que a definição de nomes próprios *modificados* supõe a existência dos *não modificados*: “só se pode falar de nomes próprios *modificados* se há nomes próprios sobre os quais se pode exercer uma modificação”⁴⁰.

Entre os aspectos de sua teoria que são retomados, estão: o abandono da tese do *predicado de denominação*; a manutenção do sentido de denominação para os nomes próprios (sentido instrucional e não descritivo); a ideia de que os nomes próprios não podem remeter às instâncias (*instances*) espaço-temporais dos indivíduos, ou seja, os nomes próprios não modificados só se aplicam ao indivíduo enquanto acumulador de tais instâncias – daí a necessidade do uso *modificado* chamado de *fracionamento, imagem, fase* ou *manifestação*. Em trabalho mais recente, Kleiber (2016) mantém os principais postulados da sua teoria sobre o sentido de denominação do nome próprio e busca demonstrar que *denominação* e *categorização* são duas noções que legitimam a diferença entre nomes próprios e nomes comuns.

Com respeito ao uso do termo *modificado*, Gary-Prieur (2005) procura evitá-lo, porque esse termo introduz, segundo a autora, a ideia de que o nome próprio não é mais verdadeiramente ele mesmo. Além do mais, argumenta que a *modificação* de que tratam os linguistas é sintática, ou semântica, ou semântica e sintática e, normalmente, não se diz o que está modificado e como⁴¹. Nesta obra, também não adotamos o termo *modificado*. No capítulo 4 deste livro, discutimos os casos em que os antropônimos podem receber, dentro do sintagma antroponímico, determinantes ou elementos pospostos, o que pode ou não implicar em mudança na referência. Voltamos a este assunto no capítulo 7 deste livro, no qual

⁴⁰ No original: “on ne peut parler de noms propres modifiés que s’il y a déjà des noms propres sur lesquels peut s’exercer une modification”.

⁴¹ Outro problema relacionado ao uso da expressão *nome próprio modificado* é apresentado por Noailly (2000, p. 22), que critica a oposição entre *nome próprio modificado* e *nome próprio não modificado*, alegando que é curioso que Kleiber designe os nomes próprios referenciais (ordinários) – que são os mais frequentes na língua – por meio de uma denominação indireta e negativa. Por isso, defende que seria mais lógico adotar a sugestão de Flaux (1995, p. 65), segundo a qual sealaria em *nomes próprios e empregos derivados dos nomes próprios*. A crítica de Noailly (2000) é pertinente e foi reconhecida inclusive por Kleiber (2006, p. 40), o qual, como já foi apontado anteriormente, mantém o rótulo *nome próprio modificado* e alega ser difícil adotar um par de denominações que não seja criticável.

mostram-se as mudanças de nome próprio a nome comum e sua contribuição para a constituição do léxico da língua portuguesa do Brasil.

5.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Para finalizar este capítulo, o quadro abaixo expõe as principais características semânticas dos antropônimos, elaboradas a partir do exposto nas seções anteriores.

Quadro 5.1 – Características semânticas do antropônimo

1. Permite ao falante fazer referência direta a um ser humano – esta referência pode se dar independentemente da presença de outros elementos no sintagma em que é usado.
2. Pressupõe um *batismo inicial*, ou seja, uma nomeação em que se estabelece a relação entre indivíduo e nome.
3. Constitui um designador rígido, nos termos de Kripke.
4. Não pode ser reduzido a descrições definidas sobre o portador do nome.
5. Não apresenta traços semânticos identificadores de classe (cf. cap. 2).

SEMÂNTICA DOS NOMES PRÓPRIOS – PARTE 2

Perder nuestro nombre es como perder nuestra sombra; ser sólo nuestro nombre es reducirnos a ser sombra. La ausencia de relación entre las cosas y sus nombres es doblemente insoportable: o el sentido se evapora o las cosas se desvanecen.

Octavio Paz

No capítulo anterior, foram apresentadas importantes correntes de estudos sobre os nomes próprios, decorrentes dos estudos lógicos e filosóficos. De um lado, há pesquisas linguísticas baseadas nessas correntes, porém, de outro lado, há outras que as extrapolam, se opõem a elas ou são independentes. O objetivo deste capítulo é apresentar um panorama dessas últimas, ou seja, mostrar a diversidade de pontos de vista adotados nos estudos linguísticos sobre a definição e a conceituação dos nomes próprios, de modo que o leitor possa ter uma visão global do assunto.

Ao longo deste capítulo, retomamos importantes questões teóricas sobre a definição dos nomes próprios com base em Bréal e Saussure. Também são discutidos estudos linguísticos recentes que incorporam e transcendem o estudo do significado descritivo dos antropônimos, entre os quais se destacam os trabalhos de Marie Noëlle Gary-Prieur. Uma ponte entre aspectos linguísticos e sociais dos nomes próprios é apresentada a partir de Lyons e Ullmann.

6.1 O NOME PRÓPRIO DE PESSOA SEGUNDO BRÉAL

Michel Bréal (1832-1915) propõe que o desajuste entre *nome* e *coisa*, gerador de mudanças semânticas, tem, por origem, as “representações mentais individuais”

as quais, segundo Frege, não seriam objeto de estudo da Semântica, mas sim da Psicologia (SEIDE, 2006, p. 59). Ainda que, neste ponto, Bréal e Frege sejam incompatíveis, ambos compartilham a concepção referencialista da linguagem, pois o semanticista francês “parte do princípio de que, em sua origem, o nome carrega apenas uma das noções associada ao referente. Se, para o autor do ensaio, o referente é uma grandeza complexa que a linguagem não consegue abarcar, a referencialidade é externa à linguagem” (SEIDE, 2006, p. 59). De fato, ao final da segunda parte de seu ensaio, se lê:

[...] não há dúvida de que a linguagem designa as coisas de modo incompleto e inexato. Incompleto, porque não se esgotou tudo o que se pode dizer do sol quando se disse que ele é brilhante, ou do cavalo quando se disse que ele corre. Inexato, porque não se pode dizer do sol que ele brilha quando se escondeu, ou do cavalo que ele corre quando está em repouso ou quando está ferido ou morto (BRÉAL, 1992 [1904], p. 123).

De acordo com o semanticista francês, no exato momento em que um nome é criado, existe uma correspondência entre o que se pensou sobre o objeto designado e aquilo que o nome expressa, mas logo após este ato de criação, a cada uso linguístico, o nome passa a representar o que o usuário do idioma representou naquela instância, o que gera o desajuste entre nome e coisa, distanciamento que faz com que a palavra criada se torne, verdadeiramente, um signo:

Quando tomo as duas palavras, *compressibilité*, *immortalité*, tudo o que se acha na idéia, se acha na palavra. Mas se tomo um ser real, um objeto existente na natureza, será impossível a linguagem fazer entrar na palavra todas as noções que esse ser ou esse objeto desperta no espírito. A linguagem é obrigada a escolher. Entre todas as noções, a linguagem escolhe apenas uma: cria assim um nome que não tarda a se tornar um signo (BRÉAL, 1992 [1904], p. 123).

Bréal defende que, à diferença dos nomes comuns, nos nomes próprios, há uma relação unívoca entre nome e coisa e uma designação específica a seres individuais. Em virtude destas características, os nomes próprios seriam, para o autor, os mais significativos de todos, peculiaridade evidenciada pelas transformações semânticas decorrentes da transformação de nome próprio em nome comum e de nome comum em nome próprio:

Um adjetivo como *augustus*, tornando-se o nome de Otávio, sobrecarregou-se de uma quantidade de ideias que lhe eram primeiramente estranhas. Além disso, basta aproximar a palavra *César*, ouvida do adversário de Pompeu, e a palavra alemã *Kaiser*, que significa *imperador*, para ver o que um nome próprio perde em compreensão para se tornar um nome comum (BRÉAL, 1992 [1904], p. 126).

Por causa desta maior compreensão, os nomes próprios são, para Bréal, um signo de segunda potência:

[...] pode-se dizer que há só uma diferença de grau entre os nomes próprios e os nomes comuns. Eles são, por assim dizer, signos de segunda potência [...]. Se se classificam os nomes segundo a quantidade de idéias que despertam, os nomes próprios deveriam estar na frente, pois são os mais significativos de todos, sendo os mais individuais [...] pode-se concluir que, do ponto de vista semântico, os nomes próprios são os substantivos por excelência (BRÉAL, 1992 [1904], p. 125-126).

Apesar de não esclarecer o que entende pelo termo *segunda potência*, considerando que o nome comum teria potência 1 e o nome próprio, potência 2, podemos inferir que o nome próprio é um nome de um nome. Além das características de um nome comum (é nome de uma coisa), ele apresenta características próprias (designa um ser individualizado) (SEIDE, 2006, p. 55).

Tendo em vista a proposta de Bréal segundo a qual são os nomes próprios mais significativos que os nomes comuns, chega-se à conclusão oposta a que chegaram os defensores da teoria causal dos nomes próprios. Contudo, considerando que a carga semântica destes nomes se relaciona às conotações que podem ser associadas ao portador do nome, seu estudo é valioso para a investigação das funções literárias dos nomes próprios ficcionais, como se verá mais adiante no capítulo 8 deste livro. Outra visão diferente da tradição filosófica é a proposta saussuriana sobre a qual trataremos na próxima seção.

6.2 O SIGNO ANTROPONÍMICO PARA SAUSSURE E SUA RELAÇÃO COM OS NOMES PRÓPRIOS

Ao longo da obra editada por seus alunos Charles Bally e Albert Sechehaye, os quais se basearam em apontamentos tomados ao longo das aulas do autor genebrino Ferdinand de Saussure (1857-1913), há apenas uma menção aos nomes próprios, no capítulo relativo à analogia, estudada a partir da Linguística diacrônica. Considerando que a analogia supõe um modelo de imitação regular, Saussure teria concluído que:

[...] as únicas formas sobre as quais a analogia não tem poder nenhum são naturalmente as palavras isoladas, tais como os nomes próprios, especialmente os nomes de lugares (cf. *Paris, Genève, Agen* etc.), que não permitem nenhuma análise e por conseguinte nenhuma interpretação de seus elementos; nenhuma criação concorrente surgiu a partir deles (SAUSSURE, 1973 [1916], p. 201).

Desse ponto de vista, os nomes de lugares são palavras isoladas que não sofrem a ação da analogia por não formarem, com outras palavras do mesmo tipo, um modelo de imitação. Estudiosos dos manuscritos saussurianos, contudo, descobriram textos nos quais há outras menções aos nomes próprios, o que

sugere que os nomes próprios já faziam parte de seu objeto de estudo desde a época em que Saussure se dedicava às lendas germânicas.

Stefania Montes Henriques, especialista em Ferdinand de Saussure, teve acesso aos manuscritos originais. A leitura e análise dos trechos nos quais há menção aos nomes próprios levaram-na às seguintes conclusões:

[...] no manuscrito saussuriano “Notes Item”, podemos concluir que, em primeiro lugar, o nome próprio não foi excluído da teorização saussuriana, pelo contrário, há considerações importantes de Saussure nos manuscritos que elucidam a questão da relação entre os nomes e os objetos do mundo. Em segundo lugar, concluímos que criticar a concepção de língua enquanto nomenclatura não implica em negar que algumas categorias linguísticas exerçam a função de nomear objetos determinados no mundo. Isso é corroborado pelas considerações saussurianas a respeito do fenômeno da onímica¹ e dos nomes próprios (HENRIQUES, 2011, p. 9).

Sabe-se que, no *Curso de Linguística Geral* (CLG), Saussure criticara a teoria referencialista do significado, segundo a qual uma palavra remeteria àquilo que ela designa de modo direto, como se houvesse uma ligação direta entre as palavras e as coisas (cf. capítulo anterior). Defensor de um ponto de vista não referencialista, o linguista defendia, então, que a língua não é uma nomenclatura, mas sim um sistema de signos cujo significado surge internamente, de um lado, e psicologicamente, de outro. Assim, um signo une uma imagem acústica – resultante da interpretação dos sons da língua como fonemas – e uma representação conceitual – que é mental, psicológica, – cuja conceptualização se torna precisa pelo valor do signo em contraste com os outros e não entre uma palavra e a coisa por ela designada (SAUSSURE, 1973 [1916]).

As noções ora descritas poderiam fazer crer que o referente fica, *a priori*, excluído da teoria linguística postulada por Saussure, interpretação que não pode mais ser mantida quando se conhece o teor do manuscrito estudado por Henriques (2011). Cumpre esclarecer que, por se tratar de um manuscrito, há textos soltos e frases não revisadas por Saussure, pois não se trata de textos finais prontos para serem publicados, mas sim de textos esboçados. Há um trecho desse manuscrito em que Saussure menciona um terceiro elemento a compor uma tríade com o significante e o significado:

Quando está em questão alguma parte da língua sobrevém a *palavra* e o *sentido* (ou o signo e o sentido) como se isso resumisse tudo mas, além disso, exemplos de palavras como *árvore, pedra, vaca*, como *Adão que dá* (sic) [], ou seja, o que há de mais grosseiro na semiologia: o caso em que ela é (pelo acaso dos objetos que se escolhe para serem designados), uma simples onímica, ou seja, pois essa

¹ Henriques (2011) usa o termo *onímica*, como o faz Saussure no manuscrito, para se referir ao conjunto de nomes próprios.

é a particularidade da onímica no conjunto da semiologia, o caso em que há um *terceiro* elemento incontestável na associação psicológica do sema, a consciência de que ele se aplica a um ser exterior bastante definido em si mesmo para *escapar* à lei geral do signo² (HENRIQUES, 2011, p. 5).

Para que se entenda melhor o texto saussuriano, cumpre esclarecer o significado do termo *sema*, que era usado como sinônimo de *signo*, conforme nos explica Testenoire: “os semas – quer dizer, aquilo que Saussure chamará de signos no *Curso*”³ (TESTENOIRE, 2008, p. 1008).

O terceiro elemento a que se refere Saussure no trecho acima transcrito diz respeito à consciência, por parte do falante, de que o signo é utilizado para fazer referência a algo exterior a ele. Chilsea, outro estudioso dos manuscritos, assim explica o teor do trecho em tela:

Na associação do signo (ou do sema) entre significante e significado, há um terceiro elemento, a saber, não a coisa em si mesma, mas a consciência de que o sema aplica-se a um objeto exterior determinado, de maneira que, em virtude dessa relação com as coisas, o signo parece escapar às leis e relações da língua (CHILSEA, 2008, p. 13-14 *apud* HENRIQUES, 2011, p 6).

Os nomes próprios de lugar, explica Saussure em outro trecho do mesmo manuscrito, são uma exceção à regra, pois apresentam semas que seriam mais fixos do que aqueles que os nomes comuns apresentam:

Embora queiramos abordar o menos possível o lado ideológico do signo, é bem evidente que se as ideias de toda espécie oferecessem uma fixidez [...] Fixidez obtida somente pelos nomes geográficos. A ideia invariável é inflexível (sic) poderia ser considerada como coisa quimérica, os semas geográficos e os nomes próprios fazem exceção [...]⁴ (HENRIQUES, 2011, p. 7-8).

² No original: “Des qu’il ---- est question quelque part de la langue, on voit arriver le mot et le sens (ou le signe et le sens) comme si c’était ce que resume tout, mais en outre toujours des exemples de mot comme arbre, pierre, ciel, vache, *comme Adam donnent des* [] c’est-a-dire qu’il y a de plus grossier dans la sémiologie : le cas où elle est (par hasard des objets *qu’on choisit pour être* désignés) une simple onymique, c’est-a-dire, car là est la particularité de l’onymique dans l’ensemble de la sémiologie, le cas où il y a un troisième élément incontestable dans l’association psychologique du sème, la conscience qu’il s’applique à un être extérieur *qui deviant* assez défini en lui-même pour *comparer* échapper à loi générale du signe” [mantivemos as marcações tal como estão no texto original].

³ No original: “es “sèmes” - c’est-à-dire ce que Saussure appellera les signes dans le Cours”.

⁴ No original: “Quoique nous ne voulions aborder le moins possible le côté idéologique du signe, il est bien évident que si les idées de toute espèce offraient une fixité [] Fixité seulement obtenue par les noms géographiques. L’idée invariable et inflexible pouvant être considérée comme chose chimérique, les sèmes géographiques et *les noms propres* font exception en ce que...”

A partir do trecho ora transcrito e daqueles que o antecedem, embora, neste ponto, nossa interpretação se distancie da proposta por Henriques⁵, entende-se que os nomes próprios são diferentes dos nomes comuns porque, para os primeiros, há uma relação fixa, não variável e não sujeita a flutuações entre o signo e a ideia por ele suscitada, isto é, existe, por parte do usuário do idioma, a consciência de que o signo é utilizado para fazer referência a um ser exterior a ele, o terceiro elemento anteriormente mencionado.

Para Henriques, há um problema interpretativo suscitado pelo manuscrito em análise: saber por que, nos primeiros trechos, Saussure menciona nomes comuns e, ao final, nomes próprios:

[...] é válido afirmar que, se no início de suas considerações Saussure adota como exemplo nomes comuns, tais como *pedra, vaca, céu* etc., esses exemplos parecem ser abandonados no desenvolvimento de sua argumentação, visto que são substituídos pelos nomes geográficos e nomes próprios. Isso, talvez, explique o estranhamento que sentimos ao perceber que exemplos da mesma natureza daqueles utilizados no CLG – que evidenciavam a ordem própria da língua e a não interferência de uma ordem exterior – foram utilizados como exemplos do fenômeno da onímica (HENRIQUES, 2011, p. 9).

Do ponto de vista adotado por Saussure em seus manuscritos, coerentemente com as interpretações feitas dos trechos transcritos, esse problema não existe. Todos os signos linguísticos apresentam o terceiro elemento, porém, a consciência da existência de um objeto exterior a que remete o signo é mais fixa para os topônimos e para os antropônimos, mas variável e com flutuações de sentido para os nomes comuns. Tal ocorre porque, via de regra, os signos comuns podem ser usados para fazer referências a diversos indivíduos no mundo, enquanto os nomes próprios são usados, no ato de fala, para fazer referência a um ser específico, circunscrito a um determinado espaço, ou contexto.

A descoberta, divulgação e interpretação do manuscrito em tela mostra que o estudo dos nomes próprios faz parte do escopo pensado por Saussure para a Linguística e que a questão da referência não foi desprezada por ele, foi vista como um terceiro elemento formando uma tríade com o significante e o significado. Assim,

⁵ Para Henriques, a relação fixa é estabelecida com relação aos objetos a que se referem (HENRIQUES, 2011, p. 7), interpretação que conduz à impossibilidade de os nomes próprios apresentarem valor e os coloca num lugar à parte, uma vez que, para ela, “[...] os nomes próprios e geográficos, por oferecerem a propriedade de fixidez, fazem exceção ao que, poderíamos deduzir como as leis gerais dos signos e, ainda, constituem-se como invariáveis e infutuáveis na medida em que não se submetem às relações internas do sistema.” (HENRIQUES, 2011, p. 8).

segundo a proposta de Saussure no manuscrito, os nomes próprios se diferenciam dos nomes comuns porque, ao usá-los, aquilo a que se referem os signos está mais nítido e evidente na consciência do falante.

6.3 QUESTÕES SEMÂNTICAS RECENTES

Conforme já exposto, os nomes próprios não têm estado tão presentes nos estudos linguísticos quanto em outras áreas. Embora todos os pesquisadores citados nas seções anteriores tenham tratado de aspectos sobre essas categorias de nomes, somente nas últimas décadas passou a haver uma preocupação maior dos linguistas em estudar os aspectos semânticos, sintáticos, morfológicos, etc., dessa categoria de nomes. Como afirma Leroy (2004, p. 1): os linguistas “se reapropriaram do nome próprio, durante muito tempo abandonado à lógica, à antropologia ou à crítica literária”⁶.

A obra de Kleiber (1981), comentada no capítulo anterior, pode ser considerada um marco importante na história dos estudos linguísticos sobre os nomes próprios. Embora o autor trate de vários aspectos desses elementos (sintaxe, semântica, pragmática, etc.), interessa aqui a sua análise semântica, uma vez que é ela que abre novos caminhos para os trabalhos que lhe seguiram sobre os nomes próprios. Em Kleiber (1995, p. 12), o autor afirma que sua teoria oferece uma saída satisfatória ao dilema semiótico relativo ao sentido do nome próprio. Como seria possível explicar que um nome próprio, sendo um signo linguístico, não tivesse significado? Para o autor, conforme já exposto, o nome próprio tem o comportamento de um verdadeiro signo linguístico, comportando significante e significado.

Pouco depois da obra de Kleiber (1981), é publicado o trabalho de Molino (1982), que também cumpre papel importante na história dos estudos linguísticos sobre os nomes próprios. O autor situa o nome próprio em um campo intermediário entre o campo dêitico e o campo da representação. Àquele pertenceriam elementos como os pronomes pessoais e, a este, elementos como os nomes. Nesse aspecto, Molino diverge dos outros autores que enquadram o nome próprio na classe dos nomes, como o faz grande parte dos gramáticos e linguistas, e daqueles que o relacionam com os dêiticos (cf. também OSUNA GARCÍA, 2003)⁷.

⁶ No original: “se sont réapproprié le nom propre, pendant longtemps *abandonné* à la logique, l’anthropologie ou la critique littéraire” – cf. também Noailly (1999).

⁷ Flaux (1995), por sua vez, defende que o nome próprio não é uma subcategoria do nome e aproxima-o dos sintagmas nominais e principalmente dos pronomes.

Sob outro ponto de vista, Jonasson (1994, p. 17) considera que o nome próprio tem como função cognitiva fundamental nomear, afirmar e manter uma individualidade. Ainda segundo a autora, o nome próprio é “qualquer expressão associada na memória de longo prazo a um particular em virtude de um laço denominativo estável” (JONASSON, 1994, p. 21)⁸. O essencial, para ela, é que o particular associado ao nome seja sempre o mesmo.

Jonasson também discute a questão dos nomes próprios chamados de *modificados*. Como *modificados*, a autora considera aqueles nomes próprios que perdem sua característica única ou singular, típica do uso referencial chamado *prototípico*. Eles não teriam mais a função distintiva e identificadora e seriam então descritivos, classificadores ou caracterizadores.

Em uma primeira análise, parece ser coerente a divisão proposta, uma vez que ela resolveria, de certa forma, a questão amplamente discutida sobre a existência ou não de *sentido* do nome próprio. Ao propor uma separação entre os usos *modificados* dos *não modificados*, verifica-se que o tema não pode ser posto como: ausência ou presença de sentido, como muitas vezes se fez nos estudos lógicos, filosóficos ou linguísticos. Assim, é necessário considerar as diferenças de uso para poder explicar o funcionamento dos nomes próprios na língua, como será proposto adiante. Antes, porém, é necessário destacar a obra de Gary-Prieur, que, no mesmo ano de Jonasson (1994), publicou a *Grammaire du nom propre*.

Marie-Noëlle Gary-Prieur é uma linguista francesa que tem publicado várias obras sobre os nomes próprios. Dos seus vários trabalhos, podem ser destacados dois livros que discutem questões semânticas dos nomes próprios: *Grammaire du nom propre*, de 1994, e *L'individu pluriel: les noms propres et le nombre*, de 2001.

Gary-Prieur (1994) analisa diferentes usos do nome próprio nos enunciados e descreve o que chama de “competência específica” usada para interpretá-lo. Na primeira parte de sua obra, ao tratar do funcionamento semântico do nome próprio, apresenta algumas noções que merecem ser destacadas, como a de *referente inicial* e a de *conteúdo* do nome próprio.

A primeira é definida da seguinte maneira:

O referente inicial de um nome próprio em um enunciado é o indivíduo associado por uma pressuposição a esta ocorrência do nome próprio em virtude de um ato

⁸ No original: “Toute expression associée dans la mémoire à long terme à un particulier en vertu d’un lien dénominatif stable, sera donc un Npr”.

de batismo do qual o locutor e o interlocutor têm conhecimento (GARY-PRIEUR, 1994, p. 29)⁹.

Assim, ao utilizar um antropônimo, é necessário que tenha havido previamente um ato de batismo e que os interlocutores tenham conhecimento dessa associação prévia (GARY-PRIEUR, 1994, p. 28-29). Esse ponto se aproxima da teoria kripkeana apresentada no capítulo anterior.

A segunda noção é a de *conteúdo* (GARY-PRIEUR, 1994, p. 51):

Conteúdo do nome próprio

“o conteúdo de um nome próprio é um conjunto de propriedades atribuídas ao referente inicial desse nome próprio em um universo de crença”¹⁰.

Essas propriedades, complementa Gary-Prieur (2001, p. 78), não se encontram no léxico – pois para autora o nome próprio não tem sentido conceitual –, mas surgem da experiência associada pelos locutores com o referente do nome próprio. Conforme distingue em sua obra, o *conteúdo* não se confunde com o *conhecimento enciclopédico*, construído fora do discurso, tampouco com as *conotações*¹¹ do nome próprio, estas construídas sobre o signo e não sobre o referente, sendo um objeto de preocupação da Onomástica literária. Convém esclarecer um pouco mais as diferenças entre essas noções expostas pela autora.

O conhecimento enciclopédico, para Gary-Prieur (1994), seria representado pelas informações dos dicionários de nomes próprios, as quais não servem para compreender a ocorrência de um nome próprio em um enunciado. Um dos seus exemplos é o seguinte: *Tudo acontece como se Saddam Hussein, este Fausto moderno, tivesse escolhido a transgressão como modo de comportamento* (GARY-PRIEUR, 1994, p. 47)¹². De acordo com a análise que apresenta, é inútil recorrer a um dicionário para interpretar esse enunciado, uma vez que a relação

⁹ No original: “Le référent initial d’un nom propre dans un énoncé est l’individu associé par une présupposition à cette occurrence du nome propre en vertu d’un acte de baptême dont le locuteur et l’interlocuteur ont connaissance”.

¹⁰ No original: “Le contenu d’un nom propre est un ensemble de propriétés attribuées au référent initial de ce nom propre dans un univers de croyance”.

¹¹ Escrito em plural para, conforme a autora, não ser confundido com o termo *conotação* da lógica, usado especialmente por Mill.

¹² No original: “Tout se passe comme si Saddam Hussein, ce Faust moderne, avait choisi la transgression comme mode de comportement”.

estabelecida entre Saddam e Fausto não será compreendida por meio da leitura desse dicionário, mas sim por meio do próprio enunciado: Saddam é comparado a Fausto porque este também escolheu a transgressão como modo de comportamento (GARY-PRIEUR, 1994, p. 48). O que a autora está defendendo é que, para compreender um nome próprio, inclusive quando entra em jogo seu *conteúdo*, como no caso acima, não é necessário saber tudo sobre seu referente original.

Por outro lado, as *conotações*, tanto de nomes comuns como de nomes próprios, seriam compreendidas como um significado segundo, que pressupõe um significado primeiro. No caso dos nomes próprios, o significado segundo seria acrescido ao significado primeiro, estabelecido pelo *predicado de denominação*, conforme explicado no capítulo anterior. No exemplo *Um Mohamed não pode ser francês*, extraído de Gary-Prieur (1994, p. 53), a conotação do nome *Mohamed* seria ‘ser árabe’. De acordo com a autora, nada impede, no plano referencial, um Mohamed ser francês, mas o que ela deseja destacar é que o nome carrega um (ou mais) significado(s) (as *conotações* ou propriedades atribuídas ao nome enquanto unidade formal), culturalmente associado(s) a ele.

Para Gary-Prieur, o *conteúdo* é específico do nome próprio. A autora afirma:

[...] se os nomes comuns têm um sentido e eventualmente conotações, os nomes próprios têm um sentido e/ou conteúdo, e também em certos casos conotações. O *conteúdo* corresponde a um nível de descrição diferente das conotações: ele representa a inscrição do referente inicial no funcionamento semântico do nome próprio (GARY-PRIEUR, 1994, p. 57)¹³.

A discussão de noções como as anteriores leva a autora a distinguir três modos de funcionamento semântico do nome próprio (p. 58). O primeiro é chamado de *interpretação denominativa* e está fundado sobre o *sentido* – nos termos do predicado de denominação de Kleiber (1981) – do nome próprio (*Há um William na minha sala*¹⁴). O segundo representa a *interpretação identificadora*. Trata-se dos casos em que o nome próprio se encontra sem determinante e em posição referencial¹⁵, emprego considerado típico do nome próprio (*Cecília*

¹³ No original: “si les noms communs ont un sens et éventuellement des connotations, les noms propres ont un sens et/ou un contenu, et aussi dans certains cas des connotations. Le contenu correspond à un niveau de description différent des connotations : il représente l’inscription du référent initial dans le fonctionnement sémantique du nome propre”.

¹⁴ No original: “Il y a un William dans ma classe”.

¹⁵ É necessário lembrar que a autora está analisando exemplos do francês, em que os antropônimos são usados geralmente sem determinantes. Em outras línguas, como o português, o antropônimo pode ocorrer com ou sem artigo, conforme discutido no capítulo 4.

*está dormindo*¹⁶) (GARY-PRIEUR, 1994, p. 59). Por último, encontra-se a *interpretação predicativa*, fundada sobre o *sentido* e o *conteúdo* do nome próprio (*Pierre, este novo Zorro, se atirou sobre Marc; Me passe um Santo Antônio; Ela tem o estilo Madonna*¹⁷) (GARY-PRIEUR, 1994, p. 57) – nesse grupo, entram as interpretações metafóricas, metonímicas e qualificadoras.

Em obra posterior, Gary-Prieur (2001) propõe-se a explicar o que seria o paradoxo do plural de um nome próprio, tema abordado no capítulo 4 desta obra. O objetivo do livro da linguista é confrontar os enunciados em que os nomes próprios estão no plural com a definição de nome próprio como termo singular. O que a autora defende é que é possível oferecer uma descrição semântica do plural dos nomes próprios, a qual não implica uma renúncia nem à ideia de indivíduo nem à de nome próprio como operador de individualização (GARY-PRIEUR, 2001, p. 15).

Sobre a posição que adota acerca do sentido do nome próprio, a autora afirma que este se aproxima do artigo definido, na medida em que dá a instrução de identificar um objeto singular em uma situação dada (p. 10). Ainda conforme Gary-Prieur, o nome próprio se aproxima do demonstrativo, uma vez que designa um objeto do mundo diretamente, sem o intermédio de um conceito, contrariamente a uma descrição definida. Dessa forma, a autora propõe atribuir ao nome próprio um *sentido instrucional* – oposto a um sentido *conceitual* ou *descritivo* – semelhante ao de um determinante.

Gary-Prieur (2001, p. 23) ressalta que há uma tendência a considerar que nomes próprios no plural não são verdadeiramente nomes próprios. A autora supõe que essa tendência esteja ligada à ideia implícita de que um verdadeiro nome próprio se emprega sempre sem artigo. Mas o que ela defende é que o nome próprio – que pode aparecer em todas as estruturas possíveis para um SN – pode ser encontrado em um SN plural sem mudar de categoria e tornar-se um nome comum. Nesta obra, também se adota a posição de que um antropônimo em um SN plural não deve ser considerado um nome comum.

Para Gary-Prieur, o problema que se coloca é o da compatibilidade de um determinante comportando a ideia de plural e de um nome comportando a ideia de singular. A linguista mostra que, apesar de a interpretação do plural não se construir da mesma maneira em todos os SNs que comportam nome próprio, a ideia geral é que, “mesmo em um SN plural, um nome próprio conserva pratica-

¹⁶ No original: “*Cecily dort*”.

¹⁷ No original: “*Pierre, ce nouveau Zorro, se précipita sur Marc; Passe-moi un San Antonio; Elle a bien le style Madonna*”.

mente sempre sua especificidade de termo singular e que não há nenhuma razão para se construir o plural de um nome próprio com base no modelo do plural de um nome comum”¹⁸ (GARY-PRIEUR, 2001, p. 25). Ainda conforme a autora, a multiplicidade introduzida pelo plural não diminui em nada a singularidade inerente do nome próprio, argumentos que se adotam neste livro também.

Sobre o *nome de família*, Gary-Prieur (2001, p. 42) afirma que não tem a arbitrariedade de outros nomes próprios, porque não designa diretamente uma pessoa: ele a designaria como membro de uma família, que seria um indivíduo coletivo. O nome de família, da mesma maneira que o nome próprio, também teria, segundo a autora, um *conteúdo*, conforme definido abaixo, e seria uma categoria bem particular dos nomes de pessoas:

[...] o conteúdo de um nome de família é, com efeito, constituído por todas as propriedades que são (consideradas) comuns a todos os membros da família, cada membro tendo, por outro lado, as propriedades singulares que não têm nada a ver com o fato de pertecerem à família (GARY-PRIEUR, 2001, p. 42)¹⁹.

Considerando a análise exposta no capítulo 4, um nome de família acompanhado de artigo plural, como *os Mendes*, poderia ter, então, diferentes interpretações: a) a família Mendes em sua totalidade; b) o marido e a esposa de sobrenome Mendes (e seus filhos); c) os irmãos Mendes.

6.4 OUTRAS PERSPECTIVAS

John Lyons, linguista inglês cujas pesquisas influenciaram o estudo linguístico em vários países, havia proposto, em uma de suas primeiras obras, uma definição de nomes próprios oriunda da corrente lógica ao afirmar que, enquanto os substantivos comuns são termos universais, os nomes próprios são termos particulares ou singulares, pois:

[...] denotam alguma substância definida, individual [...]. Exemplos de proposições construídas de um termo particular e de um termo universal são: *Socrates is a man / Sócrates é um homem* [...] e *Socrates is wise / Sócrates é sábio* [...] e de uma proposição composta de dois termos universais *Men are wise / Os homens são sábios* (LYONS, 1979, [1968], p. 357).

¹⁸ No original: “même dans un GN pluriel, un nom propre conserve pratiquement toujours sa spécificité de terme singulier, et qu’il n’y a aucune raison de chercher à construire le pluriel d’un nom propre sur le modèle de celui d’un nom commun”.

¹⁹ No original: “le contenu d’un nom de famille est en effet constitué par toutes les propriétés qui sont (censées être) communes à tous les membres de la famille, chaque membre ayant par ailleurs des propriétés singulières qui n’ont rien à voir avec son appartenance à la famille”.

Anos mais tarde, o autor passa a adotar outra perspectiva, pela qual o estudo lógico do significado relaciona-se com o que ele chama de significado descritivo, o qual não dá conta de tudo o que pode ser investigado do ponto de vista da semântica, tendo em vista que Lyons também considera necessário o estudo do significado expressivo e do significado social da linguagem. O significado expressivo é assim descrito pelo pesquisador inglês:

O significado expressivo relaciona-se a tudo que estiver dentro do escopo da auto-expressão e pode subdividir-se, como aconteceu por diversos motivos, em diferentes tipos. Um deles, ao qual tanto críticos literários quanto filósofos moralistas dedicaram especial atenção, é o significado emotivo (ou afetivo) (LYONS, 1987 [1981], p. 108).

O significado social, por sua vez, é visto como interdependente do significado expressivo, mas relativo, especificamente, ao que “está ligado ao uso da língua para estabelecer e manter os papéis e relações sociais” (LYONS, 1987 [1981], p. 108). Fazem parte deste tipo de significado não apenas os enunciados pelos quais as pessoas se saúdam, pedem desculpas, etc., mas todos os usos linguísticos “que são moldados, limitados ou controlados por ‘normas socialmente impostas e reconhecidas’ e tem por função básica ‘lubrificar as engrenagens da interação social’” (LYONS, 1987 [1981] p. 108). Ao final, o linguista inglês pondera que, enquanto o significado descritivo é exclusivamente vinculado pelas línguas naturais, o social e o expressivo podem ser expressos por outros sistemas semióticos (LYONS, 1987 [1981], p. 108).

Considerando esta caracterização da semântica da língua, pode-se postular que, para além do estudo do significado descritivo dos antropônimos realizado no capítulo 5 deste livro, há o significado social e/ou significado expressivo dos antropônimos. Este tipo de significado será foco dos estudos interdisciplinares apresentados no capítulo 8.

Stephen Ullmann (1914-1976) é outro estudioso que se baseia no significado descritivo dos antropônimos. Ele defende o ponto de vista adotado por Mill, o precursor da teoria causal (cf. capítulo anterior), o que não impede de reconhecer a existência de sentidos conotativos nos nomes próprios. De acordo com Ullmann, se os nomes próprios são considerados isoladamente, isto é, fora de um contexto de uso, eles parecem nada significar. Contudo, ao serem usados para indicar pessoas ou lugares conhecidos pelos interlocutores, eles se tornam nomes repletos de conotações (ULMANN, 1965).

Ao longo deste capítulo, apresentamos enfoques que ultrapassam aqueles apresentados no capítulo 5 deste livro, que se desenvolveram a partir de desdobramentos dos estudos filosóficos da linguagem, com o objetivo de apresentar ao

leitor a pluralidade de enfoques semânticos possíveis. Para tanto, foram apresentados os enfoques de Michel Bréal, semanticista francês que propôs uma teoria alternativa à de Frege para os nomes próprios, as contribuições de Gary-Prieur para o estudo linguístico dos nomes próprios e os estudos de Lyons e Ullmann sobre o assunto.

6.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

A partir das discussões elencadas neste capítulo, apresenta-se abaixo um elenco dos pontos de vista defendidos pelos autores sobre a caracterização semântica dos antropônimos:

Quadro 6.1 – Definições sobre a semântica do antropônimo

1. Bréal defende que o nome próprio de pessoa é um signo de segunda potência, pois a ele podem se associar muitas conotações relativas ao seu portador.
2. Saussure diferencia o nome próprio do nome comum por, no primeiro caso, estar mais presente, na mente do falante, a consciência de que o signo remete a um objeto exterior a ele, havendo, então, uma relação mais fixa entre ambos.
3. Lyons defende que os nomes próprios se diferenciam dos comuns por carecerem de significado descritivo, porém, os nomes próprios podem ter significados expressivos, sociais e emotivos.
4. Ullmann pondera que as conotações que os nomes próprios podem ter não existem fora de contextos e dependem do conhecimento do falante sobre o lugar ou a pessoa a que se faz referência.
5. Kleiber adverte que os nomes próprios não apresentam um sentido lexical ou descritivo, mas podem ter um sentido denominativo ou instrucional.
6. Gary-Prieur argumenta que o nome próprio não possui sentido lexical, mas possui um conteúdo de caráter discursivo. Esse conteúdo não se confunde com o conhecimento enciclopédico a respeito do portador do nome próprio. Eventualmente, o nome próprio pode ter conotações.

ANTROPÔNIMOS E LÉXICO

– *Tiene cara de llamarse Esteban.*

Era verdad. A la mayoría le bastó con mirarlo otra vez para comprender que no podía tener otro nombre.

Gabriel García Márquez (*La increíble y triste historia de la Cándida Eréndira y de su abuela desalmada*)

Com base no conteúdo dos capítulos anteriores, chegamos à conclusão de que os nomes próprios não se comportam como outras unidades do léxico. Além disso, quando consultamos um dicionário geral, observamos que não há entradas para nomes como *Fernanda*, *Maurício*, *Santiago*, *Argentina*, etc. Elementos como esses são encontrados em obras de caráter enciclopédico, que podem, por exemplo, conter entradas como *Fernanda Montenegro*, *Maurício de Sousa*, *Montevidéu* (capital do Uruguai), *Argentina (República Argentina)*, etc. Enquanto nos dicionários gerais os nomes próprios podem fazer parte de definições dos verbetes, nos dicionários enciclopédicos, tais nomes constam, eles mesmos, como verbetes. Isso é o que mostra o Quadro 7.1, em que o nome próprio Karl Marx (entre outros antropônimos) integra a definição de *marxismo* do Dicionário Houaiss e é, ele mesmo, entrada na enciclopédia *Wikipedia*. Pelo caráter desta última, também conterà uma entrada para *marxismo*, mas o contrário não acontece, isto é, não será encontrada uma entrada para *Karl Marx* no dicionário de língua.

Quadro 7.1 – Exemplos de verbetes de dicionário geral e de enciclopédia

<i>marxismo</i>	<i>Karl Marx</i>
<p>substantivo masculino ECON, FIL, POL, SOC</p> <p>1 conjunto de concepções elaboradas por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) que, baseadas na economia política inglesa do início do s. XIX, na filosofia idealista alemã (esp. Hegel) e na tradição do pensamento socialista inglês e francês (esp. o chamado <i>socialismo utópico</i>), influenciaram profundamente a filosofia e as ciências humanas da Modernidade, além de servir de doutrina ideológica para os países autodenominados socialistas – cf. <i>materialismo histórico</i> e <i>materialismo dialético</i>.</p> <p>2 reunião dos movimentos de natureza política, econômica, social, cultural etc., fundamentados nessas concepções.</p>	<p>Karl Marx (Tréveris, 5 de maio de 1818–Londres, 14 de março de 1883) foi um filósofo, sociólogo, historiador, economista, jornalista e revolucionário socialista. Nascido na Prússia, mais tarde se tornou apátrida e passou grande parte de sua vida em Londres, no Reino Unido. A obra de Marx em economia estabeleceu a base para muito do entendimento atual sobre o trabalho e sua relação com o capital, além do pensamento econômico posterior. Publicou vários livros durante sua vida, sendo <i>O Manifesto Comunista</i> (1848) e <i>O Capital</i> (1867-1894) os mais proeminentes.</p>

Fontes: Dicionário Houaiss e *Wikipedia* (consultados em 29 abr. 2019).

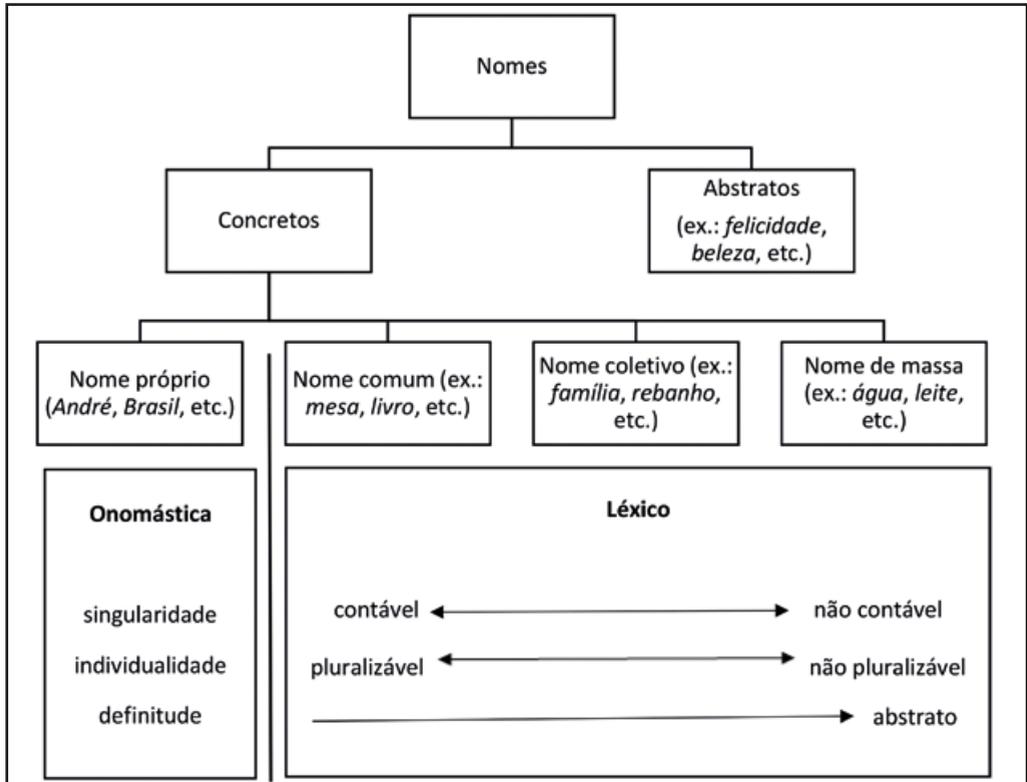
Pelo exposto anterior, costuma-se dizer que os nomes próprios não fazem parte dos dicionários. Mas essa afirmação deve ser interpretada com base apenas nas entradas lexicográficas. Em uma consulta rápida a um dicionário geral, encontramos entradas como *marxismo* (exemplificado acima), *darwinista* e *machadiano*. Tais unidades lexicais foram formadas a partir do nome de pessoas que tiveram grande influência no pensamento e nas ações de determinados grupos sociais. Suas ideias ou sua produção continuam a ser discutidas em diferentes áreas do conhecimento e, por isso, compreende-se que os derivados de seus nomes sejam recorrentes no uso e façam parte do conjunto de entradas dos dicionários.

Os nomes próprios podem ainda dar origem a unidades de diferentes categorias linguísticas, como *newton* (substantivo), *stalinista* (adjetivo) ou *galvanizar* (verbo), e, para a elaboração do verbete, o lexicógrafo precisará recorrer aos nomes próprios que lhe deram origem. Desse modo, pode-se dizer que os nomes

próprios fazem parte indiretamente de um dicionário de língua, pois são fonte de informações para acepções de um grande conjunto de entradas.

Em geral, quando um nome próprio dá origem a uma palavra que pertence ao léxico comum, esta adquire traços semânticos que permitem ao lexicógrafo incluir uma entrada (ou subentrada) em um dicionário e apresentar uma definição baseada em tais traços. A Figura 7.1, adaptada de Nübling, Fahlbusch e Heuser (2015, p. 28), mostra a posição dos nomes próprios com relação às unidades nominais do léxico comum. Podemos argumentar que, quando um nome próprio dá origem a um nome comum, começa a perder traços próprios de um nome próprio, como singularidade, individualidade e definitude, e passa, gradativamente, a adquirir traços de nome comum.

Figura 7.1 – Posição dos nomes próprios no sistema nominal



Fonte: Adaptado de Nübling, Fahlbusch e Heuser (2015, p. 28).

Neste capítulo, trataremos dos casos em que os antropônimos dão origem a unidades do léxico comum. Apesar de existirem vários trabalhos que se ocupam dos derivados de nomes próprios, há também muita confusão terminológica. Além das distintas formas com que se costuma nomear o processo de criação de

um nome comum a partir de um nome próprio (*transposição, transcategorização, lexicalização, comunização*), encontramos com maior frequência os termos *epônimo* e *deonomástico*. Na próxima seção, trataremos de questões terminológicas. Nas seguintes, serão analisados casos específicos.

7.1 ESTUDOS SOBRE OS ITENS LEXICAIS DERIVADOS DE NOMES PRÓPRIOS

Entre os trabalhos dedicados às palavras do léxico comum derivadas de nomes próprios, destacam-se aquelas que tratam dos *epônimos* e aqueles que falam dos *deonomásticos*. A seguir, fazemos alguns esclarecimentos terminológicos.

O termo *epônimo* tem sido utilizado com, pelo menos, dois significados. Por um lado, consideram-se *epônimos* aqueles seres que *dão* ou *emprestam* seu nome a alguma coisa. Por outro lado, são também chamados de *epônimos* os itens lexicais originados de nomes próprios. Vejam-se as definições do DAD para o substantivo *epônimo*:

1. Aquele ou aquilo (personagem mítico ou histórico) que dá o nome a qualquer coisa (país, cidade, povo etc.) ou pessoa, como p. ex. *Atena* > *Atenas*, *Rômulo* > *Roma*, *Bolívar* > *Bolívia*.
2. Denominação formada pelo nome de uma pessoa ou que o inclui, p. ex. *abreugrafia*, *Mal de Parkinson* (DAD, 2019, s. p.).

São poucos os trabalhos que tratam especificamente desse conjunto de nomes da língua portuguesa. Em geral, o que se tem são repertórios em que se apresenta uma lista de itens derivados de nomes de pessoas, de lugares, de marcas, etc. Neves (2004), por exemplo, contém um variado repertório eponímico, que inclui principalmente itens de origem antroponímica ou toponímica. Como a obra foi publicada em Portugal, muitos epônimos comuns naquele país são desconhecidos ou muito raros no português brasileiro. Oliveira Filho (2001) reúne e classifica palavras da língua portuguesa derivadas de antropônimos. Serviram de fonte para o autor o *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha (1986) e o *Novo dicionário da língua portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1986). Por ter se servido dessas fontes, a relação de epônimos do autor não inclui itens mais recentes que podem ser considerados eponímicos, tais como *barbie*, *mauricinho*, *patricinha*, etc.

Com base em critérios formais, há derivados em que se mantém a mesma forma do antropônimo original, dando lugar a substantivos e adjetivos, como *judas* < *Judas*; *amélia* < *Amélia*, etc. Por outro lado, há outros que fazem parte de um sintagma preposicionado, ou seja, pertencendo à es-

trutura: [_{SN1}[_{SPrep} de [_{SN2}[_{Det} Ø] [nome]]]]. São exemplos: *trompas de Falópio*; *doença de Chagas*; etc. Neste último caso, enquadram-se as unidades que são de grande interesse dos estudiosos da área da saúde (MELHEM, 1996; GEBARA; PUPO JÚNIOR, 1997), uma vez que nomeiam doenças, estruturas anatômicas, testes, etc.

Ainda nesse conjunto de derivados de nomes próprios, é possível analisar a relação estabelecida entre o sentido da forma derivada e a localização do referente inicial ou a alguma propriedade (ou produção) dele. Há formas que podem levar o usuário a uma imagem do referente inicial do antropônimo, como *don-juan* ou *quixotesco*, as quais remetem aos personagens da literatura espanhola Don Juan e Dom Quixote. Por outro lado, há aquelas que não levam o usuário da língua a uma imagem do referente inicial, mas simplesmente a um sentido já estabelecido na língua, como ocorre com *dar/fazer/levar a Elza*, ‘furtar’.

Podem ser mencionados os casos de expressões (ou mesmo provérbios) do português em que aparecem unidades de forma equivalente a antropônimos. São exemplos: *maria-gasolina*, *maria-mole*, *joão-ninguém*, *joão-teimoso*, *zé-ninguém*, *zé-prequeté*, etc. Convém ressaltar que, nesses casos, a maioria das ocorrências se dá com nomes bem comuns no Brasil: *José* (ou *Zé*), *João*, *Maria*, etc.

Os casos mais estudados são aqueles em que há uma derivação de caráter morfológico. Os nomes podem receber afixos para a formação de substantivos comuns ou adjetivos, formas que se enquadram no estudo da Deonomástica, tal como pesquisada por Monjour (2002), Rainer (1999; 2007; 2009), Santiago e Bustos (1999), Schweickard (1992), entre outros.

O termo *deonomástica* é um empréstimo do italiano *deonomástica*, título da obra de La Stella (1984): *Dizionario storico di deonomástica*. Para este autor, os deonomásticos são vocábulos que têm em comum serem derivados de um nome próprio. La Stella destaca que o termo surgiu em 1982, na revista *Le lingue del mondo*, que continha inclusive um artigo com o título: *Deonomastica: lo studio dei vocaboli derivati dai nomi propri* (LA STELLA, 1984, p. 7).

Schweickard (1992) apresenta algumas vantagens do uso do termo *deonomástica*. De acordo com o autor, ao se falar em *deonomástica*, em primeiro lugar, faz-se nítido que o estudo dos derivados de nomes próprios pertence à Onomástica e, em segundo lugar, o prefixo *de-* sugere o tema da pesquisa (derivados). Além do mais, ainda segundo o autor, esse termo ofereceria possibilidades para a criação de palavras como a que designa os derivados em geral (formações deonomásticas) ou as mais específicas, como *substantivos/adjetivos deantroponímicos*, *substantivos/adjetivos detoponímicos*, etc. Finalmente, o termo não apresentaria

complicações em outras línguas: *Deonomastik* (em alemão), *déonomastique* (em francês), *deonomástica* (em espanhol), etc. (SCHWEICKARD, 1992, p. 3)¹.

A breve descrição dos estudos acima permite observar uma diversidade de propostas terminológicas para unidades que, não pertencendo mais à categoria dos nomes próprios, têm origem direta neles. Nesta obra, não aprofundaremos nesse tema e chamaremos indistintamente de *formas derivadas* todas aquelas unidades que se originam de um nome próprio. Em se tratando de antropônimos, muitos trabalhos buscam observar a formação e produtividade dos elementos afixais que se unem aos nomes de pessoa para a formação de substantivos, adjetivos e até mesmo verbos. Boulanger e Cormier (2001, p. 36) afirmam que a palavra criada pelo processo de afixação adquire o estatuto de parte do discurso, como substantivo, adjetivo, etc., o que lhe confere automaticamente e obrigatoriamente um significado. A essa questão, voltaremos nas próximas seções.

7.2 A PRESENÇA DE DERIVADOS DE ANTROPÔNIMOS EM DADOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Conforme já apontado, nos dicionários que não são enciclopédicos, os nomes próprios se fazem presentes quando, entre as palavras escolhidas para fazerem parte do conjunto de verbetes de uma obra lexicográfica, há aquelas que são nomes comuns derivados de nomes próprios. Duas fontes deste tipo de nome são os nomes de invenções ou descobertas e os nomes de marcas. Para mostrar a presença desses nomes em obras lexicográficas, elencamos um conjunto representativo de nomes derivados e verificamos em dois dicionários monolíngues *online* – no *Dicionário Aulete Digital* (DAD) e no *Grande Dicionário Houaiss* (GDH) – se os nomes fazem parte dos verbetes das obras, como são grafados e classificados e se há convergência de informação entre eles.

Com relação ao DAD, é preciso que se saiba que este dicionário *online* é constantemente atualizado, e que, para os fins desta pesquisa, o dicionário foi consultado nos dias 2 e 3 de outubro de 2018. Conforme se esclarece na aba “O que é o Dicionário Aulete Digital”, “os verbetes novos (novas palavras e novos significados para palavras existentes) continuam em constante ampliação e atualização, inclusive com a colaboração dos usuários”. Com base nessas informações, é possível saber se o verbeito que está sendo lido é “tradicional”, “atualizado” ou “novo”. No primeiro caso, o verbeito aparece tal qual foi publicado até

¹ Para uma crítica a respeito do termo, considerando-se especialmente a diferença entre formas derivadas de antropônimos da própria língua e empréstimos, veja-se Monjour (2002, p. 102).

a década de 1980, quando esta obra lexicográfica contava com 200 mil verbetes. No segundo, houve uma modificação, mudança ou acréscimo na versão original do verbete. No terceiro, estão os casos em que o verbete é novo.

7.2.1 Nomes de invenções ou descobertas

Muitos nomes de invenção ou descoberta recebem os nomes de seus descobridores ou inventores. É comum, com o passar do tempo, as pessoas se esquecerem de que se trata de um antropônimo na origem do nome. No Quadro 7.2, é possível observar um conjunto de exemplos de antropônimos de pesquisadores que deram origem a nomes de unidades de medida.

Quadro 7.2 – Exemplos de antropônimos que deram origem a nomes de unidades de medida

Antropônimo	Pesquisador portador do antropônimo	Unidade de medida e símbolo
Ampère	André-Marie Ampère	ampère (A)
Celsius	Anders Celsius	grau Celsius (°C)
Hertz	Heinrich Rudolf Hertz	hertz (Hz)
Joule	James Prescott Joule	joule (J)
Newton	Isaac Newton	newton (N)
Ohm	Georg Simon Ohm	ohm (Ω)
Pascal	Blaise Pascal	pascal (Pa)
Volta	Alessandro Volta	volt (V)
Watt	James Watt	watt (W)

No Quadro 7.3, encontram-se exemplos de antropônimos que deram origem a nomes de partes da anatomia humana. Nesse caso, porém, a tendência da área é de se evitar os nomes derivados, especialmente pela falta de transparência do nome, ou seja, uma forma como *ducto de Wirsung* não possui o significado transparente que a correspondente *ducto pancreático principal* apresenta. A última coluna do quadro apresenta os nomes equivalentes, que são mais recomendados entre os estudiosos da área.

Quadro 7.3 – Exemplos de antropônimos que deram origem a nomes de partes da anatomia humana

Antropônimo	Pesquisador/ personagem	Nomes eponímicos	Nomes equivalentes
Bowman	William Bowman	cápsula de Bowman	cápsula do glomérulo renal
Wirsung	Johann Georg Wirsung	ducto de Wirsung	ducto pancreático principal
Adão	Adão (personagem bíblico)	pomo de Adão	proeminência laríngea
Aquiles	Aquiles (personagem mitológico)	tendão de Aquiles	tendão calcâneo
Eustachi	Bartolomeo Eustachi	trompa de Eustáquio	tuba auditiva
Faloppio	Gabriele Faloppio	trompa de Falópio	tuba uterina

Há, por exemplo, uma doença que degenera a memória do paciente e que se chama *Alzheimer*. No DAD, encontramos um verbete para essa palavra, a qual está grafada com letra maiúscula e a informação de que ela provém do antropônimo *Alois Alzheimer* (1864-1917), nome do médico alemão que identificou e descreveu a doença. Neste tipo de nomeação, a descoberta ou invenção recebe, como nome, o sobrenome do descobridor ou inventor:

sobrenome > nome próprio de invenção ou descoberta

No exemplo acima, a doença foi batizada pelo sobrenome de seu “descobridor”, porém, não é raro que a nomeação seja feita por uma locução formada por duas ou mais palavras. Este é o caso da síndrome descoberta por *Harvy Cushing* (1869-1939): a *síndrome de Cushing*.

Quando o nome é formado por mais de uma palavra, pode haver divergência no modo como cada dicionário o registra. Este é o caso, por exemplo, do nome de uma das invenções de Samuel F.B. Morse, que criou um código de sinais ou alfabeto que possibilitou o envio de mensagens curtas à distância

por via eletrônica. No GDH, encontramos o verbete *morse*, ao qual estão relacionadas duas acepções: a primeira como termo reduzido de *código Morse* e a segunda como termo reduzido de *telégrafo Morse*. No DAD, por sua vez, Morse é registrado como parte das locuções *alfabeto Morse*, *código Morse* e *telégrafo Morse*. Contudo, em todos os casos, registra-se o nome com maiúscula a lembrar que, em sua origem, *Morse* é um nome próprio.

No DAD, o tratamento dado aos nomes derivados que nomeiam invenções, contudo, não é homogêneo. No caso do sistema mecânico de escrita para cegos criado por *Louis Braille* (1809-1852), encontramos o verbete atualizado *braile/braille* a par da locução *alfabeto Braille* no verbete *alfabeto*. Chama a atenção, de um lado, a existência de variação gráfica conforme se mantém ou não a grafia do sobrenome do inventor, e a alternância entre letra maiúscula e letra minúscula, o que é um indício da natureza intermediária desse nome, embora no GDH a invenção seja registrada como *braile* ou *braille*, sempre com letra minúscula.

A falta de sistematização de grafia deste tipo de nome fica evidente nos casos dos nomes *grau Celsius* e *grau Fahrenheit*, que designam diferentes escalas de medição da temperatura ambiente. No DAD, encontramos o verbete *celsius*, com letra minúscula e acento, portanto, grafado como se fosse um substantivo comum. Já no GDH, existe um verbete grafado *Celsius*, com letra maiúscula e a informação de que se trata de um apositivo e a remissão à expressão *grau Celsius*, também com letra maiúscula. É interessante notar que, na parte do verbete em que se encontram as informações etimológicas, consta a informação de que este nome próprio faz parte do Vocabulário Científico Internacional. Nesta mesma rubrica está o nome *Fahrenheit*, oriundo do antropônimo *Gabriel Daniel Fahrenheit*, verbete no qual há remissão às locuções *grau fahrenheit* e *escala fahrenheit*. Diferentemente, no DAD, *Fahrenheit* faz parte do verbete *grau*, no qual se registra e define a locução *Grau Fahrenheit*, com letra maiúscula.

No caso do nome *volt*, unidade de medida de diferença de potencial elétrico criada por *Alessandro Volta* (1745-1827), há convergência nas informações fornecidas pelos dicionários: em ambos, o nome está grafado com letra minúscula. A mesma convergência foi encontrada para as locuções *trompa de Eustáquio* e *trompa de Falópio* – a primeira proveniente do antropônimo *Bartolomeo Eustachi* (1520-1574) e a segunda do antropônimo *Gabriele Fallopio* (1523-1562). Em ambas as obras, se registram esses nomes com a mesma forma gráfica, embora no Houaiss conste a informação atualizada segundo a qual a designação *trompa de Estáquio* foi substituída por *tuba auditiva* e *trompa de Falópio* por *tuba uterina*.

Como evidencia este último exemplo, as designações podem ser efêmeras. Também pode haver nomes de invenções que prestam homenagem a seu criador que se tornam nomes de marca, como é o caso de *Pilates*, que designa um tipo de fisioterapia criada por Joseph Hubertus Pilates (1880-1967), designação que recebe, no GDH, a classificação de marca registrada, assunto da próxima seção deste capítulo.

7.2.2 Nomes de marca

É bem conhecida a história da marca *Gillete*, uma lâmina de barbear descartável que, após certo número de usos, é descartada, ao contrário da antiga navalha. *Gillete* é o sobrenome de King Camp Gillete (1855-1932), inventor da lâmina de barbear (GARCÍA-CASTAÑÓN, 2001, p. 66). Esse sobrenome passou a ser marca da lâmina. No Brasil, o produto fez tanto sucesso, que se passou a chamar de *gilete* qualquer lâmina de barbear, mesmo que de outras marcas (BUENO, 2005, p. 77).

Há, no caso anterior, em primeiro lugar, um sobrenome empregado para nome de uma marca e, após algum tempo, para nome de produto. No exemplo que nos ocupa, trata-se de um nome que se tornou comum devido a ser usado para nomear produtos, o qual era, em sua origem, um nome próprio. Podemos observar esse processo de mudança abaixo²:

sobrenome > nome próprio de marca > nome de produto > nome comum

É interessante observar como este tipo de nome é registrado nos dicionários e como estes nomes estão grafados, com letra maiúscula ou minúscula. Outro aspecto que requer investigação é o tipo de significado que a palavra apresenta na língua, uma vez que o nome de marca costuma ser mais geral e menos preciso que o nome do produto. Embora esta precisão não exista mais quando a mesma palavra passa a ser usada para designar qualquer produto semelhante, independente da marca, ainda permanecem alguns traços do nome próprio que lhe deu origem. Outro ponto a considerar é que muitas marcas e muitos produtos fazem parte das mercadorias à venda em muitos países, contudo, o nome da marca pode

² Considerando ainda o processo de mudança lexical, é interessante verificar que o nome deu origem ao adjetivo *gilete*, que, conforme o DAD registra, possui o significado de “aquele que se relaciona sexualmente tanto com homens quanto com mulheres”.

variar muito de país para país e de língua para língua, bem como a quantidade de nomes de marca que se tornam nomes de produto.

Boulanger e Cormier mostram a existência de 192 nomes de marcas registradas na versão em CD-ROM do dicionário francês *Nouveau Petit Robert* de 1996, mas apenas 43 apresentam equivalentes na língua portuguesa brasileira. Esclarecemos que não se consideram, aqui, os nomes de marcas que são nomes de produto no Brasil, mas não na língua francesa, como é o caso, inclusive, do nosso exemplo acima. Selecionamos alguns nomes dessa lista e verificamos em dicionários de língua portuguesa se o significado deles estava registrado como acepção *tradicional* (ou seja, de acordo com as primeiras edições do dicionário), *atualizada* ou *nova*. No primeiro caso, o verbete aparece tal qual foi publicado até a década de 1980, quando esta obra lexicográfica contava com 200 mil verbetes. No segundo, há uma modificação, mudança ou acréscimo na versão original do verbete. No terceiro, estão os casos em que o verbete é novo. Pesquisamos os nomes que também fazem parte do repertório lexical do português do Brasil e verificamos no DAD e no GDH se eles aparecem como verbetes de dicionário e se há convergência de informação entre eles.

Quando se comparam as informações do DAD com as do GDH, chama a atenção o modo como cada obra faz referência ao que foi considerado pelos pesquisadores franceses como nome de marca registrada. No DAD, há mais variação de termos – designação comercial, nome comercial e nome de marca. A palavra *celofane* é classificada como designação comercial do francês *cellophane*, já a palavra *fôrmica* é classificada como uma marca comercial e a palavra *lurex* como uma marca registrada. No GDH, os nomes de marca são classificados como marca registrada ou marca comercial: a unidade *polaroide* é classificada como marca comercial, já o item *pyrex* o é como marca registrada.

Enquanto alguns nomes de produtos são recentes – como indica o fato de a maioria desses nomes constar em “verbetes novos” do dicionário –, outros caíram em desuso. Este é o caso do nome *vespa*, para designar um tipo de moto. No DAD, este termo consta como “verbeta original” numa aba separada, uma vez que, no verbete atualizado, esta acepção foi retirada.

As informações mais detalhadas de alguns dos verbetes revelam que são sugeridas ortografias diferentes para indicar quando se trata de nome de marca registrada e quando se trata de nome de produto. Enquanto, no primeiro caso, indica-se a grafia com letra maiúscula e também a manutenção da grafia original da língua estrangeira de onde provém a marca, no segundo, aconselha-se a grafia com letra minúscula. Esta solução lexicográfica para diferenciar nome de marca

do nome de produto evidencia que se devem considerar os primeiros como nomes próprios e os segundos como nomes derivados. Aplicando-se a regra sistematicamente, teríamos como diferenciar a marca de banheira *Jacuzzi* de *jacuzzi* como nome de produto, da mesma forma ficariam diferenciadas *Martini* como nome de marca de produto, de *martini* como nome de um tipo específico de bebida:

(1) Jacuzzi x jacuzzi

(2) Martini x martini

Chama a atenção, também, haver poucas convergências em comparação com a pesquisa francesa. Da lista inicial de 23 nomes de produtos, também existentes no mercado brasileiro, 8 estão classificados pelo DAD e 11 pelo GDH como marcas registradas. Destes nomes, apenas os dois citados acima, *Martini* e *Jacuzzi*³, estavam registrados, nos dicionários brasileiros, consultados como marcas registradas.

7.2.3 Nomes comuns derivados de antropônimos ficcionais

Os antropônimos ficcionais são nomes de personagens literários, de filmes e de minisséries ou então de seres mitológicos. Alguns desses nomes foram incorporados ao léxico do idioma como adjetivos que, inicialmente, faziam referência às qualidades da personagem ou ser mitológico que lhe deu origem. Analisamos a seguir três desses nomes – *hercúleo*, *homérico* e *quixotesco* –, com base nas informações fornecidas por dois dicionários monolíngues gerais da língua portuguesa que estamos utilizando neste capítulo, o DAD e o GDH. Com o objetivo de tentar reconstituir a evolução semântica dos derivados destes nomes na língua portuguesa do Brasil, nos pautamos na ordenação das acepções constantes nos dicionários e nas tendências históricas de mudanças semânticas propostas por Bréal (1992 [1904]). Também usamos o *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2016) para um levantamento estatístico de dados do uso contemporâneo.

No DAD, todos os adjetivos derivados de nomes próprios fazem parte de verbetes atualizados, o que significa que acepções já existentes foram atualizadas ou que novas acepções foram acrescentadas. A definição e o significado dos verbetes do DAD convergem com os do GDH: em ambos há exemplos de

³ Como nome de produto, *jacuzzi* se refere a um tipo de banheira e *martini* a uma bebida alcoólica.

substantivos que costumam se combinar com os adjetivos, o segundo fornece informações mais detalhadas sobre como e de que maneira houve o primeiro registro *escrito dessas palavras*.

No DAD, temos a informação de que o adjetivo *hercúleo* costuma ser utilizado com substantivos como *tarefa* e *lutador*, já nos exemplos do GDH o adjetivo é usado com substantivos como *força*, *vigor*, *homem* e *trabalho*. Comparando as obras, percebemos que a ordenação das acepções está invertida, pois a primeira acepção do DAD equivale à última do GDH, isto porque, enquanto a atualização do verbete do DAD se pautou pela frequência de uso, em GDH estão ordenadas segundo o critério histórico.

A Tabela 7.1 exibe os substantivos que mais combinam com *hercúleo* de acordo com os dados do *Corpus do Português*, versão Web/Dialetos. Assim, as colocações mais frequentes são: *esforço hercúleo*; *trabalho hercúleo*; *desafio hercúleo*; *empenho hercúleo*.

Tabela 7.1 – Principais substantivos que combinam com *hercúleo* em dados do Corpus do Português

Substantivo	Frequência
esforço	129
trabalho	83
desafio	15
empenho	3

Fonte: *Corpus do Português* (Web/Dialetos).

Como sabemos, *hercúleo* tem por origem o ser mitológico Hércules, conhecido por sua força e bravura. No GDH, encontra-se a informação de que o primeiro registro escrito encontra-se em *Os Lusíadas*, de Camões; data, portanto, de 1572. Então o adjetivo era usado, especificamente, para fazer referência às qualidades de Hércules ele mesmo ou de qualidades equivalentes de outras personagens fictícias. Nesta acepção primeira, fica evidente a manutenção das conotações atribuídas ao portador do nome, tendo em vista as características da personagem.

Assim, por extensão de sentido (BRÉAL, 1992, p. 88; SEIDE, 2006, p. 72-75), o adjetivo passou a ser usado para caracterizar tarefas ou ações cuja execução requer um agente com as qualidades de Hércules, dando origem a locuções como *tarefa hercúlea*, *força hercúlea*, *vigor hercúleo*. Fruto de uma posterior

extensão de sentido, o que se considera de difícil execução também passou a ser caracterizado como hercúleo, *um trabalho hercúleo*, por exemplo. Também, um homem semelhante a Hércules em força ou vigor pode ser chamado de *homem hercúleo*. Embora nestas últimas acepções permaneça a relação semântica com o antropônimo que lhe deu origem, não se trata mais de algo relativo a Hércules propriamente dito, mas sim a algo que é comparável ou equivalente às qualidades dele. Percebe-se, neste caso, que a extensão de sentido se deu por metáfora, mediante um raciocínio comparativo, e que houve certo distanciamento do significado original do adjetivo.

O mesmo fenômeno ocorreu com o adjetivo *homérico*. Seu primeiro registro na língua portuguesa escrita, segundo o GDH, data de 1543, quando foi publicada a obra *Comédia Eufrosina* de Jorge Ferreira Vasconcelos. Para este verbete, o GDH esclarece que o adjetivo já existia na língua latina (*homerīcus*), que foi fruto de empréstimo linguístico da palavra grega *homērikós* e que, no latim, o adjetivo era usado especificamente para se referir a coisas ou qualidades relativas a Homero. Na língua portuguesa, o sentido da palavra se estendeu. Primeiro, para obras literárias que apresentavam o mesmo estilo das obras atribuídas a Homero, como em *poemas homéricos*. Em seguida, passou a ser usado como sinônimo de extraordinário, desmedido, como em *festa homérica*, depois com um sentido mais geral que quase não mais se relaciona com as qualidades equivalentes às obras de Homero, mas a tudo aquilo que é considerado grandioso e excessivo, como em *gargalhadas homéricas* e *mentiras homéricas*.

A Tabela 7.2 apresenta os substantivos que mais se combinam com *homérico* nos dados do *Corpus do Português*.

Tabela 7.2 – Principais substantivos que combinam com *homérico* em dados do *Corpus do Português*

Substantivo	Frequência
período	14
hino	11
herói	10
porre	7

Fonte: *Corpus do Português* (Web/Dialetos).

Nem tão distanciado de sua acepção original, o adjetivo *quixotesco* se recobre, atualmente, de diferentes sentidos, conforme a característica da pessoa que

está em jogo. Deriva do nome da personagem Dom Quixote (esp.: *Don Quijote de la Mancha*), criado por Miguel de Cervantes (1547-1616). No DAD, a primeira acepção do adjetivo (neste verbete as acepções parecem obedecer a um ordenamento histórico) descreve o significado da palavra mediante uma descrição da personagem fictícia: “personagem idealista, ingênuo, romântico e um tanto alienado”.

Assim como aconteceu com os adjetivos *homérico* e *hercúleo*, por extensão de sentido, o adjetivo passou a ser usado para caracterizar pessoas e coisas semelhantes à personagem como em *projeto quixotesco*. Neste caso, a característica da personagem selecionada é seu caráter utópico, sonhador, pouco realista. Já em “num gesto *quixotesco*, estendeu a capa sobre a poça para ela passar” (GDH), o que é relevante para o contexto é o caráter romântico da personagem revelado em como ele tratava a sua amada no romance cervantino. Em todas as acepções derivadas, mantém-se um elo semântico com o antropônimo que lhe deu origem, ao contrário das últimas acepções dos adjetivos *hercúleo* e *homérico*.

A Tabela 7.3 relaciona os substantivos que mais se combinam com *quixotesco* nos dados do *Corpus do Português*.

Tabela 7.3 – Principais substantivos que combinam com *quixotesco* em dados do *Corpus do Português*

Substantivo	Frequência
espírito	6
cavaleiro	4
gesto	3
herói	3
ato	3

Fonte: *Corpus do Português* (Web/Dialetos).

Outra fonte de nomes derivados vem das palavras que designam teorias, doutrinas e crenças e são formadas pelo nome de seus líderes ou criadores, tema da subseção a seguir.

7.2.4 Nomes de teorias, doutrinas e crenças

De acordo com o exposto anteriormente, os nomes próprios podem receber afixos (em geral, sufixos) que dão origem a itens do léxico comum, como substantivos (*marxismo*), adjetivos (*getulista*) e verbos (*galvanizar*). Formas como

essas têm sido objeto de estudos da área denominada *Deonomástica* (cf. discussão terminológica na seção 7.1).

No conjunto de tais estudos, Cabré *et al.* (2000) analisam dados do espanhol e do catalão. As autoras observam que os dados de ambas as línguas são bem parecidos e estabelecem três grupos de sufixos segundo sua produtividade. No grupo dos sufixos mais produtivos, estão *-iano / -ià*; *-ismo / -isme*; e *-ista / -ista*. Em seguida, vêm os sufixos de mediana produtividade, entre os quais estão *-esco / -esc* e *-izar / -itzar*. Por fim, se encontram os improdutivos, que nem sempre coincidem entre as línguas, como *-flia*, *-ino*, etc., para o espanhol.

Ao tratar da derivação nominal em dados do espanhol, Rainer (1999) afirma que o grupo formado pelo sufixo *-ismo* se caracteriza por expressar opiniões ou posicionamentos que podem ser religiosos, filosóficos ou políticos. No caso da língua portuguesa, para o gramático Said Ali (1971, p. 243), teria sido um movimento intelectual ocorrido na França nos séculos XVIII e XIX o responsável não só por ter influenciado a língua culta, que adotou grande número de vocábulos estrangeiros, mas também por tornar o sufixo *-ismo* apto a produzir novas palavras no português. Segundo o mesmo autor, o sufixo, entre outras funções, serve para dar nomes a doutrinas religiosas, filosóficas, políticas, artísticas (*darwinismo*, *gongorismo*, *byronismo*). A Tabela 7.4 apresenta os antropônimos e suas respectivas formas derivadas com *-ismo* mais frequentes no *Corpus do Português*:

Tabela 7.4 – Antropônimos e respectivas formas derivadas com *-ismo* mais frequentes *Corpus do Português*

Antropônimo	Personalidade/ personagem	Derivado	Posição no corpus	Número de ocorrências
Marx	Karl Marx	marxismo	28	6.045
Buda	Buda	budismo	39	4.619
Narciso	Narciso (personagem mitológico)	narcisismo	115	1.368
Satanás	Satanás (personagem bíblico)	satanismo	117	1.300
Darwin	Charles Darwin	darwinismo	142	1.123
Calvin	João Calvino	calvinismo	164	867
Sade	Donatien Alphonse François de Sade	sadismo	171	841
Salazar	António de Oliveira Salazar	salazarismo	182	782
Lula	Luiz Inácio Lula da Silva	lulismo	186	774
Masoch	Leopold von Sacher-Masoch	masoquismo	193	728

Fonte: *Corpus do Português* (Web/Dialetos).

A respeito de *-ista*, Said Ali (1971, p. 244) afirma que sua primeira aplicação se deu para os partidários das doutrinas e dos sistemas denotados pelos itens com *-ismo*. Convém destacar que existe uma relação estreita entre *-ista* e *-ismo*. Pharies (2002, p. 358), ao comentar a evolução desses sufixos, afirma que, aos derivados em *-ιστής* do grupo que engloba ‘partidário de’ corresponde quase sempre um substantivo em *-ισμός* para designar a prática ou doutrina correspondente. Seu exemplo é *Λακωνιστής* (‘partidário dos lacônios’, ‘imitador dos lacônios’) / *Λακωνισμός* (‘imitação dos lacônios’).

Rainer (1999, p. 4.622), em sua análise de dados do espanhol, destaca que *-ista* é usado com mais frequência com nomes de políticos (*González* > *gonzalista*). O mesmo se aplica ao português. Consultando as 500 formas mais frequentes terminadas em *-ista* e observando as que são derivadas de antropônimos, verifica-se que a maioria corresponde a derivados de nomes de políticos ou de pensadores, como *salazarista* < *Salazar*, *marxista* < *Marx*, *leninista* < *Lênin*, *estalinista* < *Stalin*, *lulista* < *Lula*, *chavista* < *Chávez*, *trotskista* < *Trotsky*, *castrista* < *Castro*, *hitlerista* < *Hitler*, *chauvinista* < *Chauvin*, *zapatista* < *Zapata*. Nesse conjunto, encontram-se também aqueles do meio religioso, como *budista* < *Buda*, *calvinista* < *Calvin*; da literatura, como *narcisista* < *Narciso*; ou do meio científico, como *darwinista* < *Darwin*.

Para a análise de *-iano* e *-ano*, é preciso levar em conta que alguns autores não diferenciam tais sufixos. Pharies (2002, p. 81), por exemplo, inclui *-iano* na entrada de *-ano*. Rainer (2009), por sua vez, é um dos autores que os diferenciam, postura também adotada por Amaral e Costa (2011). De acordo com estes autores, formas como *clariceana* e *borgeano* atestam que *-ano* pode ser autônomo em relação a *-iano*. De qualquer forma, *-iano* é considerado o sufixo por excelência na formação de derivados (RAINER, 1999, p. 4.621). Um levantamento de dados lexicográficos realizado por Amaral (2011c) mostrou que o *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (DEHLP), versão 1.0, publicado em 2009, apresentava 169 derivados de antropônimos em *-ista*, superando quantitativamente o número de derivados com todos os outros sufixos. O Quadro 7.4 apresenta uma amostra de derivados em *-iano* no dicionário citado, com informações a respeito do antropônimo de origem e do portador do antropônimo.

Quadro 7.4 – Amostra de derivados de antropônimos presentes no DEHLP

Derivados	Antropônimo de origem	Informações sobre o portador do antropônimo
abeliano ¹	Abel	Personagem da Bíblia
abeliano ²	Niels Henrik Abel	Matemático norueguês (1802-1829)
agostiniano	Santo Agostinho	Bispo, teólogo e filósofo argelino (354-430)
alencariano	José de Alencar	Escritor, jornalista e político brasileiro (1829-1877)
anatoliano	Anatole France	Escritor francês (1844-1924)
anaxagoriano	Anaxágoras	Filósofo grego (c. 500 a. C. - 428 a. C.)
anselmiano	Anselmo	Teólogo e filósofo italiano (1033-1109)
aquiliano	Aquiles	Personagem da mitologia grega
arquiloquiano	Arquíloco	Poeta grego (680 a.C.? - 645a.C.?)
arquimediano	Arquimedes	Físico e matemático grego (287 a.C. - 212 a. C.)
arturiano	Rei Artur	Personagem literário europeu
augustiniano	Santo Agostinho	Bispo, teólogo e filósofo argelino (354-430)
bachiano	Johann Sebastian Bach	Músico alemão (1685-1750)
baconiano	Francis Bacon	Político e filósofo inglês (1561-1626)
balzaquiano	Honoré de Balzac	Escritor francês (1799-1850)
baudelairiano	Charles Baudelaire	Poeta francês (1821-1867)
beethoveniano	Ludwig van Beethoven	Músico alemão (1770-1827)
bergsoniano	H. L. Bergson	Filósofo francês (1859-1941)
bilaquiano	Olavo Bilac	Poeta brasileiro (1865-1918)
blondeliano	Maurice Blondel	Filósofo francês (1861-1949)
bocagiano	Manuel Maria Barbosa du Bocage	Poeta português (1765-1805)
bolivariano	Simón Bolívar	Militar e político venezuelano (1783-1830)
booliano	George Boole	Matemático e filósofo britânico (1815-1864)
boreliano	Émile Borel	Matemático e político francês (1871-1956)
brechtiano	Berthold Brecht	Dramaturgo e poeta alemão (1898-1956)

Ao analisar dados de 2010 da seção *Política* do jornal *Folha de S.Paulo*, Amaral e Costa (2011) identificam os seguintes sufixos *-ano*, *-ato*, *-esco*, *-iano*, *-ista*, *-ismo*, *-izar*, *-ar*. Embora sejam poucos os dados encontrados, os mais produtivos (*-iano* e *-ista*) seguem a tendência já observada por outros autores, sendo o último o sufixo por excelência para os políticos. Desse modo, têm-se *euclidiano* (< *Euclides*), *machadiano* (< *Machado*), *lulista* (< *Lula*), *getulista* (< *Getúlio*). Os dados dos autores revelam que, no campo da política, o sufixo *-ismo* é muito mais produtivo no espanhol que no português, cunhando-se termos como: *chavismo* (< *Chávez*), *franquismo* (< *Franco*), *kirchnerismo* (< *Kirchner*), etc.

Em estudo com derivados de nomes de líderes políticos da América do Sul presentes em jornais no período de 01/09/2008 a 31/08/2010, Amaral (2011b) identifica uma grande quantidade de formas derivadas, embora pouca variedade de sufixos. No caso de derivados do nome *Lula* no jornal *Folha de S.Paulo*, o autor identificou *luliano*, *lulismo*, *lulista*, *lulês* e *lulólogo*, os dois últimos de caráter mais irônico (AMARAL, 2011b, p. 413). Os nomes dos presidentes que tomaram posse depois de Lula também seguem gerando derivados na imprensa, como *dilmista* (< *Dilma*) e *bolsonarista* (< *Bolsonaro*). O tema, entretanto, carece de novas pesquisas.

Como recorda Bajo Pérez (2002, p. 94) – e conforme evidenciamos anteriormente –, alguns adjetivos que nascem como adjetivos de relação (*hercúleo*, *sádico*, *platônico*, etc.) chegam a ser usados como adjetivos qualificativos. Obviamente, não se está mais diante de antropônimos, mas sim de palavras que, em muitos casos, os falantes vão passando de geração em geração sem relacioná-las com o portador original, tal como apontado no início deste capítulo.

Os resultados apresentados aqui são muito incipientes e mostram que existe um campo amplo de pesquisa. Monjour (2002, p. 101) é um dos autores que já comentou a questão e chegou a afirmar que em termos de pesquisa deonomástica (e sobretudo de deantroponomástica), o português é um parente pobre da linguística românica. Esperamos que as breves análises apresentadas neste capítulo possam suscitar uma ampliação de pesquisas com dados do português brasileiro.

7.3. SÍNTESE DO CAPÍTULO

No Quadro 7.5, é exposta uma síntese do conteúdo tratado neste capítulo.

Quadro 7.5 – Síntese do capítulo 7

1. Há diferenças no modo como os nomes próprios e os nomes comuns são usados nos dicionários de língua: os primeiros podem integrar os verbetes, mas não constituem as entradas, contudo há entradas que são nomes comuns derivados de nomes próprios.
2. Os derivados de antropônimos perdem as características prototípicas dos nomes próprios originais, a saber: singularidade, individualidade e definitude.
3. Nomes de descobertas, invenções, teorias, marcas e produtos frequentemente são formados por nomes derivados de nomes próprios.
4. Há vacilações no uso de letras iniciais maiúsculas na grafia de derivados de nomes próprios nos dicionários.
5. Nos casos de nomes de marca, eles podem, com o uso, se tornar nome de produto quando passam a apresentar todas as características de um nome comum.
6. Em decorrência do modo como os produtos são comercializados e nomeados, o repertório de nomes de produto derivados de nomes próprios varia muito de país para país e de uma língua para outra. Além disso, enquanto há nomes que caem em desuso, outros são criados constantemente.
7. Uma solução lexicográfica para diferenciar nomes de marca de nomes de produto está no uso de maiúscula para os primeiros e de minúscula para os segundos.
8. Nomes ficcionais também são fonte de nomes derivados, nesses casos costuma haver extensão de sentido e pode se perder o elo semântico existente com a personagem que deu origem ao nome.
9. Teorias, doutrinas e crenças costumam receber os nomes de seus criadores.
10. A existência de nomes derivados em obras lexicográficas mostra a contribuição dos nomes próprios para a ampliação do léxico da língua portuguesa do Brasil.

ANTROPÔNIMOS E OUTRAS ÁREAS

[...] pois uma personagem pode ter diversos nomes, conforme o caso, pode ser designada pelo primeiro nome, pelo apelido, pelo sobrenome ou pelo patronímico e, também, por coisas como 'a viúva de Jan' ou 'o atendente do cerealista'. Mas o que importa são os detalhes físicos que o romance sublinha, as unhas ruídas de Bronko, a pelagem nas faces de Brigd, assim como os gestos, os utensílios manejados por um e outro, o martelo de carne, o escorregador de agrião, a espátula de manteiga, de modo que toda personagem receba uma primeira definição segundo seu gesto ou atributo, ou melhor, é sobre isso que se deseja obter mais informações, como se a espátula de manteiga já determinasse o caráter e o destino de quem no primeiro capítulo manipula um utensílio desses, e como se, a cada vez que a personagem reaparecesse no curso do romance, você, Leitor, se preparasse para exclamar: 'Ah, é aquela da espátula de manteiga!', forçando assim o autor a atribuir-lhe atos e eventos relacionados a essa espátula inicial.

Italo Calvino

(Se um viajante numa noite de inverno)

Ao longo deste capítulo, apresentamos maneiras alternativas de se estudar os antropônimos, para além do foco adotado nos capítulos anteriores, de caráter mais linguístico. Quando um estudo é feito de modo unidisciplinar, o referencial teórico, a metodologia e os objetivos estão totalmente conforme o que já se estabeleceu numa disciplina específica, no nosso caso, a Linguística, em seus diferentes modelos teórico-metodológicos. Quando o estudo apresenta uma natureza multidisciplinar, uma disciplina é auxiliada por outra, mas não há um enriquecimento epistemológico ou teórico recíproco. Se o estudo é interdisciplinar, as relações são bidirecionais e ambas as disciplinas se enriquecem (SEIDE, 2016b). É este enriquecimento mútuo que caracteriza as pesquisas apresentadas neste capítulo, que se centra no uso ficcional dos nomes próprios de pessoa e na escolha antroponímica em contextos migratórios.

8.1 ANTROPÔNIMOS E LITERATURA

A Antroponomástica literária se volta ao estudo dos antropônimos fictícios que são criados em obras literárias. Nos estudos voltados à crítica literária, esse estudo costuma ser parte das análises literárias e, frequentemente, se atrela ao estudo de como determinado autor caracteriza determinada personagem. Do ponto de vista da Linguística, interessa saber se e como a criação e o uso desses nomes são diferentes dos antropônimos reais. Ao longo desta seção, são descritos alguns usos de nome ficcionais em comparação com os nomes reais, com base na noção linguística de norma e, ao final, refletimos sobre as especificidades do estudo da antroponímia ficcional.

A norma, nível de abstração intermediário de descrição linguística proposto por Coseriu (1967), procura dar conta, também, dos usos literários da linguagem. A norma literária pode ser entendida como a norma de um autor ou a norma de uma época ou escola literária. Assim como na descrição de usos não literários, é comum a existência de várias normas concomitantes; na literatura, quando surge uma nova escola literária, o que ocorre não é a mudança abrupta do gosto estético, mas sim uma norma que, a princípio, é secundária e limitada a um autor ou a um grupo minoritário de autores que vai se tornando, a partir de um dado momento, uma norma hegemônica. No caso de obras de transição, inclusive, há a existência simultânea de características da escola vigente e daquela que está surgindo.

Outra consideração necessária diz respeito à peculiaridade da linguagem literária, toda ela baseada no poder simbólico da linguagem. A capacidade criadora da linguagem tão bem percebida e potencializada pelos literatos é o que motiva a comparação clássica entre o divino e o artístico e o dito segundo o qual a arte imortaliza. Sobre esse assunto, Osman Lins afirma, numa espécie de epígrafe a uma subseção ou *mistério* do conto “Retábulo de Santa Joana Carolina”:

Duas vezes foi criado o mundo: quando passou do nada para o existente; e quando, alçado a um plano mais sutil, se fez palavra. O caos, portanto, não cessou com o aparecimento do universo; mas quando a consciência do homem, nomeando o criado, recriando-o portanto, separou, ordenou, uniu. A palavra, porém, não é o símbolo ou reflexo do que significa, função servil, e sim o seu espírito, o sopro na argila. Uma coisa não existe realmente enquanto não nomeada [...], a palavra, sendo o espírito do que – ainda que só imaginariamente – existe, permanece ainda, por incorruptível, como o esplendor do que foi, podendo, mesmo transmigrada, mesmo esquecida, ser reintegrada em sua original clareza. Distingue, fixa, ordena e recria: ei-la (LINS, 1994, p. 98).

Nessa epígrafe, Osman Lins chama a atenção, em primeiro lugar, para o poder recriador da palavra, cuja posse possibilita ao homem organizar o caos do universo. O artista, detentor do poder da palavra, cria ou recria o mundo: se Deus é o criador do universo, o artista o recria para representá-lo. O poder simbólico da arte também cria o que não existe. No caso da arte literária, a palavra não espelha o mundo como se fosse um reflexo do mundo, ela cria um mundo imaginário, por isso a palavra é “o sopro na argila”, o “espírito do que [...] só imaginariamente [...] existe”. A linguagem literária cria personagens, pessoas que só existem no mundo inventado pelo artífice da palavra. Enquanto, no mundo real, o aparecimento do ser acarreta a necessidade do registro que o faz ingressar na ordem do humano, no mundo fictício, o nome é responsável pela introdução da personagem na obra literária num papel destacado e específico, diferentemente dos casos nos quais uma personagem não tem nome, enquanto outras são nomeadas ou quando nenhuma personagem é nomeada.

Esta seção, conforme adiantado, trata da nomeação de personagens na literatura. Sobre esse tópico, descrevem-se, a seguir, como ilustração e não com a pretensão de esgotar o assunto ou fazer pesquisa minuciosa sobre determinado autor ou época, diferentes possibilidades observadas em textos literários: usos baseados na etimologia dos nomes; usos baseados na norma linguística e usos transgressores da convenção linguística. Também serão analisados, a partir de Kempinska (2011), exemplos contidos na obra de Paulo Leminski.

8.1.1 Usos baseados na etimologia

Em muitas obras literárias, os nomes das personagens, aí incluídos todos os tipos de nome: prenome, sobrenome, apelidos, etc., são escolhidos pelo autor com base no seu significado etimológico, motivo pelo qual a análise etimológica desses nomes revela informações importantes para a caracterização das personagens e, às vezes, até para o desvendamento do desenvolvimento do enredo. Nesses usos etimológicos, se o leitor conhece a etimologia dos nomes, algo lhe é revelado sobre as características da personagem, inclusive quando o significado etimológico vai de encontro às características da personagem.

Um exemplo de uso baseado na etimologia pode ser encontrado no estudo empreendido por Câmara (2007) sobre como Machado de Assis nomeia suas personagens. Em seu artigo, dedicado a nomes de personagens em *Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, a autora explicita o funcionamento literário dos antropônimos nos seguintes termos:

[...] o artista nomeia os personagens da maneira como o faz ou por apresentar uma sensibilidade linguística apurada, ou por proceder a um batismo, mais, ou menos, intencional. A percepção e a apreensão desse instrumento possibilitaram aquilo que se deve chamar de leitura sensível, podendo mesmo o leitor desconfiar da gratuidade da presença de certas escolhas feitas pelo autor [...] Intenção e linguagem passam, pois, a estabelecer um forte elo, numa estreita relação entre conteúdo e forma. Apresentar o personagem só pelo prenome, só pelo sobrenome, pelo nome completo, pelo hipocorístico constitui traço revelador das intenções do autor (CÂMARA, 2007, p. 3).

Referindo-se especificamente às obras machadianas, Câmara parte do pressuposto de que:

[...] nomear um personagem não é um procedimento aleatório no texto machadiano. A escolha do nome, ao contrário, faz-se, conscientemente ou não, em função do papel que o autor lhe destina. O nome próprio passa, então, a ser mais um ponto observado pelo leitor, cabendo a este perceber e decodificar as diversas intenções possíveis, de modo a processar, de forma adequada, as informações nele contidas (CÂMARA, 2007, p. 3).

Câmara mostra que, nas obras estudadas, a relação entre as características da personagem e o nome ou nomes pelas quais é nomeada pode dar-se de duas formas: pelo símile ou pela ironia.

No primeiro caso, há convergência entre o significado etimológico e as peculiaridades do portador do nome; no segundo, há uma inversão irônica. Como exemplo da primeira possibilidade, pode ser citada a semelhança total entre o nome e as características de Capitu:

[...] hipocorístico de Capitolina, traz, em sua personalidade, marcas explícitas do conteúdo significativo de seu nome. À semelhança dos deuses soberanos, que usavam como recurso o dom da arte e da astúcia, capaz de cegar, de ensurdecer, de paralisar os adversários e de arrebatá-los [...], Capitu usava a astúcia e a dissimulação como forma de dirigir sua vida e, aos olhos de Bentinho, tal procedimento beirava a fronteira da falsidade, algo que não era de todo confiável (CÂMARA, 2007, p. 5).

Para melhor entendimento de sua análise, é preciso retomar o significado etimológico de *Capitulina*. Segundo Guérios, este prenome remonta ao cognome romano utilizado como epíteto de Júpiter, *Juppiter Capitolinus*, por este deus ser adorado no Capitólio (GUÉRIOS, 1981, p. 85). Saber este significado remete o leitor à mitologia romana e a comparar as características de Júpiter com as de Capitu.

Outro nome de personagem com características convergentes com o étimo citado por Câmara é o de Lobo Neves, cujo significado etimológico ativa os semas de animalidade, ferocidade e frialdade (CÂMARA, 2007, p. 4).

Um exemplo de relação irônica é o da personagem do primeiro amor do protagonista de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Virgília, cujo significado etimológico é o de:

“a virgem, a cândida, a pura” [que], foi, ironicamente, o grão pecado da juventude de Brás. Pureza e pecado, uma relação paradoxal, bem expressa o perfil psicológico da personagem, um “diabrete angélico”, no dizer de Brás. A facilidade de dissimular, de disfarçar marca, de forma categórica, o personagem em questão (CÂMARA, 2007, p. 4).

Outro exemplo, entre os citados, é o da personagem Eugênia:

Eugênia, a “flor da moita”, ironiza o significado de seu nome. Tal prenome provém do grego “de origem nobre, de alto nascimento”, acrescida a idéia de “ciência que estuda as condições mais propícias ao aprimoramento da raça”, identifica um ser que resulta de um relacionamento não reconhecido socialmente entre Dona Eusébia e Dr. Vilaça, mais próxima da condição de bastarda do que da situação de alguém nobre de nascimento, além de ser coxa de nascença, sem, desse modo, aprimoramento da raça (CÂMARA, 2007, p. 4).

Os usos de nomes de personagens ora descritos mostram casos nos quais a escolha é etimologicamente motivada, haja convergência, haja ironia entre as características da personagem e o significado etimológico do nome escolhido. Os usos baseados na etimologia não se restringem a Machado de Assis nem ao Realismo e configuram a forma canônica e tradicional de se nomear personagens fictícias.

Outra norma surge de usos nos quais a escolha é motivada por uma intenção de mimetizar os nomes vigentes na época e o lugar de ambientação da obra literária, conforme se mostra a seguir.

8.1.2 Usos baseados na norma linguística

Os usos baseados na norma linguística pretendem reproduzir, na obra literária, os usos vigentes, estratégia que ajuda a criar a verossimilhança do texto literário. Há que se ressaltar, contudo, que a pesquisa desta norma requer que possa ser feito um paralelo entre o uso real e o uso fictício dos nomes de pessoa. Infelizmente, a falta de estudos antropônimos sistemáticos no Brasil dificulta a realização deste tipo de estudo na Literatura Brasileira. Não é este o caso da literatura de língua inglesa: há, nos países anglófonos, uma longa tradição de estudos antropônimos em geral e estudos voltados à antroponímia literária em particular. Ao longo desta seção, apresentam-se alguns resultados de pesquisas de Alastair Fowler sobre a literatura inglesa.

Segundo Fowler (2008), diferentemente dos nomes usados na vida real, os nomes literários não são herdados, eles precisam ser descobertos ou inventados. Para transpor este obstáculo, muitos escritores escolheram nomes a partir de listas preexistentes. Este costume não é recente. Remonta de William Shakespeare, que se inspirou na obra *Remains*, de William Camden, a Charles Dickens, que elaborava listas de nomes com várias alternativas. Um exemplo recente desta utilização é o de Henry James, que costumava elencar nomes que apareciam no jornal *The Times* para futura utilização em seus romances (FOWLER, 2008, p. 99).

Ainda que haja autores cujos nomes de personagens sejam morais ou lendários, outros como Fielding e Samuel Richardson usam nomes fictícios que estão relacionados com a contemporaneidade de cada autor. A fim de evidenciar esta tese, Fowler argumenta que, na tragédia grega, os nomes das personagens eram simples em obediência a uma convenção: na Antiguidade, os atenienses usualmente tinham apenas um nome, assim como os nomes das personagens cômicas de Aristófanes, segundo estudos empreendidos por Anne Barton (BARTON, 1990 *apud* FOWLER, 2008).

Também obedecendo à convenção então adotada, a ficção elizabethana está repleta de nomes completos. Fundamentado em pesquisas sobre antroponímia medieval, afirma o pesquisador que a mesma situação ocorria naquela época – os nomes fictícios mimetizando os nomes reais: num condado inglês, por exemplo, foram registradas seis pessoas chamadas *Ribald* (FOWLER, 2008, p. 101).

Segundo demonstram suas pesquisas, nos séculos XVI e XVII, também havia nomes fictícios forjados nos moldes dos nomes reais, mesmo que, hoje em dia, eles pareçam ter sido inventados:

Quase todos os nomes puritanos em Jonson vieram da vida real. Tanto que *Zeal of the Land* é próximo do nome da obra de Bardsley *Zeal for God* (com a utilização de “com Deus” para aplacar os censores). Tais nomes são hoje vistos como invenções alegóricas, mas muito da vida real era alegórico no século XVI. Camden lista *Mauger, Original e Imago saeculi*, além de *Faith, Fortitude, Grace e Temperance*: todos como eram realmente utilizados¹ (FOWLER, 2008, p. 101-102).

¹ No original: “Almost every Puritan name in Jonson came from real life. Thus, *Zeal of the Land* is close to Bardsley’s *Zeal for God* (with ‘God’ replaced to placate censors). Such names now seem allegorical inventions; but much of real life was allegorical in the sixteen century. Camden lists *Mauger, Original, and Imago saeculi*, besides *Faith, Fortitude, Grace, and Temperance*: all as actually used”.

Após tratar de nomes de personagens em obras recentes, em que a escolha dos nomes se pautava por outros critérios, conclui Fowler que é arriscado generalizar, afirmando que:

[...] quando as modas e as convenções de nomeação mudam ao longo do tempo, com elas mudarão o uso dos nomes na literatura. Pode-se dizer, pelo menos, que os nomes literários têm, frequentemente, funções estratégicas, organizando temas e associações e fornecendo uma interface entre os mundos fictícios e históricos² (FOWLER, 2008, p. 112).

A impossibilidade de generalização tem a ver com o fato de a escolha de nomes fictícios não se pautar por uma única norma. Na subseção anterior, foram descritos usos etimológicos de nomes fictícios, nesta foram apresentados usos pautados pela convenção linguística contemporânea à obra. Na seção seguinte, são apresentados usos transgressores da convenção linguística.

8.1.3 Usos transgressores da convenção linguística

Em seu artigo “Nomes próprios em Paulo Leminski”, Olga Kempinska, professora de Literatura da Universidade Federal Fluminense (UFF), mostra que o autor curitibano rompe as fronteiras existentes entre os nomes próprios e os nomes comuns ao expor os primeiros a mutações gráficas e semânticas que resultam na debilitação, parcial ou total, da capacidade de os nomes próprios identificarem e classificarem os seres a que se referem, capacidade por ela chamada de “economia de identificação e de classificação” (KEMPINSKA, 2011, p. 245).

Ela assim diferencia os usos do antropônimo na vida cotidiana e na literatura em prosa da seguinte maneira: enquanto, no cotidiano, há univocidade do uso do antropônimo, uma vez que o nome se refere de modo unívoco a um ser único, na prosa, o antropônimo é o lugar “do questionamento da continuidade” do processo de referência (KEMPINSKA, 2011, p. 245).

Entendemos que a continuidade da referência é consequência de se pressupor que os nomes próprios sejam unívocos, em um determinado universo, isto é, façam referência a um único indivíduo no mundo, desde que um gesto batismal tenha atribuído dado nome próprio a determinado sujeito, continuidade que garante a referenciação ao longo do processo narrativo.

² No original: “When fashions and conventions of naming change over time, and with them the use of names in literature. But at least we can say that literary names have often strategic functions, organising themes and associations, and providing an interface between fictive and historical worlds”.

Outras características prototípicas citadas por Kempinska são as de apresentarem sentido literal, serem totalmente distintos dos nomes comuns, não havendo ambiguidade entre eles (KEMPINSKA, 2011, p. 238); serem, os nomes próprios, semanticamente opacos (KEMPINSKA, 2011, p. 237); além de serem facilmente identificados pelo uso de letra inicial maiúscula (KEMPINSKA, 2011, p. 239). Outra característica importante dos nomes próprios está na diferenciação entre nomes de pessoas em geral, nomes de autores, pseudônimos utilizados por autores e nome próprio de personagens (KEMPINSKA, 2011, p. 242). Para uma descrição mais aprofundada e detalhada sobre as características e os tipos de nomes próprios de pessoas, remetemos o leitor ao capítulo 3 deste livro, dedicado à tipologia dos nomes próprios de pessoas.

Kempinska fundamenta sua concepção de nome próprio prototípico, cotidiano, normal, com os estudos de Lévi-Strauss sobre o assunto. Para Lévi-Strauss, a nomeação, além de servir para identificar o nomeado, revela algumas características do nomeador:

A escolha, parece, só está entre identificar o outro, determinando-lhe uma classe, ou, a pretexto de lhe dar um nome, identificar-se a si mesmo através dele. Portanto, nunca se nomeia, classifica-se o outro, se o nome que se lhe dá é função das características que possui, ou classifica-se a si próprio, se acreditando-se dispensado de seguir uma regra, nomeia-se outro “livremente”, ou seja, em função dos caracteres que se possui (LÉVI-STRAUSS, 1977, p. 204, *apud* KEMPINSKA, 2011, p. 235).

Conforme mostra a análise de Kempinska, Leminski tenta minimizar a capacidade classificatória dos antropônimos, enumerando-os de modo aparentemente aleatório, mas com o cuidado de misturar nomes reais, nomes fictícios, nomes familiares e nomes comuns, mescla cujo efeito de sentido está baseado na capacidade de os usuários do idioma distinguirem vários tipos de antropônimos, conforme a categoria que é alvo da referência estabelecida por cada um.

Esta técnica de mesclar vários tipos de antropônimos e confundi-los com nomes comuns é feita através da enumeração – uma enumeração feita para ordenar de modo a extinguir seu caráter único, encenando sua permutabilidade (KEMPINSKA, 2011, p. 236). Essa técnica foi utilizada no romance *Agora é que são elas* (LEMINSKI, 1984), no trecho em que o narrador elabora uma lista de convidados para o seu suicídio:

Deste lado, os entes imaginários mais queridos, mamãe, papai, o professor Propp, tia Verônica, a doutora Margaret, a namorada do Marcelo, as irmãs Consuelo, o filho do seu Djalma, o Eusébio e a Sheila e toda a família de Mário. Isso sem falar nos Tavares

de Lima, nos Cabral de Mello, nos Cavalcante Proença, os da Silva Ramos, os Pereira Carneiro, os Leitão da Cunha, os Loyola Brandão, isso sem falar naqueles outros lá, que estão olhando, com uma cara pedincha, esperando entrar na lista a qualquer momento.

Deste lado, as pessoas de carne e osso: King-Kong, Bruce Lee, Greta Garbo, O Homem Que Ri, O Velho E O Mar, Jesse James, Erik Leif o Vermelho, Madame Bovary, Hugh Selwyn Mauberley, Moby Dick, El Cid, Kublai Kã, Corisco, Rett Butler, Gregory Peck, Rrose Sélavy, a hipótese, Drácula, a medusa. D. Sebastião, o quadrado da hipotenusa, a felicidade universal, things like that. (LEMINSKI, 1984, p. 36 *apud* KEMPINSKA, 2011, p. 234).

Outra técnica descrita pela professora de literatura joga com a motivação semântica dos antropônimos. Seu uso pode dar-se em duas direções: de um lado desapropria os nomes, tornando-os comuns, de outro, é criada uma motivação fictícia do nome próprio (KEMPINSKA, 2011, p. 236).

A técnica de tornar comum um nome próprio é, muitas vezes, acompanhada de trocadilhos com outros nomes comuns. No exemplo reproduzido a seguir, são criados “trocadilhos com os nomes de escritores, escrevendo-os com uma letra minúscula e aproveitando sua semelhança sonora com nomes comuns” (KEMPINSKA, 2011, p. 239). A seguir, a reprodução de um poema no qual essa técnica é utilizada.

não creio
fosse maior
a dor de dante
que a dor
que este dente
de agora em diante
sente
não creio
que joyce
visse mais numa palavra
mais do que fosse
que nesta pasárgada
ora foi-se
tampouco creio
que mallarmé
visse mais
que esse olho
nesse espelho
agora
nunca
me vê

(LEMINSKI, 1983, p. 28, *apud* KEMPINSKA, 2011, p. 239-240).

Outra possibilidade de utilização da mesma técnica equivale a tratar, como nomes de personagens, nomes de pessoas reais na medida em que, via de regra, enquanto os nomes de pessoas reais são vistos como não motivados, os das personagens da ficção são considerados motivados, pois se acredita que o autor criou o nome delas de forma consciente, refletida. São citados, a seguir, os exemplos fornecidos por Kempinska:

[...] o procedimento da encenação da motivação do nome próprio [...] lhe permite falar sobre a ironia onomástica no ensaio bibliográfico *Cruz e Sousa. O negro branco*: “Por caprichosa ironia onomástica, o fado do poeta já estava inscrito em seu nome e no da cidade onde nasceu: Cruz, Desterro” (LEMINSKI, 1983, p. 19). Da mesma maneira que Edgar Poe incorporou ao seu nome o “Allan” do pai adotivo, Cruz e Souza “assimilou sua contradição social, étnica e cultural, em nível onomástico, incorporando ao nome negro de João da Cruz, o Souza dos Senhores” (LEMINSKI, 1983, p. 20 *apud* KEMPINSKA, 2011, p. 237).

Sobre a transformação de nome próprio em nome comum, a professora de Literatura acredita que esta técnica é especialmente eficaz no romance *Agora é que são elas*, no qual a moça desejada pelo protagonista-narrador chama-se Norma Propp. No romance, ela é filha de Vladimir Propp, personagem histórico que criou a análise estrutural da narrativa, resultando na mistura do fictício com o real.

Além disso, o primeiro nome da personagem é ressignificado pelo jogo com o seu homônimo: “Então, eu soube. Ela se chamava Norma. De normas, vocês sabem, o inferno está cheio” (LEMINSKI, 1983, p. 12 *apud* KEMPINSKA, 2011, p. 237).

Técnica semelhante é usada por Leminski no poema “Information retrieval: a recuperação da informação”. Forja-se uma ambiguidade entre o nome próprio e o nome comum, mediante aproximação semântica do sobrenome *Campos*, dos irmãos Augusto e Haroldo de Campos, com o seu homônimo e com a palavra *território*:

com seu labor/valor/lavor
os campos já passaram
para dentro do território cultural
do brasileiro
alguns dos textos mais valiosos
do ponto de vista da invenção
da literatura mundial
de todos os séculos
(LEMINSKI, 1997, p. 69 *apud* KEMPINSKA, p. 238).

Por fim, a última técnica descrita no artigo é a que resulta no desdobramento do ato de batismo que transforma o nome próprio em “um espaço da disponibilidade, um lugar de passagem, uma abertura a outros nomes” (KEMPINSKA, 2011, p. 241). No texto abaixo transcrito, extraído da obra *Caprichos Et Relaxos* (LEMINSKI, 1983), explica Kempinska:

[...] o nome do jovem nobre polonês Józef Korzeniowski [...] cede lugar ao nome do escritor Joseph Conrad, este se metamorfoseia em nome do personagem do romance de Conrad, Lord Jim [...]. A metamorfose do nome próprio continua através da dupla *lord jim / childe harold*, que indiretamente evoca o pseudônimo do poeta romântico inglês Lord Byron [...] e que se configura no nome do personagem do seu poema épico Childe Harold (KEMPINSKA, 2011, p. 241-242).

de como

o polaco jan korzeziowsky

botou a persona/fantazia

de joseph conrad

e virou lord jim/childe harold

(LEMINSKI, 1983, p. 11, *apud* KEMPINSKA, 2011, p. 241).

A análise de Kempinska sobre o uso dos nomes próprios na obra de Leminski chama a atenção por, indiretamente, remeter às características que o nome próprio de pessoa apresenta. Na seção seguinte, essas características são analisadas do ponto de vista onomástico.

8.1.4 O jogo estético de Leminski

Willian Bright, professor da Universidade de Colorado (USA), ao tratar da dificuldade de se definir o nome próprio, afirma que este tipo de palavra costuma ser escrita com letra inicial maiúscula em inglês e em outras línguas europeias, critério que, comenta, não pode, obviamente, ser utilizado para a linguagem oral, tampouco para sistemas de escrita como o da língua chinesa, na qual não há letras maiúsculas (BRIGHT, 2003, p. 270)³. A artificialidade e a insuficiência de utilizar, como critério, convenções ortográficas apontadas pelo linguista norte-americano foram também reveladas pelo poeta curitibano, cujas técnicas utilizadas nos jogos estéticos incluem tornar comum um nome próprio grafando-o com minúsculas.

Utilizando critérios semânticos e pragmáticos, Bright define o nome próprio como sendo aquele que representa uma convenção social para fazer uma referência rápida a uma entidade específica em oposição a uma classe de pessoas ou lugares. De modo a ilustrar sua definição, cita alguns exemplos:

³ Sobre o tema, veja-se o capítulo 5.

George pode fazer referência a “meu cunhado que é legalmente designado como *George Baker*; os *Bakers* referem-se a uma família de pessoas chamadas Baker (em contraste com “the bakers” – i.e. padeiros –; *América* pode se referir a “a nação que é legal e politicamente designada como os Estados Unidos da América” (BRIGHT, 2003, p. 671).

Para Bright, esta maneira de definir o nome próprio é superficial e simplista. Indo ao encontro do que discutimos no capítulo 3 deste livro sobre o que caracteriza a classe e as subclasses dos nomes próprios de pessoa, esse estudioso afirma que muito mais poderia ser e tem sido dito sobre o assunto, mas queria ele somente expor uma definição simples como ponto de partida, para posterior discussão (BRIGHT, 2003, p. 671). Tal definição também é ironizada pelo poeta curitibano quando faz um elenco com nomes de livros, de personagens, de pessoas reais e, inclusive, nomes abstratos na lista de convidados na obra *Agora é que são elas* (LEMINSKI, 1984).

Outro aspecto que é preciso ressaltar é a natureza opositiva dos nomes próprios apontada por Bright quando afirma que *Bakers*, nome de família, se opõe a *baker*, nome de profissão. Do ponto de vista sincrônico, a coincidência de significante torna estes nomes homônimos, homonímia que serviu como recurso poético a Leminski quando faz trocadilho com o sobrenome dos poetas concretistas, os irmãos *Campos*, seu homônimo, *campos*, a qual pode ser relacionada semanticamente à palavra território (LEMINSKI, 1997, p. 69). Do ponto de vista histórico, sabe-se que muitos sobrenomes têm, por origem, um nome comum que descrevia alguma característica do nomeado. Este é o caso dos sobrenomes *Trigo* e *Turra*. O primeiro é de origem portuguesa: inicialmente usado como alcunha, no século XIII já era usado como sobrenome (GUÉRIOS, 1981, p. 238); já o segundo é um sobrenome espanhol que etimologicamente significa ‘tonto, atoleimado’ (GUÉRIOS, 1981, p. 239).

Do artigo de Bright, convém retomar, ainda, suas observações a respeito da descritividade dos topônimos nas línguas indígenas nos Estados Unidos. Para o autor, são etnocêntricas as análises como as propostas por Ashley, para quem os nomes dados pelos ameríndios não são mais que descrições, já que *grande rio* pode ser qualquer rio largo e um nome ameríndio cuja tradução seja “onde há um monte de pedras” não é mais um nome em sentido estrito, assim como não o é a expressão “o açougue da esquina que fica aberto até meia-noite” (ASHLEY, 1996, p. 1.403 *apud* BRIGHT, 2003, p. 675).

Para Bright, é um erro pensar que, pelo fato de os topônimos indígenas norte-americanos apresentarem uma etimologia clara, não sejam topônimos ver-

dadeiros, e sim meras descrições. Argumenta Bright que isso também poderia ser dito da toponímia dos Estados Unidos, na qual há nomes como *Long Island*, *Great Falls* ou *Grand Canyon*.

Outra questão retomada por Bright gira em torno da questão gramatical de se saber o que distingue uma frase descritiva de um nome próprio, também cogitada por Leminski. Esmiuçando o trecho da obra *Agora é que são elas*, citado por Kempinska em seu artigo (LEMINSKI, 1984, p. 36, *apud* KEMPINSKA, 2011, p. 234), percebe-se que o elenco de nomes inclui descrições definidas. Há, por exemplo, *os entes imaginários mais queridos, a namorada do Marcelo e as pessoas de carne e osso*. A inclusão das definições no elenco torna-as permutáveis, portanto equivalentes aos nomes próprios. Cumpre observar aqui que a discussão filosófica sobre os nomes próprios – conforme descrevemos no capítulo 5 deste livro, onde comparamos as descrições definidas com os nomes próprios – é tema também útil para os estudos literários dos nomes ficcionais.

Outro aspecto a ser levantado diz respeito à transparência semântica dos nomes próprios. Afirma Bright que, em karuk e outras línguas americanas nativas, assim como na língua inglesa, há topônimos não analisáveis, como é o caso de *Londres*, *Paris* ou *Roma*. Com certeza, afirma o autor, todos estes nomes uma vez foram “descritivos”, mas a etimologia deles, há muito, tornou-se irrelevante para o uso linguístico, seu significado tendo ficado “perdido na poeira do tempo” (BRIGHT, 2003, p. 675).

Percebe-se, na análise de Bright, a crença na existência de um significado etimológico dos nomes próprios, o qual seria verdadeiramente descritivo. Esta mesma crença é utilizada por Leminski: existiria um significado etimológico dos nomes cuja verdade é preciso revelar. É o que ele se propõe a fazer, ironicamente, com o nome do poeta Cruz e Souza num ensaio bibliográfico (LEMINSKI, 1983).

As considerações de Bright (2003) dão respaldo linguístico à compreensão dos efeitos de sentido obtidos pelo poeta curitibano mediante as técnicas descritas por Kempinska (2011), chamando a atenção para a utilização de convenção ortográfica, o que define ou caracteriza um nome próprio. A existência de hominímia entre nome próprio–nome comum, a explicitação da motivação semântica dos nomes próprios vista como equivalente ao seu significado etimológico e a classificação dos nomes próprios de acordo com o ser a que o nome faz referência são tópicos de onomástica cujo estudo pode ser aprofundado pelas investigações desenvolvidas por Van Langendonck (2007).

Van Langendonck propõe, para os nomes próprios, uma definição mais elaborada do que a proposta, a princípio, por Bright. A proposta do primeiro

permite perceber exatamente o aspecto dos nomes próprios que o poeta põe em xeque: um nome próprio é um substantivo que denota uma entidade única, no nível da convenção linguística estabelecida, para torná-la psicológica e socialmente saliente no interior de uma dada categoria de nível básico (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 87).

A categoria de nível básico é responsável pela classificação do referente. A inclusão do significado categorial como parte do significado dos nomes próprios permite perceber exatamente o aspecto posto em xeque pelo poeta: é esta capacidade de catalogação dos seres que Leminski procura desativar com seu elenco aparentemente aleatório de nomes díspares.

Trata-se daquilo que Van Langendonck chama de *pressuposição categórica dos nomes próprios*. Os nomes próprios, afirma o autor, têm uma pressuposição categórica inerente, sem a qual não é possível conceber seu uso. Assim que um nome próprio é atribuído ao referente, explica o pesquisador, esse referente pertence a uma classe ou subclasse específica de entidades, havendo, por exemplo, nomes de homens, de mulheres, de países, cidades, rios, navios, etc. (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 72).

A distinção por ele proposta entre lema de nome próprio e função de nome próprio também é esclarecedora por permitir problematizar a questão de em que medida a motivação semântica dos nomes próprios está no estudo etimológico de seu significado na literatura e em outros meios. Há, assim, modos distintos de se investigar o nome próprio: como uma forma isolada, como uma forma linguística atrelada a um étimo e como uma forma linguística atrelada ao uso. Para se referir a este modo de analisar o nome próprio, o autor propõe o termo *lema de nome próprio (proprial lemas)* (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 7).

Se, no uso linguístico, dificilmente se encontra quem saiba o significado etimológico dos prenomes, essa afirmação não é possível sobre o uso dos nomes próprios na literatura, necessariamente motivados. Este estado de coisas, contudo, é ironizado por Leminski quando cria motivações semânticas para o nome do poeta Cruz e Souza. Ao fazer isto, o escritor curitibano analisa o nome de um indivíduo do mesmo modo como se analisam nomes de personagens fictícios.

Como se viu, a utilização de antropônimos por Leminski está relacionada tanto com as convenções da língua portuguesa, quanto com o modo tradicional, etimológico, de nomear personagens. Enquanto, em Machado de Assis, os antropônimos que nomeiam as personagens estão relacionados a seus respectivos étimos, quer haja convergência ou divergência com relação ao significado literal ou etimológico dos nomes das personagens, Leminski cria, para seres reais,

motivações segundo o étimo e, em suas obras, utiliza técnicas que vão contra as convenções linguísticas descritas por nós nos capítulos 2 e 3 deste livro.

Comparando-se a análise apresentada para os usos literários dos antropônimos com as realizadas sobre usos não literários dos antropônimos e suas características linguísticas, percebemos que a descrição linguística dos nomes reais auxilia o estudo sobre como os nomes ficcionais são usados. A distinção entre descrição definida e nomes próprios, por exemplo, embasou o estudo dos nomes ficcionais ora descrito. Contudo, alguns aspectos sobre os usos dos nomes são mais salientes nos estudos literários, como é o caso do estudo da etimologia dos nomes, importante nos estudos literários dos nomes ficcionais, mas que não são imprescindíveis para o estudo linguístico dos nomes no eixo sincrônico da língua, motivo pelo qual, nos capítulos anteriores, não julgamos pertinente utilizar estudos etimológicos.

8.2 ANTROPÔNIMOS E MIGRAÇÃO

A partir da colonização do Brasil, a população brasileira tem se constituído, principalmente, por imigrantes e seus descendentes e pelo contato destes com os povos originários que já habitavam a região. No início, eram os portugueses, depois, além dos povos de origem africana, que foram introduzidos no território brasileiro de modo forçado, uma vez que foram escravizados, vieram também holandeses, franceses e espanhóis, entre outros. Nos séculos XVIII e XIX, chegaram migrantes de diversas origens, entre eles alemães e italianos em busca de terras férteis. Mais tarde, com as mudanças políticas e econômicas que acompanharam a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, levadas massivas de imigrantes europeus aportaram no porto de Santos, em São Paulo⁴. A última leva deste movimento ocorreu entre 1940 e 1950, quando o Brasil aceitou imigrantes que eram deslocados de guerra. No mesmo período, também foram acolhidos libaneses, sírios, japoneses e chineses. Atualmente coreanos, venezuelanos, colombianos, haitianos e alguns sírios têm aportado no Brasil.

Via de regra, ao chegarem ao país de destino, os imigrantes se inserem num contexto cultural e linguístico ao qual precisam se adaptar. Esta necessidade de adaptação caracteriza os migrantes de todas as épocas e nacionalidades como “um sujeito em uma situação intermediária, ou seja, [...] o indivíduo que se encontrava na transição entre a ruptura com a sociedade que deixara e a assimilação à nova” (ZEN, 2012, p. 7). Dependendo das políticas para estrangeiros

⁴ Nessa época, os imigrantes também chegavam pelo porto do Rio de Janeiro.

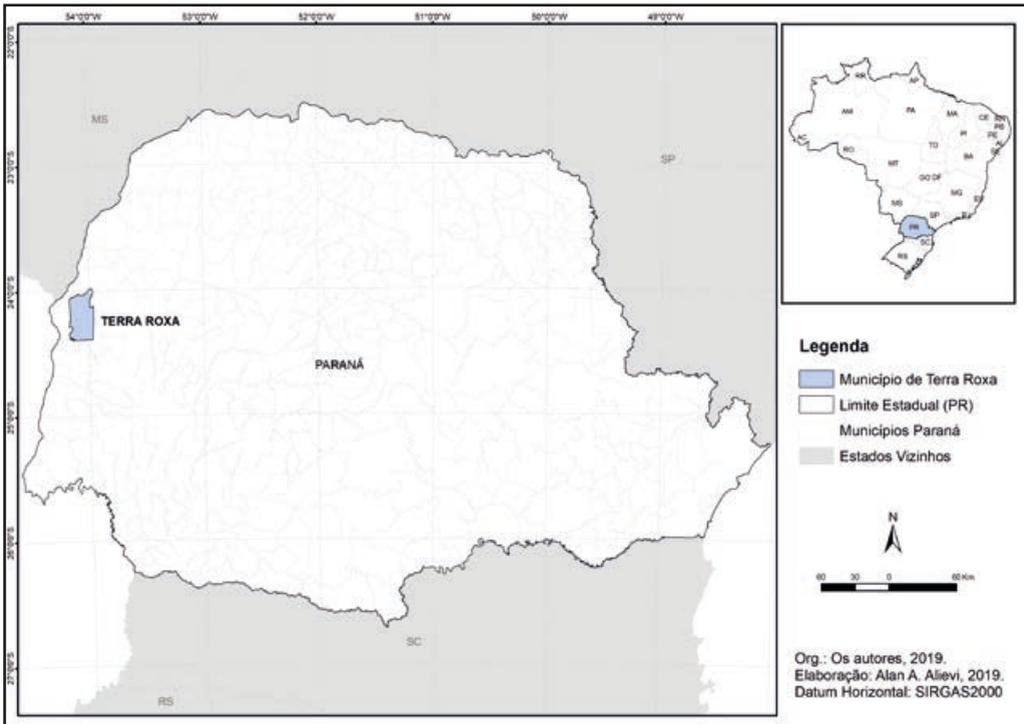
adotadas pelo país receptor, o imigrante pode ser visto negativa ou positivamente, como um colaborador ou como uma ameaça. Do ponto de vista do país do qual o imigrante saiu, muitas vezes, esperou-se que o emigrante promovesse a manutenção da língua e da cultura de origem, não obstante a adoção da cultura e da língua do país receptor.

Conforme se verá nesta seção, esta ambivalência constitutiva influencia a escolha dos nomes e as características gráficas e morfológicas dos sobrenomes e sinaliza mudanças de identidade. Para mostrar como isso ocorre, ao longo deste capítulo, apresentamos resultados de pesquisas nacionais que focam as escolhas antroponímicas de migrantes no Brasil.

8.2.1 A nomeação de descendentes de migrantes japoneses

Em 2007, Rosangela Martins Nabão defendeu dissertação de mestrado intitulada *O estudo de nomes próprios de nipo-brasileiros de Terra Roxa*, município da região oeste do estado do Paraná, cuja localização é mostrada no Mapa 8.1:

Mapa 8.1 – Localização do município de Terra Roxa no estado do Paraná



Fonte: Os autores. Elaboração: Alan A. Alievi.

A autora entrevistou 35 pessoas da comunidade nipo-brasileira do município e, com os dados coletados, conseguiu correlacionar a escolha e o uso de antropônimos – os nomes civis (os ortônimos) e os apelidos – dos imigrantes e de seus descendentes com o processo de adaptação cultural e linguística ao Brasil.

Nabão informa, com base em estudos anteriores de Handa (1987), Oguido (1988) e também da Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná (2006, p. 48), que os primeiros imigrantes japoneses chegaram ao Brasil em 1908; desse ano até 1914, já haviam chegado 13.289 imigrantes, número que aumentou para 186.272 em 1941 e, em 1943, quando terminou a imigração massiva, totalizou 249.177 imigrantes. Segundo Oguido, o Brasil é o país que mais recebeu japoneses no mundo, e eles se concentraram em maior número no estado de São Paulo, seguido do estado do Paraná (OGUIDO, 1988, p. 227). Enquanto os japoneses que vieram ao Brasil são chamados de *issei*, a primeira geração de nascidos aqui é conhecida por *nissei*, a segunda, por *sansei*, a terceira, por *yonsei* e as subsequentes são chamadas de *gosei* (OGUIDO, 1988, p. 53).

Baseada no depoimento dos entrevistados, a pesquisadora confirmou que os imigrantes e descendentes que residem no município de Terra Roxa não vieram diretamente para lá. Antes disso, as famílias viviam no interior do estado de São Paulo trabalhando como agricultores, sendo que o fator de atração para o município era a possibilidade de comprar pedaços de terra a preços acessíveis. As famílias nipo-brasileiras começaram a chegar ao município paranaense entre 1956 e 1964. Segundo o Censo de 1970 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “havia, no município, 38 chefes de família que se reconheceram como pertencentes à etnia japonesa” (NABÃO, 2007, p. 53).

Esta onda migratória levou ao município os sobrenomes japoneses dos descendentes de primeira ou de segunda geração, os quais são citados pela pesquisadora que informa a existência, na região, de nomes de estabelecimentos comerciais formados por esses antropônimos (NABÃO, 2007, p. 53).

A análise dos antropônimos escolhidos para os filhos das primeiras famílias que se estabeleceram no município evidencia escolhas antroponímicas que apontam para modos diferentes de resolução do embate de normas antroponímicas, do conflito entre as normas do país de origem e as do país de chegada. Cumpre informar que os nomes apresentados e analisados por Nabão neste capítulo resultaram do cruzamento de duas fontes de dados, as informações dadas pelas pessoas por ela entrevistadas e os registros da *Associação Japonesa de Terra Roxa* sobre as famílias consideradas como sendo as pioneiras do município (NABÃO, 2007, p. 51-53).

Das oito famílias citadas, em duas, não há informação sobre os nomes dos filhos. Das seis famílias com informação de quais nomes foram escolhidos para os filhos, há duas famílias que escolheram, majoritariamente, prenomes únicos japoneses, numa atitude de manutenção da norma antroponímica do país de origem, conforme pode ser verificado no Quadro 8.1.

Quadro 8.1 – Famílias que escolheram, majoritariamente, prenomes únicos para os filhos

FAMÍLIA 1	
membro da família	prenomes
chefe de família	Minaji
esposa	Shizue
filhos	Mario Akira (exceção); Tadashi e Shiguelo
filhas	Yoshiko, Tiekko, Miekki (variante de Miki), Sumiko, Teruko
FAMÍLIA 2	
membro da família	prenomes
chefe de família	Hideo
esposa	Tiyo
filhos	Takeshi, Minoru e Nobuhide
filhas	Kimiko, Yoshiko, Misako, Kiyoko, Setsuko e Toyoko

Fonte: Nabão (2007).

O nome do primeiro filho da família, Mario Akira, embora seja a exceção que confirma a regra, indicia uma atitude distinta pela qual se procura atender a dois intentos: a de manutenção da cultura e língua de origem e a de adaptação à cultura e à língua do país onde se vive. Esta mesma atitude foi percebida na escolha do nome da esposa de outra família nipo-brasileira pioneira de Terra Roxa e na escolha dos nomes de filhos de três das famílias elencadas, conforme mostram os Quadros 8.2 e 8.3 a seguir.

Quadro 8.2 – Família com nome de esposa híbrido

FAMÍLIA 3	
Chefe de família	Sakae
Esposa	Tereza Emi <i>Tanabe</i>
Filhos	não informado
Filhas	não informado

Fonte: Nabão (2007).

Quadro 8.3 – Famílias que escolheram prenomes justapostos, o primeiro não japonês e o segundo japonês

FAMÍLIA 4 – prenomes	
Chefe de família	Tetsuo
Esposa	Tatsuko Yassue
Filhos	Valdemar Tadao, Alcides Hitoshi e Luis Mitsuro
Filhas	Irina Takiko
FAMÍLIA 5 – prenomes	
Chefe de família	Nagao
Esposa	Satsuki Akiyama
Filhos	Mario Toshio, Valdomiro Hissao, Emílio Mitio, Luis Tatasui e Edgard Sueyoshi
FAMÍLIA 6 – Prenomes	
Chefe de família	Juniti
Esposa	Shigee
Filhos	Nelson Massanori, Hilário Hikaru, Antonio Fukuo
Filhas	Maria Kofumi, Elisa Midori e Teresinha Haruka

Fonte: Nabão (2007).

No outro ponto de espectro, o Quadro 8.4 mostra o registro de uma família que escolheu para os filhos prenomes únicos não japoneses para os filhos:

Quadro 8.4 – Família que escolheu prenomes únicos não japoneses para os filhos

FAMÍLIA 7 – prenomes	
Chefe de família	Yoshikazu
Esposa	Aiko <i>Motizuki</i>
Filhos	Mauro, Carlos e Thiago
Filhas	Elza

Fonte: Nabão (2007).

A ocorrência de nomes justapostos híbridos chamou a atenção da pesquisadora por revelar a atribuição de uma identidade dupla aos seus portadores: japonesa, de um lado, e brasileira, de outro. Durante as entrevistas, os 30 in-

formantes foram questionados sobre qual era o nome de registro, o nome de batismo (os imigrantes se converteram ao catolicismo no Brasil), o nome pelo qual eram chamados na família e fora dela e se tinham apelidos. Analisamos os dados disponíveis em Nabão, considerando as informações obtidas para o maior conjunto de pessoas por período. Assim, dentre os entrevistados da geração *issei* (primeira geração de migrantes) e *nissei* (filhos de pais japoneses nascidos no Brasil) há pessoas nascidas entre 1929 e 1973. Consideramos os dados dos entrevistados que nasceram entre 1931 e 1940 (13 pessoas de um total de 35) e, para a geração *sansei* (neto de imigrantes japoneses), de pessoas nascidas de 1960 até meados da década de 1990, os entrevistados que nasceram entre 1960 e 1970 (16 pessoas de um total de 37).

Os entrevistados *issei* e *nissei* ou não informaram como eram chamados pelos pais ou informaram que o eram pelo nome japonês. Com relação a como são chamados fora de casa, na sociedade em que vivem, 60% afirmam que o são pelo nome japonês e 40% pelo nome “brasileiro”⁵. Cumpre informar que, com relação à totalidade de entrevistados dessas gerações, ser conhecido pelo nome não japonês está correlacionado ao seu portador ser comerciante (NABÃO, 2007, p. 99). Entre os *sansei* entrevistados, por sua vez, 100% são conhecidos na sociedade por seus nomes “brasileiros”, enquanto, em casa, 43,75% dos entrevistados são chamados pelo nome japonês. Perguntados sobre como eram chamados pelos avós, os que responderam à questão afirmaram que o eram pelo nome japonês, porém a maioria dos entrevistados preferiu não responder à pergunta (NABÃO, 2007, p. 104).

A diminuição de uso do nome japonês nas famílias e o reconhecimento social pelo nome “brasileiro” são indicadores da assimilação dos imigrantes ao país receptor e também indício de que houve troca linguística nas famílias, isto é, de que o idioma japonês foi sendo abandonado em prol do idioma oficial do Brasil: a língua portuguesa. Em outro capítulo de sua dissertação, ao tratar deste fenômeno, Nabão chega à conclusão de que, no Brasil, a língua japonesa apresenta “pouca vitalidade” (NABÃO, 2007, p. 76), tendo em vista uma pesquisa anterior realizada por nipo-brasileiros de Brasília e publicada em 1988 (NAWA, 1988). Cumpre esclarecer que a afirmação de Nabão não desprestigia a língua

⁵ Colocamos o adjetivo *brasileiro*, entre aspas, para indicar uma diferenciação feita pelos imigrantes e descendentes entre eles mesmos e os outros numa relação de alteridade que sinaliza as relações de identidade entre os grupos e também para não precisarmos nos ater à etimologia dos nomes, não importando, na verdade, se o nome é etimologicamente ou não português ou brasileiro.

japonesa, apenas constata que, a longo prazo, no Brasil, cada vez menos pessoas falarão o idioma como língua materna aprendida em casa, uma vez que, já em 1988, as pessoas mais idosas eram quem tinha a língua japonesa como língua materna, os mais jovens não mais a aprendiam em casa com os pais e uma minoria, dentre eles, a aprendia como língua estrangeira.

Percebe-se, assim, que o conflito entre normas antroponímicas entrevisto na escolha dos antropônimos não é um fenômeno que possa ser analisado isoladamente, mas sim no contexto mais geral da troca linguística, a qual costuma ser permeada por conflitos identitários. No caso dos nipo-brasileiros estudados por Nawa, eles se sentiam entre o apelo representado pela língua representante da tradição e da etnicidade e aquela cujo domínio era imprescindível para a sobrevivência e as coisas práticas da vida:

[...] se por um lado a aprendizagem da língua portuguesa era tida como instrumento de sobrevivência, havia, por outro lado, a resistência em nome da preservação das suas tradições culturais, porque acreditava-se que o “espírito japonês” era inculcado através da língua japonesa. Com o decorrer dos anos, porém, a interferência do português no padrão de fala dos imigrantes começava a recorrer com maior frequência. Devido ao ambiente sociolinguístico que não reforçava o repertório original, proporcionando, assim, uma exposição maior ao novo repertório (NAWA, 1988, p. 20).

Além disso, deve-se levar em consideração que a política nacionalista de Getúlio Vargas, a partir de 1940, proibiu que houvesse escolas e publicação impressa em línguas estrangeiras. Essa circunstância, aliada ao desfecho da 2ª Guerra Mundial, motivou os pais a considerarem crucial para a sobrevivência dos filhos a fluência na língua portuguesa, uma vez que não mais avaliavam como possível retornarem ao país de origem (NAWA, 1988, p. 21).

Desse modo, a influência dos fatores externos que apontamos brevemente e dos fatores internos, relativos à comunicação dos descendentes na família e na sociedade maior da qual fazem parte, resultaram no predomínio da língua portuguesa:

Entre os *issei* há uma predominância da língua japonesa acrescida de interferências do japonês no português; com os *sanseis*, ocorre exatamente o inverso, isto é, as interferências tanto no nível fonológico como no nível morfo-sintático são do português no japonês, por ser a língua portuguesa a mais usada (NAWA, 1989, p. 201).

Nawa informa que os nipo-brasileiros que fizeram parte de sua amostra demonstraram interesse em aprender a língua japonesa (NAWA, 1988, p. 42). Esta informação mostra que os netos de imigrantes não mais dominavam o idioma de

seus antepassados, do que se pode inferir que houve, na comunidade, o fenômeno da troca linguística.

Não obstante a troca linguística, cerca de metade dos entrevistados por Nabão em Terra Roxa, que estavam, na época, com mais de sessenta anos em 2006, ano em que as entrevistas foram realizadas, sabia o significado dos nomes japoneses. Dos 30 nomes masculinos mencionados nas entrevistas, os entrevistados forneceram o significado etimológico para 17 deles, e dos 30 nomes femininos citados, para 17 deles os informantes souberam fornecer seu significado etimológico (NABÃO, 2007, p. 111-112). Isso demonstra a importância que a origem do nome possui para o indivíduo nomeado e indica que o conhecimento etimológico do nome pode ser visto como um modo de manter alguma relação com o país de origem dos antepassados.

Com relação à escolha e ao uso de nomes “brasileiros” para os filhos, eles podem ser vistos como uma estratégia utilizada pela comunidade nipo-brasileira, tendo em vista uma melhor adaptação ao país receptor. Outras estratégias envolvendo práticas de nomeação também foram utilizadas pelos entrevistados de Nabão: a conversão religiosa resultando num novo nome pelo qual ser chamado, o nome de batismo, e a adoção de um apelido e/ou criação de um pseudônimo.

Sobre a conversão ao catolicismo, os entrevistados revelam que ou aos batizados era atribuído um nome escolhido pelo padre na hora do batismo ou o nome da madrinha ou do padrinho era escolhido. Também era usual o novo nome não ser registrado, não obstante sua aceitação social. Um exemplo destas práticas nomeadoras é relatado no trecho de entrevista abaixo transcrito:

- Por que todo mundo chama a senhora de Dona Helena?
- [Riso] é que via a alegria das festas da Igreja Católica, então perguntei para o padre o que devia fazer para ser batizada. Ele falou que precisava encontrar uma madrinha, então conversei com a professora de catequese e disse que gostava muito dela e queria que ela fosse minha madrinha e ter o seu nome.
- Então a senhora emprestou o nome da madrinha de batismo?
- É, eu não tenho o nome na carteira, é só no de batismo.
- E como a senhora prefere ser chamada?
- Os “brasileiros” sempre me chamam por Helena, eu gosto assim
(NABÃO, 2007, p. 101).

Outra prática nomeadora relatada é a criação de um nome “brasileiro” para si, um pseudônimo. Chamado de apelido pelos entrevistados, o sucesso de sua adoção foi variado. Após certo tempo, em decorrência de mudança do estado de São Paulo para o estado do Paraná, o pseudônimo caiu em desuso a favor do

nome japonês, o que indica a transitoriedade do pseudônimo, conforme revelam os trechos de entrevistas abaixo transcritos:

- Meu nome brasileiro é *Carmem*, mas ninguém conhece, acho que nem ele conhece [apontando para o marido].
- O nome *Nelson* é apelido, esse nome não existe, ele só existe aqui no Brasil!
- E o senhor tem um nome em português?
- Tem apelido...é *Joaquim* [ele ri]. É um apelido que andou por aí, mas lá em Terra Roxa ninguém sabe.
- Mas o senhor não se reconhece como *Joaquim*, se chamar o senhor de *Joaquim*, vai falar “será que é comigo”?
- As pessoas antigas me chamam de *Joaquim*, mas o certo é *Seu Nagao* mesmo (NABÃO, 2007, p. 100).

Considerando-se o conjunto dos entrevistados e dos dados coletados por Nabão, podemos concluir que a necessidade de adaptação à cultura e à língua do país receptor resultou na adaptação das práticas de nomeação e na escolha dos prenomes às práticas e aos prenomes brasileiros, fenômeno acompanhado pela troca linguística da língua japonesa para a língua portuguesa, talvez intensificada por casamentos mistos a partir da geração *sansei* (NABÃO, 2007, p. 73). A subseção seguinte fornece e avalia indícios deste processo em outra comunidade de imigrantes, no caso, minoritária, a dos imigrantes lituanos.

8.2.2 Práticas de nomeação no contexto de imigração lituana no Brasil

Ao longo desta subseção, resultados de pesquisa sobre a nomeação de descendentes de lituanos no Brasil (SEIDE, 2017) são comparados com os apresentados por Nabão com relação à comunidade nipo-brasileira de Terra Roxa.

Ao contrário da imigração japonesa, a lituana é minoritária no país. Esta afirmação é respaldada pelos números de lituanos que vieram ao Brasil no período de pico da imigração: de 1926 a 1930, o porto de Santos recebeu 25.721 imigrantes lituanos (ZEN, 2012, p. 51). Depois disso, entre 1945 e 1950, um número bem menor de imigrantes chegou ao Brasil como deslocados de guerra (ZEN, 2012). Outra diferença importante entre as comunidades pesquisadas está relacionada com o meio em que vivem: ambientação rural no caso dos nipo-brasileiros e urbana no caso dos lituanos e descendentes de lituanos, os quais se concentraram na capital de São Paulo, embora também haja pessoas morando no interior paulista, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Também há diferenças metodológicas que devemos informar. Enquanto os dados de Nabão foram coletados por entrevista e todos os nomes dos entrevistados

foram analisados, totalizando 33 nomes completos, os utilizados por Seide foram coletados em respostas de uma publicação num grupo fechado do *Facebook* “Sou brasileiro e descendente de lituano”. O nome da pessoa que fez a postagem e os nomes daqueles que a curtiram foram analisados, totalizando 55 nomes completos, sendo 32 femininos e 13 masculinos. A análise dos nomes coletados foi feita com base em dados históricos sobre a imigração lituana, em informação gramatical sobre os nomes e as práticas de nomeação lituanas e outras informações oriundas de observação participante do grupo do *Facebook* de dezembro de 2016 a março de 2017 (SEIDE, 2017, p. 12).

Não obstante a utilização de metodologias diferentes e as diferenças entre os grupos, há um resultado convergente: tanto entre os descendentes de japoneses quanto entre os de lituanos houve o fenômeno da troca linguística acompanhado de ocorrência de casamentos mistos. No caso dos membros do grupo do *Facebook*, isso foi percebido por vários indícios, sendo um deles o de que comentários escritos em lituano obtinham poucas respostas. Outro indício surgiu quando um membro do grupo perguntou ao grupo quem falava lituano e pediu a essas pessoas que colocassem comentários. Dos mais de 3.000 membros, apenas um respondeu. Outro indício importante é a popularidade de mensagens em português sobre histórias da Lituânia traduzidas por um membro lituano e bilíngue.

Importa ressaltar que, apesar de poder ser um tema tabu para algumas pessoas, especialmente para quem compartilha de um ideal de imigrante como aquele que deve manter a língua e as tradições culturais do país de origem, do ponto de vista sociolinguístico e histórico, o abandono da língua materna pelos imigrantes é um fenômeno corriqueiro e compreensível, tendo em vista que, como defende Janson:

As línguas não são peças de museu. São ferramentas a serem usadas, e quando as pessoas trocam de língua é porque, na situação que enfrentam, elas preferem a nova língua como meio de expressão para si mesmas e seus filhos. As razões frequentemente são semelhantes às que se aplicam ao Império Romano, bem como à China. Educação e cultura, religião, contatos com pessoas importantes, trabalho, dinheiro e poder entram em conta. Tudo isso se torna de mais fácil acesso quando alguém fala uma língua poderosa e numerosa do que quando permanece apegado a uma língua menor e sem poder. É por isso que frequentemente é vantajoso para as pessoas abandonarem sua língua nativa (JANSON, 2015, p. 112).

De modo geral, pode-se afirmar que os nomes e as práticas de nomeação do país receptor foram adotados pelos descendentes de ambas as origens, porém características linguísticas dos prenomes e dos sobrenomes lituanos resultaram em outros modos de adaptação, como veremos a seguir.

Entre os descendentes de japoneses, a adaptação cultural e linguística foi pautada pela conversão ao catolicismo, adoção de prenomes únicos justapostos, sendo um deles japonês e o outro “brasileiro” ou de prenomes “brasileiros”, além, é claro, de adoção do alfabeto da língua portuguesa para a escrita dos nomes e sobrenomes. Entre os lituanos, por sua vez, não houve conversão, já que a maioria é católica. As estratégias adaptativas à antroponímia brasileira adotadas, por sua vez, incluíram a escolha de prenomes conforme tendências antroponímicas do país receptor e a adaptação linguística dos sobrenomes à gramática da língua portuguesa, principalmente nos âmbitos da ortografia e da morfossintaxe. Cumpre informar que uma análise superficial dos nomes nas listas de passageiros de alguns dos navios que trouxeram os lituanos mostra que os sobrenomes foram adaptados ao idioma português já na lista. É quase certo que tais adaptações ocorreram por iniciativa de quem listou os passageiros, e não por escolha dos imigrantes. As adaptações então feitas foram mantidas, posteriormente, nos documentos brasileiros.

Na ortografia, há grafemas da língua lituana inexistentes na língua portuguesa: *ą / Ą; ę / Ę; è / È; į / Į; ū / Ū; č / Č; š / Š e ž / Ž*. Os sinais gráficos inferiores das vogais “a” e “e” indicam pronúncia outrora nasalizada (mas atualmente pronunciada como longa), o sinal superior das vogais “e” e “u” indica que a vogal é longa. Nas consoantes “č” e “ž” o sinal gráfico indica palatalização da pronúncia” (AMBRAZAS *et al.*, 1997, p. 13). Contudo, conforme observamos nos quadros a seguir, que visualizam os sobrenomes coletados, não há ocorrência dos citados grafemas na amostra de nomes de descendentes. Estas mudanças ortográficas acarretaram mudanças de pronúncia dos prenomes e dos sobrenomes e, algumas vezes, alteração da sílaba tônica de alguns nomes e sobrenomes.

No que se refere aos prenomes da amostra, quase não há nomes tipicamente lituanos. Foram registrados apenas dois prenomes femininos, *Dalia* e *Grazina* (grafado segundo a ortografia portuguesa, na grafia lituana seria *Gražina*), e um prenome masculino: o nome *Vitas*. Na antroponímia masculina, houve ocorrência de um nome espanhol: *Alonso*.

Os nomes escolhidos pelos pais (Quadros 8.5 e 8.6) apresentam características registradas em pesquisas anteriores sobre nomes próprios realizadas na região oeste do Paraná em municípios que não receberam imigrantes lituanos (GRESPLAN, 2012; VESCOVI, 2013; FRAI, 2016). Portanto, a escolha de nomes pelos pais desses descendentes de lituanos segue tendências antroponímicas brasileiras, a saber: variação ortográfica de prenomes masculinos com ou sem *-s* (por exemplo entre *Lucas* e *Luca*), uso de grafias inovadoras (como é o caso

de inserção do grafema *y* não etimológico) e resgate de grafia conforme o étimo (*Victor* e não *Vitor*, por exemplo).

No caso dos prenomes femininos (Quadro 8.6), observaram-se duas ocorrências de nomes que remetem a nomes italianos: *Angela* (DE FELICE, 1986, p. 66) e *Mariela*, do italiano *Marièlla* (DE FELICE, 1986, p. 251), escolhas que podem estar correlacionadas à predominância de sobrenomes de origem italiana nos sobrenomes dos descendentes (sobrenomes *Zuntini* e *Biazzi*, *Ferrite*, *Vantini*, *Codogno* e *Techio*). Também chamou nossa atenção a escolha do nome espanhol *María del Carmen*.

Quadro 8.5 – Prenomes masculinos de descendentes de lituanos

Alonso	Marco	Rogério
Clayton	Marcos Jorge	Valdemar
Joe (EUA)	Paulo	Victor
Ludio	Pedro	Vitas (nome lituano)

Fonte: Seide (2017).

Quadro 8.6 – Prenomes femininos de descendentes de lituanos

Adriane	Fatima	Mérupe
Anelia	Flávia Taynara	Natalia
Arlete	Geny	Neide
Babi	Gizela	Odete
Cecilia	Grazina (lituano)	Sandra Regina
Dalia (nome lituano)	Ines Angela	Silvia
Danita Sonia	Irene	Suely
Deise	Luciana (2 ocorr.)	Vanda Lucia
Domenica	Maria Augusta	Vanessa
Elisabete	Maria del Carmen	Vilma
Elvira	Mariela	

Fonte: Seide (2017).

Com relação aos sobrenomes encontrados na amostra, eles foram analisados segundo o étimo e, quando os sobrenomes apresentavam étimo lituano, foram feitas análises ortográficas e morfológicas pela qual indicou-se a raiz do sobrenome e sua terminação⁶. Os resultados são apresentados nos Quadros (8.7a), (8.7b), (8.8a), (8.8b) e (8.9a) e analisados a seguir.

Quadro 8.7a – Sobrenomes de homens descendentes de lituanos

Term. em <i>-as</i>	Term. em <i>-us</i>	Term. em <i>-is ou -s</i>	Term. em <i>-vičius</i>	Term. em <i>-auskas</i>
Svobon-as	Bluij-us	Kiliotat-is	Sinke-vicius	Zuk-auskas
		Selmistrait-s		Ram-asauskas
				Sventk-auskas

Fonte: Seide (2017).

Quadro 8.7b – Sobrenomes não lituanos de homens descendentes de lituanos

Lindolfo (lus.br)
Zuntini (italo)
Biazzi (italo)

Fonte: Seide (2017).

Quadro 8.8a – Sobrenomes de mulheres descendentes de lituanos

Term. em <i>-a</i>	Term. em <i>-as</i>	Term. em <i>-us</i>	Term. em <i>-is</i>	Term. em <i>-vičius</i>	Term. em <i>-ė (fem).</i>
Varkal-a	Tumen-as	Bendzi-us	Jasisk-is	Male-vicius	Jakait-ė
Ramosk-a	Pavilan-as		Rein-is	Linke-vicius	
Dragv-a					
Talack-a					

Fonte: Seide (2017).

⁶ O termo *terminação* é usado aqui para expressar, de modo geral, a sufixação e a declinação dos nomes de maneira conjunta, evitando-se análises linguísticas mais complexas que fogem ao escopo deste livro.

Quadro 8.8b – Sobrenomes de mulheres descendentes de lituanos formados por outros sufixos

Lit. em -unas	Lit. em -auskas (= o homem)
Aleksej-unas	Mur-auskas
Kavali-unas	

Fonte: Seide (2017).

Quadro 8.9 – Sobrenomes não lituanos de mulheres descendentes de lituanos

Ítalos	Outros	Lusos e/ou Bras.
Ferrite	Wilhelm (germânico)	Villaça
Vantini	Charoff (russo)	Marques
Codogno	Harder (alemão)	Correa
Techio	Tamashiro (japonês)	

Fonte: Seide (2017).

Os sobrenomes de alguns homens e de muitas mulheres de descendentes de lituanos indicam casamentos mistos entre descendentes com brasileiros e também com descendentes de outros descendentes de imigrantes (Quadros 8.7 a 8.9), haja vista que sobrenomes lituanos e sobrenomes não lituanos se combinam nos nomes completos que fazem parte da amostra. Outra característica dos sobrenomes que chama a atenção está no fato de todos os sobrenomes lituanos apresentarem os mesmos morfemas, independentemente de seu portador ser do sexo masculino ou feminino.

O idioma lituano é uma língua que se aproxima da língua latina por ser declinada em casos, gênero e número. No caso dos sobrenomes, além de eles serem declinados como o são todos os substantivos, recebem morfemas específicos quando uma mulher os porta. Nesse idioma, sobrenomes usados para indivíduos do sexo feminino apresentam um morfema para indicar que se trata de uma mulher solteira e outra para indicar que a mulher é casada. Quando se casa, a mulher passa a portar o sobrenome do marido e este passa a apresentar, no nome da esposa, um morfema indicador do estado civil, isto é, de sua condição de cônjuge. Esse funcionamento é assim exemplificado em um livro de lituano para estrangeiros: “O sobrenome *Butkus* [...] é usado para portadores do sexo masculino. Se o portador é uma mulher casada muda para

Butkienė, se a mulher é solteira será *Butkytė*. A partir de 2003, existe a possibilidade de a declinação do sobrenome ser feita mediante o morfema *-ė* : *Butkė*” (DŽEŽULSKIENĖ, 2014, p. 18).

Conforme as regras gramaticais da língua lituana, os sobrenomes das mulheres devem apresentar a terminação correspondente *-iene* ou *-ė* se são casadas ou *-tė* se são solteiras. Contudo, salvo um caso, na amostra, os sobrenomes não apresentaram esta mudança, logo, não há alternância de morfema usado para indicar o estado civil das mulheres. Este comportamento de manutenção de uma mesma forma para todas as portadoras do sobrenome segue o funcionamento morfossintático da língua portuguesa e não da língua lituana, já que nessa última o normal e esperado é que a terminação do sobrenome mude conforme o estado civil de quem o porta. Assim, na amostra coletada, há uma exceção que confirma a regra: o sobrenome *Jakaitė*. Este é o único sobrenome no qual o morfema que designa o estado civil de mulheres é usado.

Comparando-se os dados amostrais dos nomes de descendentes imigrantes nipo-brasileiros em Terra Roxa, no Paraná, e os nomes de descendentes de imigrantes lituanos no Brasil, percebe-se que houve adaptação aos prenomes e às práticas nomeadoras nos dois grupos, com a diferença de que, nos casos dos japoneses, na primeira geração de nascidos aqui, foram utilizados nomes japoneses justapostos ao primeiro prenome escolhido. No caso dos nomes dos descendentes, pode-se aventar uma hipótese que só poderia ser comprovada por realização de entrevista aos pais: a de que, num primeiro momento, pode ter havido tradução de nomes católicos da língua lituana para a língua portuguesa. Por exemplo, um menino ser chamado no Brasil de *Antônio* e não *Antanas*, como seria o mesmo nome no idioma lituano. Outra convergência encontrada está no fenômeno de troca linguística ocorrido nos dois grupos de descendentes.

No caso dos descendentes de japoneses que portam um nome japonês e um nome “brasileiro”, havia relações identitárias conflituosas, fenômeno registrado e analisado por Nabão em suas pesquisas, nas quais os mais jovens não quiseram informar, em entrevistas, na presença da família, se preferiam ser chamados pelo nome japonês ou pelo nome “brasileiro” (NABÃO, 2007, p. 143 e seguintes). Percebemos que esta não convergência entre a identidade desejada e a identidade atribuída pelos outros também está presente na comunidade de descendentes de imigrantes lituanos no Brasil. Ao ler ou ouvir os sobrenomes dos descendentes, um brasileiro pode perceber que há algo que o distingue dos sobrenomes mais comuns no país. Contudo, uma pessoa nascida

e criada na Lituânia pode avaliá-los da mesma forma, haja vista haver marcas linguísticas nos sobrenomes que indicam que seus portadores não são lituanos, mas sim descendentes de lituanos, a saber a ausência de certos grafemas e das terminações que indicam o estado civil das mulheres. Um dos membros da comunidade do *Facebook*, inclusive, talvez para evitar este tipo de divergência, recuperou a grafia original de seu sobrenome em seu nome de Facebook: em vez de usar a forma gráfica *Staude*⁷, ele utiliza a forma gráfica *Štaudė*, a qual recupera o modo pelo qual está registrada nos documentos lituanos do seu avô paterno (SEIDE, 2017).

Quando levamos em consideração que os migrantes portam duas identidades e podem fazer escolhas a respeito da identidade de seus filhos e de si mesmos pelos antropônimos escolhidos para nomear seus descendentes, nos surgem as seguintes alternativas lógicas: a) escolher tanto a identidade do país de partida quanto a do país de chegada; b) não escolher nenhuma delas; c) escolher a identidade do país receptor; ou d) optar pela identidade do país de origem. Do ponto de vista da Antroponomástica, o estudo de como ocorre a escolha dos nomes dos descendentes de imigrantes e de como são constituídos é de grande interesse, pois implica inovações e sinaliza as mudanças identitárias deste conjunto da população que tende a crescer cada vez mais na atualidade, marcada por intensos fluxos migratórios.

8.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Apresentamos abaixo uma síntese deste capítulo, que tratou da relação entre os estudos de antropônimos e diferentes áreas do conhecimento.

⁷ Do ponto de vista etimológico, esse sobrenome é de origem germânica, fato que remete ao histórico de migrações na Lituânia.

Quadro 8.10 – Síntese do capítulo 8

1. O estudo da antroponímia ficcional favorece o diálogo entre os estudos literários e os estudos linguísticos sobre os antropônimos, resultando em um enriquecimento recíproco.
2. Na linguagem literária, há nomeações ficcionais baseadas na norma linguística da época de ambientação da obra literária.
3. Também são frequentes as nomeações de personagens baseadas no significado etimológico dos nomes fictícios.
4. Alguns usos poéticos de antropônimos vão contra as convenções linguísticas.
5. A investigação da nomeação em contextos migratórios é outro exemplo de investigação interdisciplinar dos antropônimos.
6. Nesses contextos, a necessidade de se escolher entre normas, línguas e culturas evidencia as relações existentes entre a nomeação, a identidade, a língua e a cultura e requer estudos comparados dos sistemas antroponímicos do país de partida e do país de chegada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

No início desta obra, vimos que os nomes próprios fazem parte do nosso cotidiano, pois são usados com muita frequência em diversas situações. Além disso, vimos que suas propriedades chamam a atenção das pessoas em geral e têm, há vários séculos, despertado a atenção de estudiosos da linguagem e de outras áreas do conhecimento. Seu estudo científico, contudo, é bem mais recente, já que as primeiras pesquisas sobre o tema datam do início do século XIX, quando o termo *Onomástica* passou a ser usado para se referir, especificamente, ao estudo dos nomes próprios. No que se refere aos estudos onomásticos no Brasil, começaram a se desenvolver em meados do século passado e se intensificaram com a promoção e a divulgação dos estudos toponímicos pela professora Maria Vicentina do Amaral Dick. Os estudos antroponomásticos, por sua vez, foram iniciados, primeiramente, por Henrique Fontes (1885-1966) e pelo professor Rosário Farâni Mansur Guérios (1907-1987). As pesquisas sobre os nomes próprios de pessoa no país, além de ser mais recente em comparação com a Toponomástica, não recobrem, no contexto brasileiro, todas as áreas que têm sido desenvolvidas no exterior. A comparação da revisão de literatura internacional com a nacional, ambas apresentadas no primeiro capítulo deste livro, demonstra que são muitas as perspectivas de análise ainda por explorar.

Embora tenham sido mencionados alguns estudos sobre antropônimos de línguas indígenas, como é o caso da pesquisa de Lopes e Ferreira (2018) sobre a semântica da antroponímia parkatêje, este livro se dedicou à descrição e à análise da antroponímia expressa na língua portuguesa do Brasil. Sabemos, contudo, que no país são faladas e oficialmente reconhecidas, além de várias línguas indígenas, línguas de migração e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Sobre as antroponímias indígenas, podemos citar as pesquisas de Martins *et al.* (2018) sobre a antroponímia da língua kaiowá, no Mato Grosso do Sul, e as de Fargetti (2018) sobre a antroponímia juruna no estado do Mato Grosso. Há também a revisão de literatura apresentada por Dias (2018) sobre os sistemas antroponímicos das línguas araweté no Pará (região Norte do país), amondawa, em Rondônia (região Norte do país), xavante e tapirapé no Mato Grosso e a antroponímia da língua xetá.

Sobre esta última língua, Dias (2018) explica que seus falantes vivem em comunidades descontínuas nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina e informa que antropólogos estão ajudando-os a recuperarem o modo tradicional de nomeação (DIAS, 2018, p. 255). Outra pesquisa que remete à perda linguística e cultural sofrida pelos indígenas é a de Falchi e Aguiar (2018) sobre a antroponímia Noke Koin, povo indígena do Acre cuja cultura e língua têm sido influenciadas pela cultura não indígena majoritária brasileira e pela visão de mundo dos missionários protestantes que desenvolvem suas atividades lá sob o auspício “da organização estadunidense Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB)” desde 1972 (FALCHI; AGUIAR, 2018, p. 327).

Sobre a antroponímia em Libras, não há tantas pesquisas, mas entre elas se destaca a de Barros (2018), que propõe uma taxionomia para os nomes de pessoa criados nesse idioma, os chamados sinais de nomes. Estes são nomes totalmente criados em Libras ou são híbridos (formados por sinais e letras) e atribuídos pelas comunidades surdas aos seus membros ou àqueles a quem a comunidade precisa fazer referência.

Outra questão que chama a atenção diz respeito ao reconhecimento da Antroponomástica como área de pesquisa, com objeto de estudo próprio. A maioria dos trabalhos sociolinguísticos sobre antropônimos realizada no Brasil, por exemplo, é filiada somente à Sociolinguística. Talvez isso ocorra por desconhecimento da área por parte destes pesquisadores ou por uma crença de que a Sociolinguística e a Onomástica seriam incompatíveis ou ainda pelo pressuposto de que o estudo linguístico dos nomes próprios não deveria ser investigado numa subárea à parte.

Também passível de discussão é a filiação dos estudos relativos à antropônimo ficcional, uma vez que se encontram no ponto de intersecção dos estudos literários com os linguísticos e, no caso dos estudos de antropônimos de personagens de teatro, filmes e telenovelas, também dos estudos semióticos.

Considerando todas as áreas de estudos antroponomásticos descritos ao longo do livro, notamos que algumas delas não puderam ser contempladas, mas abrem perspectivas para futuras pesquisas. Este é o caso de pesquisas sobre o impacto de mudanças de normas jurídicas em costumes brasileiros que envolvem a atribuição de nomes a pessoas. Há, por exemplo, a mudança na norma civil (Código Civil, art. 1.565, § 1º), que dá maior liberdade de escolha de sobrenome por parte dos nubentes, mas não se têm notícias de pesquisas evidenciando se e em que medida esta mudança motivou atribuições de sobrenome a recém-casados diferente da tradicional, na qual a esposa recebia o sobrenome do marido.

A área da Antroponomástica Comparada também pode ser mais bem explorada, não só mediante comparação de sistemas antroponímicos de línguas diferentes, mas também com relação ao mundo lusófono. Nesta direção, seriam bem-vindas pesquisas atuais nas quais os usos antroponímicos de cada país da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) fossem comparados e analisados. Pesquisas aplicadas aos estudos da tradução também são uma área de estudo que pode ser mais explorada em âmbito nacional, o que também pode ser afirmado sobre pesquisa antroponomástica de viés histórico ou diacrônico.

O interesse pela promoção de pesquisas de âmbito internacional não significa que esteja completa a descrição do sistema antroponímico brasileiro. São necessárias mais pesquisas sobre a fonética e a fonologia dos antropônimos tanto daqueles em língua portuguesa quanto dos que estão em línguas estrangeiras mas são amplamente utilizados no Brasil, tendo por base não apenas os falantes nativos de língua portuguesa, mas também os falantes cujas línguas maternas são outras, a exemplo de muitas populações indígenas do Brasil. São bem-vindos, igualmente, estudos que tratem das variações gráficas dos nomes em uso no Brasil.

Sobre as características morfológicas dos antropônimos, também há muitas pesquisas por se fazer. Na antroponímia feminina, poderia ser investigada a constituição, os usos e as motivações das variantes morfológicas *-el-a* dos prenomes (*Daniele* e *Daniela*, por exemplo); ou ainda pesquisas sobre como prenomes justapostos tornam-se compostos e como estes nomes são avaliados pelos

usuários do idioma, além de investigações mais aprofundadas sobre a criação de prenomes por aglutinação e sobre a constituição, o uso e as conotações sociais dos hipocorísticos.

No que tange aos aspectos propriamente morfossintáticos dos prenomes, são necessárias investigações mais amplas sobre o uso de artigo antes do prenome. Não obstante as numerosas pesquisas já desenvolvidas, ainda está por ser feita uma descrição do fenômeno em nível nacional. Também seria importante a realização de pesquisas mais aprofundadas sobre a anteposição a antropônimos de elementos como *seu* e *dona*, nomes de parentescos (*tio*, *avô*, etc.) e possessivos.

Com relação às categorias de antropônimos contempladas ao longo do livro, a dos prenomes foi a que mereceu mais atenção, e apenas poucas observações foram feitas a respeito dos sobrenomes e de outras categorias de nomes. Há, assim, um vasto campo de estudo a ser explorado em pesquisas sobre constituição e uso de apelidos, nomes artísticos, nomes de guerra, nome parlamentar, nome de urna, nomes religiosos, etc.

Por fim, levando-se em conta não o tipo de antropônimo sob análise, mas sim a abrangência das pesquisas, as que foram descritas ao longo deste livro e as mencionadas na revisão da literatura nacional no primeiro capítulo, focam somente parte do sistema antroponímico nacional. No que diz respeito à antroponímia ficcional relativa à Literatura Brasileira, a escassez de pesquisas abrangentes é ainda maior. De fato, é preciso que se desenvolvam projetos nacionais de descrição antroponímica no país.

Considerando que conhecer as formas de nomeação de uma comunidade significa conhecer mais sobre a identidade desse grupo, acreditamos que a ampliação das pesquisas sobre os antropônimos poderá contribuir para que conheçamos mais como são os nomes próprios da nossa língua e o que eles revelam sobre nosso comportamento social e cultural.

BIBLIOGRAFIA

ABBOTT, Barbara. Proper names and language. *In*: CARLSON, Gregory N.; PELLETIER, Jeffry Pelletier (eds.) *Reference and quantification: the partee effect*. Stanford, CA: CSLryI Publications, 2005. p. 63-81. Disponível em: <http://www.msu.edu/user/abbottb/vita.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ABRAMOWICZ, Zofia; DACEWICZ, Leonarda. The development of Jewish anthroponymic system in north-eastern Poland – the historical perspective. *In*: CONGRÉS INTERNACIONAL D'ICOS SOBRE CIÈNCIES ONOMÀSTIQUES, XXIV, 2014, Barcelona. *Actes* [...]. Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014. p. 668-677.

ACADEMIA Paranaense de Letras. *Biobibliografia*. Curitiba: Posigraf, 2016. Disponível em: http://academiaparanaensedeletras.com.br/wp-content/uploads/site_BIO2016-1.pdf. Acesso em: 7 dez. 2018.

ALDRÍN, Emilia. The choice of first names as a social resource and act of identity among multilingual families in contemporary sweden. *In*:

INTERNATIONAL CONGRESS OF ONOMASTIC SCIENCES, ICOS XXIII, 2009, Barcelona. *Proceedings* [...] Barcelona: **Biblioteca Tècnica de Política Lingüística**, 2009. Disponível em: <https://yorkspace.library.yorku.ca/xmlui/handle/10315/2926em>. Acesso em: 26 abr. 2017.

ALENCAR, Patrícia Vargas. *Direcionalidade da aquisição do artigo definido frente a N próprio em contexto de input variável*. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

ALIANÇA CULTURAL BRASIL-JAPÃO DO PARANÁ. *História da imigração japonesa no Paraná*. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

ALLERTON, David John. The linguistic and sociolinguistic status of proper names. *Journal of Pragmatics*, North-Holland, v. 11, n. 1, p. 61-92, 1987.

ALLERTON, David John. Proper names and definite descriptions with the same reference: a pragmatic choice for language-users. *Journal of Pragmatics*, North-Holland, v. 25, n. 5, p. 621-633, 1996.

ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues. Contribuições de José Pedro Machado para o conhecimento da história da antroponímia do português do Brasil. *Filologia e Linguística*, São Paulo – SP, v. 17, n. 2, 2015, p. 309-331.

ALTMAN, Cristina. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.

ALTMAN, Cristina. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. *Todas as letras*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 14-37, 2012.

ALVARES, Claudia Assad. Os nomes próprios no dicionário. *Cadernos do CNLF*, Série VII, n. 6. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno06-18.html>. Acesso em: 20 ago. 2010.

ÁLVAREZ, Grace de Jesús. *Topónimos en apellidos hispanos: un estudio onomástico*. 1962. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade do Sul da Califórnia, Califórnia, 1962.

ALVES, Ana Paula Mendes. *Um estudo sociolinguístico da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens de Barra Longa/MG que residem em Belo Horizonte*. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. *A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu*. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos: um caso de variação diatópica em Minas Gerais. *Estudos Linguísticos XXXIII*, Campinas, Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo (UNICAMP), 2004. 1 CD-ROM.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. “Ser mauricinho e dar a elza”: subsídios para uma análise de epônimos contemporâneos. *Estudos Linguísticos XXXV*, p. 657-666, 2006a. Disponível em: <http://gel.org.br/4publica-estudos-2006/sistema06/125.pdf>. Acesso em: 23 out. 2007.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. “Lula e outros Lulas”: aspectos do uso metafórico de antropônimos. In: CONGRESSO SOBRE A METÁFORA NA LINGUAGEM E NO PENSAMENTO, II, 2006, Niterói. VEREZA, Solange; SOUZA, Luiz Carlos; ALMEIDA, Ricardo Teixeira (orgs.). *Anais [...]*. Niterói: Assel-Rio, 2006b. 1 CD-ROM.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. A importância do fator intimidade na variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 1, p. 1-10, 2007.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. *Nomes próprios: análise de antropônimos do espanhol escrito*. 2008. Tese (Doutorado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. El acto de nombrar a un individuo como función primaria de los nombres propios. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISPANISTAS, V; CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISPANISTAS, I, 2009a*, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2009. v. 1. p. 2511-2520.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Sobre epônimos e deonomásticos: processos de criação lexical a partir de antropônimos na língua espanhola. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, VI, 2009b*, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: Ideia, 2009. v. 2. p. 3477-3486.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Classificação dos usos de antropônimos no português escrito. *Fórum linguístico*, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 74-92, 2010.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro. *Alfa Revista de Linguística*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 63-82, 2011a.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Itens derivados de nomes de líderes políticos da América do Sul. *Signum: Estudos da Linguagem*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 397-419, 2011b. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/8185>. Acesso em: 25 jan. 2020.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Análisis contrastivo de los derivadores de nombres propios de obras lexicográficas. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISPANISTAS, VI; CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISPANISTAS, II, 2011*, Campo Grande. *Anais [...]*. Campo Grande: UFMS, 2011c. 1 CD-ROM.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. A variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na cidade de Paracatu. In: DOGLIANI, Evelyne Jeanne Andrée Angèle Madeleine; COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça. *Pelas trilhas de Minas: a língua nas gerais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2011d. p. 127-144.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Sobre a relação entre a ausência/presença de artigo diante de nomes próprios e a tipologia de antropônimos. In: AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; MENDES, Soelis Teixeira do Prado (orgs.). *Entre sincronia e diacronia*. São Paulo: Mercado de Letras, 2019. p. 61-81.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; COSTA, Cristina Dulce Souza. Processos de derivação de nomes próprios em textos escritos. *LLJournal*, v. 6, n. 2, 2011. Disponível em: <https://lljournal.commons.gc.cuny.edu/derivacao-de-nomes-proprios/>. Acesso em: 8 jun. 2018.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; MACHADO, Verônica Barçante. Nomes de urna e nomes parlamentares de vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto. *Revista GTLex*, v. 1, n. 1, p. 52-65, 2015.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; OLIVEIRA, Isabela Fernanda do Nascimento. O nome social como uma categoria antroponímica para a garantia do princípio da dignidade da pessoa humana. *Caligrama*, v. 24, n. 3, p. 25-46, 2019.

AMBRAZAS, Vytatutas *et al.* (orgs.). *Lithuanian grammar*. Vilnius: Institute of Lithuanian Language, 1997.

ARAÚJO, Luís Edmundo. Roberto Carlos – Capítulo 1: a infância musical do Rei. *Isto É Gente*. 17 nov. 2003. Disponível em: https://www.terra.com.br/istoe-gente/224/reportagens/gente_fora_da_serie_01.htm. Acesso em: 19 dez. 2017.

ARIZA, Manuel. ¿Es propio el nombre propio? In: ALCAIDE, Esperanza R.; RAMOS, Maria del Mar; SALGUERO, Francisco J. (Eds.). *Estudios lingüísticos en torno a la palabra*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1993, p. 33-40.

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal*. Tradução de Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Murachco. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (original francês: *Grammaire générale et raisonnée.*).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Decreto nº 55. 588*, de 17 de março de 2010. Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. São Paulo, 17 mar. 2010. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-55588-17.03.2010.html>. Acesso em: 29 dez. 2017.

AZAMBUJA, Elizete Beatriz; CORREIA, Weruska Fagundes. Antropônimos em Aurilândia-GO: uma abordagem pelo viés da Semântica Histórica da Enunção. *RUA* [online], n. 15, v. 1, 2009. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=66>. Acesso em: 20 ago. 2010.

AZHNIUK, Bohdan; AZHNIUK, Lesia. Translating personal names in the USSR successor states: cross-cultural and sociolinguistic perspectives. In: CONGRÈS INTERNACIONAL D'ICOS SOBRE CIÊNCIAS ONOMÀSTIQUES, XXIV, 2014, Barcelona. *Actes [...]*. Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014. p. 256-260.

BAJO PÉREZ, Elena. *La caracterización morfosintáctica del nombre propio*. La Coruña: Toxosoutos, 2002.

BAJO PÉREZ, Elena. *El nombre propio en español*. Madrid: Arco Libros, 2008.

BALODIS, Paul. Latvian surnames motivated by profession. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ONOMASTIC SCIENCES, 2014, 25-29 August, Glasgow. HOUGH, Carole; IZDEBSKA, Daria. (eds.). *Proceedings [...]*. 2014, vol. 3. Anthroponomastics. Glasgow: University of Glasgow, 2016, p. 1-10.

BARROS, João de. *Grammatica da lingua portuguesa*. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540. Disponível em: <http://purl.pt/12148>. Acesso em: 24 maio 2017.

BARROS, Mariângela Estelita. Taxonomia antroponímica nas línguas de sinais – a motivação dos sinais-nomes. *Revista do Centro de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Rondônia*, v. 5, n. 2, 2018, p. 11-23. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/RE-UNIR/issue/view/376/showToc>. Acesso em: 24 abr. 2019.

BASSETO, Livia Maria Turra. A função de antropônimos na construção referencial. In: CONALI – CONGRESSO NACIONAL DE LINGUAGENS EM INTERAÇÃO, IV, 2013, Maringá. *Anais [...]*. Maringá: EDUEM, 2013, s/p.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 38. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BENATI, Chiara. Cultural references in *lost* anthroponomastics: revealing or misleading hints? In: CONGRÈS INTERNACIONAL D'ICOS SOBRE CIÊNCIAS ONOMÁSTIQUES, XXIV, Barcelona, 2014. *Actes [...]*. Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014, p. 2153-2164.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Formas de tratamento e estruturas sociais. *Alfa*, v. 18/19, p. 339-382, 1972-1973.

BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 2004.

BOULANGER, Jean-Claude; CORMIER, Monique C. *Le nom propre dans l'espace dictionnaire general: études de métalexigraphie*. Tübingen: Max Niemeyer, 2001.

BRAGA, Luciene Maria. *Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores de Mariana e Uberaba - MG*. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis

e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 abr. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 dez. 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015original.htm. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994. Dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8934.htm. Acesso em: 25 jan. 2020.

BRASIL. *Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997*. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 23 jan. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.708, de 18 de novembro de 1998. Altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre registros públicos, para possibilitar a substituição do prenome por apelidos públicos notórios. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 nov. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9708.htm. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 29 dez. 2017.

BRASIL. Lei complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967. Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais para a criação de novos municípios, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 nov. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp01.htm. Acesso em: 25 jan. 2020.

BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica*. Tradução de F. Aída et al. (trads.). São Paulo: Pontes/Educ, 1992 [1904].

BRIGHT, William. What is a name? Reflections on Onomastics. *Language and Linguistics* 44, p. 669-681, 2003.

BRITO, Adriano Naves de. *Nomes próprios: semântica e ontologia*. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

BUENO, Márcio. *A origem das palavras para crianças e jovens curiosos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

BURGE, Tyler. Reference and proper names. *Journal of Philosophy*, 70, p. 425-439, 1973. Disponível em: <http://philosophy.ucla.edu/wp-content/uploads/2016/08/RefAndPropNames.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2018.

CABRÉ, María Teresa et al. Nombre propio y formación de palabras. In: WOTJAK, Gerd (ed.). *En torno al sustantivo y adjetivo en el español actual: aspectos cognitivos, semânticos, (morfo) sintácticos y lexicogenéticos*. Frankfurt am Main: Vervuert / Madrid: Iberoamericana, 2000, p. 191-206.

CALLOU, Dinah. *A variação no português do Brasil: o uso do artigo definido diante de antropônimos*. Faculdade de Letras da UFRJ: Rio de Janeiro, 2000. (Série Conferências, v. 9.).

CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Demerval da (org.). *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997.

CÂMARA, Maria Nunes de Lima. O papel linguístico dos antropônimos na literatura machadiana. *Semioses*, Rio de Janeiro, n. especial, 2007, p. 1-6.

CAMARA, Tania Maria Nunes de Lima. Hipocorísticos, apelidos e crítica social: linguagem e estilo em Machado de Assis. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 32, 2013, p. 208-220.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989*. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Brasília, 1989. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1989/resolucaodacamaradosdeputados-17-21-setembro-1989-320110-norma-pl.html>. Acesso em: 28 dez. 2017.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

CAMARGO, Amanda Kristensen de. Pseudônimos e heterônimos na esfera jornalística contemporânea, *Temática*, João Pessoa, v. 14, n. 10, 2018, p. 203-218.

CAMILO, Elisabeth Maria de Souza. Presença de apelidos em cartas obituárias de Ouro Preto: distinção por gênero, *Revista do Seta*, Campinas-SP, v. 5, s.p., 2011.

CAMPOS, Jorge. *Os enigmas do nome: na interface lógica / semântica / pragmática*. Porto Alegre: AGE / EDIPUCRS, 2004.

CAMPOS JÚNIOR, Heitor da Silva. *A variação morfossintática do artigo definido na capital capixaba*. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2011. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_4663_.pdf. Acesso em: 20 abr. 2017.

CAMPOS JÚNIOR, Heitor da Silva. A variação morfossintática do artigo definido na capital capixaba. *Percursos Linguísticos*, Vitória, v. 2, n. 5, 2012, p. 22- 39.

CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia brasilica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

CARSENAT, Elian; SHOKENMAYER, Evgeny. Onomastic to measure culture bias in medical research. *In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ONOMASTIC SCIENCE*, 25, Glasgow, 25-29 August, 2014. HOUGH, Carole; IZDEBSKA, Daria. (eds.). *Proceedings [...]* Glasgow: University of Glasgow, 2016, p. 208-220.

CARVALINHOS, Patrícia de Jesus. As origens dos nomes de pessoas. *Domínios de Linguagem*: Revista Eletrônica de Linguística, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.dominiosdelinguagem.org.br/pdf/8.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2010.

CARVALINHOS, Patrícia de Jesus. Estudos de Onomástica em língua portuguesa no Brasil: perspectivas para inserção mundial. *In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia et al. (Org.). A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Etnotoponímia comparada e antroponímia: sistemas de nomeação e fundamentos do nome próprio. *Cadernos do CNLF*, v. XII, n. 9, p. 106-117, 2009.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Brief overview of unconventional (or exotic) first names in the Brazilian anthroponimic system. *In: FELECAN, O.; FELECAN, D. (Org.). Unconventional anthroponyms. Formation patterns and discursive function*. Newcastle-upon-Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2014, v. 1, p. 77-107.

CARVALHO, Ana Paula Mendes de. O comportamento linguístico dos jovens de Barra Longa/MG em relação ao uso do artigo definido diante de antropônimos. *Caletoscópio*, Ouro Preto, v. 5, n. 8, 2017, p. 69-90.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Ivo. A atribuição do nome próprio no espaço luso-brasileiro: dados paulistas. In: AGRELO, Ana Isabel Boullón (org.). *Novi te ex nomine: estudos filológicos oferecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2004, p. 245-256.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. *A gramática do Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexikon Digital, 2014.

CERQUEIRA, Rodrigo Mendes. Nome social: propósito, definição, evolução histórica, problemas e particularidades. *Jus.com.br*, ago. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/45219/nome-social-proposito-definicao-evolucao-historica-problemas-e-particularidades>. Acesso em: 29 dez. 2017.

CHAPANSKI, Gissele. *Uma tradução da Tékhne Grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português*. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

CHRISTIN, Anne-Marie (comp.). *El nombre propio: su escritura y significado a través de la historia en diferentes culturas*. Trad. Nilda Finetti. Barcelona: Gedisa, 2001.

CHUKWU, Uzoma. Science, Dénomination et partage du pouvoir: le cas des éponymes. *Meta*, v. XLI, n. 4, p. 591-603, 1996.

COSERIU, Eugenio. *Teoría del lenguaje y lingüística general: cinco estudios*. Madrid: Gredos, 1967.

COSERIU, Eugenio. *El hombre y su lenguaje: estudios de teoría metodología lingüística*. Madrid: Gredos, 1971.

COSTA, Iraneide Santos. *Uso do artigo definido diante de possessivo e de nome próprio de pessoa: período arcaico*. 1998. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

COSTA, Marcelo Timotheo da. Em nome do Pai: o Francisco de Assis de Leonardo Boff. *Topoi*, v. 17, n. 33, p. 444-467, 2016.

COUTO, Hildo Honório. Os apelidos do Cláudio. *Humanidades*, v. 11, p. 65-70, 1986.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

CURAT, Hervé; HAMLIN, Frank R. Désignation, référence et la distinction entre noms propres et noms communs. *Zeitschrift für romanische philologie*, Tübingen, v. 109, p. 1-15, 1993.

DAD = DICIONÁRIO AULETE DIGITAL. Lexikon, 2019. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

DAUZAT, Albert. *Les noms de personnes: origine et évolution (prénoms, noms de famille, surnoms, pseudonymes)*. Paris: Delagrave, 1934.

DAVID, Nismaria Alves; SIQUEIRA, Quênia Mara de Freitas. A nomeação do ser no processo narrativo: uma leitura do conto “João boi”, de Bernardo Élis. *Guavira Letras*, Três Lagoas- MS, n. 18, 2014, p. 36-52.

DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael. *Corpus do Português. Web/Dialects*, 2016. Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/web-dial/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

D’CRUZ, Mark. A theory of ordinary proper names. *Mind*, vol. 109, p. 721-756, oct. 2000.

DE FELICE. *Dizionario dei nomi italiani. Origine, etimologia, storia, diffusione e frequenza di oltre 18.000 nomi*. Milão: Arnoldo Mondadori, 1986.

DEHLP = HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO. Instrução normativa DREI nº 15, de 5 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a formação do nome empresarial, sua proteção e dá outras providências. Brasília: *Diário Oficial da União*, 2013. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/micro-e-pequenas-empresa/drei/instrucoes-normativas-drei/2-uncategorised/3166-instrucoes-normativas-em-vigor-drei>. Acesso em: 29 abr. 2019.

DIAS, Ana Lourdes Cardoso. Antropônimos: interação linguística e sociocultural. In: AGUIAR; Maria Sueli de; CASTRO, Maria Célia Dias de; DIAS, Ana Lourdes Cardoso (orgs). *Onomástica e a identidade do homem*. Goiânia: Imprensa Universitária, 2018, p. 237-274.

DIAS, Melina Rezende; FARIA, Glauciane da Conceição dos Santos. O artigo definido diante de antropônimo: um estudo comparativo entre as cidades mineiras de Ponte Nova e Ouro Branco. *Caletrosópio*, Ouro Preto, v. 5, n. 8, 2017, p. 51-68.

DÍAZ HORMIGO, María Tadea. Nombre común, nombre propio y antonomasia. *Trivium – Anuario de Estudios Hispánicos*, Jerez de la Frontera, n. 7, nov. 1995.

DÍAZ ROJO, José Antonio. Nociones de neología: la formación de derivados y compuestos a partir de nombres de personas. *Panace@*, Alicante, n. 5, p. 25-30, sept. 2001.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos*. 1980. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

DICK, Maria Vicentina de P. do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DISCURSO do Santo Padre Francisco. A Santa Sé, 16 mar. 2013. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/march/documents/papa-francesco_20130316_rappresentanti-media.html. Acesso em: 26 dez. 2017.

DI TULLIO, Ángela. *Manual de gramática del español*. Buenos Aires: La isla de la Luna, 2005.

DONNELLAN, Keith Sedgwick. Proper names and identifying descriptions. *Synthese*, v. 21, p. 335-358, 1970.

DRUMOND, Carlos. Uma “ilha” bororo na toponímia brasileira. *Boletim Paulista de Geografia*, v. 17, p. 22-42, 1954.

DRUMOND, Carlos. *Contribuição do bororo à toponímia brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1965.

DUDA, Gabriela. Les noms propres dans la poésie de Mihai Eminescu. In: CONGRÈS INTERNACIONAL D'ICOS SOBRE CIÈNCIES ONOMÀSTIQUES, XXIV, Barcelona. *Proceedings* [...] Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014. *Actes* [...]. Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014. p. 2184-2193.

DŽEŽULSKIENĖ, Judita. *Kalbu lietuviškai: Lithuanian for beginners*. Kaunas, Lit.: Kauno technologijos universitetas, 2014.

ECKERT, Kleber. Quem é quem? Um estudo antroponímico a partir dos sobrenomes do município de Lajeado-RS. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 7, n. 1, 2013, p. 139-159.

ECKERT, Kebler. Os sobrenomes dos alunos do IFRS, campus Bento Gonçalves: um estudo onomástico. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 10, n. 1, 2016, p. 46-66.

ECKERT, Kleber. Os nomes dos alunos do IFRS – campus Bento Gonçalves: um estudo onomástico. *Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*. Canoas-RS, v. 6, n. 1, 2017, p. 1-18.

ECKERT, Kleber; RÖHRIG, Maiquel. Os sobrenomes dos habitantes de Estrela –RS: um estudo onomástico. *Caletroscópio*, Ouro Preto, v. 3. n. 5, 2016a, p. 61-85.

ECKERT, Kleber; RÖHRIG, Maiquel. Antroponímia ficcional: o caso de Ubirajara, de José de Alencar. *Revista GTLex*, Uberlândia, v. 2. n. 1, 2016b, p. 170-189.

ECKERT, Kleber; RÖHRIG, Maiquel. Onomástica literária em Graciliano Ramos: os nomes dos personagens de *Vidas Secas* e de *São Bernardo*. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, 2018, p. 1277- 1294.

ESTELA RUIZ, Blanca. De afectos y costumbres, el acto de nombrar. La risa y la alegría que habitan en los nombres de persona. In: CONGRÉS INTERNACIONAL D'ICOS SOBRE CIÈNCIES ONOMÀSTIQUES, XXIV, 2011, Barcelona. *Actes: Els noms en la vida quotidiana [...]* Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014. Annex. Secció 5, p. 884-890.

FALCHI, Flávia Leonel; AGUIAR, Maria Suelí de. Distribuição mitológica de antropônimos no Noke Koin. In: AGUIAR, Maria Suelí de; CASTRO, Maria Célia Dias de; DIAS, Ana Lourdes Cardoso (orgs). *Onomástica e a Identidade do Homem*. Goiânia: Imprensa Universitária, 2018, p. 301-338.

FARIA, Glauciane da Conceição dos Santos. *Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo na cidade mineira de Ponte Nova: um estudo socio-linguístico*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

FARGETTI, Cristina Martins. Questões sobre a antroponímia Juruna. *In*: AGUIAR; Maria Sueli de; CASTRO, Maria Célia Dias de; DIAS, Ana Lourdes Cardoso (orgs). *Onomástica e a identidade do homem*. Goiânia: Imprensa Universitária, 2018, p. 275-300.

FAURE, Roberto. *Diccionario de nombres propios*. Madrid: Espasa Calpe, 2002.

FELECAN, Oliviu. A psycholinguistic approach to nicknamming (Whit references given by students to teachers). *In*: INTERNATIONAL CONGRESS OF ONOMASTIC SCIENCES, 25, Glasgow, 25-29 August, 2014. *Proceedings* [...]. Glasgow: University of Glasgow, 2016. p. 65-81.

FERNÁNDEZ LEBORANS, María Jesús. El nombre propio. *In*: BOSQUE MUÑOZ, Ignacio; DEMONTE BARRETO, Violeta (dir.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999. vol. 1: sintaxis básica de las clases de palabras, p. 77-128.

FERNÁNDEZ MORENO, Luis. *La referencia de los nombres propios*. Madrid: Trotta, 2006.

FLAUX, Nelly. L'antonomase du nome propre ou la mémoire du référent. *Langue française: Syntaxe et sémantique des noms propres*, apresentado por M.-N. Gary-Prieur, Paris, Larousse, v. 92, déc. 1991.

FLAUX, Nelly. La catégorisation du nom propre. *In*: COLOQUE DE BREST, Brest, 21-24 avril, 1994. NOAILLY, Michèle (ed.) Actes [...]. Paris: Klincksieck, 1995. p. 63-73.

FONTANT, Magali. Sur le traitement lexicographique d'un procédé linguistique: l'antonomase de nom propre. *Cahiers de lexicologie*, n. 73, p. 5-41, 1998.

FONTES, Henrique. *Digressões antroponímicas*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1950.

FORSGREN, Mats. Nom propre, référence, prédication et fonction grammaticale. In: COLOQUE DE BREST, Brest, 21-24 avril, 1994. NOAILLY, Michèle (ed.) Actes [...]. Paris: Klincksieck, 1995. p. 95-105.

FOWLER, Alastair. Proper Naming: Personal names in literature. *Essays in Criticism*, Oxford, v. 58, n. 2, p. 97-119, 2008.

FRAI, Patricia Helena. *Motivação para a escolha de um segundo nome na antroponímia rondonense*. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras – Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.

FRAI, Patricia Helena. Sócio-onomástica: uma nova abordagem metodológica. *Entreletras*, Araguaína, v. 7, n. 1, 2016, p. 91-106.

FRÄNDÉN, Märit. Surnames in the Melting Pot: Presentation of a project on surnames and immigration. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ONOMASTIC SCIENCES, 25, Glasgow, 25-29 August, 2014. HOUGH, Carole; IZDEBSKA, Daria. (eds.). *Proceedings Names and their environment* [...]. Glasgow: University of Glasgow, 2016, p. 233-237.

FREGE, Gottlob. Ausführung über Sinn und Bedeutung. In: GABRIEL, Gottfried. (org.). *Schriften zur Logik und Sprachphilosophie*. 3.ed. Hamburgo: Felix Meiner, 1971.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. 2. ed. amp. e rev. São Paulo: EDUSP, 2009.

FREITAS, Maria de Cláudia de; VIOLETA, Quental; ARANHA, Christian Nunes. Aprendendo nomes próprios. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, IV, Brasília, 2005. *Anais* [...]. Brasília: Editora Unb, 2005, p. 431-437. Disponível em: <http://www.abralin.org/publicacao/abralin2005.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2007.

GALINKIN, Ana Lúcia. Judaísmo e identidade judaica. *Interações – cultura e comunidade*, v. 3, n. 4, p. 87-98, 2008.

GARCÍA-CASTAÑÓN, Santiago. *Diccionario de epónimos del español*. Gijón: Trea, 2001.

GARCÍA GALLARÍN, Consuelo. *Los nombres de pila españoles*. Madrid: Ediciones del Prado, 1998.

GARCÍA GALLARÍN, Consuelo; GARCÍA GALLARÍN, Celeste. *Deonomástica hispánica: vocabulario científico, humanístico y jergal*. Madrid: Editorial Complutense, 1997.

GARCÍA SUÁREZ, Alfonso. *Modos de significar: una introducción temática a la filosofía del lenguaje*. Madrid: Tecnos, 1997.

GARDINER, Alan. *Egyptian grammar: being an introduction to the study of hieroglyphs*. 3. ed. Oxford: Griffith Institute, 1957.

GARY-PRIEUR, Marie-Noëlle. Du Bach, Du Colette: neutralisation du genre et recatégorisation des noms de personnes. *Le français moderne*, Paris, v. LVIII, n. 3/4, p. 174-189, out. 1990.

GARY-PRIEUR, Marie-Noëlle. *Grammaire du nom propre*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

GARY-PRIEUR, Marie-Noëlle. Le nom propre, suite. *Travaux de linguistique*, Louvain-la-Neuve, v. 30, p. 93-102, 1995.

GARY-PRIEUR, Marie-Noëlle. *L'individu pluriel: les noms propres et le nombre*. Paris: CNRS, 2001.

GARY-PRIEUR, Marie-Noëlle. Où il est montré que le nom propre n'est (presque) jamais «modifié». *Langue Française – noms propres : la modification*, Paris: Larousse, n. 146, p. 53-66, 2005.

GARY-PRIEUR, Marie-Noëlle. Le nom propre como catégorie de la grammaire. *Langue Française*, v. 190, n. 2, p. 45-64, 2016.

GDH = GRANDE DICIONÁRIO HOUAISS. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#0>. Acesso em: 26 jan. 2019.

GEBARA, Mansur Bittar; PUPO JÚNIOR, Rubens de Almeida. *Epônimos na prática médica*. São Paulo: Lemos, 1997.

GENERALITAT DE CATALUNYA. In: CONGRÈS INTERNATIONAL D'ICOS SOBRE CIÈNCIES ONOMÀSTIQUES, XXIV, Barcelona, 2011. *Actes [...]*. Biblioteca Técnica de Política Lingüística, 2014.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. A morfologia prosódica e o comportamento transderivacional da hipocorização no português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2004, p. 7-38.

GONZALES CRUZ, Eliana. El proceso de denominación en la caracterización de personajes scorzianos. In: CONGRÈS INTERNACIONAL D'ICOS SOBRE CIÈNCIES ONOMÀSTIQUES, XXIV, 2011, Barcelona. *Actes: Els noms en la vida quotidiana [...]* Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014. Annex. Secció 5, p. 2230-2241.

GONZÁLEZ, Diana. Algunas consideraciones en torno al nombre propio. *Lengua y sociedad*, vol. 7, n. 2, p. 103-108, out. 2004.

GRANGER, Gilles. À quoi servent les noms propres? *Langages*, v. 66, p. 21-36, juin 1982.

GRESPLAN, Taiana. Antroponímia de Toledo – Paraná -1954-2004: aspectos inovadores. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras – Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2012.

GUARINES, Deborah Cavalcante de Oliveira Salomão. *Do direito fundamental ao uso do nome social por candidatos a cargos eletivos: uma interpretação constitucional*. 2017. Monografia (Direito e Processo Eleitoral), Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://bdjur.tjce.jus.br/jspui/handle/123456789/695>. Acesso em: 9 jun. 2018.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Ave Maria, 1981.

HAJDÚ, Mihály. The History of Onomastics. *Onomastica Uralica*, v. 2, p. 7-45, 2002. Disponível em: <http://nevtan.arts.unideb.hu/nevtan/tagozat/06hajdu.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: história e sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz e Centro de Estudos nipo-brasileiros, 1984.

HASPELMATH, Martin. *Indefinite pronouns*. Oxford (Oxford studies in typology and linguistic theory): Clarendon, 1997.

HAVLIK, Martin. Can Czechs read Polish names? Problems with the adaptation of foreign anthroponyms and topononym. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ONOMASTIC SCIENCES, 25, Glasgow, 25-29 August, 2014. HOUGH, Carole; IZDEBSKA, Daria. (eds.). *Proceedings: names and their environment [...]*. Glasgow: University of Glasgow, 2016, p. 41-50.

HENRIQUES, Stefania Montes. O nome próprio nos manuscritos saussurianos. In: SILEL, v. 2, n. 2, Uberlândia, 2011. *Anais [...]*. Uberlândia: EDUFU, 2011. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2011_994.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.

HENRIQUES, Stefania Montes. Sobre teoria antroponímica. *Revista Argentina de Historiografía Lingüística*, Argentina, v. 7, n. 1, 2015, p. 31-38.

HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. Estudo e tradução: Jaa Torrano. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1995.

HOLMES, Urban Tigner. A study in Negro Onomastics. *American Speech*, v. 5, n. 6, p. 463-467, August, 1930. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/452375?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 22 ago. 2013.

HOUGH, Carole. *The Oxford handbook of names and naming*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

HOUGH, Carole; IZDEBSKA, Daria. (eds.). Names and their environment. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ONOMASTIC SCIENCES, 25, Glasgow, 25-29 August, 2014. HOUGH, Carole; IZDEBSKA, Daria. (eds.). *Proceedings: names and their environment* [...]. Glasgow: University of Glasgow, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Nomes no Brasil*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#!/search>. Acesso em: 19 dez. 2017.

JANSON, Torre. *A história das línguas: uma introdução*. São Paulo: Parábola, 2015.

JILKOVÁ, Lucie. Pronunciation of Hungarian proper names. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ONOMASTIC SCIENCES, 25, Glasgow, 25-29 August, 2014. HOUGH, Carole; IZDEBSKA, Daria. (eds.). *Proceedings: names and their environment* [...]. Glasgow: University of Glasgow, 2016, p. 60-68.

JONASSON, Kerstin. *Le nom propre: constructions et interprétations*. Louvain-la-Neuve: Duculot, 1994.

JORDÀ, Joan Pau; PUJADAS-MORA, Joana Maria; CABRÈ, Anna. Surnames and migration: The Barcelona Area (1451-1900). In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ONOMASTIC SCIENCES, 25, Glasgow, 25-29 August, 2014. HOUGH, Carole; IZDEBSKA, Daria. (eds.). *Proceedings: names and their environment* [...]. Glasgow: University of Glasgow, 2016, p. 131-p. 142.

KALLIO, Maija. Finnish female name patternn with the suffix *-iina*. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ONOMASTIC SCIENCES, 25, Glasgow, 25-29 August, 2014. HOUGH, Carole; IZDEBSKA, Daria. (eds.). *Proceedings: names and their environment* [...]. Glasgow: University of Glasgow, 2016, p. 144- p. 153.

KALUŻYŃSKA, Irena. Names of Chinese singsongs (up to the end of the 19th century). In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ONOMASTIC SCIENCES, 25, Glasgow, 25-29 August, 2014. HOUGH, Carole; IZDEBSKA, Daria. (eds.). *Proceedings: names and their environment* [...]. Glasgow: University of Glasgow, 2016, p. 154-p. 163.

KEMPINSKA, Olga. Nomes próprios em Paulo Leminski. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 28, jan/jun 2011, p. 233-247.

KLEIBER, Georges. *Problèmes de référence: descriptions définies et noms propres*. Paris: Klincksieck, 1981.

KLEIBER, Georges. Du nom propre nom modifié au nom propre modifié: le cas de la détermination des noms propres par l'adjectif démonstratif. *Langue française: Syntaxe et sémantique des noms propres*, Paris, Larousse, v. 92, p. 104-112, 1991.

KLEIBER, Georges. Mais qui donc est sur l'étagère de gauche? ou Faut-il multiplier les référents? *Travaux de linguistique et de philologie*, Strasbourg-Nancy, v. XXX, p. 82-103, 1992.

KLEIBER, Georges. *Nominales: essais de sémantique référentielle*. Paris: Armand Colin, 1994.

KLEIBER, Georges. Sur la définition des noms propres: une dizaine d'années après. In: COLOQUE DE BREST, Brest, 21-24 avril, 1994. NOAILLY, Michèle (ed.). *Actes: Nom propre et nomination* [...]. Paris: Klincksieck, 1995. p. 11-36.

KLEIBER, Georges. Noms propres et noms communs: un problème de dénomination. *Meta*, XLI, 4, p. 567-589, 1996.

KLEIBER, Georges. *Problèmes de sémantique: la polysémie en questions*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 1999.

KLEIBER, Georges. Les noms propres "modifiés" para *même*. *Langue française*, n. 146, p. 114-126, 2005.

KLEIBER, Georges. Retour sur les noms propres standard modifiés. *Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, v. 1, n. 1, p. 33-51, 2006.

KLEIBER, Georges. Noms propres: dénomination et catégorisation. *Langue française*, n. 190, p. 29-44, 2016.

KRIPKE, Saul Aaron. *Naming and necessity*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

KVAŠYTĒ, Regina. Fairy Tales about Flowers by Anna Sakse: proper names in their Latvian original and Lithuanian translation. In: CONGRÉS INTERNACIONAL D'ICOS SOBRE CIÊNCIAS ONOMÁSTICAS, XXIV, 2011, Barcelona. *Actes: Els noms en la vida quotidiana* [...] Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014. Annex. Secció 9, p. 2265-2269.

LANGAGES: Le nom propre, ed. Jean Molino, Paris, Larousse, v. 66, juin 1982.

LANGUE FRANÇAISE – Syntaxe et sémantique des noms propres, apresentado por M.-N. Gary-Prieur, Paris, Larousse, v. 92, déc. 1991.

LANGUE FRANÇAISE – Noms propres: la modification, Paris, Larousse, v. 146, juin 2005.

LANGUE FRANÇAISE – Noms propres, ed. Nicolas Laurent, Paris, Larousse, v. 190, juin 2016.

LA STELLA, Enzo. *Dizionario storico di deonomastica: vocaboli derivati da nomi propri, con le corrispondenti forme francesi, inglesi, spagnole e tedesche*. Firenze: Leo S. Olschki, 1984.

LA TORRE, Antonia. Among ghosts and multiple identities: Names, literary echoes and metaliterature in “*The New York Trilogy*” by Paul Auster. In: CONGRÉS INTERNACIONAL D’ICOS SOBRE CIÈNCIES ONOMÀSTIQUES, XXIV, 2011, Barcelona. *Actes: Els noms en la vida quotidiana [...]* Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014. Annex. Secció 9, p. 2270-2276.

LECOMTE-HILMY, Anne. Du statut linguistique des noms propres dans cinq dictionnaires français. *Cahiers de lexicologie*, n. 54, p. 7-32, 1989.

LEINO, Antti. Man, woman or me? Conflicting identities as evidenced by cross-gender name changes. In: CONGRÉS INTERNACIONAL D’ICOS SOBRE CIÈNCIES ONOMÀSTIQUES, XXIV, 2011, Barcelona. *Actes: Els noms en la vida quotidiana [...]* Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014. Annex. Secció 5, p. 803-861.

LEIRNER, Piero de Camargo. Sobre “nomes de guerra”: classificação e terminologia militares. *Etnográfica*, v. 12, n. 1, p. 195-214, 2008.

LEITE, Cláudia Aparecida de Oliveira. *O nome próprio e sua relação com o inconsciente*. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LEMINSKI, Paulo. *Caprichos et relaxos*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LEMINSKI, Paulo. *Agora é que são elas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEMINSKI, Paulo. *Ensaio e anseios crípticos*. Curitiba: Pólo Editorial do Paraná, 1997.

LEROY, Sarah. *Entre identification et catégorisation, l'antonomase du nom propre en français*. 2001. Tese (Doutorado, UFR I – Lettres, Arts, Philosophie, Linguistique) – Université Montpellier III – Paul Valéry, Montpellier, 2001.

LEROY, Sarah. *Le nom propre en français*. Paris: Ophrys, 2004.

LESAY, Jean Damien. *Les personnages devenus mots*. Paris: Belin, 2004.

LETELIER, Valentín. *Ensayo de onomatología ó estudio de los nombres propios y hereditarios*. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez; Santiago de Chile: Librería Inglesa de Hume, 1906.

LEXIQUE – Les noms propres: nature et détermination, Villeneuve d'Ascq: Presses universitaires du septentrion, v. 15, 2000.

LIMA, Bruno Cavalcanti. A hipocorização como processo não concatenativo de formação de palavras em português: a interface morfologia-fonologia em destaque. *Domínios da Linguagem*, Uberlândia, v. 11, n. 3, 2017, p. 782-803.

LINS, Osman. Retábulo de Santa Joana Carolina. In: OSMAN, Lins. *Nove, novena*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 72-117.

LONGOBARDI, Giuseppe. Reference and proper names: a theory of N-movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry*, v. 25, n. 4, p. 609-664, 1994.

LOPES, Tereza Tayná Coutinho; FERREIRA, Marília de Nazaré de Oliveira. Onomástica Parkatêjê: aspectos semânticos dos nomes próprios de pessoas. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, 2018, p. 1177-1200.

LÓPEZ FRANCO, Yolanda Guillermina. *Un siglo de nombres de pila en Tlalnepantla de Baz*. Estudio lexicológico y sociolingüístico. México: Plaza y Valdés, 2011.

LÓPEZ FRANCO, Yolanda Guillermina. Comparaison des prénoms attribués en 1970 et 1975 dans deux communes romanophones: Tlalnepantla de Baz au Mexique, et Montpellier en France. Une approche socio-anthroponymique. In: CONGRÈS INTERNACIONAL D'ICOS SOBRE CIÊNCIAS ONOMÁSTICAS, XXIV, 2011, Barcelona. *Actes: Els noms en la vida quotidiana [...]* Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014. Annex. Secció 5, p. 821-832.

LÓPEZ GARCÍA, Ángel. Lo propio del nombre propio. *Lingüística Española Actual*, Madrid, v. VII, n. 1, p. 37-54, 1985.

LÓPEZ GARCÍA, Ángel. Clases de nombres propios. In: WOTJAK, Gerd (ed.). *En torno al sustantivo y adjetivo en el español actual: aspectos cognitivos, semánticos, (morfo)sintácticos y lexicogenéticos*. Frankfurt am Main: Vervuert / Madrid: Iberoamericana, 2000, p. 183-189.

LOUREDO RODRÍGUEZ, Eduardo. On the use of the article with people's proper names in Galician. *Dialectologia*, v. V, núm. especial, 2015, p. 167-190.

LOZANO RAMÍREZ, Mariano. *Contribución al estudio del apodo en el habla bogotano*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1999.

LUCINI, Luciana. *Hipocorização sob a perspectiva variacionista*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Letras, Porto Alegre, 2010.

LYONS, John. *Semântica*. v. 1. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1977.

LYONS, John. *Introdução à linguística teórica*. Trad. Rosa Virgínia Mattos e Silva; Hélio Pimentel. São Paulo: Ed. Nacional/Ed. da USP, 1979 [1968].

LYONS, John. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Trad. Marilda Winkler Averbur; Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1987 [1981].

MABUZA, Mandinda Elias. Individual names and personality: a consideration of some beliefs. In: CONGRÉS INTERNACIONAL D'ICOS SOBRE CIÈNCIES ONOMÀSTIQUES, XXIV, 2011, Barcelona. *Actes: Els noms en la vida quotidiana [...]* Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014. Annex. Secció 5, p. 833-841.

MAIA, Dhiego. Mais de 2.000 pessoas trans já mudaram de nome em cartório em um ano. *Folha de S.Paulo*, 27 jun. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/sp-concentra-64-dos-transgenero-que-decidiram-mudar-nome-em-documentos.shtml>. Acesso em: 4 jul. 2019.

MARIANO, Victor Cavalcanti. A antroponímia dos matriculados na sociedade protetora dos desvalidos durante a segunda década do século XX. *Entre Palavras*, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2013.

MARTIN, Robert M. *The meaning of language*. Cambridge: MIT, 1987.

MARTINS, Andérbio Marcio Silva *et al.* Antroponímia Kaiowá. In: AGUIAR, Maria Sueli de; CASTRO, Maria Célia Dias de; DIAS, Ana Lourdes Cardoso (orgs.). *Onomástica e a identidade do homem*. Goiânia: Imprensa Universitária, 2018, p. 339-400.

MARTINS, José de Souza. Revelações dos nomes de urna. *Valor Econômico*, 5 out. 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/cultura/5905881/revelacoes-dos-nomes-de-urna>. Acesso em: 11 maio 2019.

MARTINS, Francisco. *O nome próprio: da gênese do eu ao reconhecimento do outro*. Brasília: UNB, 1991.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. Adaptação fonológica de nomes próprios de origem estrangeira: comparação entre Português Arcaico e Português Brasileiro. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 40, n. 2, 2011, p. 795-807.

MELHEM, Sergio. *Dicionário de epônimos* (anatomia, embriologia, histologia). Taubaté: Universidade de Taubaté, 1996.

MENDES, Andréia Almeida. *A ausência ou a presença de artigo definido diante de nomes próprios na fala dos moradores da zona rural de Abre Campo e Matipó – MG*. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MENDES, Andréia Almeida. A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na zona rural das cidades de Matipó e Abre Campo. In: DOGLIANI, Evelyne Jeanne Andrée Angèle Madeleine; COHEN, Maria Antonieta Amarante Mendonça (orgs.). *Pelas trilhas de Minas: a língua nas Gerais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2011. p. 103-125.

MENDES, Andréia Almeida. Uma breve análise a respeito dos nomes próprios. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, t. 1, 2012, p. 1243-1253.

MENDES, Andréia Almeida. *A ausência e/ou presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores das cidades de Abre Campo e Matipó: um estudo sociolinguístico*. 2015. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MENDES, Andréia Almeida. A variação sintática do artigo definido diante de antropônimos em Abre Campo e Matipó: dados de língua escrita pretérita. *Caleidoscópio*, Ouro Preto, v. 5, n. 8, 2017, p. 34-50.

MENDES, Soélis Teixeira do Prado. *A ausência de artigo definido diante de nomes próprios no português mineiro da comunidade de Barra Longa: um caso de retenção?* 2000. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

MENON, Odete Pereira da Silva. Presença/ausência de artigo definido diante de nomes próprios no PB. In: ENCONTRO REDE SUL LETRAS, 4, Palhoça-RS, 2016. *Anais [...]*. Palhoça, 2016, p. 729- 738. Disponível em: <http://linguagem>.

unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/sulletras/PDF/Odete-Menon.pdf. Acesso em: 26 jan. 2020.

MEXIAS-SIMON, Maria Lucia; OLIVEIRA, Aileda de Mattos. *O nome do homem: reflexões em torno dos nomes próprios*. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação, 2004.

MEYER, Bernard; BALAIN, Jean Daniel. Autour de l'antonomase de nom propre. *Poétique: revue de théorie et d'analyse littéraires*, v. 46, p. 183-199, 1981.

MICHAELSSON, Karl. *Études sur les noms de personne français d'après les rôles de taille parisiens*. Uppsala-Suécia: Universidade de Uppsala, 1927.

MIGLIORINI, Bruno. *Dal nome proprio al nome comune*. Firenze: Leo S. Olschki, 1927.

MILL, John Stuart. Sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos. In: BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção *Os pensadores*, v. 34.)

MIRANDA, Florencia. O nome próprio como organizador textual. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, XIX, Lisboa, 2003. *Actas [...]*. Lisboa: APL, 2003, p. 569-579.

MOISÉS, Juliana de Assis. *O "lugar" do artigo no discurso: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte*. 1995. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

MOLINO, Jean. Le nom propre dans la langue. *Langages*, v. 66, p. 5-20, juin 1982.

MONJOUR, Alf. Les formations déanthroponymiques en portugais. In: INTERNATIONALEN KONGRESSES FÜR NAMENSFORSCHUNG, 18, Trier,

1993. KREMER, Dieter (org.). *Akten: Onomastik: Band V – Onomastik und Lexikographie Deonomastik [...]*. Tübingen: Max Niemeyer, 2002. p. 101-113.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. São Paulo: Pontes, 1991.

MORALA, José R. El nombre propio ¿objeto de estudio interdisciplinar? *Contextos*, León, v. 8, p. 49-61, 1986.

MOTA, Maria Alice. Formas de referência a pessoas: uma abordagem variacionista. 2013. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MOYA, Virgilio. *La traducción de los nombres propios*. Madrid: Cátedra, 2000.

MÜLLER, Ana Lúcia de Paula; NEGRÃO, Esmeralda Vailati. O uso do artigo definido antes do nome próprio em português: uma análise semântica. In: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS – SEMINÁRIOS DO GEL, XVII. *Anais [...]*. São Paulo: USP/GEL, p. 530-540, 1989.

MUTSUKAWA, Masahiko. Phonological and semantic gender differences in English and Japanese given names. In: CONGRÉS INTERNACIONAL D'ICOS SOBRE CIÈNCIES ONOMÀSTIQUES, XXIV, 2011, Barcelona. *Actes: Els noms en la vida quotidiana [...]* Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística. Annex. Secció 3, 2014. p. 370-377.

NABÃO, Rosangela Martins. *O estudo de nomes próprios de nipo-brasileiros de Terra Roxa*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Unioeste, Cascavel, Paraná, Brasil, 2007.

NAIR, Gwyneth; SCHERR, Jennifer. What were women really called? Pet forms of female names in English parish registers, 1540-1800. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ONOMASTICS SCIENCES, 25, Glasgow, 25-29 August, 2014. HOUGH, Carole; IZDEBEBSKA, Daria (eds.). *Proceedings: names and their environment [...]*. Glasgow: University of Glasgow, 2016, p. 256-262.

NAWA, Takako. *Bilinguismo e mudança de código: uma proposta de análise com os nipo-brasileiros residentes em Brasília*. 1988. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília -UNB, Brasília, 1988.

NAWA, Takako. Bilinguismo e mudança de código: uma proposta de análise com os nipo-brasileiros residentes em Brasília. In: TARALLO, Fernando. *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes/ Unicamp, 1989, p. 199-215.

NERLICH, Brigitte; CLARKE, David D. *Language, action and context: The early history of pragmatics in Europe and America, 1780-1930*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1996.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

NEVES, Orlando. *Dicionário do nome das coisas e outros epónimos*. Lisboa: Notícias, 2004.

NOAILLY, Michèle. “L’énigmatique Tombouctou”: nom propre et position de l’épithète. *Langue française: Syntaxe et sémantique des noms propres*, apresentado por M.-N. Gary-Prieur, Paris, Larousse, v. 92, p. 104-112, déc. 1991.

NOAILLY, Michèle (ed.). Nom propre et nomination. In: COLLOQUE DE BREST, 24-24 avril, 1994. *Actes [...]*. Paris: Klincksieck, 1995.

NOAILLY, Michèle. La querelle des noms propres. *Modèles linguistiques*, v. XX, 1, p. 107-112, 1999.

NOAILLY, Michèle. “Ce même Bajazet”: nom propre et principe d’identité. *Lexique – Les noms propres: nature et détermination*, Villeneuve d’Ascq: Presses universitaires du septentrion, v. 15, p. 21-34, 2000.

NOLASCO, Daniele de França; HOSOKAWA, Antonieta Buriti de Souza. O estudo das origens dos nomes de pessoas através dos manuscritos do acervo

Guiomard Santos, *Revista Philologus*, Rio de Janeiro-RJ, v. 18, n. 54 (suplemento), 2012, p. 479-490.

NOVAES, Mariluci. A letra e o significante-nome próprio na psicose. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, vol. 18, n. 1, p. 87-105, jan/jun 2006.

NÜBLING, Damaris; FAHLBUSCH, Fabian; HEUSER, Rita. *Namen: eine Einführung in die Onomastik*. Tübingen: Narr Francke Attempto, 2015.

OGUIDO, Homero. *De imigrantes a pioneiros: a saga dos japoneses no Paraná*. Londrina: Ipê, 1988.

OJĀRS, Bušs. Some Theoretical Aspects of the Translation of Proper Names. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ONOMASTIC SCIENCES, 25, Glasgow, 25-29 August, 2014. HOUGH, Carole; IZDEBSKA, Daria. (eds.). *Proceedings: names and their environment [...]*. Glasgow: University of Glasgow, 2016, p. 4-10.

OLIVEIRA, Fernão. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Casa d’Germão Galharde, 1536. Disponível em: <http://purl.pt/120>. Acesso em: 24 maio 2017.

OLIVEIRA, Roberta Pires. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, v. 2. São Paulo: Cortez, 2001, p. 17- 46.

OLIVEIRA FILHO, Jurandir Soares. *Palavras oriundas, pelo processo eponímico, de antropônimos: classificações*. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2001.

OROZ, Rodolfo. Sobre los adjetivos derivados de apellidos en la lengua española. *Boletín de Filología*, Santiago de Chile, v. IX, p. 105-120, 1956-1957.

ORTEGA OJEDA, Gonzalo. La Competencia onomástica dialectal, a propósito del caso canario. *Revista de Filología de la Universidad de La Laguna*, n. 13, p. 291-307, 1994.

OSUNA GARCÍA, Francisco. Los nombres propios: ¿lexemas o morfemas? *Revista de Filología Española*, Madrid, v. LXXXIII, n. 1-2, p. 93-132, 2003.

PAIKKALA, Sirkka. Which name upon marriage? Family names of women in Finland. In: CONGRÉS INTERNACIONAL D'ICOS SOBRE CIÈNCIES ONOMÀSTIQUES, XXIV, 2011, Barcelona. *Actes: Els noms en la vida quotidiana [...]* Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística. Annex. Secció 5, 2014, p. 853-891.

PENHA, João Alves. Projeto de estudo da norma linguística culta de algumas das principais capitais do Brasil. *Alfa Revista de Linguística*, v. 16, 1970, p. 345-349.

PEREIRA, Déreck K. Ferreira; SILVA, Cláudia Roberta Tavares. As atitudes linguísticas de serratalhadenses sobre a realização de artigo definido diante de antropônimos. *Inderdisciplinar – Revista de Estudos em Linguagem*. São Cristóvão-SE, n. 29, 2018, p. 109-131.

PÉREZ OTERO, Manuel. *Esbozo de la filosofía de Kripke*. Barcelona: Montecosinos, 2006.

PESSOA, Fernando. Tábua bibliográfica. *Presença*, v. 17, 1928. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/2700>. Acesso em: 21 dez. 2017.

PETKOVA, Gergana. Slavonic person names, derived from a roman agnomen. *Speech and contexts*, v. VIII, 2016, Bălți, Moldavia: Bălți University Press, p. 17-21. Disponível em: http://dspace.usarb.md:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3102/limbaj_context_1-2_2016.pdf?sequence=1&isAllowed=y#page=17. Acesso em: 21 de fev. 2018.

PHARIES, David. *Diccionario etimológico de los sufijos españoles y de otros elementos finales*. Madrid: Gredos, 2002.

PIATTO, Vânia Belintani; BATIGÁLIA, Fernando; NEVES, Antônio de Pádua. Terminologia médica e o uso de epônimos. *HB Científica*, v. 7, n. 3, set-dez. 2000.

PINTO, Edith Pimentel. (sel. e apres.). *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1- 1820/1920 – Fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

PROJETO Norma Linguística Urbana Culta – RJ. *Histórico do projeto*. S.l., S.d. Disponível em: <http://www.nurcrj.lettas.ufrj.br/home.htm>. Acesso em: 21 dez. 2018.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Nomes e sobrenomes: a antroponímia em Terras do Sem Fim, Romance de Jorge Amado. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, v. 21. n. 63, 2015, p. 130-138.

RAINER, Franz. La derivación adjetival. In: BOSQUE MUÑOZ, Ignacio; DEMONTE BARRETO, Violeta (dir.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. v. 3. Madrid: Espasa Calpe, 1999, p. 4595-4643.

RAINER, Franz. Zum Problem der Suffixwahl im Bereich der Relationsadjektive zu spanischen Schriftstellernamen. In: INTERNATIONALEN KONGRESS-ES FÜR NAMENFORSCHUNG, 18, Trier, 1993. KREMER, Dieter (org.). *Akten: Onomastik: Band V – Onomastik und Lexikographie Deonomastik [...]*. Tübingen: Max Niemeyer, 2002, p. 115-127.

RAINER, Franz. De “porfiriato” a “zapaterato”. *Lingüística española actual*, v. 29, n. 2, 2007, p. 251-259.

RAINER, Franz. La influencia latina, francesa e inglesa en el desarrollo del sufijo *-iano*. In: SÁNCHEZ MIRET, Fernando (ed.). *Romanística sin complejos: Homenaje a Carmen Pensado*. Bern: Peter Lang, 2009, p. 237-256.

RECANATI, François. La sémantique des noms propres. *Langue française*, Paris, v. 57, p. 106-118, fev. 1983.

RODRIGUES, Leticia Santos; COELHO, Juliana Soledade Barbosa. Germanismos e a contribuição para a antroponímia brasileira. *Revista Hyperion*, Salvador-BA, n. 8, 2016, p. 75-90.

RUSSELL, Bertrand. *Logic and knowledge: essays 1901-1950*. London: George Allen / Unwin Ltd, 1956. (Ed. por Robert Charles Marsh.).

RUSSEL, Bertrand. *Os problemas da filosofia*. Florianópolis: UFSC, 2005 [1912]. Trad. Jaimir Conte.

RUSSO, Maria de Fatima. *O sentido do nome próprio na aprendizagem da leitura e da escrita*. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

SACERDOTE, Irani Souza. Antroponímia portuguesa: um breve estudo acerca dos sobrenomes no período medieval. *Voos Revista polidisciplinar eletrônica da Faculdade de Guaicará*. Guarapuava-PR, v. 4, n. 1, 2012, p. 31-40.

SAID ALI, Manuel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1971.

SALVERTE, Eusèbe Baconnière. *Essai historique et philosophique sur les noms d'hommes, de peuples et de lieux, considérés principalement dans leur rapports avec la civilisation*. Paris: Bossange Père et Bossange Frères, 1824. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k111662c/f1.image.texteImage>. Acesso em: 25 ago. 2019.

SANTIAGO LACUESTA, Ramón; BUSTOS GISBERT, Eugenio. La derivación nominal. In: BOSQUE MUÑOZ, Ignacio; DEMONTE BARRETO, Violeta (Dir.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999. p. 4505-4594.

SÃO PAULO. Decreto nº 55.588, de 17 de março de 2010. Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. *Casa civil*, 17 mar. 2010. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-55588-17.03.2010.html>. Acesso em: 25 jan. 2020.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Editado por Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1973 [1916].

SCHNEDECKER, Catherine. Quand “un certain David Bowie repoussait les limites du bon goût...” ou que modifie *certain* dans les séquences *un+certain+nom propre*? *Langue française*, n. 146, p. 99-113, 2005.

SCHWEICKARD, Wolfgang. “Deonomastik” *Ableitungen auf der Basis von Eigennamen im Französischen* (unter vergleichender Berücksichtigung des Italienischen, Rumänischen und Spanischen). Tübingen: Max Niemeyer, 1992.

SEARLE, John. Proper names. *Mind*, vol. LXVII, p. 166-173, 1958.

SEARLE, John. *Speech acts*. An essay in the philosophy of language. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SEARLE, John. *Expressão e significado: estudo da teoria dos atos de fala*. Trad. Ana Cecília G. A. de Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SEDRINS, Adeilson Pinheiro; PEREIRA, Dereck Kassio Ferreira; SILVA, Claudia Roberta Tavares. O uso do artigo definido diante de antropônimos e pronomes possessivos em duas cidades do sertão pernambucano. *Caletroscópio*, Ouro Preto, v. 5, n. 8, 2017, p. 12-33.

SEIDE, Márcia Sipavicius. *A Semântica de Michel Bréal: recontextualização, fortuna crítica e aplicação*. 2006. Tese (Doutorado). FFLCH: USP, São Paulo, 2006.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Uso de antropônimos como elementos coesivos. *Fórum Linguístico*, n. 5 v. 2, p. 23-35, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/11216>. Acesso em: 20 ago. 2010.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Nomes de lugares: o viés enunciativo e o viés onomástico. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lídia Almeida (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Mato Grosso do Sul: UFMS, 2010, v. 1, p. 117-134.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Motivações contemporâneas para a escolha do antropônimo. *EntreLetras* (Online), Tocantins, v. 4, p. 90-101, 2013a.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Toponomástica e Antroponomástica: paradigmas e métodos. *Confluência*, Rio de Janeiro, v. 44/45, p. 165-184, 2013b.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Estudio exploratorio sobre la elección del nombre próprio de persona en contextos monolingües y en contextos de inmigración internacional. *Multidisciplina*, Estado de México, v. 5, n. 16 set-dez, 2013c, p. 116-138.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Nome próprio e identidade em Marechal Cândido Rondon. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 43, p. 212-225, 2014.

SEIDE, Márcia Sipavicius. A identidade religiosa na antroponímia de Marechal Cândido Rondon. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 24, p. 167-186, 2016a.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Métodos de pesquisa em Antroponomástica. *Domínios de Lingu@gem*, v. 10, p. 1146-1171, 2016b.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Antroponímia e migração: os nomes de brasileiros descendentes de lituanos. *Web-Revista SOCIODIALETO*, v. 7, n. 21, dez-mar/2017, p. 52-81.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Moda e tradição em antroponímia. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani (orgs). *As ciências do léxico: Lexicologia. Lexicografia. Terminologia.* vol. VIII. Campo Grande: Editora UFMS, 2018, p. 161-180.

SEIDE, Márcia Sipavicius; GRESPAN, Taiana. Mais Wellicas Samaras e Hendryas Nicoles, menos Marias Luíças e Joões Pedros: Os novos nomes duplos do sistema antroponímico brasileiro. *Recorte, Três Corações*, v. 10, n. 2, 2013, p. 1-19.

SEIDE, Márcia Sipavicius; SCHULTZ, Benilde Socreppa. Linguagem, cognição e identidade: o estatuto dos nomes próprios. In: NEGRI, Maria Aparecida Isquerdo; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani. (Org.). *Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia.* Campo Grande, MS: EDUMS, 2014, v. 7, p. 143-166b.

SILVA, Alyne Varejão Teodosio da; SILVA, Amanda Jôse Dantas. O processo de formação de palavras dos hipocorísticos derivados de antropônimos. *Ao pé da Letra*, v. 2, p. 1-7, 2000.

SILVA, Bárbara Zocal da. As traduções dos nomes próprios nas histórias em quadrinhos: um estudo de caso das tiras de Mafalda, de Quino. *Tradterm*, São Paulo, n. 27, 2016, p. 155-179.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996a. p. 119-145.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira. O emprego do artigo diante de possessivos e de patronímicos: resultados sociais. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996b. p. 265-281.

SILVEIRA, Francine de Assis; BARROS, Lídia Almeida. Os termos eponímicos na terminologia da Dermatologia. *Estudos Linguísticos*, v. XXXIV, p. 1134-1139, 2005.

SIMÕES, Darcilia. O valor icônico da maiúscula, *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 8, 2013, p. 75-83.

SIMÕES NETO, Natival Almeida; RODRIGUES, Letícia Santos. A neologia e os processos genolexicais em antropônimos brasileiros: um breve mapeamento de estudos realizados. *Mandinga – Revista de Estudos Linguísticos*, v. 1, n. 2, p. 110-127, ago. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/mandinga/article/view/33>. Acesso em: 11 dez. 2018.

SIQUEIRA, Alane Luma Santana. Análise da ocorrência de artigos diante de possessivos pré-nominais e antropônimos em dados de Fala. In: JORNADA NACIONAL DO GELNE, XXV, Natal-RN, 2014. *Anais [...]*. Natal/RN: EDUFRN, 2014, p. 1-12.

SIQUEIRA, Alessandro Marques de. Registro civil. *Conteúdo Jurídico*, 18 out. 2010. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/21908/registro-civil>. Acesso em: 21 fev. 2018.

SOULE-BECK, Isabelle. Nom propre et anaphore. In: KLEIBER, G.; TYVAERT, J.-E. *L'anaphore et ses domaines*. Metz: Université de Metz, 1990. (Recherches linguistiques, v. 14).

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. Relevância: comunicação e cognição. Trad. Helen Santos Alves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001 [1995].

SPITZER, Leo. El sintagma “Valencia la Bella”. *Revista de Filología Hispánica*, v. VII, Buenos Aires, p. 259-276, 1945.

STRAWSON, P. F. Escritos lógico-linguísticos. In: RYLE, Gilbert *et al.* *Ensaio*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção *Os Pensadores*).

TESTENOIRE, Pierre-Yves. Le nom propre en débat au tournant du siècle (Whitney – Bréal – Saussure). In: CONGRÈS MONDIAL DE LINGUISTIQUE FRANÇAISE, Paris, 2008. *Histoire, épistémologie, réflexivité*. Paris: Institut de Linguistique Française, 2008. Disponível em: <http://www.linguistiquefrancaise.org/articles/cmlf/pdf/2008/01/cmlf08040.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

TEUTSCH, Andreas. Names and law. In: HOUGH, Carole. *The Oxford handbook of names and naming*. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 554-571.

TOMESCU, Domnița. La relatinisation de l'anthroponymie roumaine moderne. In: CONGRÈS INTERNACIONAL D'ICOS SOBRE CIÈNCIES ONOMÀSTIQUES, XXIV, 2011, Barcelona. *Actes: Els noms en la vida quotidiana [...]* Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística. Annex. Secció 5, 2014. p. 924-928.

TONDA, Alfredo Juan; ROSSEBASTIANO, Alda. La onomástica de los emigrados italianos en Argentina. In: CONGRÈS INTERNACIONAL D'ICOS SOBRE CIÈNCIES ONOMÀSTIQUES, XXIV, 2011, Barcelona. *Actes: Els noms en la vida quotidiana [...]* Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística. Annex. Secció 4, 2014. p. 642- 653.

TRANSPARÊNCIA do Registro Civil. Associação nacional dos registradores de pessoas naturais, 2018. Disponível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br/home>. Acesso em: 12 fev. 2019.

TRAPERO, Maximiliano. Sobre la capacidad semántica del nombre propio. *El Museo Canario* (Las Palmas de Gran Canaria), LI, 1996, p. 337-353.

TRIBUNAL Superior Eleitoral. Divulgação de candidaturas e contas eleitorais. 2014. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/2014>. Acesso em: 28 dez. 2017.

TSEPKOVA, Anna. Nicknames: offline and online secondary nicknaming contexts. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ONOMASTIC SCIENCES, 25, Glasgow, 25-29 August, 2014. HOUGH, Carole; IZDEBSKA, Daria.

(eds.). *Proceedings: names and their environment* [...]. Glasgow: University of Glasgow, 2016, p. 265-275.

ULLMANN, Stephen. *Semántica: introducción a la ciencia del significado*. Tradução: J. M. R. Werner. Madrid: Aguilar, 1965 [1962].

UNITED NATIONS. Conferences on the standardization of geographical names (UNCSGN). New York: United Nations, 2017. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/geoinfo/UNGEGN/default.html>. Acesso em: 12 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Resolução nº 09/2015, de 7 de julho de 2015*. Estabelece normas que dispõem sobre o uso do nome social no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Conselho-Universitario/Documents/Resolucoes-Comuns>. Acesso em: 29 dez. 2017.

URRUTIA CÁRDENAS, Hernán; SÁNCHEZ GÓMEZ, Fernando. El nombre propio en el español de América. In: HERNÁNDEZ ALONSO, César (ed.). *Estudios lingüísticos del español hablado en América*. v. III. 1: El sintagma nominal – Parte I. Madrid: Visor Libros, 2009, p. 57-306.

VALÉRIO, Yvanowik Dantas. *A passagem do nome próprio para comum em língua portuguesa*. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

VAN LANGENDONCK, W. *Theory and typology of proper names*. Berlin: Walter de Gruyter, 2007.

VASCONCELLOS, José Leite de. *Antroponímia portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

VASCONCELOS, Frederico. Barroso vota contra preconceito e intolerância a transexuais. *Folha de S.Paulo*, 20 nov. 2015. Disponível em: <http://blogdofred>.

blogfolha.uol.com.br/2015/11/20/barroso-vota-contrapreconceito-e-intolerancia-a-transexuais/. Acesso em: 29 dez. 2017.

VESCOVI, Jéssica Paula. Escolha dos nomes de pessoas pelos pioneiros de Palotina-PR. *Estudos Linguísticos*, São Paulo-SP, v. 43, n. 1, 2014, p. 201-211.

VESCOVI, Jéssica Paula. *Prenomes e sobrenomes em Palotina- PR e em Maripá-PR: um estudo comparativo*. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras-Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2015.

VESCOVI, Jéssica Paula. O impacto da era da hortelã no sistema antroponímico de Palotina e Maripá (PR). *Entreletras*, Araguaína, v. 7, n. 2, 2016, p. 164-177.

VESCOVI, Jéssica Paula; SEIDE, Márcia Sipavicius. Antroponímia no Oeste Paranaense. *Revista Philologus*, v. 19, p. 225-231, 2013.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. *Nome e sexo: mudanças no registro civil*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

WALKOWIAK, Justyna B. A Name policy and its outcome: programmatic names in the nineteenth-century province of Posen. In: CONGRÉS INTERNACIONAL D'ICOS SOBRE CIÈNCIES ONOMÀSTIQUES, XXIV, 2011, Barcelona. *Actes: Els noms en la vida quotidiana [...] Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística. Annex. Secció 7*, 2014, p. 1745-1756.

WILMET, Marc. Pour en finir avec le nom propre? *L'information grammaticale*, Paris, v. 65, p. 3-11, mars 1995a.

WILMET, Marc. Monologues et dialogues sur le temps et les noms propres. *Travaux de Linguistique*, Louvain-la-Neuve, v. 30, p. 81-92, 1995b.

ZÁGARI, Mário Roberto Lobuglio. Os falares mineiros: esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, Vanderci de A. (org.) *A Geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: UEL, 1998. p. 31-54.

ZEN, Erick Reis Godilauskas. *Identidade em conflito*. Os imigrantes lituanos na Argentina, Brasil e Uruguai. 2012. Tese (Doutorado em História Social). FFLCH, USP, São Paulo, 2012.

ZINK, Sydney. The meaning of proper names. *Mind*, v. 72, n. 288, p. 481-499, 1963.

ZINKEVIČIUS, Zigmas; Kazimieras, Būga. *Baltistica*, vol. XV, n. 2, 1979, p. 91-94. Disponível em: <http://www.baltistica.lt/index.php/baltistica/article/view/1423/1339>. Acesso em: 3 ago. 2017.

REFERÊNCIAS DOS DADOS

ARAGÃO, Alexandre. Após ‘licença Sónar’, Emicida promete telão especial no festival. *Folha de S.Paulo*, 10 maio 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2012/05/1088092-apos-licenca-sonar-emicida-promete-telao-especial-no-festival.shtml>. Acesso em: 21 dez. 2017.

BOZZO JÚNIOR, Carlos. De carona com Shrek. *Folha de S.Paulo*, 13 dez. 2017. Disponível em: <http://musicaemletras.blogfolha.uol.com.br/2017/12/13/de-carona-com-shrek/>. Acesso em: 19 dez. 2017.

CASTRO, Daniel. Outro canal. *Folha de S.Paulo*, 31 maio 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3105200904.htm>. Acesso em: 28 jun. 2018.

CUBA. Ferreira Gullar dá palestra em Pinda. *Tribuna do Norte*, 16 nov. 2010. Disponível em: <http://archive.is/fZob>. Acesso em: 21 dez. 2017.

FELITTI, Chico. Irmãos fazem show sem coragem. *Folha de S.Paulo*, Ilustrada, 25 mai. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2505200934.htm>. Acesso em: 20 jul. 2018.

FOLHA DE S.PAULO. *Coleção Folha lança clássico dos irmãos Marx*. 10 maio 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1005200918.htm>. Acesso em: 20 jul. 2018.

FOLHA DE S.PAULO. *No Oasis*. 11 maio. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1105200911.htm>. Acesso em: 20 jul. 2018.

FOLHA DE S.PAULO. *Em biografia, Andressa Urach revela 'nome de guerra' e detalhes da prostituição*. 1 ago. 2015. Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2015/08/1663336-em-biografia-andressa-urach-revela-nome-de-guerra-e-detahes-da-prostituicao.shtml>. Acesso em: 26 dez. 2017.

FOLHA DE S.PAULO. *Beira-Mar é condenado a 30 anos de prisão por morte de aluno em 1999*. 19 out. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/10/1824160-beira-mar-e-condenado-a-30-anos-de-prisao-por-morte-de-aluno-em-1999.shtml>. Acesso em: 21 dez. 2017.

G1 GRANDE MINAS. *Junção de nomes de pais resulta em nomes de filhos inusitados*. 20 fev. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2013/02/juncao-de-nomes-de-pais-resultam-em-nomes-de-filhos-inusitados.html>. Acesso em: 20 jul. 2018.

GONZÁLEZ, Raquel. Sandy responde perguntas do público e revela por que escolheu o nome 'Theo'. *Gshow*, 17 jun. 2015. Disponível em: <http://gshow.globo.com/programas/superstar/So-na-web/noticia/2015/06/sandy-responde-perguntas-do-publico-e-revela-por-que-escolheu-o-nome-theo.html>. Acesso em: 8 jul. 2019.

LEITE, João. Táta Ricardo ganha direito de usar título do candomblé no nome. *Acervo Racismo Ambiental*, 27 jan. 2012. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2012/01/27/tata-ricardo-ganha-direito-de-usar-titulo-do-candomble-no-nome/>. Acesso em: 26 dez. 2017.

PAGNAN, Rogério. Para crescer, facção criminosa afrouxa regra para novos filiados. *Folha de S.Paulo*, 30 abr. 2017. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/2017/04/30/para-crescer-facao-criminosa-afrouxa-regra-para-novos-filiados/>.

com.br/clube-do-crime/introducao/para-crescer-facciao-criminosa-afrouxa-regra-para-novos-filiados.shtml. Acesso em: 26 dez. 2017.

PÉCORA, Alcir. Obra-prima da língua alemã traz saga de herói picaresco. *Folha de S.Paulo*, Ilustrada, 30 maio 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3005200912.htm>. Acesso em: 20 jul. 2018.

RIBEIRO, Sebastião. A influência da maçonaria na Revolução Farroupilha. *Aventuras na História: para viajar no tempo*. 4 abr. 2012. Disponível em: <http://origin.guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/influencia-maconaria-revolucao-farroupilha-681217.shtml>. Acesso em: 26 dez. 2017.

SPEKTOR, Matias. Almirante condenado na Lava Jato usa informação falsa sobre bomba nuclear. *Folha de S.Paulo*, 9 nov. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2017/11/1933940-almirante-condenado-na-lava-jato-usa-informacao-falsa-sobre-bomba-nuclear.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2018.

TINTI, Simone. Biblioteca infantil reúne livros infantojuvenis em diversas línguas. *Folha de S.Paulo*, 3 mar. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/1239517-biblioteca-infantil-reune-livros-infantojuvenis-em-diversas-linguas.shtml>. Acesso em: 21 dez. 2017.

VETTORAZZO, Lucas; BIANCHI, Paulo. Mulher de Nem, ex-chefe do tráfico na Rocinha, é presa no Rio de Janeiro. *Folha de S.Paulo*, 10 out. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1926064-mulher-de-nem-ex-chefe-do-trafico-na-rocinha-e-presa-na-rio-de-janeiro.shtml>. Acesso em: 19 dez. 2017.

VIANNA, Luiz Fernando. Miráí festeja centenário de Ataulfo. *Folha de S.Paulo*, Ilustrada, 1 maio 2009a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0105200915.htm>. Acesso em: 20 jul. 2018.

VIANNA, Luiz Fernando. CDs: MPB Pintando e Bordando. *Folha de S.Paulo*, Ilustrada, 6 maio 2009b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0605200911.htm>. Acesso em: 20 jul. 2018.

SOBRE OS AUTORES

EDUARDO TADEU ROQUE AMARAL

Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo. É professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais e atua nos cursos de graduação em Letras e de pós-graduação em Estudos Linguísticos. É coautor do livro *Nomes gerais no português brasileiro* (Faculdade de Letras da UFMG, 2014) e autor de capítulos de livro e de artigos em revistas nacionais e estrangeiras nas áreas de Onomástica, Lexicologia, Semântica e Sociolinguística.

MÁRCIA SIPAVICIUS SEIDE

Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. É professora associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e atua nos cursos de licenciatura em Letras e de pós-graduação em Letras. É autora de capítulos de livros e de artigos em revistas nacionais e estrangeiras nas áreas de Onomástica, Lexicologia e ensino do léxico.

